



Σ th ϕ s & Σ pisteme

Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB
Janeiro-Junho 2016

Σθηφς & Σπιστεγε

Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB ANO XI
VOLUME XXI - Janeiro - Junho 2016



FACULDADE SALESIANA
DOM BOSCO
MANAUS - AM



INSTITUIÇÕES SALESIANAS DE ENSINO SUPERIOR

Mantenedora

Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia - ISMA

Inspetor Pe. Francisco Alves de Lima

Faculdade Salesiana Dom Bosco

Diretor Sócio: Pe. Antônio de Assis Ribeiro

Diretora Executiva: Profa. Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira

Diretora Acadêmica: Profa. Doutoranda Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Diretor de Extensão e Ações Comunitárias: Profa. MSc. Eliana da Conceição Veras

Diretor Administrativo: Pe. Jefferson Luís da Silva Santos

Diretor de Pastoral: Pe. Raimundo Marcelo C. Maciel

Editor

Prof. Dr. Klilton Barbosa da Costa (FSDB)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Klilton Barbosa da Costa (FSDB)

Prof. Dr. Pe. Luigi Laudato (FSDB)

Comissão Científica

Dra. Arlinda Cantero Dorsa – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Dr. Heitor Romero Marques – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Dra. Maria Augusta de Castilho – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Doutoranda Maria Roseane Gonçalves de Menezes – Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB)

Doutoranda Talita de Melo Lira – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Fontes de Indexação

Ethos & Episteme é indexada nas seguintes bases de dados nacionais e internacionais:

LATINDEX: Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.

Σθφς & Σπιστεγε

Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB ANO XI
VOLUME XXI - Janeiro - Junho 2016

Copyright © 2016 Faculdade Salesiana Dom Bosco

Diretora da FSDB

Profa. Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira

Editor

Prof. Dr. Klilton Barbosa da Costa

Revisão

Prof. Dr. Klilton Barbosa da Costa

Projeto Gráfico e Capa

Eduardo de Castro Lacerda

Imagem da Capa

Google Imagens

A exatidão das informações, os conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica elaborada pela Editora da Universidade Federal do Amazonas

Ethos & Episteme: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Ano XI, Volume XXI.
— Manaus: FSDB, 2016 —

184 v. ; 29 cm

Semestral

ISSN 1809-0400

1 Educação 2 Ciências Sociais 3 Humanas – Periódicos

Faculdade Salesiana Dom Bosco
Unidade Centro: Av. Epaminondas, 57 – Cep: 69010-090
Unidade Leste: Av. Cosme Ferreira, 5122 – Zumbi dos Palmares – Cep: 69083-000
Manaus – AM
Fones: (0xx) (92) 2125-4690 / 3131-4100
Site: www.fsdb.edu.br
E-mail: ethosfsdb@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	9
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO CONTEMPORÂNEO SOBRE A SITUAÇÃO DAS BOLSISTAS ESPECIALIZANDAS DO PROGRAMA BOLSA EDUCAÇÃO EM MANAUS-AMAZONAS.....	11
Célia Maria Nascimento de Oliveira, Lílian da Silva Gomes Melo	
OS DESAFIOS DA PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MANAUS...	27
Cristiane Gonçalves Paiva, Marcos Afonso Dutra	
A INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES, DIFICULDADES E CONTRIBUIÇÕES PARA TRABALHAR EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM COOPERATIVA	41
Isabel Cristina Escócio Santiago	
AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO OBJETO DE ATUALIZAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL...	49
Joabe Cota Riker, Jamarian Cota Riker	
A FINALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM TERRAS INDÍGENAS: POVOS DO ALTO RIO NEGRO – AMAZONAS.....	67
José Francisco Ribeiro de Souza	
O USO DA INFORMÁTICA PARA ESTUDANTES COM DISTÚRBIOS NEUROLÓGICOS NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES	81
Laura Cristina Matos de Souza e Silva, Chris Alves da Silva	
FAMÍLIA E PARENTALIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL.....	97
Natasha Santos, Alessandra Sales	
REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL A LUZ DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN	113
Talita de Melo Lira, Klilton Barbosa da Costa	
POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAZONAS	123
Talita de Melo Lira, Klilton Barbosa da Costa	
SEGURANÇA HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	143
Weener Moreira Firmiano, Dorinethe dos Santos Bentes	
RESUMOS.....	165
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE FUGA DO LAR: ANÁLISE DO ATENDIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB MEDIDA PROTETIVA (SAI) NO MUNICÍPIO DE MANAUS (AM).....	167
Alzirene Silva de Oliveira Fernanda Mendes Ferrugem	

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE, A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM O GRUPO MEMÓRIA ATIVA NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM 168

Ana Luiza Cavalcante Barbosa, Jane de Souza Nagaoka

AS FILAS COMO ENTRAVE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS: ESTUDO DE CASO NO BANCO DO BRASIL .. 169

Bruno Roberto Crispim Barroso, Mônica Maria de Souza Lima

SOCIABILIDADE E ENVELHECIMENTO HUMANO: O DESAFIO DA INCLUSÃO DO GÊNERO MASCULINO NO PROJETO VIVATIVA, MANAUS/AM..... 170

Cíntia Maria Silva da Costa, Isabel Cristina Escócio Santiago

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO SERVIÇO SOS FUNERAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, NO MUNICÍPIO DE MANAUS 171

Dulce Cláudia Rodrigues de Melo Araujo, Fernanda Mendes Ferrugem

ESPIRITUALIDADE E SAÚDE DOS IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À MELHOR IDADE (CAIMI) ADA RODRIGUESVIANA, MANAUS/AM 172

Elisete Rogéria Paulus, Hildelene Assis das Neves Simões

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES ATENDIDAS NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM..... 173

Eurlene Alves de Souza, Jane de Souza Nagaoka

REDESCOBRINDO A SOCIABILIDADE DO IDOSO NO GRUPO TERCEIRA IDADE ATIVA DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), MANAUS/AM.... 174

Francisca Sterff de Freitas Macedo, Isabel Cristina Escócio Santiago

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO DIFERENCIAL NO SUCESSO DO MICROEMPREENDEDOR DO RAMO DE CONFECÇÃO DE ROUPAS DA AVENIDA COSME FERREIRA–ZONA LESTE DE MANAUS 175

Gisele Andrade de Souza, Mônica Maria de Souza Lima

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CACHOEIRINHA (CRAS) 176

Rosana Alves Sena, Fernanda Mendes Ferrugem

ENTRE ABAFOS E DESABAFOS DAS VOZES FEMININAS: UM ESTUDO NO II JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.... 177

Valéria Barbosa Soares, Hildelene Assis das Neves Simões



EDITORIAL

Disponibilizamos para a Comunidade Acadêmica interna e externa e a todos os interessados em aprofundar conhecimentos, diversas produções na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contidas neste exemplar da Revista Ethos & Episteme.

Frutos de estudos, pesquisas e experiências, o material que publicamos sob a Coordenação do Prof. Dr. Klilton Barbosa da Costa, marca um novo tempo na Revista: o da versão eletrônica.

Viabilizando alternativas para a publicação do periódico, sem perder a qualidade, a nova versão eletrônica traz também alterações na Comissão editorial. Em nome da Comunidade Acadêmica da Faculdade Salesiana Dom Bosco, damos as boas vindas aos novos membros e agradecemos a todos que contribuíram com a Revista, no decorrer dos seus anos de veiculação impressa.

Nesta edição, trazemos reflexões sobre a *Violência Intrafamiliar*, por meio de um estudo contemporâneo sobre a situação das bolsistas do Programa Bolsa Educações em Manaus-Amazonas, onde se destaca os direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos anos, a partir da Lei conhecida como Maria da Penha, da Constituição Federal do Brasil, dos programas criados e implantados para a cidadania, tanto a nível Nacional quanto Municipal, assim como, também, a trajetória da família, sua formação e espaço conquistados pelas mulheres em várias esferas, sobretudo no mercado de trabalho, ao longo do tempo.

Sabemos que despertar o gosto pela leitura e pela escrita é fundamental para a formação de novos leitores e a Escola é uma instituição que tem como uma de suas finalidades proporcionar meios para a aquisição, estimulando o valor que a leitura tem para o desenvolvimento intelectual e social nos seus alunos. Isto é o que veremos em os *Desafios da Prática de Leitura e Escrita no 1 Ano do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal de Manaus*.

Na sequência das temáticas, visando explicitar as mudanças tecnológicas que ocorreram na sociedade e, conseqüentemente, no âmbito educacional, os leitores poderão refletir sobre a *Informática na Educação: possibilidades, dificuldades e contribuições para trabalhar em ambientes de aprendizagem cooperativa*. A autora sustenta o argumento que as mudanças ocorridas no campo tecnológico desencadearam

novos modelos de aprendizagem educacional cujo caráter interativo prioriza o trabalho cooperativo.

A necessidade de atualização é abordada, a partir das perspectivas da *Educação Continuada como objeto de Atualização para a Competência do Profissional Contábil*, uma vez que as instituições onde atuam os contadores devem perseguir o desenvolvimento e a valorização de uma profissão com normas harmonizadas, capazes de fornecer serviços de alta qualidade inerentes e consistentes com seu público de interesse, contribuindo com a profissão e a sociedade.

Sabemos que a finalidade do Ensino Superior é formar cidadãos para atuar na sociedade de forma qualificada. Em terras indígenas, essa qualificação deve considerar as riquezas da diversidade cultural dos povos indígenas. Contemplar esses valores culturais no currículo de um curso superior é um verdadeiro desafio. Exige uma mudança de mentalidade universitária é o que veremos em a finalidade do *Ensino Superior em Terras Indígenas: povos do Alto Rio Negro-Amazonas*, que nos traz esta reflexão à respeito do currículo.

A temática inclusão é contemplada em *O Uso da Informática para Estudantes com Distúrbios Neurológicos no Ensino Médio: uma proposta de formação continuada de educadores*, que apresenta um “Projeto de Aplicação” voltado para uma nova mentalidade e postura dos professores, em relação ao processo de ensino e aprendizagem, com destaque para os mecanismos avaliativos dos alunos que apresentam distúrbios neurológicos. A proposta é a utilização dos programas de informática no cotidiano escolar e nos momentos avaliativos.

As transformações ocorridas na família brasileira são tratadas em *Família e Parentalidade após o Rompimento Conjugal*, onde aborda-se novas configurações familiares e questões pertinentes ao divórcio na Legislação Brasileira.

As questões ambientais são tratadas à luz do pensamento de Edgar Morin apresentadas na obra *Terra-Pátria*, baseada nos princípios da Epistemologia da complexidade, da ética e da transdisciplinaridade. Apresenta, ainda, reflexões sobre a necessidade de um pensamento complexo e transdisciplinar para pensar a questão ambiental.

As transformações socioculturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação de uma Floresta Estadual em uma cidade do interior do Amazonas são apresentadas no artigo *Política Ambiental e Comunidades Ribeirinhas no Estado do Amazonas*, conduzindo o leitor à reflexão sobre as transformações sociais e técnicas e suas implicações na apropriação dos recursos naturais.

Por fim, *Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho* destaca a importância da qualidade de vida dos colaboradores nas organizações, interrogando se esse tripé é visto como custos para as empresas ou como benefícios, evidenciando a importância de cuidar da saúde do trabalhador, visando a Segurança, a Higiene e a Medicina do Trabalho como um modo inteligente de preservar seus interesses financeiros, evitando a queda da produtividade.

Disponibilizamos, ainda, uma série de resumos, frutos de produções científicas em diversas áreas do conhecimento.

Esperamos que a leitura do material desperte o desejo de aprofundar conhecimentos.

Prof. Meire Botelho
Diretora Executiva

ARTIGOS





VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO CONTEMPORÂNEO SOBRE A SITUAÇÃO DAS BOLSISTAS ESPECIALIZANDAS DO PROGRAMA BOLSA EDUCAÇÃO EM MANAUS-AMAZONAS

Célia Maria Nascimento de Oliveira¹ LÍlian da Silva Gomes Melo²

Recebido em: 03/01/2016; Aceito em: 30/05/2016.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar aos pesquisadores e toda a sociedade um tema de grande relevância em nossa atualidade, o qual requer atuação por parte dos órgãos competentes, onde se relata a Violência Intrafamiliar um estudo contemporâneo sobre a situação das bolsistas especializandas do Programa Bolsa Educação em Manaus Amazonas. Os relatos das bolsistas aconteceram tanto na Faculdade Salesiana Dom Bosco em Manaus Amazonas, local onde as mesmas estudam quanto, também, na sede do Programa Bolsa Educação, instituição que faz a seleção de concessão das bolsas de estudo, assim, destaca-se, a violência intrafamiliar que essas bolsistas sofrem por seus cônjuges por estarem cursando uma especialização e não poderem se manter financeiramente durante todo o período de seu curso até a finalização. Para realizar o presente estudo utilizou-se pesquisa bibliográfica e observação participativa, sobre a situação das bolsistas de pós-graduação do Programa Bolsa Educação na cidade de Manaus-Amazonas. A pesquisa adotou abordagem de cunho qualitativo. No presente estudo, buscou-se destacar os direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos anos a partir da Lei conhecida como Maria da Penha, a Constituição Federal do Brasil, os programas criados e implantados para a cidadania, tanto a nível Nacional como Municipal, assim como também a trajetória da família, sua formação e espaço conquistados pelas mulheres em várias esferas, sobre tudo no mercado de trabalho ao longo do tempo. Conclui-se que, hoje, com a contemporaneidade e todas as lutas alcançadas ao longo dos anos pelas mulheres, através das Políticas Públicas existentes, embasadas na Lei 11.340 e a Constituição Federal de 1988, as mulheres estão sendo aceitas em sinal de

1 Assistente Social-especialista do curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: celia_mani@hotmail.com, (92) 9281-5079. Rua Marquesa de Santos, 18, Coroado III, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.080-000.

2 Assistente Social-Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, docente do curso de Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar da Faculdade Salesiana dom Bosco, Unidade-Centro, Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: liliangomes_am@hotmail.com, (92) 9197-0013. Rua São João, 73, São Raimundo, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.027-00.

igualdade pela sociedade e órgãos empregadores, assim como, também, sua coragem de denunciar seus agressores sem se deixarem intimidar deixando de sofrer violência intrafamiliar, passando a viver em harmonia, tanto em família como em sociedade.

Palavras-chave: Família; conflitos; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The work aims to present to researchers and the whole society a very important issue in our present, which requires action by the relevant bodies, where it is reported to Intra-family Violence contemporary study on the situation of especializadas Fellows Scholarship Program Educations Manaus in Amazonas. The reports of the fellows took place, both in the Faculty Salesian Don Bosco in Manaus Amazonas, where the same study, as well as the headquarters of the Bolsa Educations, an institution that makes the selection for the granting of scholarships, thus stands out the family violence these fellows suffer from their spouses because they were attending a specialization and not being able to stay financially throughout the period of its course to completion. To conduct this study used literature and participant observation on the situation of graduate fellows Educations Scholarship Program in the city of Manaus, Amazonas. The research adopted a qualitative approach approach. In the present study, we sought to highlight the rights won by women over the years from the law known as Maria da Penha, the Federal Constitution of Brazil, the programs created and implemented for citizenship, both the National and Municipal as well as well as the trajectory of the family, their training and space won by women in various spheres, especially in the labor market over time. In conclusion, today with the contemporary and all the struggles achieved over the years by women, through the Public Policy exist based in the Law 11.340 and the Federal Constitution of 1988, women are being accepted on an equal sign by the society and organs employers, as well as, their courage to denounce their abusers without letting themselves be intimidated leaving to suffer domestic violence, going to live in harmony, both in family and in society.

Keywords: Family; Conflicts; Public Policy.

I INTRODUÇÃO

Família é a convivência de várias pessoas em um só local praticando a construção ética e moral como cidadãos de direitos e deveres, sendo os pais ou as pessoas mais velhas responsáveis pela educação dos membros que as compõe, tanto em convívio familiar, como na sociedade. Devendo dar atenção especial à educação por ser a base de tudo, é a partir desse princípio que o indivíduo começa a ampliar seus conhecimentos como homens e mulheres, devendo crescer e se desenvolver como seres humanos de bem exercendo sua cidadania em sociedade.

Com a contemporaneidade, a família compõe-se por várias alterações em sua ordenação com seus membros, com várias definições e configuração, a qual está se inserindo

de com bons princípios e capacidade para educar sua composição familiar, com diálogo permanecer de cidadãos de direitos e deveres, assim como os princípios sobre respeito e obediência.

O conflito intrafamiliar ainda está inserido nas famílias da nossa sociedade atual, passando a ser preocupação para os órgãos competente e pesquisadores. Sabe-se que a composição da família é tida, como base de tudo, sendo necessário que seus mentores atuem como mais frequência em seu alicerce, para que sempre haja reconciliação entre seus membros pensando no bem-estar social de sua família e da sociedade como um todo.

Dessa forma, se torna primordial seus ensinamentos para a efetivação dos direitos e deveres das famílias na contemporaneidade atual. Sendo as políticas públicas direcionadas as mulheres um componente fundante, respeitando os direitos e deveres de todos. Tendo como base a educação como por faz parte da vida do dia a dia do ser humano em seu desenvolvimento.

O conflito intrafamiliar enfrentado pelas bolsistas especializadas do Programa Bolsa Educações na cidade de Manaus-Amazonas são vários relatados, sendo necessário identifica-los e conhecê-los mais de perto através da óptica pesquisa de campo.

Nessa contextualização, faz-se necessário conhecer a violência intrafamiliar que essas bolsistas enfrentam para se manter no Programa Bolsa Educações, analisando seu perfil socioeconômico, conhecendo os conflitos intrafamiliar, bem como, identificar a percepção das bolsistas quanto à relação violência intrafamiliar e a igualdade social e sua posição na sociedade atual.

Para realizar os objetivos deste trabalho realizaram-se, pesquisa de cunho participativo, consultas em acervos bibliográficos, sites oficiais, revistas. Com ampla importância, por oferecer resultados locais e que nos permite a conhecer melhor a realidade da violência intrafamiliar contra a mulher na Cidade de Manaus.

A violência intrafamiliar e contra a mulher, ainda faz parte do nosso contexto atual, acontecimento inquietante para toda a sociedade, sabe-se que é crime punível, mas infelizmente alguns agressores ainda não são conhecedores dessa punição, passando a continuar sendo a ser evidência em todos os meios de comunicação.

2 FAMÍLIA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Família é à base de toda a vida do ser humano em todos os momentos desenvolvidos como cidadãos com sua preparação para viver em sociedade exercendo sua cidadania. Estes fundamentos se entrelaçam também aos novos arranjos familiares que há nos dias atuais, visando à concretização de uma cidadania emancipada e igualitária entre homens e mulheres, bem como na ampliação dos direitos iguais e democráticos para ambos os gêneros.

Sarti (2010, p. 26), em seu conceito sobre família, afirma que, “família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria, [...] Constrói sua própria história, seu próprio mito, entendido como formulação discursiva, em que se expressam o significado (...)”.

Toda família tem seus ensinamentos, suas crenças, suas relações sociais, formando sempre sua opinião seus princípios condicionantes para que possam obter bons relacionamentos em sociedade, tendo sempre uma boa dignidade entre seus mem-

bros, os quais estão sendo educados e preparados para o exercício da cidadania com as perspectivas mudanças em sociedade.

Oliveira (2009, p. 2), afirma;

A família, é como um processo histórico construído e modificado de acordo com as transformações da sociedade, pode possuir as fases em seu desenvolvimento, mas, segundo Engels, apesar desse desenvolvimento ocorrer paralelamente às mudanças existentes, é difícil, levando-se em consideração somente a própria família, delimitar períodos de sua existência.

Família é um conceito inacabado, estar sempre em construção com seus erros e acertos, ou seja, modifica-se com o passar do tempo, com seus inúmeros modos de agir e pensar, seus arranjos familiares causados aos seus membros são os que causam conflitos intrafamiliares.

Para Kaloustian (2008, p. 12), “é a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, matérias necessárias ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, (...)”. Onde sua contribuição e afetividades são a base fundamental para que seus componentes possam crescer e se multiplicar como sujeitos de direitos e deveres dentro da sociedade.

O autor ainda afirma que, “a família é percebida não como um simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo de integrantes da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes” (KALOUSTIAN, 2008, p. 12).

Losacco (2010, p. 64), entende que família é a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade em *Locus*, nascida das histórias pessoais, de cada uma, logo é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes em todas as esferas de sua sobrevivência.

Com a contemporaneidade, as famílias se consolidam em suas modificações, grupo familiar, e todas essas mudanças estão contribuindo nas relações sociais em todas as classes, se organizando nas escolhas, direitos e deveres, rompendo com o tradicionalismo do nosso passado. Dando legitimidade as mudanças, as quais potencializam a mulher como responsável de sua família, assim como os homens.

Sarti (2010, p. 27) ainda relata que essas modificações de empoderamento da mulher, “[...] É uma forma de buscar definição que não se antecipe a sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, que ordenam as relações de parentesco (...)”.

Com a reorganização das famílias contemporânea, as mulheres estão conquistando seus espaços e ganham forças em seus espaços, tanto de trabalho, como independências, financeira e cargo de confiança e chefia no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Barreto (2009, p. 16) afirma, “É evidente que os papéis de gênero também se alteram, com a expansão da economia a exportação da borracha, já que esta impunha características e demandas novas à região [...]”.

Sabe-se que, a família vem sofrendo transformações deixando de ser aquela composta unicamente por união formal, passando a existir como união estável, diferenciando sua forma anterior de convívio familiar.

Losacco (2010, p. 64), pontua, família é composta por duas ou mais pessoas independente do gênero, “(...) seja pela união estável; sejam grupos formados por qualquer um

dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, sejam pela união de homossexuais”.

Sendo assim, essa discussão passa a ser ambígua entre homens e mulheres, elevando as mulheres a sua autoestima, sua maneira de pensar e agir com suas conquistas, estruturando-se as modificações familiar, profissional e sua posição atual na sociedade contemporânea.

Para Barreto (2009, p. 13);

A passagem do século XIX para XX tem sido apontada como um momento importante na mudança de perspectiva que as sociedades ocidentais vão presenciar com relação à condição feminina. No bojo das mudanças estruturais sinalizadas pelo progresso tecnológico e científico, assistiu-se a uma crescente ampliação da visibilidade feminina nos espaços públicos. Rompendo os limites tradicionais que associava a casa e a vida privada, a emancipação feminina passou a incorporar espaço até então restritos ao universo feminino [...].

Nos dias atuais, as mulheres estão rompendo com as restrições, ainda existentes do passado, ampliando seu espaço as quais estão se estruturando as adequações emancipadora do século XXI, além de serem mantenedora de sua família, ainda exercem atividades fora de seu lar, ou seja, trabalho remunerado, o qual serve para manter sua família como mulher e provedora de seu lar.

Neste contexto de mulher emancipadora e provedora do lar, conciliando trabalho remunerado e afazeres domésticos, começam a surgir os conflitos por parte de seus companheiros, assim iniciam as ofensas verbais, agressões físicas, passando a ser frequente, banalizando e agredindo a autoestima de sua companheira.

3 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência intrafamiliar na contemporaneidade, ainda é um grande problema em nossa sociedade atual, em pleno século XXI, os fatores contribuintes para a concretização das várias formas de violência ainda são muito frequentes nos dias atuais, mesmo com os mecanismos de coibição, pois está relacionada a múltiplos fatores, inclusive cultural.

Para Narvaz, (2006, p. 8) “violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço”.

Assim, conhece como violência todo ato que é configurado como agressão, fato esse configurado como criminoso e punível, podendo as pessoas serem presas e condenadas pelos seus atos agressivos e violentos.

Nesse contexto, Saffioti (2004, p. 14) afirma que “[...] vive-se uma fase ímpar de hegemonia do capital financeiro, parasitário, porque nada cria, esta é, certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado [...]”.

A configuração da violência intrafamiliar ainda faz parte de nossa sociedade entre os cônjuges, mesmo com seus direitos garantidos através da Lei 11.340, conhecida como, Maria da Penha, a qual assegura “uma vida sem violência é um direito das mulheres”, sendo elas as que mais são agredidas com ações violentas por seus companheiros, sobretudo por estarem em buscas de melhor condição de vida para sua família.

Vinagre (1992, p. 20), “Supõe-se que a igualdade de direitos para as mulheres dar-se-á graças à ampliação da cidadania feminina e, em especial, à garantia de qualificação da mão-de-obra feminina e de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal”.

A mão de obra feminina faz parte da realidade atual, às mulheres estão chegando ao patamar da igualdade, fazendo valer seu direito com suas audaciosas conquistas ao longo dos anos rompendo com as barreiras do silêncio, de inferioridade, da subalternidade de mulher do passado, estabelecendo qualificação e inserção aos seus múltiplos desafios, rompendo com a violência as violências cotidianas.

De acordo com os dados Nacionais sobre Violência contra a Mulher (10/12/2015);

No ano de 2005, revelou que, no Brasil, 29% das mulheres relataram ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida, e 16% classificaram a agressão sofrida como severa. Mesmo diante da violência sofrida, 22% das mulheres agredidas não delataram o ocorrido, e 60% não saíram de casa ao menos por uma noite em razão da agressão.

Neste sentido, a Lei 11.340, conhecida como, Maria da Penha afirma, “O fenômeno da violência doméstica contra a mulher é antigo e encontra-se presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, formando um conjunto de relações sociais que tornam cada vez mais complexa sua natureza”.

Sendo necessária a atuação expressiva dos órgãos competentes para cumprir com as medidas que determinam as leis, onde as mulheres estão embasadas e aos poucos conquistando seu espaço, tendo a educação como sua principal base de desenvolvimento contínua.

Para Vinagre (1992, p. 48), “a figura da mulher vem sendo associada ao espaço doméstico, à instituição familiar, compreendida enquanto espaço da privacidade (da intimidade), sobre tudo a partir de sua capacidade natural de reprodução de seres humanos”.

Porém, essa figura de mulher reprodutora de seres humanos, ou até mesmo como cuidadora dólár, já é um conceito ultrapassado do século anterior sem expectativa, hoje a mulher está sendo vista como reprodutora de novas conquistas e estratégias comprometidas com o avanço social, com sua emancipação de empreendedora de lideranças.

Saffioti (2004, p. 43/44) pontua;

As brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, porquanto em resposta à pergunta “como é ser mulher hoje?”, 39 ressaltam sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhes confere; 33 referem-se à liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões; (...) e a igualdade de direitos em relação aos homens, (...) a igualdade existe. O problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista. (...) A dupla jornada, somando-se os serviços domésticos com o trabalho assalariado, é denunciada como negativa (...). Isto revela a necessidade de ainda mais visíveis às várias modalidades de violências praticadas contra mulheres, em especial a violência doméstica.

Com a contemporaneidade as mulheres passaram a conquistar seus espaços, sua inserção no mercado de trabalho, sua qualificação em busca de sua independência, tanto profissional como financeira, com isso perceberam que fazendo uma especialização lhes coloca a frente de melhores condições no mercado de trabalho.

Historicamente, parte dos homens, da nossa sociedade, ainda se incomoda com a emancipação de suas companheiras, o que os levam a gerar conflito intrafamiliar causando agressões violentas, tanto físicas como emocional, causando insatisfação nos seus relacionamentos conjugais.

Com o capitalismo as mulheres da atualidade passaram a fazer diferença em nossa sociedade, com suas atuações sucedidas de vitórias, para um futuro inovador, com suas experiências emancipatórias, conciliando afazeres domésticos, trabalho e estudos escolares rompendo com o tradicionalismo.

Contudo, ressalta-se que, as mulheres estão conquistando seus espaços e em todas as esferas, com empoderamento reconhecido pela sociedade, a qual as transforma em um ser de poder, igualmente aos homens, desenvolvendo papéis igualitários, com direitos e deveres de fato, sem violência e com independência.

4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nos dias atuais os avanços no campo dos direitos estão se concretizando, porém, a mulher ainda é vista com preconceito por alguns seres de nossa sociedade, o qual continua sendo motivo de conflito na composição de seu grupo familiar.

Infelizmente ainda há situações embaraçosas com as mulheres, pois as mesmas ainda são vistas com menos direitos e muitos deveres em alguns lugares. Violência essa que não respeita cor, raça, religião, etnia, gênero e condições financeiras e sociais.

A violência contra a mulher é crime penalmente punível, assegurado pela Lei 11.340, conhecida como Maria da Penha, a qual passou a vigorar em todo o País a partir de sua legitimidade, onde avaliou grande impacto, com as taxas de homicídios, afirmando que “o número de mulheres mortas dentro de casa se manteve estável, hoje são registrados 5,43 óbitos para cada 100 mil mulheres”. A lei Maria da Penha acredita que esse número hoje seria cerca de 10% maior se não houvesse a lei.

O Art. 5º, a Lei Maria da Penha “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Porém, mesmo com esse mecanismo legalmente jurídico, ainda há homens que não se intimidam continuam agredindo suas companheiras.

Assim o Portal G1. Globo, (10/12/2015), a Central de Atendimento à Mulher, ligue 180 (SPM-PR, 2015), divulgou que somente em 2014, o Brasil tem um dos índices criminoso mais elevado em relação aos demais países, ou seja, “a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal”.

O portal ainda traz relatos da central de atendimentos à mulher, onde em seus atendimentos destacam-se que a maior parte dos crimes acontece em suas residências em relacionamento conjugal, tendo em vista que elas acontecem no início das relações a dois os demais são veteranos, estando essas mulheres subordinadas por não poderem se manter sozinhas financeiramente.

Fatos esses muito preocupantes, tendo em vista que em pleno século XXI, esse crime brutal e punível ainda é visível, pois há várias informações em todos os meios de comunicação para coibir esses atos de violência contra a mulher.

Por isso, o Portal G1. Globo, (10/12/2015) afirma;

Mais de 10 mil boletins de ocorrência foram registrados, entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2015, na Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM), em Manaus. Para a delegada Andrea Nascimento Pereira, os números apontam – além do alto índice de crimes – que as mulheres perdem, cada vez mais, o medo de denunciar agressores.

Com todos esses esclarecimentos as mulheres vítimas de violência estão perdendo o medo de denunciar seus agressores, algumas delas sofrem com as formas de violências, principalmente essas que não deixam marcas visíveis, pois a Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM) relata que, somente em 2014, foram registradas 52.957, denúncias as quais se classificam de várias formas.

Onde os órgãos competentes estão se empenhando ainda mais para com a prevenção do crime, pois representa uma questão preocupante, uma vez que se sabe que sua origem se dá na organização social das famílias e nas aquisições econômicas, sendo necessária a atuação das políticas públicas que estão voltadas para punir as violências com o cumprimento das Lei 11.340,

Para tanto o Portal G1. Globo (10/12/2015) relata;

27.369 corresponderam a denúncias de violência física, 16.846 de violência psicológica, 5.126 de violência moral, 1.028 de violência patrimonial, 1.517 de violência sexual, 931 de cárcere privado e 140 envolvendo tráfico. Dos atendimentos registrados em 2014, 80% das vítimas tinham filhos, sendo que 64,35% presenciavam a violência e 18,74% eram vítimas diretas juntamente com as mães.

O mesmo Portal ainda divulga que o Amazonas passa ser o Estado que “tem menor taxa de denúncia de violência contra a mulher pelo disque 180”, dados esses também registrados pela Secretaria de Segurança Pública, a qual relatou mais de cinco mil casos de violência contra a mulher somente com denúncias em 2014, no entanto o mesmo enfatizando que o Amazonas “é a quarta Capital que menos denuncia” esse tipo de crime tão violento que continua envolvendo as mulheres da nossa cidade.

Em Manaus esses números de violência contra as mulheres são menores, porém os maiores números de denúncias registradas são feitos por mulheres residentes na zona leste. O Portal G1. Globo (10/12/2015), ainda apresenta dados da SSP-AM, onde dos 63 bairros de Manaus, 13 deles registraram “mais de 100 casos no período de janeiro a agosto, dentre eles: Armando Mendes, Cidade de Deus, Cidade Nova, Coroado, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Novo Aleixo, Tancredo Neves e Zumbi”.

Percebe-se que, por ser a zona mais populosa de Manaus a zona Leste, concentra o maior índice de violência contra a mulher, e pelas famílias serem de menor poder aquisitivo parte das mulheres passam o dia fora de suas residências por estarem trabalhando, e quando retornam acontecem as violências, passando a ser são comuns as ocorrências no período noturno, relata o Portal G1. Globo (10/12/2015).

O jornal citado acima afirma que “mais de cinco mil mulheres foram vítimas da violência doméstica ao longo deste ano”, fato que deixa todos os órgãos competentes e pesquisadores em alerta para que esses casos também possam ser investigados a fundo e os agressores punidos.

O Portal G1. Globo (10/12/2015), desta que somente em Manaus foram “denunciados 196 casos, porém para cada 100.000 mulheres, somente 12,95% informam sobre agressões sofridas”, esses dados reais são casos preocupantes para a sociedade, pois acredita-se que as mais de 88% dessas mulheres que não denunciam ou não registram suas agressões, são por medo dos seus agressores.

Nesse contexto de violência intrafamiliar, a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM) divulgou que somente em setembro de 2015, foram denunciados 196 casos, “A tabela ainda informou que o Amazonas está em último lugar na taxa de registro. Para cada 100.000 mulheres, somente 12,95 informam sobre agressões sofridas”. Destaca-se, que a prática de denunciar as agressões ainda é pouca utilizada pelas mulheres de Manaus.

Mais, a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher-DECCM, órgão que funciona em parceria com a Polícia Civil do Amazonas, a qual acolhe, apoia, orienta as mulheres sobre seus direitos e encaminha as mulheres agredidas para os serviços quando necessário já faz esse trabalho de orientação à denúncia, até para termos mais fundamentação em nossas pesquisas.

A Política Nacional para as Mulheres norteia as perspectivas de violência de gênero, de raça e de etnia, no enfoque dos efeitos das dimensões de prevenção, assistência, proteção da violência contra a mulher com ampliação e garantia de direitos, com o intuito de romper as fronteiras na desigualdade de gênero, para alcançar todos os aspectos da relação entre os pares e combater a impunidade dos agressores.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011) define que “a partir de 2003, as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres são ampliadas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas”.

Efetivando “padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública” Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011).

Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília (2011), trazem para essa discussão não só as políticas, mas também as leis as quais irão garantir direitos e deveres para melhor fundamenta-se contra as agressões e maus tratos.

Os enfrentamentos contra esses crimes hoje estão sendo mais debatidos em todas as instituições de ensino, como também em todos os órgãos parlamentares, como forma de expandir e coibir tal prática tão antiga, porém corriqueira nos dias atuais.

Para fundamentar essa discussão verifica-se que;

A Política Nacional encontra-se, também, em consonância com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas convenção de Palermo, 2000. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Dessa forma, tornam-se claros e evidentes direitos e deveres, para todas as mulheres, sem exceção de classe social, cor, raça, etnia e orientação sexual, porém com as discussões acerca desses direitos garantidos, a mulher em pleno século XXI ainda é agredida em todas as esferas de nossa sociedade.

Com esse Histórico de violência contra a mulher e por outros fatores e relatos das bolsistas do Programa Bolsa Educações, surge a preocupação em conhecer o cotidiano das mesmas, pois elas estão se qualificando através de uma especialização, dando continuidade aos seus estudos para conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Sendo assim, as bolsistas especializadas do Programa Bolsa Educações” estão se sobre saindo em suas buscas, onde as mesmas têm a convicção que com a conclusão de sua especialização eles conseguirão uma melhor posição no mercado formal de trabalho.

5 A MULHER, EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO

A educação é faz parte do processo histórico da vida do ser humano sendo considerado como continuidade do nosso aprendizado. Sua importância faz parte do cotidiano educacional e é de grande relevância para vida dos indivíduos em sociedade, o ensino do ser humano faz parte do seu papel como educador principal para o processo de evolução com seus ensinamentos e aprendizados em família.

A Constituição Federal de (1988) garante que a educação no Brasil cresceu em durante seus percursos, porém ainda há muito que rever em suas articulações de inserções, em especial a forma seletiva de inclusão ao ensino de pós-graduação, sabe-se que os mecanismos legais no Brasil continuam em aprimoramento deixando a desejar por parte dos governantes, uma vez que se sabe que as instituições públicas ainda não suprem a procura da classe estudantil, tendo as instituições particular como apoio dessa classe possibilitando ingresso a inclusão dos educandos.

Nesse contexto, os educandos oriundos das diversas localidades precisam de intervenções, tanto do poder público, como da sociedade civil, para que possa ampliar seu direito de acesso à educação, adequando-se ao seu modo de vida e de sua cultura, produzindo e reproduzindo igualdade social entre os povos e culturas existentes na cidade.

Embasada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Art. 1º. § 2º. “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Onde esse deve criar projetos estratégicos que possibilitem a inserção dos discentes nas instituições públicas voltadas para o ensino de pós-graduação em todas as áreas.

Para Oliveira (2015, p. 3), as instituições da rede pública são “essa cheia de entraves ao seu livre acesso em suas várias formas, tanto no conhecimento educacional, quanto em sua inserção e emancipação, no trabalho, como em sua prática social”.

A autora ainda pontua (2015, p. 4);

A educação é o desenvolvimento integral no dia a dia e a condição essencial de socialização que o indivíduo precisa obter para se manter em sociedade, que assim possa se relacionar e fundamentar-se em suas ideias e buscas, elaborando pesquisas, construindo, ou reconstruindo interpretações de uma determinada sociedade.

Os mecanismos de seleção para que os discentes possam cursar uma pós-graduação são insuficientes, limitando e excluindo muitos da classe pauperizada os quais almejam se especializar, onde poucos conseguem se inserir pela rede pública, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA), as quais a divulgação é praticamente restrita.

Com esse contexto histórico, temos a rede particular a qual vem a somar com esse acesso, pontua-se alguns programas, como o Programa Educa Mais Brasil (EMB) que ofertou mais de 180 mil bolsas de estudos, tanto para graduação, como para pós-graduação, e a Bolsa Programa Educações (PBE) com até o momento 5.000 bolsas ofertadas nessa modalidade, que tem a mesma procedência de inclusão, e vem ofertando qualidade e qualificação em cursos tecnológicos, graduações, pós-graduação e cursos de línguas.

O Programa Bolsa Educações (BPE) foi criado em 15 de janeiro de 2013, para inserir essa grande massa de alunos que concluem sua graduação e querem continuar seus estudos, inserindo-se em uma faculdade ou cursos sequenciais. Porém, destaca-se que as várias formas de inserção ao ensino de pós-graduação implantadas no Brasil têm como prioridade os interesses neoliberais, trazendo inúmeros aumentos de cursos para as instituições, inserindo muito discente a rede particular.

A rede privada está totalmente estruturada ao neoliberalismo, com grande número de discentes inseridos nas universidades, porém parte desses alunos é da classe baixa, sem condições financeiras de custear cem por cento seus estudos, mas os mesmos não conseguem se inserir nas instituições de ensino devido à alta seletividade do processo que de certa forma, excluindo parte da população.

OLIVEIRA (2015, p. 6) em suas pesquisas destaca;

O programa foi criado com o intuito de resgatar parte dessa classe pauperizada, e por ser grande repercussão para a sociedade, ainda conta com o apoio da Federação Nacional das Escolas Particulares (**FENEP**) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Amazonas (**SINEPE-AM**), faz seu primeiro processo seletivo em Manaus, tendo a primeira lista de estudantes contemplados em uma única instituição credenciada. Sendo esta; Centro Universitário Nilton Lins (**NILTON LINS**), para o segundo semestre do mesmo ano aderiram ao Programa, Faculdade Martha Falcão (**FMF**), a qual se descredenciou em 2014/1, e o Instituto de Ensino Superior Materdei (**MATERDEI**).

Em 2014, mas Instituições aderem o programa de inclusão social, no primeiro semestre letivo, Centro de Estudos Teológico Brasileiro (**CE-TEO**), Escola Superior Batista do Amazonas (**ESBAM**), Faculdade Salestiana Dom Bosco (**FSDB**), Instituto de Ensino Superior Fucapi (**FUCAPI**), em 2015, entram Faculdade Metropolitana de Manaus (**FAMETRO**) e Faculdade Boas Novas (**FBN**), no segundo semestre de 2015, entra a Faculdade Maurício de Nassau (**FMN**), somando um total de nove (09), instituições ao qual contribuem para a realização do sonho da população desprovida financeiramente.

O referido programa garante aos seus bolsistas, o acompanhamento socioeducativo e financeiro, bem como assegurar sua bolsa de estudo ao qual lhe foi concedido até a conclusão de sua pós-graduação.

Sendo assim, Oliveira (2015, p. 7) diz que, a procura por uma especialização “é intensa em sua maioria são mulheres com faixa etária de 30 a 45 anos, o que ocasiona

maior procura por pelos graduados”. Com tamanha procura é implantada a modalidade de pós-graduação, a qual cresce gradativamente.

Hoje a inserção a educação continuada do programa social é uma realidade para toda a sociedade, “pois com uma pós-graduação as bolsistas almejam conseguir uma melhor colocação no mercado formal de trabalho e assim vencer a desigualdade de gênero por sua posição social que em pleno século XXI ainda se destaca” (OLIVEIRA, 2015, pag. 7).

Com isso, as mudanças da reforma educacional em Manaus, são de grande avanço para a classe popular, incluindo-os ao acesso a educação continuada, inovando sua forma de inserção, o que ganhou força a partir de 1996, quando as instituições privadas de ensino superior floresceram e contribuíram, se expandindo até os dias atuais, com suas várias formas injetáveis, com grande avanço para a população, que está desprovida dos recursos financeiros para dar seguimento aos estudos complementares como a pós-graduação.

6 BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA EDUCAÇÃO EM MANAUS E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

O estudo corresponde à violência contra as mulheres bolsistas do programa social “Bolsa Educação”, o qual tem em seu quadro total de bolsistas ativos 10.893, estudantes, sendo 8.271, são do gênero feminino, as quais estão estudando em uma das modalidades de ensino existentes no programa, começando com o maternal finalizando com a pós-graduação.

Segundo Oliveira (2015, p. 8), o programa já ofertou “12.000 candidatos, o qual em sua maioria são mulheres, onde se apresentam 420 bolsistas da pós-graduação, sendo 390 mulheres e 30 homens”, o programa tem ainda vários números expressivos de mulheres desistentes as quais relataram que não poderão dar continuidade por passarem conflitos intrafamiliar pelos seus cônjuges.

A autora ainda pontua que, “as mulheres bolsistas do programa social somam em seu total 390 bolsistas ativas, todas estão cursando uma pós-graduação em uma das instituições credenciadas” (Oliveira, 2015, p. 7).

Sendo assim a mesma autora destaca que em sua maioria as mulheres bolsistas passam por várias formas de violência intrafamiliar, mas continuam em busca de sua autonomia de um melhor aprendizado para melhor contribuir com a sociedade, essas bolsistas pontuam algumas formas de violência: a verbal, psicológica e as físicas as quais se tornam violentos em âmbito intrafamiliar.

O Ministério Público e Secretaria de Política para Mulheres (2015) destacam;

40% disseram que seus agressores com quem tiveram uma relação doméstica, familiar ou íntima de afeto eles devem fazer um tratamento psicológico, 30% acham que eles deveriam frequentar grupos sociais, ou seja, uma forma de terapia para sensibilizar mudança nesses agressores. 10% acham que a prestação de serviço à comunidade é a melhor alternativa penal.

Mesmos com o sofrimento agressivo as bolsistas especializadas do programa educação, ainda sugerem que seus agressores tenham um acompanhamento especializado, para entenderem que a agressão é um crime punível e que pode resultar em sua privação, sendo julgado e condenado.

Fato esse que pode ser resolvido somente com orientação, sobretudo palestras e acompanhamento contínuo por profissionais, somente assim seus agressores terão consciência que ambos têm o mesmo direito, inclusive o de estudar.

Sendo assim, Oliveira (2015, p. 8), “70% dos beneficiados são do gênero feminino, o que atualmente representa grande massa inclusiva nesse programa de grande repercussão em Manaus”. O que se percebe que as bolsistas do programa social sabem o que querem, estão decididas a conquistarem sua autonomia como sujeita de direito, querem conquistar seu espaço, serem independentes de seus parceiros, para poder contribuir com uma sociedade melhor e sem violência.

Pode-se concluir, que a violência contra a mulher ainda estar bastante presente no nosso cotidiano. É importante frisar que não basta criar políticas para combater a violência, é necessário que as políticas públicas que já foram criadas sejam aperfeiçoadas, fortalecidas e efetivadas por todos, assim como também, sensibilizar essa camada da população, em exercer o poder de denunciar seus agressores mediante as leis que as amparam.

As mulheres não podem mais ser vistas como coitadas em nossa sociedade, pois se tornaram participativa e protagonista de sua própria história, na qual ao longo dos anos estão avançando e contribuindo ainda mais com a sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasada em todo o norteamento do contexto de família, violência contra a mulher, violência intrafamiliar e as Leis Maria da Penha, Constituição Federal, do PBE e pela LDB, fundamentada pelos autores, percebeu-se que, depende dos governantes fundamentarem-se e organizarem-se estrategicamente para intervir no enfrentamento ao contexto histórico da desigualdade social que se perpetuou na cidade de Manaus até os dias atuais, fazendo da inserção uma integração diante dos desafios que as mulheres pós-graduandas do programa bolsa educação enfrentam com as mudanças causadas por suas estratégias emancipatórias.

Toda a discursão teórica desse trabalho originou-se da análise de todo o processo para a discussão dos direitos e deveres dos bolsistas do Programa Bolsa Educação, criado em 15 de janeiro de 2013, tendo como objetivo principal beneficiar discentes da classe pauperizada sem condições financeira de pagar os valores de suas mensalidades até o término de sua Pós-graduação.

Com esta pesquisa, espera-se que os resultados possam contribuir para elaborar novas estratégias emancipatórias nas políticas públicas educacionais existentes, para criação de melhorias que possam coibir a violência que as mesmas sofrem, possibilitando melhores subsídios quanto aos direitos concedidos às mulheres bolsistas do programa educação em Manaus Amazonas, que possam servir de modelo para outros Estados.

De acordo com o exposto durante esse estudo, concluiu-se que a mulher é que mais sofre com a violência intrafamiliar, onde descobriu-se demonstrações mais são amplas naturalizadas e reproduzidas no cotidiano das relações sociais no interior das famílias, principalmente acometida pelos seus próprios companheiros.

Com o estudo das políticas públicas de atenção e prevenção à violência contra as mulheres percebeu-se que, os gestores devem criar melhores estratégias que possam interferir de forma coletiva nas diferentes formas de configuração dos conflitos ainda existentes

entre as famílias, devendo essas estarem sempre afrente das políticas que determinem punição aos agressores, e garantindo o espaço de ir e vir da mulher dentro de sociedade.

Conclui-se que, as mulheres bolsistas do Programa Bolsa Educações, estão se emancipando com a conquista de estarem cursando uma pós-graduação, com o intuito de melhor condição de vida educacional e financeira, causando de certa forma insatisfação para seus cônjuges, pois as mesmas não se intimidam com as ameaças recebidas, seguem a frente e denunciam seus companheiros.

8 REFERÊNCIAS

BARRETO, Cristiane Manique. **Gênero, sociabilidade e afetividade**. Itajaí: Casa Aberta, 2009.

BOLSA EDUCAÇÃO—Criado em 15/01/2013. Dispõe sobre o **Programa Bolsa Educações**. Disponível em <<http://www.educacoes.com.br/portal/2013/02/programa-educacoes-2-2/=page>>. Acesso em: 17 de out. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: de 22 de dezembro de 2010. Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**/Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Dados Nacionais sobre Violência contra a Mulher disponível em <[http://www.educacoes.com.br/portal/C:\Users\Usuario\Desktop\Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 registrou 485 mil ligações em 2015 \(SPM - 06_03 2015\)=Page](http://www.educacoes.com.br/portal/C:\Users\Usuario\Desktop\Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 registrou 485 mil ligações em 2015 (SPM - 06_03 2015)=Page)>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

G1. Lei Maria da Penha, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA - Disponível em: <<http://www.portal.globo.com/hora1/noticia/2015/03/lei-maria-da-penha-foi-criada-ha-nove-anos-e-trouxe-resultados-positivoasp?=page>>. Acesso em: 05 mar.2015.

JORNAL A CRÍTICA. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/03asp?=page>>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO—LDB (1996).

LOSACCO, Silvia. **O jovem e o contexto familiar. Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais—PUC/SP, 2010.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Mulheres vítimas de violência doméstica:** compreendendo subjetividades as sujeitadas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, Célia Maria Nascimento de. **Bolsa Educações:** uma realiza para as bolsistas do Programa Social em Manaus-Amazonas. 2015. Dissertação (Especialização em Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar) Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am.

SAFFIOT, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SARTI, C.A. **Família e individualidade:** Um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Educ, 1995.

VINAGRE, Silva Marlise. **Violência contra a mulher:** quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SISFIES. Dispõe sobre os programas de inclusão existentes. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.asp?=&page>>. Acesso em: 20 de out. 2015.



OS DESAFIOS DA PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MANAUS

Cristiane Gonçalves Paiva¹ Marcos Afonso Dutra²

Recebido em: 25/05/2016; Aceito em: 04/06/2016.

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido, inicialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica e, seguida, e pesquisa de campo sobre as questões que envolvem a leitura e a escrita no ambiente escolar. O objetivo geral esteve voltado para identificar quais as ações ou estratégias são implementadas pela escola no sentido de promover o gosto pela leitura e escrita com alunos do 1º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública na cidade de Manaus. Despertar o gosto pela leitura e escrita é essencial para a formação de novos leitores e a escola é uma instituição que tem como uma de suas finalidades proporcionar meios de aquisição e estimular o valor que a leitura tem para o desenvolvimento intelectual e social nos seus alunos. Os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: abordagem de cunho qualitativa; tipo de pesquisa; técnicas de coletas de dados; campo e sujeitos da pesquisa e análise de dados coletados. Dessa forma, a pesquisa possibilitou um olhar mais profundo, a partir da articulação entre a teoria e a prática, evidenciando, também, os problemas e desafios da aquisição da leitura e da escrita, a partir de um olhar crítico e reflexivo. Os dados coletados e analisados responderam aos objetivos do trabalho em questão.

Palavras-chave: Leitura; escrita; desafio.

ABSTRACT

This article was initially developed from a literature search and followed by field research on issues that involve reading and writing at school. The overall objective was aimed to

¹ Cristine Gonçalves Paiva – Especialista em Coordenação Pedagógica e atual professora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Rua Rio Acari, 156, Conjunto Colina do Aleixo, 9272-0576, cristianepaiva55@gmail.com

² Marcos Afonso Dutra – Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA/UFAM; Professor na Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO); Rua Gaurama, 38, Cidade Nova I, 98112-9602, marcosdutra30@gmail.com

identify what actions or strategies are implemented by the school to promote the love of reading and writing to students of the 1st year of elementary school in a public school in the city of Manaus. Awaken the taste for reading and writing it is essential for the formation of new readers and the school is an institution that has as one of its purposes to provide means of acquisition and stimulate the value that reading has for the intellectual and social development in their students. The methodological procedures adopted were as follows: the qualitative approach; type of research; techniques of data collection; field and subject of research and analysis of collected data. Thus the research allowed a look through the articulation between theory and practice, also highlighting the problems and challenges of the acquisition of reading and writing from a critical and reflective look. The data collected and analyzed responded to the work of the objectives in question.

Keywords: Reading; writing; challenge.

I INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa referente ao tema “leitura e escrita” e teve como objetivo geral identificar quais as ações e estratégias são implementadas pela escola, em parceria com o professor, no sentido de promover o incentivo pela leitura e escrita a alunos do 1º ano do ensino fundamental em uma escola pública da cidade de Manaus e, como objetivos específicos analisar como a escola está acompanhando o planejamento do professor, e se existe redirecionamento da ação, a fim de implementar práticas pedagógicas a favor da leitura e escrita no ambiente escolar; identificar estratégias da prática de leitura e escrita desenvolvida pelo professor, com possível acompanhamento pedagógico e seus efeitos; apontar as dificuldades do professor nesse processo de mediação de leitura e escrita.

Os dados coletados para essa pesquisa aconteceram no momento da disciplina Seminário de Pesquisa e realizou-se em uma escola municipal na Zona Leste na cidade de Manaus, nos meses de setembro a novembro de 2015. Foi feito registro de informações, a partir de um olhar crítico e reflexivo, diagnosticando um pouco da realidade da escola, a prática educativa dos anos iniciais do fundamental, suas relações sociais, identificando problemas e desafios.

Este artigo está desenvolvido a partir de quatro tópicos a saber Leitura e Escrita: desafios e perspectivas no ambiente escolar; A importância da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental; Aquisição da linguagem escrita nos anos iniciais e análise e discussão dos resultados.

Os procedimentos metodológicos foram assim distribuídos: abordagem exploratória, descritiva; tipos da pesquisa com caráter bibliográfico, de campo e qualitativo; técnicas de coletas de dados que foram entrevistas despadronizadas, padronizadas e observação participante; campos e sujeitos da pesquisa: escola, direção, coordenação e professora.

A análise e a discussão dos resultados vêm destacando os projetos e caminhos para a evolução do gosto da leitura e escrita e a prática docente e suas estratégias de leitura e escrita. Por fim, as considerações finais.

A pesquisa apontou que a escola fornece muitos meios que levam ao processo de produção da leitura e da escrita, que vem sendo desenvolvidos por meio de projetos

importantes, ao longo do ano, infelizmente, não possui biblioteca e a escola dá suporte pedagógico aos professores. O desenvolvimento, a seguir, aborda de maneira sutil os processos que possibilitam o aluno a vir a ter gosto de ler e de escrever.

2 LEITURA E ESCRITA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Vivemos mudanças e descobertas numa velocidade crescente, onde os reflexos desaguam no âmbito político, social e cultural, pois sofrem, claramente, com esse cenário. E, para que possamos acompanhar, é relevante desenvolver o ato da leitura que, de maneira direta, contribui para a formação do cidadão que, conseqüentemente, possa situar-se no mundo, fazendo observações críticas, analisando-as e relacionando-as, visto que há uma grande quantidade de informações existentes na sociedade. Concordando que:

A leitura não é somente ler palavras, mas fazer leitura de situações, sobretudo para não sermos alienados, isto é, a decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto, liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio e atuação social, política, econômica e cultural (MARTINS, 1994, p. 23).

Dessa maneira, ler e escrever significa possuir bases de educação para viver em sociedade. Ainda hoje, ler e escrever é algo que nem todos têm acesso, naturalmente. O ato de ler permite a descoberta de algumas características comuns e diferenças entre os indivíduos, proporcionando uma noção geral do mundo que nos rodeia.

A partir do momento que você começa a ler, está exercitando a mente, o que começa a aguçar a inteligência, surgindo o equilíbrio para ver a realidade e para o que está acontecendo de errado e obter poder de observação. Podemos dizer que a leitura é a melhor ginástica para a mente, enriquece a linguagem, a escrita, tem maior capacidade de reproduzir e avaliar situações, é o que destaca Allende (2005, p. 100) “quanto mais se lê mais se melhora a qualidade da leitura; tanto que muitos autores sugerem que a leitura deveria ocupar 80% do tempo e deixar apenas 20% para o ensino sistemático das habilidades específicas”.

Sendo assim, deveríamos deixar a maior parte de nosso tempo para as práticas da leitura, para sempre estarmos informados sobre o que está acontecendo ao nosso redor, analisando sempre, com uma visão crítica, os acontecimentos do meio em que vivemos.

Quando praticamos a leitura, somos levados à informação, conhecimento e ao prazer. As informações obtêm-se no meio cotidiano, lendo jornais ou revistas, ou uma receita; o conhecimento tenho no processo acadêmico, onde pesquiso, fundamento e, obtenho um olhar atento no que ocorre na sociedade, esse conhecimento faz pensar, criticamente. Já para o prazer, livros literários, poesias, romances é uma opção, neles o encantamento e a imaginação são estimuladas Allende (2005).

Esses conhecimentos são adquiridos no meio social que está inserido e na escola, basta que eles possam ser estimulados a criar um hábito de leitura, fato esse percebido no decorrer da pesquisa realizada na escola municipal, quando por ocasião da observação dos Projetos de Leitura inseridos no calendário, na prática pedagógica dos professores, inseridos no planejamento anual.

A prática da leitura implica vários fatores que vão facilitar a aprendizagem da leitura, um deles são os fatores físicos e fisiológicos e, para exemplificar isso, foram feitas inúmeras pesquisas sobre qual a idade que crianças poderiam começar a ler. Dessa maneira:

Com o paradigma da leitura emergente na educação infantil, a pergunta sobre quando começar o ensino formal chegou a ser discutível, porque, nos ambientes letrados, a leitura emergente começa antes que as crianças ingressem na pré-escola. A diferença está em como se define o ensino ou instrução (ALLIENDE, 2005, p. 26).

Nessa perspectiva, o início do ensino da leitura pode começar antes da criança ingressar na escola, dependerá do ambiente e situações que são proporcionadas para que ela entre nesse mundo da leitura, não esquecendo que ler e escrever são muito mais que decifrar símbolos, não estando relacionada à memorização, mas também, na compreensão do que se ler.

Ainda dentro dos fatores fisiológicos, os problemas na visão podem dificultar o aprendizado da leitura “por esse motivo, o exame visual a que se submete uma criança, não deve basear-se, apenas, no resultado do teste de Snellen; ele deve incluir a acuidade binocular; a acomodação e a convergência” (ALLIENDE, 2005, p. 28). O problema da visão afeta inúmeras crianças no começo da vida escolar, sendo necessário a participação da família e professores na observação dessa dificuldade, para que possam detectar o problema cedo, evitando danos maiores.

Outros fatores que pode interferir no aprendizado da leitura são os sociais, emocionais e culturais. Muitas crianças podem ter alguns comportamentos de inquietação, distrações que podem estar relacionados a fatores emocionais e sociais (ALLIENDE, 2005).

Dessa forma, aponta-se para uma dessas dificuldades:

As crianças hiperativas tendem a ter problemas em sua adaptação emocional e social, mesmo que os demais aspectos estejam desenvolvidos, especialmente por suas dificuldades de controle do movimento e impulsividade e por seus problemas de atenção e concentração na tarefa (ALLIENDE 2005, p. 29).

As crianças, por si só, não ficam muito tempo quietas como muitos pais e educadores desejam, mas quando se verifica um grau alto de alguns comportamentos que vão contribuir para o não aprendizado, é necessário um olhar atento e procurar apoio de demais competências. Mas, importante não ver esse aspecto isolado, mas um conjunto de fatores que possam evidenciar essa possível dificuldade Alliende (2005).

Os fatores culturais podem, também, interferir nas práticas da leitura, facilitando o gosto de ler, dependendo do meio que está cercada.

Dessa maneira afirma:

Pode-se dizer que o processo começa bem antes de seu processo de alfabetização: a criança a “letrar-se” a partir do momento em que nasce numa sociedade letrada. Rodeada de material escrito e de pessoas que usam a leitura e a escrita- e isto tanto vale para a criança das camadas favorecidas como para a das camadas populares (SOARES, 2000, p. 3).

Dessa maneira, crianças com maior facilidade para o processo de leitura vêm de famílias que proporcionam a ela recursos e disposição, lendo, contando histórias, comentando notícias, dando oportunidade para o aprendizado da leitura.

Os fatores cognitivos também vão contribuir para aquisição da leitura e podem ser considerados, pois é o meio cultural que a pessoa está inserida que facilitará o desenvolvimento de inúmeras habilidades. “Assim, define inteligência ou conjuntos de habilidades que permitem ao indivíduo resolver problemas ou desenvolver produtos que são considerados de um determinado contexto da cultura” (ALLIENDE, 2005, p. 35). Assim, as pessoas têm múltiplas inteligências e potenciais, mas precisam ser estimuladas para que despertem o aprendizado e a escola tem essa função.

Outro ponto importante é sobre a consciência fonológica que leva as crianças refletirem sobre as características das linguagens: “a consciência fonológica é muito importante para o desenvolvimento da leitura, porque as crianças que não a possuem têm altas probabilidades de chegarem a ser maus leitores” (ALLIENDE, 2005, p. 39). Essa consciência deve ser estimulada desde o início da vida escolar na utilização de palavras divertidas, de rimas que podem ajudar no desenvolvimento dessa consciência que deve ser trabalhado na sala de aula.

3 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Estimular o hábito da leitura nas crianças é muito importante, pois desde cedo é necessário envolvê-la no mundo da leitura e isso ajudará no desenvolvimento emocional ou na capacidade de expressar melhor suas ideias. Formar leitores é uma tarefa que começa antes mesmo da alfabetização e se estende por toda a vida escolar. Segundo (PERROTTI, 2010, p. 18) “é muito importante à narração para os pequenos, mas é necessário permitir que eles contem histórias para os adultos e o meio que ele está inserido contribui para esse desenvolvimento”.

Quando se fala em leitura, é importante a participação dos pais nesse processo, reconhecendo as limitações da criança, como exemplifica Freire, ao relatar sua experiência com a leitura: “mas é importante dizer que a “leitura” do meu mundo, que me foi fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem racionalista de calças curtas” (FREIRE 2011, p. 24).

Paulo Freire 2011, nos lembra que a leitura de mundo procede à palavra. Isso nos mostra por meio e sua experiência, aonde aprendeu a ler em sua própria casa, rodeada de árvores e animais. Na verdade, aquele mundo era o mundo de suas primeiras leituras. O “texto”, as “palavras”, as “letras” daquela realidade que se experimentava, mais aumentavam a capacidade de perceber os objetos, os sinais que iam se desenvolvendo ao conviver com eles, com sua família. Cabe aos pais e educadores ajudarem seus filhos nesse processo de ensino e aprendizagem, conversando sobre o meio social em que está inserido e das questões externas que também influenciam no processo de aquisição da leitura de mundo. Sendo assim, cada criança chega à escola com a leitura de seu mundo particular.

A participação da família é de extrema relevância para o ato da leitura, pois ela pode incentivar, proporcionando um ambiente rico de informações, “a maioria de bons leitores provém de lares letrados em que há permanente presença de livros, revistas, jornais,

publicidade, e nos quais a família investe em sua aquisição” (ALLIENDE, 2005, p. 41). Com esse incentivo, facilitará para que essa criança não tenha muitas dificuldades para iniciar o processo da leitura.

Estimular as crianças a ler vários tipos de livros e textos que circulam na sociedade, facilita a compreensão e a construção do mundo ao seu redor. Na escola pesquisada, participação dos pais no incentivo à leitura e escrita é razoável, pois encontramos poucas evidências da integração dos pais com a escola no sentido de promover o gosto pela leitura. Concordando com a ideia:

Ler um texto qualquer, uma notícia, uma narrativa ficcional ou um poema nos leva a entrar em contato com uma outra experiência, construí-la e reconstruindo-na. E construir-se significa, sobretudo, inscrever-se na experiência, no real (MICHELETTI, 2006, p. 16).

Dessa maneira, leituras variadas e ricas levarão as crianças construir novas experiências, conhecimentos, com uma visão do real e imaginário. Nesse sentido:

O cérebro da criança está potencialmente dotado para descobrir as regularidades ou constante da linguagem oral e da escrita. A criança está sempre imersa a uma atmosfera de estímulo verbais, mas nem sempre se encontra numa atmosfera letrada. Isso é mais evidente nas crianças de ambientes pobre do ponto de vista gráfico, nos quais não há anúncio de propaganda, cartazes, livros, bancas de revistas, pôsteres, rótulos, sinais de trânsito (ALLIENDE, 2005, p.41).

Nessa perspectiva, ler e escrever são muito mais que decifrar símbolos fazendo com que a criança memorize, não tendo nem uma compreensão no que ler. Portanto, basta que o professor propicie aos alunos situações desafiadoras, considerando aquilo que eles pensam.

A leitura, nos anos iniciais, chamada de emergente por Alliende, é a complementação da infantil, também de extrema relevância, pois, “a leitura inicial continua o processo iniciado na educação infantil. A diferença está em ser enfatizado durante esta etapa, o desenvolvimento de uma série de habilidades específicas” (ALLIENDE, 2005, p. 55).

Dessa maneira, como a criança foi estimulada muito cedo suas as estruturas servirão para a aprendizagem da leitura sem muitas dificuldades. Começa nas séries iniciais o momento que ela inicia a leitura e escrita de forma mais consistente, é preciso muito cuidado para não produzir a leitura mecânica. Conforme:

A leitura mecânica é a mera decodificação dos signos que dão forma estrutural ao texto. Ela consiste, fundamentalmente, na valorização excessiva dos elementos formais de reprodução do texto: dicção, velocidade, pontuação, entonação, paragrafação, etc. Dessa forma, a leitura mecânica se limita ao deciframento dos significados dos signos que compõem o texto (SILVA, 1986, p. 111).

Essa leitura mecânica vai dar ênfase às características de um texto sem nenhum entendimento de compreensão para a criança, sendo um mero reproduzidor de texto. A leitura deve favorecer, para a criança, algo que ela possa se expressar, buscando um significado real é o que explica (SILVA, 1986, p. 112) “A leitura compreensiva visa o con-

teúdo ideativo do discurso escrito. O leitor, neste caso, interage com o texto, atribuindo significado e buscando a sua compreensão”. Nessa perspectiva o professor é um atento observador dos níveis de desenvolvimento e potencial do aluno e, assim, pode construir situações pedagógicas. Sendo assim:

Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: um se refere à conquista já efetivada, que ele chama de nível de desenvolvimento real ou afetivo, e o outro, o nível de desenvolvimento potencial, que relaciona às capacidades em vias de serem construídas (REGO, 2003, p. 72).

Nesse sentido, é preciso proporcionar ao aluno o entendimento do que ele está lendo, desafiando a pensar sobre o assunto. O professor é o mediador desse processo e o aprendizado ocorre na zona de desenvolvimento proximal e o professor tem um papel fundamental ao ajudar as crianças em sala de aula. É dele a função de criar condições favoráveis à aprendizagem do aluno, essas condições que possibilitam o desenvolvimento do aluno são percebidas na prática da professora.

4 AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Desde que nasce a criança, está em interação com as pessoas que estão ao seu redor, pois dela necessitam para sobreviver, mediar conhecimentos, e ingressar na sua cultura. Todo seu conhecimento recebe influências do meio em que vive, desde dar um conceito a uma cor, até identificar um objeto. Nesse sentido, no tocante a linguagem escrita, os estudos de Luria (1988) trazem uma importante contribuição para entendermos como ocorre a aquisição dessa linguagem pelas crianças. Ele explica que desde “os primeiros anos de seu desenvolvimento, antes de atingir a idade escolar, a criança já aprendeu e assimilou um certo número de técnicas que prepara o caminho para à escrita” (LURIA, 1988, p. 143-144).

São essas técnicas primitivas que chamamos de pré-história da escrita, ou seja, os conhecimentos que a criança possui antes de ir para a escola, que vão contribuir para facilitar a construção do conceito da escrita quando ela começa a frequentar a escola. Sendo assim, a pré-história da escrita começa “muito antes da primeira vez que o professor coloca um lápis em sua mão (a criança) e mostra como formar letras” (LURIA, 1988, p. 134).

Buscando compreender a pré-história da escrita na criança, o psicólogo Luria investigou este período do desenvolvimento da escrita de como a criança desenvolve suas habilidades e os fatores que ajudam a passar de um estágio para outro. Observou algumas crianças na faixa etária de 3, 4 e 5 anos, dando lápis e papel, para que escrevessem sentenças ditadas por ele.

Com essa experiência, Luria (1988), conseguiu identificar níveis de desenvolvimento na compreensão da linguagem escrita, ou seja, níveis de compreensão da função da escrita como representação, como signo. Um grupo de crianças fez apenas rabiscos, enquanto outras tentaram imitar os adultos no ato de escrever. Contudo, tanto no primeiro, quanto no segundo caso, os rabiscos eram só brincadeira, não tendo nenhuma associação com a escrita, só haverá escrita se as crianças materializarem o seu pensamento, ou seja, a sentença ditada.

Outras crianças passaram a desenvolver a escrita substituindo o rabisco por figuras e imagens, “nesta sequência de acontecimentos está todo o caminho para o desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança” (LURIA, 1988, p. 161). Portanto, a pré-história da escrita só irá acontecer quando esta ajudar a criança a lembrar-se da sentença que foi ditada, anteriormente, percebendo que a fala pode ser desenhada, seja no rabisco ou em sinais ou imagens.

Esses estudos sobre a escrita antes e depois da escola, também tiveram as contribuições da pesquisadora Emília Ferreiro no processo de alfabetização, onde fala que “ao analisar o processo de alfabetização, deve ser exatamente a compreensão desse objeto, buscando saber que concepções de língua escrita à criança tem antes de iniciar o processo formal na escola” (DURAN, 1994, p. 107). Portanto, a criança como vimos, é carregada de conhecimento que deve ser diagnosticado pelo professor para saber o que a criança já sabe e ainda não sabe, ou seja, ele é indispensável no processo de alfabetização, esse conhecimento não pode ser descartado pelo professor e é ele que vai desenvolver a escrita da criança.

Na proposta de Ferreiro (1999), a alfabetização promove à socialização e o acesso à cultura, é nisso que ler e escrever são um aprendizado cultural, desenvolvido pela interação com o outro. A partir desses estudos, surge a ideia de letramento, onde se alfabetiza a criança dentro de um contexto que faça sentido para elas, ou seja, para que possam usar a leitura e escrita na sua prática social. Nesse sentido:

Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita: substituindo as tradicionais e artificiais cartilhas por livros, por revistas, por jornais, enfim, pelo material de leitura que circula na escola e na sociedade, e criando situações que tornem necessárias e significativas práticas de produção de textos (SOARES, 2000, p. 3).

Para tanto, ler e escrever são muito mais que decifrar símbolos, fazendo com que a criança memorize, não tendo nenhuma compreensão no que lê, basta que o professor propicie aos alunos situações desafiadoras, considere aquilo que eles pensam. Contudo, a escola deve proporcionar alternativas para incentivar os alunos a leitura. O conhecimento é uma construção cultural, e a escola em seu caráter político, não conhece essa construção ou não compreende, faz com que esse conhecimento seja transmitido em uma “educação bancária”, onde o conhecimento é acabado e pronto e, no entanto, a escola que se prepara para atender crianças para viver em sociedade.

A maioria das escolas do nosso país está, apenas, transmitindo conhecimento, pois o conhecimento escolar deveria ser uma ferramenta da liberdade e de poder, não deixando de ser dominados pelas classes que estão no poder. “A maioria de nosso país, no entanto, estão oprimidos por uma sociedade injusta a exigiu-lhes os maiores sacrifícios para sobreviverem, não dispõem de tempo, nem estão preparados para fazer leitores os seus filhos” (DINORAH, 1995, p. 19). A falta de incentivo à leitura, em algumas escolas, vem causando esses efeitos que o poder ideológico quer para sociedade de não preparar pessoas informadas pelas práticas da leitura.

A escola deve proporcionar aos alunos caminhos para incentivar o hábito da leitura, desenvolver projetos ou criar situações no dia a dia, na sala de aula e todos devem contribuir. É o que explica (DINORAH, 1995, p. 24): “A produção da leitura é uma responsa-

bilidade de todo corpo docente de uma escola e, não apenas, dos professores de língua portuguesa”. Dessa forma, esse corpo docente tem que estar capacitado, o que trará muitos benefícios para a produção da leitura. Percebe-se, nesse sentido, que a escola pesquisada está proporcionando situações para despertar o gosto pela leitura e escrita.

A escola deve, também, estar preparada para proporcionar um ambiente que venha ser prazeroso. Para Perrotti (2010) “o lugar de leitura na escola deve ser rico, plural, diverso; deve contar com vários formatos de livros, com publicações indicações para a idade e para além de diversas línguas”. Contudo, o professor deve contribuir com momentos agradáveis na biblioteca, no cantinho da leitura e na própria sala de aula, aonde, ele, com suas próprias ações, venha ajudar o aluno nesse processo de aprendizado, orientando e levando em considerações o desenvolvimento de cada aluno para uma compreensão leitora. Conforme:

Ao professor cabe desencadear das múltiplas visões que cada criação literária sugere, enfatizando as variadas interpretações pessoais, porque decorrem da compreensão que o leitor alcançou o objeto artístico, em razão de sua percepção singular do universo representado (ZILBERMAM, 2003, p. 28).

Nessa perspectiva, o professor deve apropriar-se da cultura leitora, utilizando vários livros na sala, sempre transformando o sentido do texto, fazendo com que o aluno alcance uma visão de criticidade, podendo ou não mudar aquela realidade. O uso da literatura infantil conduzirá a imaginação, levando ao desenvolvimento emocional, fazendo que ela desenvolva a sua a capacidade de expressar melhor suas ideias e atitudes. Sendo assim:

A literatura infantil, nessa medida, é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. Com efeito, ela dá conta de uma tarefa a que está voltada toda a cultura – a de “conhecimento do mundo e do ser, caso sugere Antônio Cândido, o que representa um acesso à circunstancia individual por intermédio da realidade criada pela fantasia do escritor (ZILBERMAM, 2003, p. 29).

Deste modo, o uso da literatura infantil é caminho para despertar o hábito da leitura, possibilitando o desenvolvimento de atitudes e contribuindo para ajudar na luta pela discriminação de raça, religião, classe social, gênero, e o professor em sua mediação tem um papel fundamental.

Professores devem proporcionar aos pequenos, leitura e contação de histórias. E essas duas práticas são bem distintas; “em uma história contada, tendo o livro como suporte ou em uma contação sem a intermediação dele, é importante estar envolvido com a história do contexto” (PERROTTI, 2010, p. 18). Portanto, ao ler, leitor deve manter-se fiel ao autor do livro e contar; o leitor tem que improvisar, tendo a liberdade de fazer modificações na sua narrativa, mas é preciso saber fazer essa ação.

Pois, nem todo educador tem esse dom de contar história que vem desde muito tempo “contar história é uma atitude que nós vem dos primórdios da humanidade. Em tempos muitos antigos, as pessoas se reuniam para ouvir histórias e ouvi-las era uma forma de ensinar e aprender” (MICHELETTI, 2006, p. 65). Contudo, com essa prática, o professor pode desenvolver habilidades de contador de história e deixar florir a imaginação da criança.

A visita à biblioteca da escola é extremamente relevante para a formação leitora; muitas das escolas é inexistente a biblioteca ou não se utiliza. “As pesquisas; ao nosso alcance; mostram que os equipamentos para a promoção da leitura nas escolas são extremamente precários (muitas vezes, até inexistentes)” (SILVA, 1993, p. 21). Toda escola deve ter bibliotecas equipadas e adequadas com variedades de obras. Esse lugar deve ser visitado sempre que necessário, com profissionais capacitados para atuar nela e favorecer aos alunos todos os tipos de informação. A escola, também, deve desenvolver projetos que venham incentivar a leitura.

O desenvolvimento de projetos pedagógicos na escola amplia o conhecimento já construído e faz com que permita ao aluno um novo conhecimento através de sua ação, na escola durante o ano todo, vários projetos de leitura que trazem muitos resultados, eles asseguram os desenvolvimentos de habilidades do aluno. Conforme:

A Pedagogia de projetos deve permitir que o aluno aprenda-fazendo e reconhece a própria autoria naquilo que produz por meio de questões de investigação que lhe impulsionam a contextualizar conceitos já conhecidos e descobrir outros que emergem durante o desenvolvimento do projeto (PRADO, 2003, p. 7).

Os projetos, dependendo se for de leitura ou não, fazem com que os alunos se desenvolvam e coloquem seus conhecimentos em ação. Além disso, oferecem ao aluno a possibilidade de compreender estratégias utilizadas na solução do problema. Com isso, ampliam seu universo de aprendizagem. Portanto, o ato de ler proporciona conhecimento que vai muito além. No entanto, é necessário incentivar a leitura nas crianças desde muito cedo, para que se tornem pessoas críticas e pensadores atuantes na realidade, mas para que isso aconteça, famílias e escola têm o dever de favorecer estruturas e condições para essa prática.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A escola tem um papel fundamental, no que se refere incentivar leitura e escrita, proporcionando caminhos para a evolução do gosto na produção da mesma. Para que as crianças, desde que adentrem a escola comecem a ter esse gosto de descobertas no aprendizado da leitura, é necessário ter um dos “pré-requisitos para o incentivo da leitura em nossas escolas: o domínio de conhecimentos e técnicas para sustentar os processos de produção da leitura” (SILVA, 1993, p. 20). Com isso, só será possível esse a leitura no espaço escolar, a partir da preparação e instrumentos para que os alunos se tornem leitores críticos e atuantes na sociedade.

A escola observada desenvolve vários projetos de leitura, dentre eles destacamos o projeto *Viajando na Leitura* o mesmo constitui-se como uma ação principal do programa, em que o professor, de forma planejada, destina duas vezes por semana, horas de sua aula, o desenvolvimento de atividades que contemplam a leitura e a escrita de forma agradável, utilizando procedimentos metodológicos diferenciados dos que são utilizados, diariamente na sala de aula. O professor é orientado a registrar no diário e no planejamento semanal, sendo assim, a proposta contempla os eixos: leitura, oralidade e produção textual, levando em conta os conteúdos do bloco pedagógico. Ex: Hora da leitura: (atividade a ser desenvolvida).

Outro projeto que acontece, em agosto, é a *Semana da Leitura*. A prática pedagógica escolar fica destinada somente às questões que envolvem a leitura e escrita, com várias atividades diversificadas, que vão de acordo com a criatividade do professor e torna essa semana atrativa como: organizar o espaço de leitura, dentro ou fora de sala, com livros e revistas de fácil acesso para as crianças.

Outro projeto a ser destacado é a *Semana da Literatura*, que visa resgatar, vivenciar, valorizar e socializar as obras das literaturas regionais. As atividades são desenvolvidas de forma individual e coletiva com a interação professor e aluno. São trabalhadas obras de um determinado autor, onde são contadas histórias, recontadas e, por fim, a culminância dos trabalhos de reprodução da história por meio de desenhos, teatros, danças e músicas.

Acontece, também em outubro, dia “D” da leitura. Nesse dia é diferenciado, pois essa atividade acontece da seguinte forma: A escola permanece engajada na leitura, direção, secretários, serviços gerais, manipuladores de alimentos, professores e crianças. A criatividade dos professores se supera neste dia, elas ficam fantasiadas de acordo com a história contada, fazem encenação com as crianças, a imaginação da criança aflora, apresenta-se uma oportunidade valiosa de incentivar os alunos a gostarem de ler e escrever, realidade essa que acontece, de fato, na escola, trazendo resultados satisfatórios.

O desenvolvimento desses projetos na escola é de suma importância, pois ampliam ainda mais o conhecimento por meio de sua ação. É o que está no desenvolvimento deste trabalho quando afirma que:

A pedagogia de projetos deve permitir que o aluno aprenda-fazendo e reconhece a própria autoria naquilo que produz por meio de questões de investigação que lhe impulsionam a contextualizar conceitos já conhecidos e descobrir outros que emergem durante o desenvolvimento do projeto (PRADO, 2003, p. 7).

A escola apresenta características similares aos argumentos que os autores defendem sobre o desenvolvimento de projetos na escola, onde todos se envolvem para ampliar conhecimentos que são adquiridos pela sua ação. E eles trazem vidas para sala de aula e todos ganham com isso: pais, alunos, professores e escola como um todo. E dessa forma, a escola está fazendo o seu papel que é formar leitores e escritores para que possam ser atuantes em sociedade.

A escola não possui biblioteca, sabemos da importância desse ambiente que visa a consulta para o enriquecimento dos trabalhos de pesquisas e que poderia atender a comunidade. Durante o percurso investigativo na escola, pude observar que ela fornece meios para oportunizar situações de aprendizagem da leitura e escrita e todo esse desenvolvimento de trabalhos, muito bem planejados, irá contribuir para que esses alunos obtenham autonomia, criticidade e que possam fazer parte da construção de uma cidadania plena, ou seja um indivíduo letrado na sociedade.

Todavia, para que haja a formação do aluno leitor, é necessário que todos os envolvidos com a educação estimulem essa prática, proporcionando prazer no ato da leitura e escrita, não apenas ler por obrigação. Dessa maneira, tornaria cansativo e não contribuiria para uma aprendizagem significativa, portanto, a escola torna-se fator fundamental para o aprendizado a leitura e escrita na formação o aluno.

A prática do professor no desenvolvimento da leitura determinará que os alunos tenham o prazer pela leitura e no aprendizado da escrita. Na entrevista com a professora Y do 1º ano “que ela expressasse um conceito sobre o que é leitura”. Segundo a professora: “leitura é o hábito de ler, forma como se interpreta um conjunto de informações (presentes em um livro, uma notícia de jornal, etc.) ou um determinado acontecimento. É um acontecimento pessoal”. Conforme Martins (1994), o ato de ler permite descoberta e imaginação, fazer leitura de situações para não nos tornarmos alienados.

Na pergunta sobre “Na sua concepção, leitura e escrita são categorias distintas ou complementares?” A resposta foi que: “são distintas, uma das dificuldades na alfabetização são crianças que escrevem, mas, ainda não conseguem fazer leitura de palavras”. Conforme os estudos de Luria (1988), só haverá escrita se as crianças materializarem seus pensamentos.

O que acontece é que os alunos ainda não compreenderam a função da escrita. E elas só reproduzem o que se escreve da lousa, sem nenhum entendimento. De acordo com o referencial, alfabetização promove à socialização e o acesso à cultura, é nisso que ler e escrever são aprendizado cultural. Ler e escrever é muito mais que decifrar símbolos, fazendo com que a criança memorize e, sim, levá-la a compreender o que escreve, o contato e a interação com diferentes gêneros textuais que contribuirá nessa compreensão.

Na pergunta sobre “Quais os principais entraves que você enfrenta ao lidar com crianças em processo de alfabetização escolar?”. A resposta foi a seguinte: “que enfrenta muitas dificuldades, entre elas, a falta de acompanhamento dos pais e alunos sem interesse e desatentos”. Essa problemática da falta de acompanhamento da família acontece em todo âmbito escolar que precisa ser visto com mais atenção e tentar buscar, por meios de estratégias, os pais para sala de aula.

Sobre o desinteresse e desatenção precisa ser investigado com um olhar mais sensível da professora, pois segundo Allende (2005), alguns fatores podem interferir no aprendizado da leitura e escrita como: os fisiológicos, sociais, emocionais, culturais e cognitivo. Na maioria das vezes esses pré-diagnósticos realizados por meios de relatórios pelo professor e a partir do seu conhecimento, encaminhar para especialista, ou outro, uma reflexão que sua prática pode contribuir.

Na pergunta “Como você percebe a participação da família quanto ao incentivo à leitura das crianças em processo de alfabetização?”, professora citada, anteriormente, atribuiu a seguinte resposta: “infelizmente tudo que se diz respeito à ajuda da família, o retorno é bem pouco. Os pais, na maioria das vezes, jogam essa responsabilidade toda para escola”. Conforme Allende (2005), muitos bons leitores provêm de lares letrados. Sendo assim, famílias que proporcionam um ambiente cercado de informações, contribuem para um papel de grande relevância que vai culminar e facilitar para essa criança o processo inicial da leitura.

Na pergunta “a escola contempla o ato de planejar estratégias de leitura para os primeiros anos do fundamental?” Obtivemos a seguinte resposta: “sim, e sempre busca estratégias para inserir a prática da leitura no dia a dia dos alunos e a prática tem que se fazer presente, pelo menos duas a três vezes por semana, e registrada no diário. O professor deve planejar aula lúdica e diferente”.

Dessa forma, a professora está aplicando a proposta da escola. Seria mais interessante que essa prática representasse o cotidiano, como uma atividade permanente. A professora já utiliza o cantinho da leitura, onde se encontra livros de histórias divertidas da

literatura infantil, onde as crianças se mostram entusiasmadas e adoram esses momentos. O uso da literatura infantil conduzirá a imaginação, o desenvolvimento de atitudes e habilidades dessa criança.

Na pergunta sobre “Qual a importância do professor no processo de formação de pequenos leitores no ambiente escolar” a professora respondeu: “*que os professores, assim como os pais, são o espelho para a criança; se o aluno tem um professor que o motiva a leitura e traz, diariamente, didáticas diferentes para a sala, o aluno vai aprendendo a gostar, pois vivencia no seu dia a dia*”. Conforme Zilbermam (2003), cabe ao professor buscar meios para desencadear múltiplas visões e se apropriando de uma cultura leitora.

A instituição proporciona a todos os professores formação, onde trocam experiências com outros professores de outras instituições, que ajudam nesse processo, necessitando de constante informação, existindo uma troca de experiências com os próprios professores da escola que acontecem no planejamento mensal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou um aprendizado para minha formação e como profissional da área atuante em sala com alunos em processo de alfabetização. Nesse caminho, tivemos algumas dificuldades e enfrentamento de inúmeros desafios, mas com capacidade, compromisso e seriedade pensando sempre nos objetivos, chegou se a esse resultado.

Foi pensado como a escola em si está dinamizando e operacionalizando ações no seu interior, a fim de despertar o interesse nas crianças pelo prazer em gostar de ler, e esse foi o ponto de partida para o começo do projeto de pesquisa que resultou em todos os propósitos alcançados.

Com esse estudo foi possível conhecer as estratégias que a escola investigada; juntamente com seu corpo docente. A escola desenvolve, no decorrer do ano, projetos para despertar o gosto pela leitura e escrita, o que irá contribuir, de alguma forma, para outras instituição e sociedade, tendo em vista que ela é um fator primordial para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, atuando como articulador, formado e transformador; a partir das suas atividades educativas.

No momento da entrevista com a professora, foi constatada a necessidade de oportunizar atividades de leituras e escritas permanentes com diferentes gêneros textuais e textos que circulam na sua vivência ou seja, todos os dias, e não duas vezes por semana, como se é praticado na escola, trabalhar a escrita por meios de textos que circulam de circulação social, pois essas práticas devem ser todos os dias.

Sabemos dos efeitos que a leitura traz para a vida do indivíduo. Por isso, o poder público, sociedade, família e escola devem estar unidas, em um só objetivo, para oferecer meios que venham facilitar as crianças, desde o lar, até a escola em diante para produção da leitura, deixando para traz uma sociedade que não lê, alienada e, se você não tem conhecimento, tão pouco se conhece.

Portanto, o estudo evidenciou de forma simples, porém rigorosa, que sem leitura somos excluídos da sociedade e precisamos nos alertar, fazendo uma reflexão sobre o que a leitura traz de benefícios em nossa vida. Estamos numa sociedade de conhecimento que faz com que andemos ao seu lado, e só o ato de ler nos fará com que caminhemos juntos.

6 REFERÊNCIAS

ALLIENDE, Felipe (Org.). **Teoria e avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DINORAH, Maria Luz Prado. **O livro infantil e a formação do leitor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DURAN, Marília Claret. **Alfabetização: teoria e prática**. Série Ideias. São Paulo: FDE, 1994. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/alfabetização_105-113.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2015.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MICHELETTI, Guaraciaba; FREITAS, Letícia; GEBARA, Ana. **Leitura e construção do real: o lugar da poesia e da ficção**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERROTTI, Edmir. Um espaço de liberdade, imaginação e aventuras. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 24, p. 16-19, julho/setembro, 2010.

PRADO, Maria. **Pedagogia de Projetos. Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias”** Programa Salto para o Futuro, setembro 2003.

REGO, Tereza Cristina. **VYGOTSKY: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **A leitura na escola e na biblioteca**. Campinas, São Paulo: Papinas, 1986.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **A produção da leitura na escola**. Campinas, São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, Magda. Letrar é mais que alfabetizar. **Jornal do Brasil**. 26 de nov. 2000. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/magda_letrar_alfabetizar.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2015.

ZILBERMAM, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.



A INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES, DIFICULDADES E CONTRIBUIÇÕES PARA TRABALHAR EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM COOPERATIVA

Isabel Cristina Escócio Santiago¹

Recebido em: 01/03/2016; Aceito em: 30/05/2016.

RESUMO

Este artigo busca explicitar as mudanças tecnológicas que ocorreram na sociedade e conseqüentemente no âmbito educacional. Tais mudanças desencadearam novos modelos de aprendizagem educacional cujo caráter interativo prioriza o trabalho cooperativo. A informática, por sua vez, incorpora-se a esse novo modelo, abre novas possibilidades para a pesquisa, ensino e aprendizagem, provocando rupturas paradigmáticas no trabalho acadêmico em suas formas de organização e funcionamento.

Palavras-chave: Informática; educação; aprendizagem cooperativa.

ABSTRACT

This article seeks to explain the technological changes that have occurred in society and consequently in the educational field. These changes sparked new models of educational learning whose interactive nature prioritizes cooperative work. The computer, in turn, is incorporated into this new model opens up new possibilities for research, teaching and learning, causing paradigmatic breaks in academic work in their forms of organization and operation.

Keywords: Computer; education; cooperative learning.

¹ Mestra em Administração, Área de Concentração Recursos Humanos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduação em Serviço Social (UFAM), Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am, isaescocio@gmail.com, Faculdade Salesiana Dom Bosco, Avenida Epaminondas, 57, Centro, CEP: 69010-970.

I INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica desencadeou uma série de rupturas de modelos em diversos setores da sociedade e mais especificamente na área da educação em suas formas de organização e funcionamento. Esses novos paradigmas causam impactos profundos não só às escolas, mas também aos indivíduos, professores e alunos, pois demandam habilidades e competências, que ultrapassam o saber fazer, de ações previsíveis. Diante disso, as escolas procuram ampliar e adequar seus ambientes, proporcionando recursos físicos e humanos que atendam às novas exigências tecnológicas. Alunos e professores passam a assumir maior responsabilidade ante situações imprevistas que requerem maior criatividade, participação, interação e mobilização desses *saberes*, para trabalharem na construção do conhecimento em ambientes de aprendizagem cooperativa.

2 POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO GRUPO DE APRENDIZAGEM COOPERATIVA EM INICIATIVAS EDUCACIONAIS QUE CONTEMPLAM O USO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Sabe-se que trabalhar com Informática Educativa (este novo paradigma educacional) contribui de forma significativa para a formação do aluno, através da utilização pedagógica dos recursos da informática e telecomunicações, entretanto, foram inúmeras as dificuldades encontradas para concretizar essa prática.

Num primeiro momento, a informática entrou em muitas escolas sem uma proposta pedagógica consistente de envolvimento e capacitação daqueles que seriam os principais responsáveis pelo uso desses instrumentos, assim, os professores em sua maioria, não sabiam como lidar ou utilizar esses recursos em sala de aula; fora o fato de que muitas escolas ainda possuíam uma visão cética, ou mesmo reducionista, de que o uso do computador era somente para informatizar os meios tradicionais de educação (digitação de trabalhos, construção de tabelas, gráficos).

Outro fator que dificultou a compreensão da utilização da informática na educação, é que quase sempre os computadores ficavam restritos a uma sala ou laboratório, que na maioria das vezes era visto como um local exclusivo para ministrar a disciplina de informática, como revela Dowbor (2013, p.28) “Gera-se um ‘laboratório’ de informática, com o dono da chave do laboratório, horários estritos de uso, e uma ‘disciplina’ de informática, como se fosse mais uma área de estudo”. Desta forma, os computadores acabavam ficando limitados a um laboratório, onde somente alguns professores ou profissionais da área de informática desenvolviam trabalhos com os alunos, e na maior parte das vezes, desvinculados dos assuntos trabalhados em sala de aula, ficando os demais professores a margem do processo.

Neste aspecto, converge o pensamento de Andrade (2004) em seu artigo “A Escola e as novas Tecnologias – repensando seu uso em sala de aula”, quando afirma que algumas escolas possuem laboratórios de informática, mas muitas vezes não sabem sequer como fazer uso de seus computadores.

[...] Só levar os computadores para dentro da **escola** não é o bastante. É preciso pensar mais criticamente sobre o uso dos computadores **na escola**, para que através da reflexão se construa uma nova postura de professor, perante o uso das novas tecnologias. Os computadores em si não trazem mudança, quem faz a diferença são os professores. É necessária a criação de projetos que oportunize a participação ativa do aluno na construção dos conhecimentos, utilizando o computador como auxiliar (ANDRADE, 2006).

O pensar criticamente sobre o uso dos computadores na escola, de forma reflexiva e criativa, por parte dos professores, não se dá de forma aleatória, essa reflexão só é possível, a partir de um processo de sensibilização. Assim cabe à Escola propiciar condições para que o professor perceba a necessidade e a importância da introdução desses novos recursos tecnológicos na educação. Além desse processo de sensibilização, a Escola deve proporcionar capacitação para os professores, através de cursos de atualização que os ajudem a pensar os computadores como importante aliado, no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a construção de conhecimentos.

É importante ressaltar que por melhor que sejam as intenções e a adesão dos professores para a utilização da informática na educação, isso só será viável se a Escola oferecer infraestrutura de apoio para o trabalho, que suporte a aprendizagem de professores e alunos e possibilite o desenvolvimento de suas atividades. Esta infraestrutura refere-se tanto aos **recursos físicos** – espaços adequados para utilização dos computadores, laboratórios, hardware e software; como aos **recursos humanos** – assessoria didático-pedagógica, “laboratorista” que é a pessoa responsável pelo laboratório ou equipamentos em sala de aula.

Outro aspecto de grande relevância na implantação e implementação do uso de novas tecnologias na educação, e que deve contemplar também a questão da infraestrutura, refere-se ao **planejamento**. Esse planejamento deve acontecer de forma coletiva, contando com a participação de todas as pessoas envolvidas, como sugere o texto “Gestão da Informática na Educação²²”.

O problema da introdução de computadores na educação é bastante complexo e exigirá sempre muita dedicação e planejamento das pessoas envolvidas. Assim, torna-se fundamental a criação de um Plano Diretor de Informática na Educação (PDIE). Esse plano deve apresentar com clareza o que se pretende com o uso do computador no processo educacional. Para que o impacto dessa tecnologia seja maior, mais significativo e dê bons resultados, é essencial o comprometimento dos profissionais envolvidos: professores, administradores, tecnólogos educacionais e alunos, todos precisam trabalhar juntos e integrados em seu planejamento e implantação.

O fato de diferentes pessoas participarem do planejamento, proporciona maior riqueza de detalhes sobre estratégias de apresentação, trabalho, formulação de políticas e resolução de problemas. Desta forma, é importante que todos os envolvidos no processo educativo tenham convicção de que a informática pode contribuir de forma inovadora e significativa para o desenvolvimento de suas atividades, para o alcance de suas metas educacionais e consolidação da aprendizagem.

2 UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Centro Católica Virtual/Educação a Distância. Curso de pós-graduação *lato sensu* em educação a distância. **UEA – 03- Informática na Educação**. Disponível em: <[http://www.cotolicavirtual.br/Conteúdos/ pos_graduacao/ius_basico/uea03/proposicoes.asp](http://www.cotolicavirtual.br/Conteúdos/pos_graduacao/ius_basico/uea03/proposicoes.asp)>. Acesso em: 05 de ago. 2006.

Uma estratégia que tem conquistado espaço no meio educacional é justamente aliar o uso da informática à metodologia de aprendizagem cooperativa. Mas para isso, as escolas também precisam se readaptar estruturalmente, propiciando ambientes telemáticos e infraestrutura de apoio para o trabalho e desenvolvimento de atividades pedagógicas que contemplem o uso da informática e de novas tecnologias.

A metodologia Aprendizagem Cooperativa representa uma proposta de educação mais humanizada e se caracteriza pela relação afetiva e efetiva e, na socialização de saberes entre professor e aluno. Desta forma, o professor não é aquele que dá aula, mas é aquele que ajuda a pensar, instiga, provoca, orienta, colabora, compartilha com seus alunos a tarefa de disseminar, de pesquisar e de construir o conhecimento numa relação mais horizontalizada.

Na aplicação da metodologia de grupo de aprendizagem cooperativa, os professores podem e devem também fazer uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, com vistas a potencializar os processos de interação e comunicação entre os estudantes e de criar novas formas de produções coletivas do conhecimento, além dos espaços físicos das salas de aula.

O uso do computador não pode limitar-se somente ao laboratório, a escola precisa adequar seus ambientes para ampliar o uso dos recursos computacionais, assim é imprescindível que a sala de aula se torne também, um ambiente informatizado.

Papert (1988) assegura que a presença dos computadores em sala de aula permite uma mudança significativa no ambiente de aprendizagem, de tal forma, que todo programa que a escola atualmente tenta ensinar com grande dificuldade, será aprendido, como a criança aprende a falar, menos dolorosamente, com êxito e sem instrução organizada.

Diante do exposto verifica-se que o mais importante nesse processo não é somente equipar as escolas com computadores ou laboratórios, pois o computador não é um fim, mas, um meio, pelo qual o professor fará uso para aperfeiçoar suas atividades, além de propiciar situações que permitam ao aluno uma vivência maior com a tecnologia, utilizando-a para estabelecer redes de informações, além de desenvolver habilidades sociais que garantam um melhor desempenho e interação deste aluno em grupos de aprendizagem cooperativa. O computador por sua vez, passa a ser utilizado para enriquecer os ambientes de aprendizagem, no qual o aluno interagindo com os objetos desse ambiente, tem maior chance de construir seu conhecimento.

Vale ressaltar que já existem escolas onde a informática se constitui parte integrante da educação, contribuindo para a aprendizagem, a pesquisa, o ensino e a extensão, rompendo com os paradigmas tradicionais de organização e funcionamento do trabalho acadêmico, isso se torna possível, porque estas escolas conseguem fazer uma projeção, um planejamento sobre o tipo de sistema que pretendem implantar, que atendam aos objetivos que almejam alcançar; que satisfaçam aos anseios da população que irá utilizá-lo; que contemple as concepções epistemológicas de seus professores e; que esteja em consonância com seu Projeto Pedagógico.

3 CONTRIBUIÇÕES DA INFORMÁTICA PARA O ENSINAR E O APRENDER

Um dos grandes desafios do professor, neste movimento de ensinar e aprender é ajudar a tornar a diversidade de informações, que os alunos recebem diariamente, em informações significativas, que façam diferença na sua aprendizagem. Isso, demanda vivência, socialização de informações, discussões, reflexão e ação entre o conceito e a prática.

Aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos. Aprendemos quando relacionamos, estabelecemos vínculos, laços, entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo sentido (MORAN, 2000, p. 23).

Piaget ainda reforça que o conhecimento não provém somente daquilo que sentimos, mas do que a ação acrescenta a este dado. Neste aspecto, o conhecimento resulta da ação que o aluno acrescenta ao que percebe através dos sentidos (Piaget *apud* Becker, 2012). Cabe, portanto, ao professor oportunizar o acesso às informações, para que os alunos se apropriem do conhecimento, experimentem e coloquem em ação o aprenderam.

As possibilidades de implantação de novas técnicas de informática na educação, são inúmeras, e podem ser usadas nas formas de apresentação de conteúdos; na aprendizagem através de jogos, simulação de problemas e nos desafios do mundo real; na pesquisa através da internet, que fornece uma biblioteca virtual com informações vastíssimas sobre tudo que aconteceu e acontece nas diversas partes do mundo; além de garantir maior liberdade para os usuários se comunicarem em rede com outras pessoas dos lugares mais distantes e também proporcionar a possibilidade de estudar à distância, entre outras.

4 A UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA EM ABORDAGENS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Dentre as técnicas de abordagens didático-pedagógicas utilizadas pelos professores e alunos para ensinar e aprender encontra-se a **abordagem expositiva**, que ainda é muito utilizada para exposição de ideias e conceitos, e por isso, é denominada abordagem expositiva, pelo fato de propiciar condições para o desenvolvimento de recursos para apresentação e criação de slides, demonstrações de software de referência, simulações através de um projetor, apresentação de Software de autoria e exposição por meio da internet.

Dentre esses recursos destacamos a criação de **slides** utilizando o PowerPoint, que podem ser projetadas através retroprojetor, ou através do data-show. Este tipo de exposição ainda é muito utilizado por professores para ministração de aulas, palestras, apresentação de dados de pesquisa, etc. Os alunos também fazem uso desses recursos para apresentação de trabalhos em grupo, seminários, defesa de trabalhos individuais, entre outros. É importante lembrar que mesmo fazendo uso desses recursos visuais, não é conveniente a utilização de muitos slides e nem tampouco como muito conteúdo para não tornar cansativa a apresentação.

Outro elemento que tem sido bastante utilizado como recurso de exposição no meio educacional é a **internet**. No site da escola é possível disponibilizar ideias, textos, conceitos como sugere Dowbor:

A facilidade crescente de consulta aos professores via internet muda igualmente a organização de trabalho. Muitos professores hoje já disponibilizam material científico de consulta em sites pessoais, ou na home-page da escola, em vez de recorrer aos tradicionais escaninhos com fotocópias. E os alunos se acostumam gradualmente a consultar os professores via e-mail, a submeter os seus trabalhos a uma apreciação intermediária e assim por diante (DOWBOR, 2001, p. 16).

É bom lembrar que este trabalho, dependerá principalmente da maneira como serão redefinidas as formas de organização da aprendizagem, pois não adiantará os professores disponibilizarem as informações, se os alunos não tiverem interesse, ou se não aderirem a esse tipo de cultura.

A abordagem expositiva, voltada para aprendizagem cooperativa deve ser trabalhada numa perspectiva interacionista, tornando o processo mais dialógico, buscando descobrir o que os alunos já conhecem sobre o assunto a ser abordado, e assim, propor novos conceitos. Esse tipo de comportamento permite que os alunos sintam-se mais confiantes para expor suas ideias em grupo, ouvir a opinião dos outros e a partir daí, construir novos conceitos e aceitar novos desafios.

Outra abordagem que merece destaque é a **abordagem problematizadora**, também conhecida como “provocada”, pelo fato dos professores criarem situações problemas, lançarem desafios e simularem situações e casos da vida real, para os alunos encontrarem possíveis soluções, utilizando aplicativos genéricos como processador de textos, planilha de cálculo, e gerenciador de informações.

Essas novas formas de utilização do computador na educação, são ressaltadas por Santarosa (1993), quando explicita que existem diferentes maneiras de utilizar o computador, desde as que reduzem a interferência do aluno aos programas, pois são feitas para ele; até aquelas que ampliam a capacidade do aluno interferir no processo, pois são feitas por ele; ou seja, o próprio aluno constrói suas possibilidades de aprendizagem, o que lhe permite superar o trabalho individual, dando espaço para viabilizar práticas de aprendizagem cooperativa na sua relação com o outro, além de criar possibilidade de construir competências sociais, que demandam maior criatividade, intuição e habilidade para lidar com conflitos.

Percebe-se que nesta nova forma de educação, em ambientes de aprendizagem cooperativa, não há mais espaço para as antigas práticas tradicionais de ensino, ou seja, o aluno não é mais aquele que reproduz a informação, assim, as técnicas de memorizar e copiar perde espaço para novas formas de decifrar e processar o conhecimento. Esse tipo de aprendizagem que envolve sistemas dinâmicos permite ao aluno ter maior liberdade para criar, ao passo que interage com o grupo, mas ao mesmo tempo aumenta sua responsabilidade, pois passa a dividir tarefas e assumir a autoria naquilo que faz como protagonista do processo de aprendizagem. Esse novo modelo de aprendizagem demanda novas habilidades dos alunos que precisam ser pró-ativos, para tomar decisões rápidas, buscarem informações, enfrentar desafios e desenvolver raciocínio lógico diante dos problemas e simulações de situações da vida real.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de informatização da educação só torna-se relevante se for dada a devida importância para os elementos já mencionados, o tipo de sistema que se pretende implan-

tar, a infraestrutura necessária para o trabalho, o professor capacitado para utilizar o computador como meio educacional e, que acima de tudo motive a participação ativa do aluno.

As escolas por sua vez precisam propiciar os recursos físicos e humanos necessários para o desenvolvimento deste novo modelo de aprendizagem, elaborar coletivamente seu plano de informática e ampliar os espaços para maximizar o uso dessas novas tecnologias.

Dentro desse novo modelo de aprendizagem cooperativa, o professor procura aperfeiçoar seus conhecimentos em informática e apropriar-se desta ferramenta para tornar suas aulas mais produtivas e dinâmicas. Vale ainda ressaltar que os recursos da informática, não devem ser incorporados nos processos de aprendizagem apenas para substituir a fonte de informação. Seu uso demanda uma nova visão educacional que permitam maior interação entre professor/aluno, no qual o professor ganha nova roupagem de orientador e motivador do processo de aprendizagem e; o aluno passa a atuar de forma mais pró-ativa, interagindo com em grupo na busca de solução para os desafios que lhe são postos no cotidiano da aprendizagem cooperativa.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Goreti. **A escola e as novas tecnologias**: repensando seu uso em sala de aula. Disponível em: <http://www.facosfacad.com.br/ped/lista_2004/16.doc>. Acesso em: 05 de ago. 2006.

BECKER, F. **Epistemologia do professor**: o cotidiano da escola. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento**: os desafios da educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Papirus, 2000.

SANTAROSA, L. M. C. Microcomputadores para o desenvolvimento de habilidades do aluno através de sistemas dinâmicos de ensino. In: **SUCESU/RGS – Informática e Educação**, 1993.

PAPERT, Seymour. **Logo**: computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1988.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Centro Católica Virtual/Educação a Distância. Curso de pós-graduação *lato sensu* em educação à distância. **UEA-03-Informática na Educação**. Disponível em: <http://www.cotolicavirtual.br/Conteudos/pos_graduacao/ius_basico/uea03/proposicoes.asp>. Acesso em: 05 ago. 2006.



AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO OBJETO DE ATUALIZAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Joabe Cota Riker¹ Jamarian Cota Riker²

Recebido em: 31/02/2016; Aceito em: 30/05/2016.

RESUMO

A Educação Continuada é o método através do qual os profissionais se mantêm atualizados em sua base de conhecimentos especializados, que estão em constante expansão e mudança com o resultado da tecnologia de informação e da explosão profissional. A missão dos institutos ligados à Contabilidade em todo o mundo é o desenvolvimento e a valorização de uma profissão com normas harmonizadas, capaz de fornecer serviços de alta qualidade inerentes e consistentes com seu público de interesse. O objetivo da educação ligado à experiência em contabilidade é produzir profissionais competentes capazes de contribuir de forma positiva ao longo de suas vidas com a profissão e a sociedade em que trabalham. A finalidade desta pesquisa é de interligar esse processo com o desenvolvimento cognitivo desses profissionais, procurando dentre as variáveis, descobrir quão benéfico é manter-se atualizado no cenário contábil da cidade de Manaus/AM. Desenvolveram-se para isso revisões em artigos, revistas, livros e diversas pesquisas nos sites da internet relativos a este tema, a fim de dar embasamento teórico e legal para a sustentação das hipóteses e chegar à conclusão. Caracteriza-se por ser uma pesquisa mista, descritiva comparativa, desenvolvida em dois escritórios da área central da cidade de Manaus, sendo os mesmos registrados no Conselho Regional de Contabilidade. Os dados foram coletados através de questionário contendo dez questões, dentre elas, duas de apresentação da empresa e as restantes buscando o envolvimento dos entrevistados com o tema. A análise das respostas deu a possibilidade de conclu-

1 Contador, Pós-Graduando em Gestão de Finanças, Controladoria e Auditoria no Centro Universitário do Norte—*Laureate International Universities*, Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: joabe.riker@hotmail.com, Av. Djalma Batista, 21 10, Nossa Senhora das Graças, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69050-010.

2 Administrador, Especialista em Gerenciamento de Projetos; Gestão, Controladoria e Finanças; Professor da Faculdade Martha Falcão – Devry; Funcionário da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Mestre em Contabilidade e Controladoria pelo PPGCC/UFAM/Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: jamarianriker@ufam.edu.br; Av. Constantino Nery, 2229, Chapada, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69050-010.

são que a Educação Continuada é uma ferramenta útil quanto à atualização para a competência dos profissionais contábeis.

Palavras-chave: Educação continuada; profissionais contábeis; competências profissionais.

ABSTRACT

Continuing Education is the method by which professionals keep current in their expertise base, which are constantly expanding and changing with the result of information technology and professional explosion. The mission of the institutes related to accounting in the world is the development and enhancement of a profession with harmonized standards, able to provide high quality services related and consistent with its stakeholders. The goal of education linked to accounting experience is to produce competent professionals able to contribute positively throughout their lives to the profession and society in which they work. The purpose of this research is to link this process with the cognitive development of these professionals, looking among the variables, and find out how beneficial it is to keep up to date on the book scene in the city of Manaus/AM. Developed to this review in articles, magazines, books and many researches on Internet sites related to this topic in order to give theoretical and legal foundation for the support of the hypothesis and conclude. It is characterized by being a mixed, comparative descriptive study, developed in two offices of the central area of the city of Manaus, and they are registered with the Regional Accounting Council. Data were collected through a questionnaire containing ten questions, among them two of the company's presentation and the other seeking the involvement of the respondents to the theme. The analysis of the responses given the possibility of concluding that the Continuing Education is a useful tool as the upgrade to the competence of accounting professionals.

Keywords: Continuing education; accounting professionals; professional skills.

I INTRODUÇÃO

A missão dos institutos ligados à Contabilidade em todo o mundo é o desenvolvimento e a valorização de uma profissão com normas harmonizadas, capaz de fornecer serviços de alta qualidade inerentes e consistentes com seu público de interesse. A metodologia educacional mundial para esses profissionais vem caminhando há muito com o objetivo de servir para o avanço da educação e o desenvolvimento dos profissionais contabilistas que conduzem à harmonização desses padrões. O objetivo da educação ligado à experiência em contabilidade é produzir profissionais competentes capazes de contribuir de forma positiva ao longo de suas vidas com a profissão e a sociedade em que trabalham.

A manutenção da competência profissional em face das crescentes mudanças contábeis em todo o mundo determina um novo pensamento que se torna essencial a se desenvolver e manter uma atitude de aprender a aprender. A formação e experiência dos profissionais contabilistas devem fornecer uma base de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes profissionais que lhes permitam continuar a aprender e se adaptar às mudanças ao longo das suas vidas profissionais.

Observando o ponto de vista do mercado de trabalho, em busca de resultados, os empregadores estão buscando uma variada gama de habilidades e atributos em novos graduados de contabilidade para manter uma vantagem competitiva, apesar da escassez de competências nesta área de formação, a busca é por pós-universitários que possuam bases de compromisso vitalício à aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Esta busca se dá pelo fato de que há alegações por parte dos empregadores, de que os estudantes universitários estão mal equipados para começar a prática profissional e que as universidades devem preparar os seus alunos com uma gama mais ampla de habilidades, desenvolvendo e articulando políticas e quadros coerentes para construir atributos que garantam a continuidade dos estudos através de elementos técnicos utilizados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, através de programas que estabeleçam a atualização permanente desses profissionais.

A Educação persegue o aumento do conhecimento através de um processo contínuo. É o que conforme Zainko (2003, p. 204), “supera dicotomias, unindo o saber e o não saber, como indicadores da necessidade de aperfeiçoamento constante”. Para que na prática as circunstâncias mudem, a intenção é que a Educação Continuada atue como objeto de desenvolvimento da eficácia e eficiência na qualidade dos serviços prestados em Contabilidade, pois a confiança em profissionais só surge através de suas qualificações demonstradas de forma complacente.

Educação para a profissão contábil, principalmente em nível de graduação, é de fundamental importância para a sua iniciação prática. Para ajudar a garantir a competência profissional de forma contínua, no entanto, o sistema de ensino, as organizações e a vontade própria do graduado, devem proporcionar através da Educação Continuada, um reforço ao longo da vida deste profissional.

A educação profissional não pode mais terminar na conclusão de um curso de graduação, principalmente por conta da explosão do conhecimento atual e da rápida mudança tecnológica. Para Ferreira (2006, p. 27), “profissionais que não têm o compromisso de manter e aumentar a sua competência, e, profissões que não oferecem tais oportunidades para seus membros, terão de enfrentar a ameaça da obsolescência”.

Frezatti e Leite Filho (2003) apontam que “o ensino superior no Brasil necessita de mudanças, pois o nível dos profissionais que chegam ao mercado de trabalho nem sempre supera as expectativas”. Deve-se, conforme Koliver (1997), “definir as competências profissionais para o exercício da profissão”. A Educação Continuada é um desses processos. Para tanto, este trabalho tentará expor, de forma sucinta, quais as perspectivas da Educação Continuada no processo de formação do profissional contábil.

Recentemente, a formação e educação dos contabilistas em todo o mundo tem sido assunto de muito debate e luta política, capitalizando os pontos fortes tradicionais, como a independência e preocupação com o interesse público e o próprio desempenho do profissional como gerador de informações decisivas para o gerenciamento econômico. As expectativas de desempenho colocados nesses profissionais são complexas e exigentes, obrigando-os a desenvolver competências mais amplas e comprometidas com o desenvolvimento contínuo ao longo da vida.

Críticos do ensino da contabilidade afirmam que há uma decadência nos programas de capacitação profissional e que os currículos estão tornando-se irrelevantes tanto para alunos quanto para empregadores. Subentende-se então que, associadas às técnicas, as habilidades e competências devem estar ligadas, por exemplo, à gestão e liderança. Levan-

do em conta essas assertivas detectam-se as seguintes questões acerca da necessidade da educação continuada relacionada à Contabilidade: Carência de Competências e o reflexo de benefícios para o profissional contábil atualizado.

Assim, pergunta-se: Quais as perspectivas da educação continuada como objeto de atualização para a competência do profissional contábil?

Pesquisas têm procurado diferenciar as competências mais amplas e genéricas em oposição às habilidades técnicas e específicas dentro de um contexto que norteia o significado de um atributo ou habilidade, tal como definido em um contexto educacional e profissional. Em Contabilidade, muitos escritores acreditam que o fosso entre o ensino e a prática está cada vez maior, o que aponta para a necessidade de intervenções nos sistemas de ensino superior.

Por isso, fez-se necessário avaliar, se o papel da educação continuada como reflexo de benefícios é fundamental, através de fatos, para a importância de uma determinada classe em desenvolver sua gama de competências, e ao mesmo tempo se consegue assegurar a qualidade e variedade dos serviços profissionais em atender as demandas do futuro. Cada indivíduo, então, deve ter o conhecimento, a integridade, o poder de fazer excelências em uma base diária.

Para conseguir este tipo de ambiente, os profissionais devem ser dotados com ferramentas de treinamento, assim, pela capacitação, atingem seus maiores níveis pessoais e profissionais. A educação continuada proporciona habilidades para enfrentar os desafios e fazer excelentes decisões de formação em plataformas mais desenvolvidas e participativas, assegurando que cada pessoa deva ser habilitada com a capacidade de solucionar os problemas no ato que eles ocorrerem.

O objetivo geral deste trabalho é perceber de que forma a educação continuada contribui para ajudar profissionais contábeis a manter os seus conhecimentos e sua competência laboral, mostrando uma visão macro, para ampliar a ideia do conhecimento e também exemplos contextualizados dentro da nossa realidade, na cidade de Manaus.

Para compor o objetivo geral, buscou-se os seguintes objetivos específicos:

- Determinar se os profissionais buscam, ou submetem-se à prática da Educação Continuada no cenário contábil.
- Definir até que ponto existe a disseminação de informação dos profissionais participantes desse tipo de programa aplicados à prática.
- Comparar os efeitos que os programas de Educação Continuada exercem sobre a atualização e formação de competências técnicas para os profissionais contábeis, segundo suas opiniões.

A pesquisa se justifica por corroborar a Educação Continuada como o principal método através do qual os profissionais se mantêm atualizados em sua base de conhecimentos especializados, que estão em constante expansão e mudança com o resultado da tecnologia de informação e da explosão profissional.

Para manter-se um profissional hábil, ele não só precisa aprender as informações mais atuais em seu campo, mas também como acessar continuamente essas informações. Justifica-se cientificamente e academicamente em descobrir se a qualidade e a eficácia da educação estão vinculadas à garantia de desempenho profissional competente, pois se sabe que este aspecto da aprendizagem ao longo da vida tem um significado especial. Do ponto de vista social, confirmar que os beneficiários finais desses profissionais são os consumidores, clientes, além dos seus colegas de profissão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO CONTINUADA

Os parâmetros que influenciam o julgamento de um profissional de qualquer área do conhecimento científico são os mais variados possíveis, e não exatamente possuem a mesma magnitude. O exercício de um julgamento credível reflete tanto a complexidade quanto a expressão de suas habilidades. A habilidade, definida através do exercício do julgamento profissional é uma característica fundamental do profissionalismo, o qual se define por um processo de pensamento reflexivo, de autocorreção, e que, requer uma consideração importante do contexto, conteúdo, de provas, métodos e concepções de uma variedade de critérios e padrões de competências.

Atrelado a isso, levando em conta o profissional contábil, se encontra uma necessidade básica de que se têm o mesmo, por obrigação, enquadrar-se junto às Normas Brasileiras de Contabilidade através da Resolução do CFC n. 995/04, em vigência sobre o dispositivo da NBC P 4.

Segundo a Resolução CFC n. 995/04:

Educação Profissional Continuada é a atividade programada, formal e reconhecida que o Contador, na função de Auditor Independente, com registro em Conselho Regional de Contabilidade e com cadastro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aqui denominado Auditor Independente, e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico deverão cumprir, com o objetivo de manter, atualizar e expandir seus conhecimentos para o exercício profissional.

A Resolução citada reafirma que a Educação Continuada, é vista como um conjunto de ações, métodos e meios de comunicação, segundo o qual os profissionais são incentivados a melhorar os seus conhecimentos, atitudes, e habilidades, necessárias tanto para atingir os objetivos de uma organização, quanto os pessoais, e para se adaptar ao seu ambiente e cumprir as suas tarefas atuais e futuras.

De acordo com a Resolução CFC n. 995/04, que revogou a Resolução CFC n. 945/02, enumera as atividades que devem ser consideradas como parte de programas de Educação Profissional Continuada, que engloba, desde a aquisição de conhecimento por meio de cursos certificados; seminários, conferências, painéis, simpósios, palestras, congressos, convenções nacionais e outros eventos de mesma natureza; cursos de pós-graduação até programas de extensão com disciplinas relacionadas à profissão contábil.

Outra forma que a Resolução aponta como atividade, são as docências em cursos de pós-graduação, bacharelado em Ciências Contábeis e cursos de extensão, em eventos relacionados ao treinamento de reciclagem, especialização ou atualização na área contábil, promovido pelo CFC, CRC's, IBRACON, IES e capacitadoras credenciadas no sistema.

Também, a atuação como participante em comissões técnicas no CFC, CRC's, IBRACON e outros organismos da profissão contábil, no Brasil ou no exterior; orientador ou membro de comissão de defesa de monografia, dissertação ou tese. Além, claro, da produção intelectual por meio de publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais; produção de estudos ou trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais; autoria, coautoria e tradução de livros relacionados com a Contabilidade e a profissão contábil publicado por editora.

Essas atividades possuem o objetivo de desenvolver o cognitivo e competem aos profissionais com formação que melhor procuram atender o mercado. A formação profissional pode ser definida como um conjunto de ações de desenvolvimento que assegure aos indivíduos todos os meios necessários para construir os seus conhecimentos e melhorar seu desempenho nos processos internos e externos daquela área de formação.

Para Nascimento (2003 p. 55), “a educação é o elemento chave na construção de uma sociedade fundamentada na informação, no conhecimento e no aprendizado”. Consoante, a Educação Continuada significa que os recursos pedagógicos disponíveis para esses profissionais, tendem a desenvolver suas sinergias, seu comportamento, suas habilidades, e elevar suas competências nos níveis de trabalho. As ações propostas reforçam as habilidades e as vocações técnicas e operacionais, que enriquecem a capacidade e personalidade ajudando na evolução profissional daquele indivíduo.

Hoje, espera-se que os acadêmicos, educadores, pesquisadores e profissionais da área de contabilidade possam ter a capacidade de tomar decisões acertadas, rigorosas e transparentes em muitas situações. Por exemplo, o profissional da universidade é chamado a estudar, interpretar informações, para determinar a natureza dos problemas, avaliando novas linhas de ação para tomar as decisões necessárias. Ou seja, todas as pessoas que estiverem ligadas a esta área de formação, devem estar atualizadas às constantes mudanças que ocorrem no cenário nacional e internacional, elevando o seu grau de conhecimento e tornando-se cada vez mais competentes profissionalmente.

Ferreira (2006, p. 22) explica que “quem não acompanhar as mudanças científicas e tecnológicas, prematuramente estará inabilitado para o trabalho e para a vida em sociedade, que, pela própria evolução, produziu também o não trabalho”. Isso deixa claro, mais uma vez, a importância de manter-se atualizado em todas as áreas do conhecimento, levando sempre em consideração a sua área de atuação e as ferramentas tecnológicas e inteligíveis desenvolvidas para ela.

Vale ressaltar que para a Educação Continuada dos profissionais contábeis, existem outras normas e resoluções que a regulamentam, e que, para os Peritos Contadores e Auditores Independentes ela é obrigatória e regulamentada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC P 2 de 25/11/2005 e NBC PA 12 (R1), de 11/12/2013, respectivamente. Possuindo, para esses últimos, um programa de pontuação para avaliação do cumprimento da norma por esses profissionais. Inclusive a Norma Brasileira de Contabilidade Práticas Gerais – NBC PG, que é a que regulamenta o Programa de Educação Profissional Continuada, esteve em audiência pública até o dia 22 de outubro de 2014 e as primeiras sugestões recebidas foram discutidas, nos dias 9 e 10 do mesmo mês, em reunião realizada no CFC, pelos membros da comissão responsável pelo Programa.

Esta Resolução não possui ainda um texto final aprovado, porém, de acordo com a Norma em audiência pública, a Educação Profissional Continuada (EPC 2014):

É a atividade formal e reconhecida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil (CFC, 2014).

Conforme previsto na minuta disponível na audiência pública, a Educação Profissional Continuada é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), exercendo, ou não, a atividade de auditoria independente; estejam registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive sócios, exercendo ou não, atividade de auditoria independente, aos responsáveis técnicos e aos demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica, nas firmas de auditorias registradas na CVM; exercem atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Também por profissionais que exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar regulada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); exercem atividades de auditoria independente de entidades não mencionadas anteriormente, como sócios, responsáveis técnicos ou em cargo de direção ou gerência técnica de firmas de auditoria; e, que sejam responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou consideradas de grande porte nos termos da Lei Federal n. 11.638/07 (sociedades de grande porte).

2.1.1 Métodos de Educação Profissional Continuada no Brasil e no Mundo

Utilizar-se de métodos de obtenção de materiais educacionais contínuos vem se tornando muito comum em todas as áreas do conhecimento e superando expectativas no Brasil e no mundo, principalmente na modalidade de ensino semipresencial. Um breve exemplo vem dos Estados Unidos, para eles, já na década de 50 não era tão apropriado apresentar programas de educação continuada em um formato de estudo em grupo. Durante o final da década de 1960, iniciou-se por lá, um programa para desenvolver estudos independentes ou auto-estudo.

Desde então, os programas *forself* têm demonstrado uma ampla demanda, crescendo dramaticamente, e hoje representam mais de 35% de ofertas contínuas de educação profissional totais do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados □ AICPA. Esses programas permitem aos participantes aprender um determinado assunto sem a necessidade de um professor/facilitador ou que precisem viajar. Eles permitem que os participantes estudem em seu próprio ritmo.

Contudo, possui seus prós e contras, pois a concepção e implementação desses programas constituem um processo que consome tempo meticuloso, incluindo a provisão do *hardware* especializado adequado e *softwares* necessários para habilitar os usuários a usar e se beneficiar desses programas baseados em computador. Assim, um número suficiente de questões deve ser respondido antes de desenvolver esse tipo de programa, dentre elas:

1. Existe uma base de espectadores suficientes para o sucesso do programa?
2. Será que o conteúdo do programa tem uma vida útil longa?
3. Por quanto tempo essa tecnologia permanecerá estável?

Desde que o AICPA entrou na arena de educação continuada no final de 1950, já se tornou o maior provedor de educação profissional continuada para a profissão contábil nos Estados Unidos da América. Atualmente, o AICPA oferece mais de 400 programas em diversos formatos em todo o país.

As empresas ao redor do mundo também se tornaram fornecedores significativos dessa ferramenta, projetando programas de educação continuada em uma ampla gama de tópicos para a sua equipe de profissionais. A educação profissional continuada é fundamental para uma organização manter a competência enquanto assegura que a qualidade e variedade dos seus serviços estão atendendo as demandas de forma adequada.

O compromisso de uma organização com a educação profissional continuada é importante. Um compromisso escrito de educação profissional continuada é mais importante ainda, porque proporciona uma clara mensagem do grau de relevância atribuída à educação continuada pela organização, que pode ser é o elo entre educação continuada e as metas estratégicas e os objetivos da organização.

No Brasil, o próprio Conselho Federal de Contabilidade, através do Sistema de Educação Continuada à Distância – SECAD, possui um programa com essas características de educação permanente, ainda que em material impresso, o acompanhamento e os exames são feitos via internet.

O Programa de Atualização à distância em Contabilidade – PROCONTAB foi lançado em junho de 2014 com a chancela da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, ABRACICON.

O Sistema de Educação Continuada à Distância (SECAD) lança o PROCONTAB – Programas de Atualização à Distância em Contabilidade, chancelados pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis, ABRACICON. Os programas, administrados pela *Artmed Panamericana Editora* e são oferecidos na modalidade à distância, o que permite a flexibilidade para adequar o estudo à rotina de trabalho de cada profissional.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2014), evidenciado em seu Portal na internet, os programas de atualização em contabilidade do SECAD são organizados a partir de teores característicos que farão a diferença na vida profissional de um Contador. As ideias consideram diversas áreas, como Contabilidade Geral, NBC's, CPC's, IFRS e Contabilidade Pública. Muito em breve será lançado o programa para Auditoria. Todos os estudos são estruturados continuamente em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), que já prevê sua ampliação.

De acordo com o pronunciamento do organizador do PROCONTAB no site *Jornal Contábil* (2014), o grande diferencial desse programa “é fazer com que atenda uma demanda por atualização e atue nas necessidades dos profissionais, já que por muitas vezes ao viajarem a trabalho não conseguem participar de atividades presenciais”, afirma *Nasi*, organizador geral do PROCONTAB (*JORNAL CONTÁBIL*, 2014).

Percebe-se daí que o objetivo deste sistema é o de acolher imperativos da atualização permanente dos profissionais por meio de instrumentos de estudos flexíveis. Eles são estruturados por ciclos, com duração de 12 meses cada. O inscrito recebe o volume I do ciclo vigente e tem acesso ao conteúdo dos ciclos anteriores no ambiente virtual do programa com plataforma *on line*. No final do primeiro ciclo o profissional na condição de aluno pode desistir da inscrição, caso não o faça, seu contrato se renova permanentemente, até que assim deseje desfazê-lo.

2.2 METODOLOGIA

Sabe-se que qualquer pesquisa em sua totalidade, segundo Forte (2006), caracteriza-se por ser “um processo sistemático para a construção do conhecimento humano, gerando novos conhecimentos, podendo também desenvolver, colaborar, reproduzir, ampliar, detalhar ou atualizar um conhecimento já existente”. Toda pesquisa necessita de um plano de ação, de elementos elencados a serem perseguidos, cronograma, foco e dedicação, sendo essa última umas das principais para alcançar o objetivo esperado.

Esta pesquisa tentará esquadrihar opiniões de profissionais da área contábil para aproximar-se o máximo do que seria satisfatório para a geração de competências funcionais. Segundo Patton, (1987, p. 72-74) “as pesquisas que elaboram métodos para a identificação e avaliação de competências e capacidades incluem entrevistas, questionários postais, grupo focal, interação e observação direta”. Para Sturme (1996), um dos métodos muito utilizados para a observação comportamental é o da análise funcional, “a análise funcional ordena as informações até o nível de pôr menor necessário para os efeitos de avaliação, pois trabalha com método de observação *in loco*”.

Porém, o objetivo dessa pesquisa é determinar o grau de importância na formação de competências, e não, analisar as competências profissionais propriamente ditas, ela se desenvolverá através de um estudo do tipo descritivo com grau de comparabilidade, tendo, portanto, um método misto, de natureza qualitativa por transformar opiniões em dados, e quantitativa pelo uso de métodos que transformam dados em gráficos.

A pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 2004, p. 47).

A coleta de dados foi realizada em dois escritórios situados na zona central da cidade Manaus. A escolha dos escritórios deu-se primeiro pelo renome de um deles, a Delta Consultoria Técnica Contábil que é responsável por diversas empresas do Polo Industrial de Manaus – PIM, e outras das áreas comerciais e de prestação de serviços. A qualidade na prestação dos seus serviços e o forte nome no mercado aguçaram certas curiosidades acerca do tema, então, decidiu-se selecioná-lo para compor esta amostra. E pela Contabilize Consultoria, selecionado por indicação da própria Delta Consultoria, uma vez que seus sócios já haviam sido seus funcionários no passado.

Ambos possuem registros ativos no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas – CRC/AM e atuam dentro da mais perfeita legalidade. Você terá maiores informações desses escritórios na exposição dos resultados desta pesquisa.

Quanto à coleta de dados baseou-se na técnica da aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas direcionadas para uma população a qual se deseja conhecer.

O questionário é a técnica de investigação composta por números mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc (GIL, 1999 p. 104).

A evidenciação dos dados coletados será apresentada no decorrer do trabalho em forma de gráficos, com tratamento estatístico para facilitar a compreensão e

tornar a apresentação mais lúdica, objetivando uma maior compreensão do leitor quando da sua análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, a pesquisa foi realizada em dois escritórios contábeis localizados na área central da cidade de Manaus. A aplicação do questionário se deu, sobretudo para gerar um grau de comparabilidade entre eles. Para citá-los:

A empresa Delta Consultoria Técnica Contábil LTDA-ME, localizada na Rua 24 de Maio n. 728 – Centro, com 18 anos de fundação, presta serviços contábeis e jurídicos, de consultoria e assessoria, destacando os módulos de trabalho nas áreas: fiscal e tributária, contábil, gestão de pessoas, controladoria, além de perícias e auditorias, contando com uma grande composição corporativa, operacional e estrutural, empregando 38 profissionais de forma direta e indireta, além de estagiários e o corpo societário da instituição, é considerada uma das melhores empresas para se trabalhar neste setor no estado do Amazonas, acumulando diversos prêmios do SEBRAE e de outras instituições de reconhecimento comercial e profissional.

E, a empresa Contabilize Consultoria e Assessoria LTDA, localizado na Av. Eduardo Ribeiro s/n, Ed. Palácio do Comércio - Centro, fundado há dois anos, possui uma pequena estrutura composta de uma sala apenas, portanto, sem divisão da estrutura por módulos, o que gera uma operacionalização integral dos trabalhos e uma maior interação entre os funcionários, o escritório presta serviços contábeis, fiscais, de gestão pessoal e auditoria, apesar de ser um escritório novo, seus sócios possuem uma vasta experiência nestas ramificações da Contabilidade, e contam com oito profissionais atuando em nome da instituição.

Na execução da pesquisa, visando uma maior credibilidade, o questionário dispunha de um campo de apresentação, conceituando o objeto de estudo e o objetivo da pesquisa. Logo depois, se iniciava as perguntas contendo dez questões, dentre elas, duas de apresentação da empresa e as restantes buscando o envolvimento dos entrevistados com o tema. No total, 46 profissionais responderam ao questionário contendo perguntas abertas e fechadas para a composição de pesquisa descritiva, aplicado entre os dias 21 e 23 de outubro de 2014.

O primeiro passo era o de descobrir a quantidade de profissionais do 3^o grau de conhecimento que faziam parte da instituição, para que segundo a Norma NBCT P4, a pesquisa apresentasse dados condizentes, não só dos considerados Auditores Independentes, mas de todos os profissionais graduados que fazem parte desse corpo técnico. Para tanto o Gráfico I demonstra qual o grau de formação dos profissionais atuantes nas empresas pesquisadas:

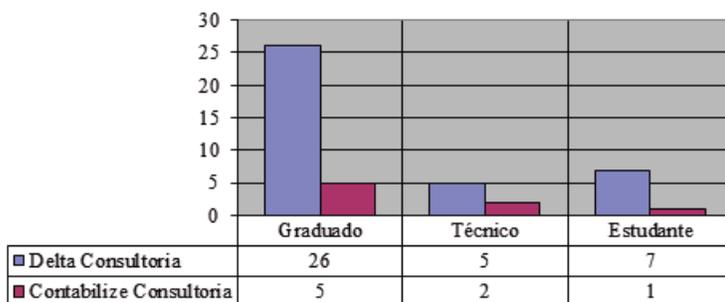


Gráfico 1: Grau de formação dos profissionais das empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

De acordo com o gráfico, na Delta Consultoria 68% dos entrevistados responderam que possuem graduação em Ciências Contábeis, 14% curso técnico e 18% ainda são estudantes. No escritório Contabilize Consultoria 63% são graduados, 25% têm curso técnico e 12% ainda estudam. Analisando os resultados, percebe-se que em grau de comparabilidade, os dois escritórios possuem em sua maioria, profissionais graduados compondo o seu quadro de funcionários.

Para estratificar a informação, perguntou-se o tempo de formação destes profissionais, o que será apresentado no gráfico a seguir:

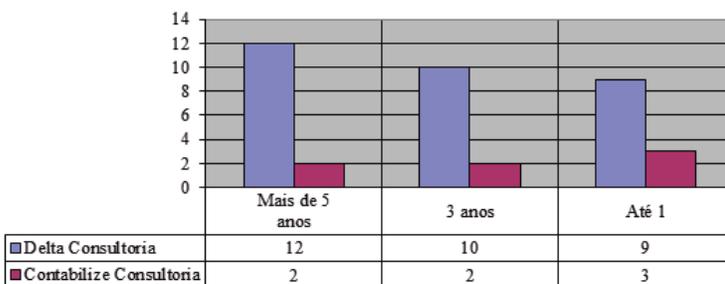


Gráfico 2: Tempo de formação dos profissionais das empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Na Delta Consultoria, 39% dos profissionais, incluindo os técnicos, responderam possuir formação maior que 5 anos, 32% se formaram há 3 anos e 29% há menos de 1 ano. Na Contabilize Consultoria, 29% têm mais de 5 anos de formado, 29% cerca de 3 anos e 42% menos de 1 ano.

Verifica-se que a Delta Consultoria possui um maior número em percentual, de profissionais com formação superior relativos à quantidade de 5 anos do que o escritório Contabilize Consultoria, o que evidencia a experiência de que as instituições dispõem desses profissionais em sua área de atuação.

Para inserir o tema e dar início aos questionamentos que apresentavam a Educação Continuada como substantivo principal da pesquisa, perguntou-se aos profissionais graduados, qual o grau de importância dos programas de educação continuada, existentes e disponíveis por meio de inúmeros acessos, utilizados por eles como ferramenta de atualização. O demonstrativo no gráfico a seguir enumera a opinião dos entrevistados:

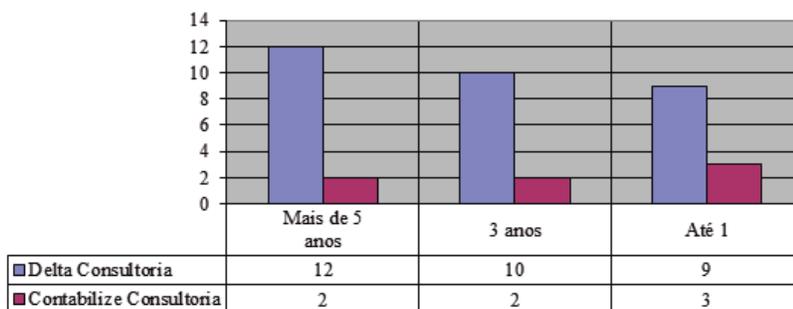


Gráfico 3: Grau de relevância dos programas de Educação Continuada na opinião dos profissionais

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Analisando este gráfico, percebe-se que nas duas empresas, em grau de comparabilidade, 100% dos entrevistados que possuem o 3^o grau de conhecimento humano ou algo mais elevado que isso, consideram os programas de educação continuada como muito importantes para a atualização e geração de competência dos profissionais contábeis, isso demonstra o quão eficaz é a sua atuação.

Para analisar de forma mais consistente a pesquisa procurou evidenciar então, quantos desses profissionais que demonstraram a importância da Educação Continuada, estão inseridos ou com que frequência eles participam desses programas.

O Gráfico 4 ajudará a entender os posicionamentos:

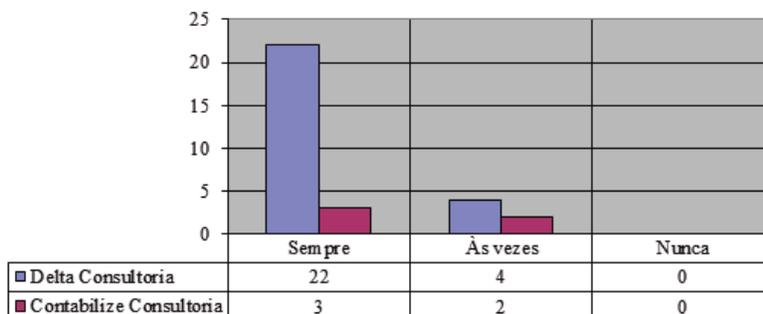


Gráfico 4: Frequência nos programas de educação continuada dos profissionais nas empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Na Delta, 85% dos entrevistados responderam que sempre estão participando de programas de Educação Continuada, e 15% às vezes participam. Na Contabilize, 60% participam sempre e os outros 40% às vezes.

Levando em conta o grau de comparabilidade nas duas empresas, a maioria sempre participa, ou nunca deixam de participar de algo do tipo, assim, observamos um resultado positivo.

Para saber como os profissionais buscam atualização permanente, perguntou-se a eles quais meios de integração junto aos programas de Educação Continuada eles mais utilizavam.

O resultado está no próximo gráfico:

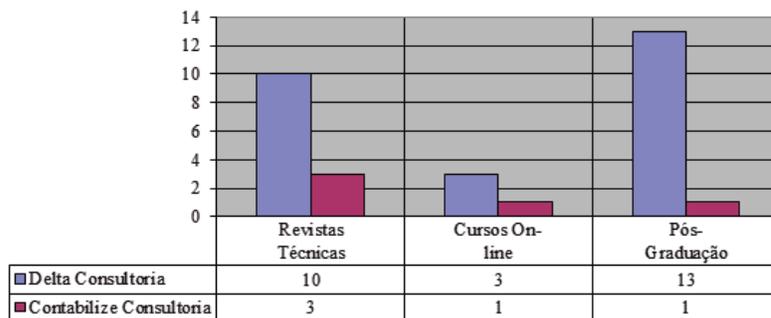


Gráfico 5: Meios de participação nos programas de educação continuada nas empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

De acordo com os dados, na Delta Consultoria 38% dos entrevistados utilizam a leitura de Revistas Técnicas para manter-se atualizados, enquanto que 12% deles fazem isso através de cursos *on-line* disponibilizados em programas de capacitação de Sindicatos Contábeis, e, a grande maioria, 50% fazem isso através de programas de Pós-Graduação ou o equivalente e superior a isso. Já na Contabilize Consultoria a maioria respondeu que se atualiza por meio de Revistas Técnicas, 60% deles, o restante 20% através de cursos e os outros 20% em programas de Pós-Graduação.

Em grau de comparabilidade, a Delta Consultoria detém um maior percentual de profissionais buscando elevar o nível de competências através de programas de Pós-Graduação, considerado nesse gráfico como um dos mais importantes meios de atualização do grau de competência profissional através de titularidade. Entretanto, ainda assim observa-se um resultado positivo, pois ambas as empresas possuem profissionais evidenciando esse foco.

Para aprofundar os questionamentos e saber se esses profissionais arcam ou não com as despesas de suas atualizações constantes, perguntou-se a eles se a empresa a qual eles trabalham ou prestam serviços financiam essas ações, e se caso positivo, de que forma.

As respostas podem ser evidenciadas no Gráfico 6:

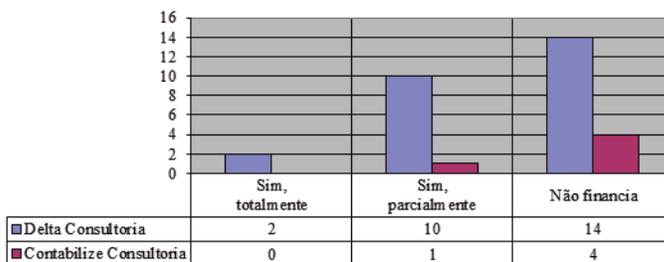


Gráfico 6: Financiamento dos programas de educação continuada dos profissionais nas empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Na Delta Consultoria 8% dos entrevistados recebem financiamento total dos seus custos com Educação Continuada, 38% financiamento parcial, e 54% não recebem nenhum tipo de ajuda. Algo parecido ocorre na Contabilize Consultoria, 20% recebem ajuda parcial e 80% não recebem nenhuma ajuda. Conseguimos observar que nas duas empresas a maioria dos profissionais não recebem ajuda de custo para manter-se atualizados, um resultado negativo do ponto de vista empresarial, mas positivo se percebermos que ainda assim os profissionais perseguem a sua qualificação por conta própria.

Para saber qual área de ramificação os entrevistados mais têm interesse para continuar elevando seu grau de competência dentro da área contábil elencaram-se diversas opções para que pudessem escolher dentre elas.

O gráfico a seguir demonstra o resultado:

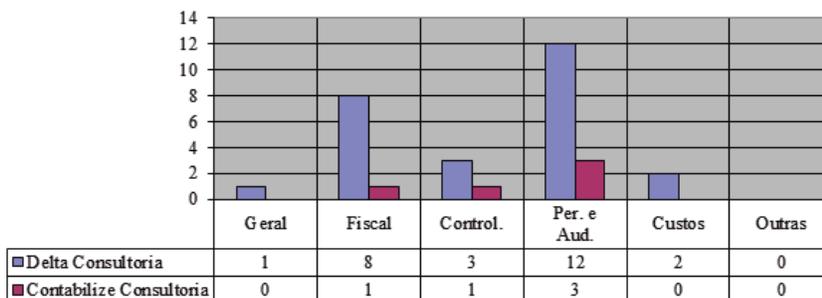


Gráfico 7: Áreas de interesse para a Educação Continuada dos profissionais nas empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Observando os dados apresentados, na Delta Consultoria 4% dos entrevistados se interessam em atualizar seus conhecimentos na Contabilidade de modo geral, 31% preferem a área Fiscal, 12% Controladoria, 46% Perícia e Auditoria e 7% Contabilidade de Custos. Na Contabilize Consultoria 20% preferem a área Fiscal, 20% Controladoria, e 60% Perícia e Auditoria. Fica evidente que em ambas as empresas os profissionais têm

um maior interesse e buscam se atualizar na área de Perícia e Auditoria, outra área que merece destaque é a Fiscal, de acordo com a opinião dos entrevistados.

No intuito de mensurar a qualidade, a importância, o grau de satisfação, o grau de disseminação, de informação e etc., desses profissionais em relação aos programas de Educação Continuada ao qual participam ou desejam participar para que em um futuro próximo possam elevar seu grau de competência técnica, fez-se uma escala de pontuações para que eles pudessem de forma objetiva demonstrar sua opinião, de forma que deixassem claro para os pesquisadores sua visão perceptiva sobre o tema, sendo que quanto maior o valor do nível, maior o grau de importância escolhido para esse conglomerado de quesitos:

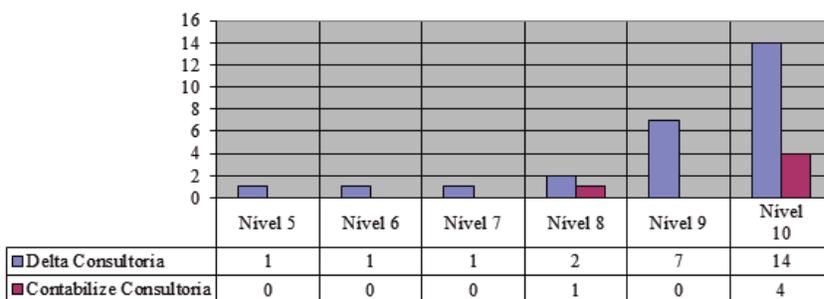


Gráfico 8: Nível de importância da Educação Continuada em consideração ao conglomerado de quesitos

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores através de pesquisa realizada em 2014

Na Delta Consultoria, para 54% dos entrevistados o nível de importância para o conglomerado de quesitos definidos acima é de 10, o maior deles em questão, para 27% deles o nível de importância é 9, para 7% é de nível 8 e de 4% cada para os níveis restantes. Na Contabilize Consultoria 80% definem o nível de importância como 10 e 20% como nível 8, os outros níveis não receberam pontuação.

Comparando as empresas, pode-se afirmar que em ambas, a maioria pontuou a importância da Educação Continuada para a atualização de competências do profissional contábil com o maior nível de perspectivas. Um resultado positivo que define de forma clara, como esse mecanismo é um objeto eficaz para a manutenção, atualização, disseminação e expansão dos conhecimentos, equivalendo-se do que reza as Normas Brasileiras Técnicas Contábeis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão desta pesquisa vai muito além da demonstração de resultados, ela torna a avaliação credível para que futuras intervenções sejam perseguidas por profissionais, empresas e a sociedade em geral. O foco da pesquisa, claro, foram as ramificações das Ciências Contábeis buscando evidenciar as perspectivas do tema como ferramenta para a geração de competências profissionais, mas, todas e quaisquer áreas de formação podem utilizar essa pesquisa como ponto de partida para uma nova visão dentro do seu respectivo contexto. As

perspectivas da Educação Continuada são a de atuar como objeto de fomento para a atualização, geração de ideias, técnicas de abordagem e disseminação de teorias pelo profissional contábil em relação ao conhecimento adquirido.

A pesquisa, com as informações dos entrevistados, conseguiu perceber que a educação continuada é vista como ferramenta para o processo de atualização dos profissionais contábeis, e que eles a perseguem de diversas formas, em grau de nivelamentos cada vez mais altos. Os inúmeros prismas do mesmo tema e as incontáveis opiniões de outros autores, ajudou de forma imensurável no alcance do objetivo geral do artigo, pois percebeu-se que a educação profissional continuada faz parte do mundo contemporâneo, do mundo das empresas, dos estudantes, dos profissionais que desejam adquirir, manter e expandir seus conhecimentos.

Do ponto de vista organizacional, percebeu-se que ela pode funcionar como ferramenta de escolha para o gerenciamento de postos de trabalho, que além da adaptação e desenvolvimento de habilidades, antecipa as mudanças no ambiente e envolve isso ativamente na determinação e no sucesso das orientações gerais da empresa. No fim das contas, a educação continuada deve ser um investimento para a estratégia da empresa, estabelecer-se como um guia valioso e instrumento facilitador de sucesso e desafios do negócio.

Pode-se afirmar, em repostas aos objetivos específicos, que no cenário contábil da cidade de Manaus, há sim, cada vez mais a busca pela atualização profissional. Prova disso é que a pesquisa descreve nos resultados que boa parte dos entrevistados usam de diversas ferramentas para manterem-se atualizados. Além disso, eles compartilham do conhecimento adquirido com os colegas de trabalho, disseminando a informação. Os efeitos que a Educação Continuada exerce sobre a atualização e formação de competências técnicas para os profissionais contábeis, é efetiva, pois consolida o seu papel primordial de manter as habilidades cognitivas e técnicas dos que a buscam em prol da capacitação das habilidades em sua área de atuação.

A pesquisa foi considerada positiva, uma vez que a maioria dos entrevistados demonstrou interesse pelo tema evidenciado. Grande parte participa de forma regular desses programas, e boa parte deles têm gastos próprios, ou seja, não recebem ajuda de custo para manterem-se atualizados. Outro ponto relevante aparece na área de maior interesse entre os profissionais, a de Perícia e Auditoria, sabe-se, portanto que a educação continuada fará parte integrante da vida desses profissionais, visto que para eles, ela é considerada obrigatória.

Em todos os casos a educação profissional continuada se demonstra necessária, e que os profissionais interessados em elevar seu nível de habilidades devem estar atentos para essa questão. Sem educação, sabemos que uma classe pode extinguir-se, que sem olhar o passado, os erros podem ser cometidos novamente no futuro, e que sem perspectiva de futuro encontra-se a estagnação. O que se concluiu pela pesquisa que não é o caso da classe contábil.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade do CFC: **Resolução N°. 995 de 24.03.2004. Dispõe sobre a NBC P 4. Normas para educação profissional continuada.** Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em: 27 de out. 2014.

_____. **Resolução N°. 1.056/2005. Normas Profissionais do Perito – 2.9 Educação Continuada.** Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em: 27 de out. 2014.

_____. **NBC PA 12 (R1) – Educação profissional continuada**, de 17/12/2013. Aprovada com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em: 27 de out. 2014.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Formação continuada e gestão da educação no contexto da cultura globalizada**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2006.

FREZATTI, Fábio; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. **Análise do relacionamento entre o perfil de alunos do curso de contabilidade e o desempenho satisfatório em uma disciplina**. In: XXVII ENANPAD, 20 a 24 de setembro de 2003, Atibaia–São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

JORNAL CONTÁBIL. **Uma ferramenta do ensino contábil** – Centro de Formação Profissional. Disponível em: <<http://www.jornalcontabil.com.br/v2/contabilidade-news>>. Acesso em: 18 de out. 2014.

KOLIVER, Olívio. **O Ensino Universitário, os exames de competência e a educação continuada na busca da excelência e do exercício profissional pleno**. In: **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. outubro/dezembro. RGS, 1997.

NASCIMENTO, Raimundo Benedito do. **Tecnologia da informação na educação: relato de uma investigação**. In: ANDRIOLA, Wagner Bandeira & MC DONALD, Brendan Coleman (Org.) **Avaliação: Fiat Lux em Educação**. Fortaleza: UFC, 2003.

MANUAL DE AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL, TCU, 2000.

STURMEY, P. **Functional analysis in clinical psychology**. Chichester: John Wiley & Sons. In: Estudos de Psicologia. Campinas, Núcleo de Editoração SBI, Campus I, 1996.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **Desafio da Universidade Contemporânea: o processo de formação continuada dos profissionais de educação**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) **Formação continuada e Gestão da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.



A FINALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM TERRAS INDÍGENAS: POVOS DO ALTO RIO NEGRO – AMAZONAS¹

José Francisco Ribeiro de Souza²

Recebido em: 13/03/2016; Aceito em: 04/06/2016.

RESUMO

A finalidade do ensino superior é formar cidadãos para atuar na sociedade de forma qualificada. Em terras indígenas essa qualificação deve considerar as riquezas da diversidade cultural dos povos indígenas. Contemplar esses valores culturais no currículo de um curso superior é um verdadeiro desafio. Exige uma mudança de mentalidade universitária que possa abrir-se aos valores tradicionais dos povos indígenas. As lideranças, os conhecedores, os professores, pais e mães indígenas propõem a criação de um instituto superior do conhecimento indígena que valorize as tradições locais. A finalidade do instituto superior indígena não é competir com os cursos de nível superior que já existem. Ele pretende oferecer uma nova alternativa de aquisição de conhecimento que valorize a cultura local e os conhecimentos tradicionais em prol do desenvolvimento da própria região. Esse trabalho é de caráter de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Diálogo intercultural; acolhimento cultural; valorização do diferente; interatividade cultural; interculturalidade.

ABSTRACT

The purpose of the higher education is to educate citizens in order to have a qualified share in the society in which they live. In an indigenous land, this qualification has to consider the richness of the cultural diversity of its people. Contemplate these cultural

¹ Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência no Ensino Superior, desenvolvido na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

² José Francisco Ribeiro de Souza. Padre Salesiano da Inspeção do Amazonas. cursou Filosofia e pós-graduação em Docência no Ensino Superior na Universidade Católica Dom Bosco (MT) e Teologia pela Faculdade Unisal (Universidade Salesiana de São Paulo). Trabalhou no Distrito de Iauareté (Distrito de São Gabriel da Cachoeira-AM) cuja população é de noventa por cento de indígenas. Acompanhava os jovens em vários momentos formativos e visitava os povoados localizados às margens dos Rios Alto Aupés, Rio Papuri, Baixo Aupés e outros afluentes. Foi professor de sociologia no ensino médio na escola São Miguel – Iauareté/AM. Atualmente trabalha no Colégio do Carmo em Ananindeua-PA. End. BR 316-Km 09, n. 1760. CEP. 67033-000. Telefone: (91) 3255-0718. E-mail: jsdb1@hotmail.com.

values in a higher educational curriculum is a true challenge. It demands a mentality change capable of open up to the traditional values of the indigenous people. The leaders, the experts, the teachers, and the indigenous parents propose the creation of a higher educational institute of indigenous knowledge that takes in account the local tradition. The purpose of this institute is not to compete with the higher level courses that already exist. Instead, it plans to offer a new alternative of acquiring knowledge that values local culture and traditional knowledge in favor of the development of the region. This is a bibliographical research.

Keywords: Intercultural dialogue; cultural reception; appreciation of the different; cultural interactivity; interculturalism.

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a problemática do ensino superior em terras indígenas do Alto Rio Negro, situado no Estado do Amazonas. Essa questão já está sendo discutida em sala de aula, nas reuniões de professores e gestores de escolas, nos encontros de lideranças indígenas e nas organizações civis.

A questão de fundo é: como deve ser o ensino superior em terras indígenas e como construir um conhecimento que seja capaz de dialogar internamente e externamente com outras culturas. Internamente: com as diversas etnias indígenas e com os não indígenas dessa região. Externamente: com as culturas das grandes cidades e com suas influências na realidade local.

Quando se coloca em discussão o ensino superior em terras indígenas do Alto Rio Negro surge espontaneamente a seguinte preocupação: a formação acadêmica deve preparar os indígenas para o trabalho profissional com intuito de permanecer ou não na sua própria região? Este acaba sendo um ponto polêmico, pois caso esta formação seja focada na permanência, restringe o campo de ação do novo profissional e o encarcera na sua própria região contrariando o próprio espírito do conhecimento acadêmico que é lançar o indivíduo para fora de si e do seu mundo. Por outro lado, é grande a demanda por profissionais de diversas áreas nas terras indígenas e, também a necessidade de que esses profissionais conheçam a cultura das diversas etnias locais dos povos nativos.

Esta problemática traz à luz a intencionalidade deste trabalho contribuir com a discussão do de demonstrar que é possível um ensino de qualidade em nível superior na região indígena do Alto Rio Negro que contemple e valorize a dimensão cultural, a promoção social e o diálogo com o mundo do trabalho.

Na construção de uma proposta concreta que facilite a construção do conhecimento que leve em conta a peculiaridade desta região é preciso considerar apostar em três atitudes: a) valorizar a dimensão cultural na elaboração do currículo; b) incentivar o uso das duas principais línguas indígenas da Região (Língua Geral, Língua Tukano)³ sem prejudicar

3 O alto Rio Negro tem dois blocos: o chamado triângulo Tukano, que compreende o distrito de Pari-cachoeira, Taraqua e lauarete e a língua dominante é o Tukano. Inclusive fala-se essa língua na escola. Parte dessa população encontra-se em São Gabriel e continua a falar em Tukano. Parte do município de São Gabriel, Santa Isabel especialmente as comunidades ribeirinhas falam língua Geral.

o uso e aprimoramento da aprendizagem da língua Portuguesa; c) fomentar um conhecimento que vá ao encontro da autossustentabilidade dos povos indígenas dessa região.

A relevância dessa pesquisa se dá pelo fato de ir ao encontro de uma discussão que está sendo construída pelos próprios professores indígenas e não indígenas que cursaram uma faculdade. Trata-se, porém, de um projeto que discute a construção de um instituto de ensino superior que leve em consideração as peculiaridades das culturas indígenas locais sem prejuízo para a aprendizagem e para a inserção do aluno no mercado do trabalho. Deve-se considerar que inserção no mercado de trabalho deve priorizar a permanência na área indígena.

Este artigo abordará a temática da finalidade do ensino superior em terras indígenas a partir de quatro pontos: 1. A educação superior indígena no Brasil; 2. Povos do Alto Rio Negro–Amazonas; 3. Institutos de ensino superior em terras indígenas do Alto Rio Negro; 4. Possibilidades e desafios e considerações finais.

Com isso, contribuir com a discussão do ensino de qualidade em nível superior na região indígena do Alto Rio Negro que contemple e valorize a dimensão cultural em sua metodologia de ensino e aprendizado para promoção cultural e social.

1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NO BRASIL

A história da educação superior Indígena no Brasil começa com as políticas de ações afirmativas voltadas para os grupos mais desfavorecidos da sociedade. Os negros e indígenas estavam no topo das discussões políticas sobre cotas nas universidades. Posteriormente, a discussão se entendeu a todos os grupos menos favorecidos economicamente, que devido à baixa renda salarial, não tiveram condições de ter um estudo de qualidade.

Um marco preparatório para a discussão sobre a educação superior indígena é a implantação da escola indígena. No cenário das discussões sobre a educação indígena é preciso considerar a interculturalidade também no ensino superior. O conceito de interculturalidade no campo educacional traz à tona a noção de pluralidade cultural que “deve ser incorporada de forma positiva nos sistemas de ensino atendendo às diferentes vozes e manifestações culturais. Neste caso é necessário um ressignificação dos currículos que vem sendo adotados pelas instituições de ensino” (LIMA, OLIVEIRA e LINS, 2009, p. 106). Isso implica repensar também o ensino superior.

No livro *Escola Indígena—palco das diferenças*, Nascimento (2009) situa a problemática da educação indígena dentro da complexidade da diversidade da cultura indígena. Para a autora: devem-se considerar as reais necessidades e diferenças dos grupos e comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil para construir uma proposta de educação que não seja genérica. Juncosa (1984) no seu livro, *Educacion Indígena*, propõe três aspectos a serem considerados neste palco das diferenças que são: a transmissão de valores culturais, as línguas de cada grupo étnico e a interculturalidade.

Outro conceito muito importante na discussão sobre o tema da educação superior em terras indígenas é a noção de etnodesenvolvimento proposto por Stavehagem (1995). O etnodesenvolvimento compreendido por muitos como desenvolvimento sustentável:

Supõe um universo sutil e amplo de desejos, valores, tradições culturais, formas sociais demarcadas pela solidariedade e pela reciprocidade que perpassa o surgimento e o fortalecimento de inovações institucionais como a das organizações indígenas, da participação de indígenas nos processos públicos de tomada de decisão, do acesso indígena à escola e a universidade (STAVENHAGEN, 1995, p. 42-43).

O processo de reflexão sobre a educação indígena foi construído a passos lentos. A presença dos indígenas no ensino superior e a presença do ensino superior em áreas indígenas são fruto do esforço intenso entre as instituições que trabalham com os povos indígenas e dos próprios indígenas. A partir do ano de 1970 estabeleceu-se no Brasil, um processo de articulações envolvendo a questão indigenista e indígena que resultou na substituição do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Com os avanços das reflexões acerca dos direitos dos povos indígenas surgem e se fortalecem no cenário nacional instituições civis, governamentais, religiosas juntamente com ONGs e Universidades afinadas com a defesa da causa indígena. Além, da atuação fundamental do próprio Movimento Indígena.

Alguns autores descrevem esse processo, iniciado com as mudanças no ensino básico:

Apesar de algumas ações terem se iniciado no período de 1991-1994, só no período de 1995-2002 a *Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas (CGAEI)*/Secretaria de Educação Fundamental/MEC efetivamente deslançou uma atividade que resultou no atendimento de mais de 100 mil estudantes indígenas, em uma rede de cerca de 1.392 escolas indígenas, assistidas por mais de 4.000 professores que trabalham em elevada percentagem (mais ou menos 75%) junto a seus próprios povos. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394 de 20 de Dezembro de 1996), particularmente através de seus artigos 26, 32, 78 e 79, fixaria as bases que documentos como *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena* (1993), do Comitê de Educação Escolar Indígena, criado no MEC para subsidiar a essa política, delinearam, e o posterior *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI* ampliaram, sobretudo através do Programa *Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*, lançado em abril de 2002. Outros diplomas legais, como o Parecer 14/99 e a Resolução n. 3/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, deram continuidade à normatização da educação indígena em território nacional. De modo muito diferenciado das políticas acima mencionadas, a forma como foi estruturada a ação do MEC surgiu de amplo debate em que participaram intensamente índios e não-índios referidos ao campo da educação, havendo ampla participação de ONGs indigenistas, organizações de professores indígenas, universidades, que constituíram desde cedo um campo com relativa autonomia e pouco referido, no nível federal e na escala nacional do campo indigenista, às questões mais abrangentes enfrentadas pelos povos indígenas. (SOUZA LIMA, BARROSO-HOFFMANN, PERES, s/d, p. 9).

Essa reflexão continua em pleno andamento. Houve avanços significativos no campo da educação básica em áreas indígenas. A adoção de currículos diferenciados nas escolas indígenas com a valorização da língua e costumes e tradições próprias. Como consequência no âmbito do ensino superior propriamente em área indígena isso orientou a formação de professores especialmente para o magistério indígena e formação continuada. O envolvimento da sociedade, das ONGs, universidades e professores indígenas ajudaram a conquistar uma relativa autonomia.

Souza Lima, Barroso-Holmann, Peres (s/d) apresentam um excelente resumo da política educacional voltada para os indígenas, que vai desde a formação de professores a pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Afirmam que:

No plano do ensino superior [...] algumas iniciativas tímidas foram desenvolvidas por universidades esparsas, algumas com sucesso e adquirindo alguma sustentabilidade, outras descontinuadas. As formações foram ministradas através de cursos presenciais modulares, com o deslocamento de professores à área, pela Universidade Federal do Amazonas, em S. Gabriel da Cachoeira, Amazonas, nas áreas de Filosofia e Ciências Sociais. Na Universidade do Mato Grosso (UNMAT), na Universidade Federal de Roraima (UFRR), através do Núcleo Insikian, desenvolvem-se cursos voltados para a preparação de docentes para o magistério indígena diferenciado. Outras universidades Federais, como as de Minas Gerais e Espírito Santo, tentaram iniciar curso dessa natureza, sem sucesso, e a Universidade Federal do Acre (UFAC) está em vias de criá-lo. No estado do Mato Grosso do Sul, a Unigran – Universidade da Grande Dourados, a UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, esta através do Programa Kaiowá-Guarani, do Mestrado de desenvolvimento Local, promovem ações para o ensino superior de indígenas. A Universidade Estadual do Paraná também mantém investimento. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) mantém um programa para indígena Pankararu que, migrados do nordeste, habitam a cidade. A Funai paga bolsas de estudos sem garantias estabelecidas a um número de em torno de 1.000 estudantes indígenas, matriculados ao largo do país. [...] O MEC, através da Secretaria do Ensino Superior (SESU), tem organizado reuniões para formulações de uma política de ensino superior para índios, cogitando para isso desenvolver programas em rede (SOUZA LIMA, BARROSO-HOFFMANN, PERES, s/d, p. 9).

A reflexão precisa ser aprimorada a fim de estabelecer uma política que dê mais flexibilidade e autonomia aos cursos, currículos e vestibulares voltados para o ensino superior indígena. Algumas iniciativas mais recentes propõem avanços nesse sentido, como é o caso da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, inaugurada em 2012 no Mato Grosso do Sul. Também é importante citar o Prolind, um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, implementado pelo Ministério da Educação (MEC). A formação continuada de professores também é uma iniciativa concreta que deslocou a formação superior para as áreas indígenas.

Mas, de forma geral, os cursos oferecidos aos indígenas não estão hábeis a considerar a diversidade das culturas indígenas do Brasil. Isso faz com que a política nacional para o ensino superior para os indígenas se reduza em tirá-los do ambiente cultural deles para ingressá-los numa faculdade ou universidade presente nas grandes cidades e capitais. Falta uma proposta de ensino superior com os ideais das organizações indígenas que esteja realmente voltada para os povos indígenas.

2 POVOS DO ALTO RIO NEGRO – AMAZONAS

A região do Alto Rio Negro compreende três municípios: Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. O município de São Gabriel da Cachoeira tem três distritos:

Taraquá, Paris-Cachoeira e Iauareté. Os três municípios estão dentro da área indígena, mas fora das áreas demarcadas.

O município de Barcelos é o maior em extensão (122.476,123 km²). “O último censo de 2010 contabilizou um total de 25.718 habitantes, sendo que 11.157 residem na zona urbana” (DIAS e BARRA, 2013) A densidade demográfica é de 021 (hab/km²). A população formada por ribeirinhos, caboclos, indígenas e descendentes de nordestinos.

A questão cultural indígena no município é pouco explorada e encontra-se adormecida. É notável certa rejeição da classe política e dos comerciantes e organizações não governamentais às discussões que busquem valorizar a cultura indígena.

Um dos encaminhamentos feitos na V Assembleia Regional foi a moção de repúdio contra os ataques aos direitos indígenas que se tornou frequente através de mobilizações, notas públicas e publicações em meios de comunicação, feitas por organizações não-governamentais constituídas em associações de classe, como de pescadores, patrões de piaçaba e de operadores de turismo, contrárias à demarcação das terras indígenas (FOIRN, 2014, s/n).

○ documento critica duramente os ataques indígenas ao afirmar:

Estas associações negam a identidade étnica e incitam o ódio aos povos indígenas, o desrespeito aos direitos originários garantidos constitucionalmente, com o fim de que as terras indígenas não sejam demarcadas e os índios não possam exercer o seu direito de uso livre dos recursos naturais para a sobrevivência e bem viver na região. [...] Esses ataques contêm mentiras e incitam a prática de crimes contra nossos parceiros e aliados, como ameaça de morte feita a um voluntário que trabalha conosco, visando impedir que continuemos a receber apoio para realizar os nossos trabalhos em favor das comunidades indígenas localizadas na calha do Rio Negro, especificamente no município de Barcelos (FOIRN, 2014, s/n).

No distrito de Barcelos encontram-se alguns grupos indígenas da etnia Yanomami. Vivem bastante afastados do centro da cidade e têm muita dificuldade para falar português.

O município de Santa Isabel do Rio Negro à semelhança de Barcelos é formado por comunidades ribeirinhas, caboclos, descendentes de nordestinos e indígenas. A população indígena é expressiva e as comunidades ribeirinhas conservam viva sua identidade cultural e falam língua Geral (Nheengatu), Baniwá e Tukano. Há também um grupo expressivo da etnia Yanomami⁴ bastante retirado da sede do município e vive intensamente seus valores culturais. Esse grupo é assistido pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e pela Secretaria de Educação (SEDUC) em parceria com Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia através de projetos de manutenção das escolas de ensino regular.

O município de São Gabriel do Rio Negro é o maior em população e o segundo em extensão. A população é de 37.896 e possui uma extensão de (Km²) 109.183,434. Na sede do município estão presentes migrantes do nordeste, centro-oeste e sul do país. No entanto a população predominante é indígena. As comunidades ribeirinhas são todas indígenas pertencentes às várias etnias. Na cidade a discussão pelas causas indígenas está viva através da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e de outras organizações interessadas pela mesma causa.

⁴ Por estabelecer ainda pouco contato com a cidade, apesar da presença de escolas em suas terras, são falantes da própria língua (Yanomami).

Os distritos de Pari-Cachoeira, Iauareté e Taraquá ambos pertencem ao município de São Gabriel da Cachoeira estão dentro de terras demarcadas e fazem parte de uma região chamada de Triângulo Tukano. Essa região é composta de várias etnias, mas recebe esse nome por ter adotado a língua Tukano para comunicar-se. A língua Tukano é propriedade da etnia Yepá-Massã (apelidado de Tukanos). Essa etnia com sua influência foi tornando sua língua popular e que aos poucos se converteu num elemento de unidade entre as demais etnias presente no Rio Tiquié, Médio e Alto Alpés, Rio Papuri e afluentes.

A dimensão cultural tal como: a dança, a língua, os ritos de benzimentos que marcam as várias etapas da vida da pessoa estão vivos nas etnias desta região. Nas escolas situadas no Triângulo Tukano fala-se a língua portuguesa e a Tukano. A região do Triângulo Tukano e toda a região do Alto Rio Negro têm uma grande diversidade cultural. Mesmo com as influências das novas tecnologias e com o crescimento das cidades de Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira os elementos da cultura indígena estão presentes no cotidiano da população. Especialmente nas comunidades ribeirinhas.

Conforme um levantamento feito pela FOIRN, em toda a bacia do rio Negro são reconhecidos mais de 40 povos indígenas:

Arapaso, Baniwa, Bará (Waipiñomakã), Barasana, Baré, Desana, Dow, Hixkaryána, Ingarikó, isolados do Téa, Kanamari, Kambe-ba, Karapanã, Katue-na, Kotiria (Wanana ou Uanano), Kubeo, kuripako, Hupda, Nadob, Lanawa, Maku, Makuna, Makuxi, Mirity-tapuya, Patamona, Pira-tapuya, Pisa-mira, Pirutiti (isolados), Siriano, Taiwano, Tariano, Tatuyo, Taurepang, Tukano, Tuyuca, WaimiriAtroari, Waiwai, Wapixana, Warekena, Yanomami, Ye`kuana, Yuhupde, Yuriti (FOIRN, 2013, p. 79).

Stenzel resume bem as características do povo dessa região da seguinte forma:

A região do alto e médio rio Negro, localizada no noroeste do estado do Amazonas, é uma das regiões com maior diversidade étnica e linguística da Amazônia. Só no município de São Gabriel da Cachoeira, com extensão territorial de 109.185,00 km², 80% do qual constituída por Terras Indígenas (Alto Rio Negro, Balaio, Médio Rio Negro I e II, Rio Tea e Yanomami), encontramos uma população de aproximadamente 37 mil pessoas, quase 90% dos indígenas. Em Santa Isabel do Rio Negro quase 60% da população total do município é indígena, e mesmo não tendo estimativas para o município de Barcelos, certamente é possível afirmar que há muitas famílias indígenas em Barcelos oriundas da região, bem como migrantes do alto rio Negro, sobretudo dos rios Uaupés e Içana. Essa população indígena do rio Negro representa mais de trinta grupos etno-linguísticos, falantes de idiomas de cinco famílias linguísticas distintas. (STENZEL, s/d, s/n).

Os povos desta região podem ser classificados em quatro grandes famílias linguísticas: 1) Aruák é representado pelos povos Baré, Baniwa, Kuripako, Tariana e Werekena; 2) Família Tukano compreende os povos Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kotiria/Wanano, Kubeo, Makuna, Miriti-tapuya, Siriano, Taiwano, Tukano, Utapinozona/Tuyuka, Wa'ikhana/Piratapuyo e Yuruti; 3) família Yanomami; 4) família dos Maku.

Os povos da etnia Yanomami falam quatro línguas: Yanomami, Yanomam, Ninam e Sanumá. Há também a família linguística Maku (ou Nadahup) que é representada pelos povos Yuhup, Hup, Dâw e Nadöb. Os povos Yanomami e Maku foram destacados das duas famílias linguísticas por serem grupos com características muito próprias.

As riquezas dos povos desta região têm fascinado muitos pesquisadores e proporcionado muitas teses acadêmicas, especialmente no campo da antropologia cultural. No entanto a maioria dos pesquisadores é de fora, terminam os estudos, vão embora e não dão uma contribuição concreta à região. É para ir ao encontro dessa problemática que esse artigo pretende contribuir com a proposição de um instituto de ensino superior em terras indígenas do Rio Negro cujo resultado das pesquisas será voltado para o desenvolvimento da região.

3 OS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR EM TERRAS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO

Antes de abordar a questão dos institutos de Ensino Superior em terras Indígenas do Alto Rio Negro é preciso esclarecer que não estamos falando de área demarcada. Trata-se de polos ou cursos oferecidos por universidades nas cidades de Santa Isabel do Rio Negro e em São Gabriel da Cachoeira. Tais cidades estão presentes em áreas indígenas, cujos habitantes são, em sua maioria, indígenas. Nesse caso, considera-se não a demarcação legal das terras feita pelo Estado, mas a presença dos próprios indígenas. Por exemplo: São Gabriel é o município mais indígena do país.

A oferta de cursos superiores para os estudantes indígenas do Alto Rio Negro também acontecem fora dessas áreas. Com a política de cotas nas universidades e com o programa de formação continuada de professores cresceu o interesse e a participação dos indígenas nas universidades públicas e privadas. Algumas universidades se deslocaram para região com oferta de curso presencial e semipresencial e à distância. Cresceu muito o interesse dos estudantes locais já graduados em fazer uma pós-graduação.

Outra área de interesse são os cursos profissionalizantes de modo especial técnico em enfermagem, agente comunitário de saúde, auxiliar de dentista, técnica em nutrição, secretariado, técnico em computação e outros que são oferecidos pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

Em diversas regiões do país a entrada de estudantes indígenas no Ensino Superior já é uma realidade. O documento sobre a formação avançada Indígena do Rio Negro afirma:

A abertura da universidade para os povos indígenas reflete, por um lado, a disposição de ampliação da sua destinação histórica, no que diz respeito aos seus beneficiários, e a mudança do lugar antes atribuído aos povos indígenas, como apenas objetos de estudo. Por outro lado, a entrada de indígenas na universidade – que tem, via de regra, uma marca coletiva – requer a transformação do campo acadêmico para o acolhimento dessa diversidade sociocultural (FOIRN, 2012, p. 19).

Não é fácil as universidades estarem preparadas para acolherem as diferenças advindas das diversidades da cultura. Isso requer um longo percurso de reflexão e adequação. Com a reflexão feita nas próprias terras indígenas e de lá levadas até as universidades já é possível perceber mudanças na política dos institutos de ensino superior quanto aos estudantes indígenas.

Conforme os professores, intelectuais e lideranças indígenas a maior dificuldade das universidades é contemplar os valores da cultura indígena na grande curricular.

Experiências concretas têm se observado em cursos e programas para a inclusão de indígenas na universidade, o que coloca desafios epistemológicos, metodológicos e políticos à organização das práticas e do saber universitário, em face da sua capacidade de comportar saberes “outros” e de se defrontar com as questões colocadas pelos povos Indígenas (FOIRN, 2012, p. 19).

É um processo já iniciado que começa a produzir bons frutos. Dia 28 de agosto de 2014 recebeu colação de grau, no município de Santa Isabel, a primeira turma de licenciatura em pedagogia com ênfase na interculturalidade ministrada pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A proposta inicial da UEA que ia ao encontro dos interesses dos indígenas era oferecer um curso de pedagogia intercultural. Essa proposta não pode ser executada como foi pensado por diversas dificuldades: elaboração de uma grade curricular apropriada, falta de professores conhecedores profundamente da cultura indígena e outras. Por esses e outros motivos o projeto inicial do curso sofreu alteração. Ao invés de ser curso de pedagogia intercultural passou a ser licenciatura em pedagogia com ênfase na interculturalidade.

Embora não tenha mantido o projeto original do curso nota-se, por parte da universidade, uma abertura concreta às demandas dos povos indígenas desta região. Isso mostra que a luta dos povos indígenas está entrando aos poucos na pauta das universidades.

Diante do êxodo de alunos que vão estudar em outras capitais e nem sempre retornam para a região acredita-se que o caminho é tornar a metodologia e os conteúdos dos cursos oferecidos mais próximos da realidade. É preciso repensar os cursos oferecidos para saber se eles vão ao encontro dos interesses dos jovens desta região. Serve para ilustrar o fato de que nesta região do alto rio negro tenha muitos técnicos em enfermagem e os enfermeiros vêm de outros lugares do país.

Dentro da política de ensino superior no Rio Negro a FOIRN apresenta um quadro ilustrativo da oferta de ensino superior nesta região que compreende os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Cidade	Curso	IES (Instituição de Ensino Superior)
São Gabriel do Rio Negro	Filosofia (Licenciatura Plena) Ciências Sociais Geografia Letras Pedagogia Biologia Licenciatura intercultural Matemática Letras: Espanhol	UFAM
	Normal Superior Química Ciência Política Educação Física Tecnologia e análise em desenvolvimento de sistemas Licenciatura intercultural: Física	UEA
Barcelos e Santa Isabel	Matemática Ciências	UFAM
Santa Isabel do Rio Negro	Normal Superior	UEA
Barcelos	Normal Superior	UEA

Quadro 01: Oferta de ensino superior do Alto Rio Negro⁵

Não existe banco de dados completo e atualizado sobre a presença dos estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras. Faz-se necessário um estudo amplo com dados seguros capaz de apresentar um caminho trilhado pelos estudantes universitários indígenas que considere as etapas anteriores, isto é, ensino fundamental e médio.

4 POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O ensino superior indígena no Alto Rio Negro apresenta-se como possibilidade (s) que traz no seu bojo muitos desafios. A discussão sobre esse assunto com os professores, lideranças e sabedores⁶ indígenas e não indígena, tendo a FOIRN à frente, lançou luzes nesses desafios e que por sua vez se transformaram em possibilidades.

No Amazonas existem cerca de 3000 mil alunos em várias universidades públicas e nem uma proposta de ensino superior para o Rio Negro que seja pensado pelos próprios Indígenas. Isso ajuda a entender o porquê de muitos alunos saírem para estudar fora do estado e não quererem mais voltar para trabalhar na região. Embora os cursos oferecidos fora do Estado do Amazonas também não suprem essa lacuna.

⁵ Dados retirados de FOIRN & ISA, 2012. A obra trata da Formação Avançada Indígena do Rio Negro. Resultado do processo de consulta realizado entre 2009 e 2012.

⁶ Sabedores ou conhecedores são termos que os indígenas utilizam para se referir aos mais velhos e àqueles que são considerados sábios indígenas. Remetem à sabedoria e ao conhecimento da cultura.

O quadro abaixo dá uma noção sobre os destinos dos estudantes indígenas do Rio Negro e justifica a elaboração de uma nova proposta de ensino superior para essa região.

Curso	IES (Instituição de Ensino Superior)	Estado
Direito Medicina Enfermagem/UEA Odontologia Meteorologia	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) AM	Amazonas
Engenharia Florestal/Engenharia de pesca Engenharia Civil Economia	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Amazonas
Licenciatura Intercultural	Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat)	Mato Grosso
Pedagogia	Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Mato Grosso do Sul
Mestrado em Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pernambuco
Mestrado em Educação	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo
Mestrado em Educação	Pontifícia Universidade Católica (PUC)	São Paulo
Pedagogia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	São Paulo
Engenharia Florestal		
Ciência da computação		
Medicina	Universidade de Brasília (UNB)	Distrito Federal
Enfermagem		
Nutrição		
Mestrado e Doutorado em Linguística		
Biologia		
Física		
Medicina	-	Cuba
Antropologia	Universidad Medellin	Colômbia

Quadro 02: Destino universitário dos indígenas do Rio Negro⁷

Diante de tantas possibilidades oferecidas aos jovens desta região para ingressar nas universidades faz-se necessário à presença de uma instância de ensino superior que valorize o conhecimento dos povos locais. Para responder a esse desafio as lideranças indígenas, professores e conhecedores da cultura indígena sob a liderança da FOIRN e do Instituto Socioambiental (ISA), propuseram a criação de um Instituto de Ensino Superior.

⁷ Dados retirados de FOIRN & ISA, 2012. A obra trata da Formação Avançada Indígena do Rio Negro. Resultado do processo de consulta realizado entre 2009 e 2012.

O Instituto de Ensino Superior Indígena apresenta uma proposta qualificada que leve em conta os conhecimentos e saberes indígenas voltados para o bem estar dos povos locais. A finalidade desse Instituto não é competir com as universidades e faculdades que oferecem cursos superiores nesta região, mas oferecer uma nova forma de conhecimento igualmente qualificado.

A comissão de estudo sobre a criação do instituto de ensino superior indígena traçou os seguintes objetivos usando um esquema pergunta-resposta:

O que não queremos? Replicar o que já existe: não vamos fazer cursos superiores de disciplinas que já existe, por exemplo, Direito, Medicina, Antropologia, Biologia, e outras; Competir com alternativas existentes: licenciatura intercultural; acesso diferenciado a universidades; Que seja somente numa língua e com predominância do conhecimento científico; Estruturas burocratizadas. (GRUPIONI; KAHN, 2013, p. 51).

O esquema deixa claro que não se trata de reproduzir aquilo que já existe e propõe:

O que queremos? Queremos curso superior que nos permita atuar nas comunidades; O cidadão indígena deve ser capaz de melhorar sua condição de vida comunitária social e econômica; Conhecimentos indígena e ocidental não indígena devem trabalhar juntos: o diálogo intercultural deve ser o princípio de construção da proposta de formação e é urgente abrir novos espaços onde conhecimentos tradicionais e ocidentais dialoguem igualmente; Que o ensino seja por meio de pesquisa e interdisciplinar; Que essa forma nos permita gerir de forma sustentável os recursos que temos na nossa região; Que esse espaço de formação seja autônomo e, ao mesmo tempo, sejam criados vários observatórios em diversas áreas do conhecimento, seja na educação, saúde, meio ambiente, etc; Um desenho institucional aberto e flexível, como espaço aberto para gerar e apreender diversas expectativas, incluindo também pessoas que nunca estudaram nas escolas indígenas diferenciadas; Na ideia de uma escola autônoma, ela poderia fazer convênios com muitas outras universidades, que permitam um conselho de apoio, operando mais como uma rede de pesquisadores; Que alunos e professores dessa escola possam cursar ou oferecer cursos e oficinas nas universidades parceiras e vice-versa; O ensino superior deve ser reconhecido legalmente e os alunos que concluírem essa formação possam ter certificado reconhecido; Seguiremos o princípio de acolher a diversidade de calendários microrregionais, regionais e étnicos de toda região do rio Negro, em vez de seguir os calendários das universidades não indígenas: os calendários serão debatidos e escolhidos pelas comunidades, lideranças, associações, Foirn, instituições parceiras, assessores; podemos fazer módulos, períodos letivos e pesquisas nas comunidades (GRUPIONI; KAHN, 2013, p. 51).

O desafio maior dessa proposta encontra-se no confronto com a legislação própria do ensino superior e do reconhecimento do instituto com tal. Os estudantes que ingressarem nesse instituto devem sair habilitados para a pesquisa em prol da melhoria da região cuja pesquisa precisa ser, também, reconhecido no âmbito universitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema do ensino superior em terra indígena não é tarefa fácil por tratar-se de uma iniciativa que exige um currículo diferenciado. Trata-se de uma mudança de paradigma que valorize o conhecimento a cerca da cultura indígena transmitida pelos mais velhos.

A função do ensino superior indígena é sistematizar esse conhecimento e transfor-

mar em ações concretas em benefícios da região. O diferencial desse instituto em relação aos cursos superiores oferecidos pelas universidades e faculdades na região ou fora é formar profissionais que fiquem atuando nas comunidades indígenas.

No decorrer dessa discussão veio à tona a importância do fator linguístico. Os cursos oferecidos pelas universidades e faculdades precisam considerar a possibilidade da escrita e da fala em línguas indígenas. Um aluno de língua Tukano, por exemplo, poderia fazer o vestibular e outras avaliações durante o curso na sua própria língua. Neste sentido, o instituto superior indígena poderia preparar professores pedagogicamente para trabalhar com as línguas indígenas.

De um lado, é muito pedir que os cursos superiores oferecidos em terras indígenas sejam capazes de abarcar e contemplar nos seus currículos todas as riquezas e diversidades da cultura dos povos indígenas dessa região. Do outro lado, todo conhecimento se constrói em diálogo com a cultura em nível global e local. Fazer a ponte entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos e valores tradicionais dos povos indígenas é, também, uma finalidade do ensino superior em terras indígenas.

O instituto superior de conhecimento indígena parece que poderá suprir essa lacuna e tornar-se uma nova alternativa para a região. Graças aos esforços das lideranças locais, professores, conhecedores, pais e mães indígenas, FOIRN e outras organizações não governamentais a primeira fase do processo de criação já foi aprovado⁸.

Essa notícia veio justamente reforçar a reflexão feita até aqui. Um novo estudo deve focalizar a dimensão pedagógica, curricular e o sobre o impacto que esse instituto de conhecimento indígena causará na região.

6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Bandeirantes, 2007.

CAJUEIRO, Rodrigo. **Os povos indígenas em instituições de ensino públicas federais e estaduais do Brasil**: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/educacao_superior_indigena>. Acesso em: 18 de ago. 2014.

COSTA, Mauro Gomes. **A ação dos salesianos de Dom Bosco na Amazônia**. São Paulo: Editora Salesiana, 2009.

DIAS, Carlas; BARRA, Camila Sobral. **Barcelos**: indígena e ribeirinha. São Paulo: FOIRN, ASIBA, ISA, 2013.

FOIRN. **Formação avançada indígena do Rio Negro**: resultado do processo de consulta realizado entre 2009 e 2010 (Apostila). São Gabriel da Cachoeira: Instituto Arapyáú, 2012.

FOIRN. **Assembleia da CAIMBRN discute valorização dos conhecimentos tra-**

⁸ Conforme notícia veicula em setembro de 2014 no site do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

dicionais e repudia ataques aos direitos indígenas em Barcelos/AM. 2014. Disponível em: <<http://foirn.wordpress.com/category/barcelos/>>. Acesso em: 18 de ago. 2014.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi; KAHN, Marina (Org.). **Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira.** São Paulo: Iepé, 2013.

JUNCOSA, José E. **Educacion indígena:** transmisión de valores, biliguismo e interculturalismo. Quito: ABYA-YALA, 1984.

LIMA, Augusto Cesar Gomes; OLIVEIRA, Luiz Fernandes; LINS, Mônica Regina Ferreira. **Diálogos interculturais, currículo e educação:** experiências e pesquisas antirracistas com crianças na educação básica. Rio de Janeiro: PAPERJ, 2009.

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Escola indígena:** palco das diferenças. Mato Grosso do Sul: UCDB, 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico/84.** Brasília/Rio de Janeiro, UnB/Tempo Brasileiro, 1995. p. 13-56.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria; PERES, Sidnei Clemente. **Notas sobre os antecedentes históricos das ideias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil.** s/d. Disponível em: <<http://www.laced.etc.br/site/acervo/artigos/artigos-projeto-trilhas-de-conhecimentos/artigos-etnodesenvolvimento>>. Acesso em: 20 de jul. 2014.



O USO DA INFORMÁTICA PARA ESTUDANTES COM DISTÚRBIOS NEUROLÓGICOS NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

Laura Cristina Matos de Souza e Silva¹ Chris Alves da Silva²

Recebido em: 08/03/2016; Aceito em: 04/06/2016.

RESUMO

O presente artigo apresenta um Projeto de Aplicação voltado para uma nova mentalidade e postura dos professores, em relação ao processo de ensino e aprendizagem, com destaque para os mecanismos avaliativos, dos alunos que apresentam distúrbios neurológicos, do Ensino Médio, de uma escola, em Manaus. A proposta é a utilização dos programas de Informática no cotidiano escolar e nos momentos avaliativos. Para alcançar os objetivos dessa mudança de paradigma, foram realizados questionários e a partir daí proporcionadas pesquisas bibliográficas, palestras e oficinas para todos os professores e coordenação do Ensino Médio.

Palavras-chave: Distúrbios neurológicos; processo de ensino e aprendizagem; avaliação; informática.

ABSTRACT

This item works a Project Application facing a new mentality and attitude of teachers in relation to teaching and learning, with emphasis on the mechanisms of evaluation, the students who have neurological disorders, high school, and a school in the city Manaus. The proposal is the use of computer programs in school life and times evaluative. To achieve the objectives of this paradigm shift, and questionnaires were conducted thereafter provided library research, lectures and workshops for all teachers and coordination of high school.

Keywords: Neurological disturbances; teaching and learning process; evaluation; data processing.

1 Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional na Educação Básica–Em Estilo Salesiano. Orientadora Educacional do Ensino Médio do Colégio Dom Bosco de Manaus. E-mail: laura@domboscomanaus.edu.br

2 Docente da Universidade Católica de Brasília.

I INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma proposta de formação continuada de educadores. O trabalho foi desenvolvido no Colégio Dom Bosco de Manaus que no ano de 2011, possuía doze alunos, no ensino médio, com distúrbios neurológicos ou Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), onde se enquadram o autismo, a síndrome de Rett, a hiperatividade associada ao retardo mental e movimentos estereotipados. Cinco deles apresentam déficit de atenção e hiperatividade, três com paralisia cerebral, três com dislexia, um com deficiência mental leve, sendo que cinco desses ainda são dispráxicos, que se caracterizam pela dificuldade motora e normalmente tem problemas de aprendizagem na leitura, escrita e no raciocínio lógico.

A proposta não foi de integração, onde as crianças com deficiências só podem ser colocadas em classes regulares se puderem acompanhar a turma, precisando ser adaptada às normas estabelecidas. A intenção foi à inclusão, onde as normas devem ser revistas de modo a promover o direito a todos os alunos de construir aprendizagens. Segundo Werneck (1997, p. 51-53):

O sistema de integração é organizado a partir do conceito de corrente principal, conhecido como "mainstream". [...] O processo de integração através da corrente principal é definido pelo chamado sistema de cascatas. Nele, todos os alunos têm o direito de entrar na corrente principal e transitar por ela. Podem tanto descer ou subir na cascata em função de suas necessidades específicas. [...] A inclusão questiona o conceito de cascatas [...] A objeção é que o sistema de cascatas tende para a segregação [...]. A inclusão tende para uma especialização do ensino para todos. A inclusão exige rupturas.

Portanto, faz-se necessário a construção de um novo paradigma, através de metodologias que utilizem a informática, em todo o decorrer do processo, inclusive nos momentos avaliativos, e que, possibilitem realmente, o aprendizado desses alunos e a percepção do professor em relação ao desenvolvimento de suas competências.

Buscar novas metodologias no processo de ensino e aprendizagem, com ênfase nos instrumentos avaliativos, através do uso da Informática, para estudantes com distúrbios neurológicos no Ensino Médio, do Colégio Dom Bosco é meta central no projeto.

Então, pergunta-se é possível utilizar a Informática, no processo de ensino e aprendizagem e durante as avaliações dos estudantes com dificuldades neurológicas no Ensino Médio?

Sabe-se que a utilização dos softwares educativos e da internet trazem benefícios ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, devido às atividades diversificadas, que melhoram o rendimento escolar, despertando o interesse pelos conteúdos, além de favorecer a construção de competências sociais.

Como afirma Smith e Strick (2001, p. 75):

Os transtornos de aprendizagem são problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações, maximizados por uma série de comportamentos. Dentre eles, temos: fraco alcance de atenção, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conservação, inflexibilidade, problemas de planejamento e organização mental, distração, falta de destreza, impulsividade e hiperatividade.

O modelo audiovisual dos programas de softwares educativos e da internet (som e imagem) é extremamente sedutor aos sentidos, pois instiga o emocional, a imaginação e a afetividade, equilibrando o concreto e o abstrato. Além de entreter favorece o aprender, quando bem gerenciado pelo professor.

A internet oportuniza a socialização, através das atividades interativas síncronas (acesso simultâneo) ou assíncronas (acesso não simultâneo) e oferece inúmeras maneiras de apresentação dos conteúdos. Portanto, o recurso tecnológico é providencial, pois se transforma numa poderosa ferramenta para ajudar a pensar com inteligência e emoção, trabalhando a cooperação, a interdisciplinaridade e a criatividade, pois se sabe que esses estudantes necessitam de maiores estímulos para favorecer sua concentração, interesse e organização mental.

Werneck (2000) defende a tese de que é preciso criar, em cada escola, uma célula pró-inclusão, formada por alunos, professores, pais, na qual, deveriam estudar e discutir direitos humanos, ética na diversidade, valores inclusivos, possibilitando a qualificação de todos esses sujeitos para propor soluções para o dilema da inclusão. Nos dias de hoje o conhecimento é uma das formas de superar as desigualdades sociais. A criação e a manutenção de ferramentas de informação são mecanismos para a socialização do saber, de forma a reduzir essas desigualdades.

O objetivo geral do projeto foi de empreender uma experiência de educação continuada de educadores, teoricamente fundamentada, para uma nova abordagem do processo de ensino e aprendizagem, com ênfase nos instrumentos avaliativos, através do uso da informática, com foco em estudantes com distúrbios neurológicos, do ensino médio.

I.1 DISTÚRBIOS NEUROLÓGICOS E INCLUSÃO ESCOLAR

A democratização do acesso à educação escolar é fator fundamental para que uma pessoa possa usufruir dos benefícios da sociedade contemporânea vivenciando sua cidadania. Portanto, a escola deve possibilitar a todos os estudantes novas aprendizagens, aumentar seu nível de compreensão e ampliar sua visão de mundo. Para tal precisa buscar uma educação de qualidade e democrática, onde todo o processo de ensino e aprendizagem esteja na perspectiva de inclusão escolar.

Entende-se Inclusão Escolar como escolarização de todos os cidadãos. E neste contexto de pluralidade cultural, cognitiva e social esbarramos numa educação classificatória e excludente. Numa escola onde há alunos com necessidades educacionais especiais precisamos ressignificar muitos conceitos e valores estabelecidos anteriormente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, atesta que todas as crianças e adolescentes, sem exceção, têm o direito e o dever de estudar o Ensino Fundamental em escola regular. Para tanto, os critérios de avaliação e promoção com base no aproveitamento escolar e previsto LDB/1996 (art. 24), devem ser reorganizados, de forma a cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola.

O processo pedagógico de crianças e adolescentes que tem distúrbios neurológicos necessita de uma estrutura muito bem planejada. A programação de suas atividades não pode restringir-se aos conteúdos programáticos escolares, mas também deve estar voltada para a melhoria da qualidade de vida, através de um progresso comportamental, que

facilite sua integração na família e sociedade, além da evolução cognitiva. Segundo Cunha (2005, p. 122),

A educação é um processo dialético que acontece como fruto da interação entre seres humanos e entre eles e a estrutura nas quais estão inseridos [...] para que a instituição possa criar condições favoráveis e facilitadoras deste processo que é global, precisa ser um espaço no qual tudo leve à promoção do desenvolvimento humano. Um espaço que estimule a manifestação de potencialidades, a integração e o crescimento individual, grupal e social.

Em 1994 a Política Nacional de Educação Especial do Ministério de Educação garantiu formalmente o direito dos alunos que tem Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID) à educação. A grande maioria desses portadores apresenta prejuízos neurocomportamentais, tais como, déficits significativos na área cognitiva, nas funções executivas e na comunicação. Alguns desses indivíduos podem ter outros distúrbios associados, como epilepsia, paralisia cerebral, deficiência mental, entre outros.

As crianças dispráxicas (com dificuldade nos movimentos) quase sempre apresentam problemas da aprendizagem, devido dificuldades numa das mais complexas funções psíquicas superiores, a linguagem humana. Essa que abrange a leitura, a escrita e o cálculo, portanto a função de aprendizagem envolve a integração sensorial. Na visão de Fonseca (1995, p. 295), uma de suas características é que são crianças com bom potencial, mas com dificuldades de aprendizagem, isto é, apresentam uma discrepância entre o seu potencial e o seu nível de realização escolar.

A função práxica está relacionada com a capacidade de programar o movimento como produto final, envolve um plano (função psicológica) e uma execução (função motora). A atenção, a memória, a percepção, a concentração são comprometidos, além dos problemas emocionais e de comportamento das pessoas com dispraxia.

1.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem em sua prática escolar características autoritárias, ameaçadora e seletiva, favorecendo o *status quo* da exclusão nas escolas. Constituem-se por provas/exames que tem a finalidade de verificar o nível de desempenho do aluno em determinado conteúdo e classificá-los em aprovados e reprovados, acarretando, assim uma prática seletiva. Na visão de Luckesi (2000) a avaliação da aprendizagem não deve ter como ingrediente o julgamento, mas ser um ato amoroso, integrativo, inclusivo e diagnóstico.

O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão [...]. O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que esteja buscando ou construindo. (LUCKESI, 2000, p. 173).

O compromisso com uma educação de qualidade para todos tem desafiado a escola a refletir, estudar, organizar, planejar e reestruturar alternativas que possam desconstruir práticas avaliativas que não levam em conta as diferenças individuais dos alunos. Essa ótica de avaliação, onde é excludente deve ficar para trás.

Segundo Sousa (2004, p. 46)

A avaliação educacional como um instrumento a serviço da aprendizagem do aluno, da formação e da cidadania e tem como finalidade fornecer sobre o processo pedagógico informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários [...] comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno.

A avaliação deve ser concebida como uma prática mediadora e promotora do desenvolvimento humano. Tem que possibilitar que o professor conheça melhor o seu aluno, analisando seu desempenho nas atividades diárias, percebendo seus avanços e dificuldades. Avaliar é ter a capacidade de acompanhar o processo de construção do conhecimento.

E acima de tudo é imprescindível que os resultados das avaliações sejam como um farol que indique o caminho que o processo de ensino e aprendizagem deve percorrer, visto que a avaliação é um instrumento de captação das necessidades, a partir do confronto entre a situação atual e a desejada, visando uma intervenção na realidade.

Para elaborar avaliações para alunos com necessidades especiais não depende da mudança de técnicas, mas da mudança de paradigma. Para Vasconcelos (2003, p. 55):

Mudar o paradigma da avaliação não significa ficar em dúvida se devo reprovar ou dar uma 'empurradinha', qualquer uma dessas posturas é cruelmente excludente, pois é preciso descobrir as condições de aprendizagem de cada aluno, além disso, não parar para atender ao aluno e suas necessidades, é um autêntico suicídio pedagógico.

A avaliação deve ser um meio de estudar o processo de ensino e de aprendizagem, para se pensar nas soluções dos problemas que aparecerão pelo caminho. Hoffman (2004) numa entrevista dada ao SENAI, apresentada no site da instituição, explica que o professor deve compreender a forma da aprendizagem do aluno e criar possibilidades para o entendimento do conteúdo, planejando a superação das dificuldades.

E a partir dessa compreensão vai à busca de novos instrumentos que favoreçam a aprendizagem desse aluno, e estando num novo contexto cultural, na qual as novas tecnologias são fatores predominantes na comunicação e a educação é intrinsecamente relação social, não se poderia deixar de estimular os alunos com essa linguagem que os seduz.

1.3 INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

As escolas estão tentando acompanhar as mudanças que estão acontecendo em todos os setores da sociedade e para tal a utilização das novas tecnologias é primordial.

Nada mais atual que os recursos tecnológicos para atrair a atenção do aluno. A juventude contemporânea já nasceu na era da Informática, utilizam os recursos tecnológicos

como se fizessem parte do seu próprio corpo; conseguem trabalhar vários sentidos concomitantemente: ler, ouvir música, falar ao telefone, digitar.

As atividades estimulantes, interativas e criativas da Internet são positivas para o sucesso da aprendizagem, pois se sabe que nossos estudantes são nativos digitais, que segundo Prensky (2001), são pessoas que nasceram após a introdução da tecnologia digital e por isso, vivenciaram desde a tenra idade o manejo e a compreensão de sua utilidade, e se sentem bastante à vontade utilizando esses recursos.

Pierre Lévy (1997, p. 172) afirma que essas tecnologias alteram o esquema cognitivo, cibernético.

[...] a memória (banco de dados, hipertextos, fichários digitais), a imaginação (simulações), a percepção (sensores digitais, tele presença, realidade virtual), os raciocínios (inteligência artificial, modelagem de fenômenos complexos), que contribuem para a formação de um novo espaço-o espaço do saber.

A Informática trabalha as várias inteligências, que são apresentadas por Howard Gardner (1994) como as sete competências do ser humano: Inteligência linguística, inteligência lógico-matemática, inteligência corporal-cinestésica, inteligência espacial, inteligência intrapessoal e inteligência interpessoal. Para Gardner (1994, p. 18) a definição de inteligência é:

A capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais. A inteligência não pode ser medida; ela não é um produto acabado, pois, dependendo do contexto sócio-econômico-cultural, uma ação pode ser valorizada em um ambiente e em outro não ter nenhuma significância.

É visível que o computador atrai mais a atenção dos alunos, tornando mais fácil o aprendizado, visto que eles ganham autonomia nas atividades, podendo desenvolvê-las sozinhos, de acordo com sua individualidade; ficam mais motivados devido a gama de ferramentas disponível que desenvolve suas habilidades de comunicação e de estrutura lógica do pensamento; se socializam com naturalidade, sem medo ou vergonha; tornam-se mais curiosos, aguçando o espírito de investigação e acima e tudo, conseguem maior concentração e aprendizagem.

Enfim, devido às questões que dificultam a aprendizagem dos estudantes com distúrbios neurológicos devemos desatar esse nó que é um desafio que precisa ser enfrentado com reflexão, estudo e inovação no processo de ensino e aprendizagem, destacando o momento avaliativo, podendo utilizar os recursos das novas tecnologias, como os softwares educativos e a Internet.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Gondim (2006, p. 76), “a metodologia explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para a abordagem empírica do objeto, as quais devem ser articuladas ao quadro teórico”. O presente trabalho foi desenvolvido de acordo com os critérios especificados a seguir, em função do problema e dos objetivos definidos.

O trabalho foi uma pesquisa aplicada, predominantemente quantitativa, de caráter descritivo. Segundo Gil (2002), uma pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a

descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário. Também a pesquisa descritiva visa descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, nesse estudo como os professores do Ensino Médio percebem as possibilidades do uso da Informática no processo de ensino e aprendizagem e nos momentos avaliativos do aluno com deficiências neurológicas.

Das várias técnicas passíveis de serem utilizadas na pesquisa, considerou-se que o questionário seria a mais adequada ao estudo proposto. O questionário foi elaborado tendo em conta os objetivos definidos para este estudo. No que diz respeito à estrutura, o questionário foi composto por duas partes. Na primeira recolheu-se informações que tratam do perfil dos respondentes da pesquisa como: componente curricular que trabalham; séries em que atuam; nível de formação; tempo de trabalho no Ensino Médio; tempo de trabalho na Instituição e na segunda parte como observam as possibilidades do uso da Informática no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiências neurológicas. Quanto ao tipo de questão foram utilizadas perguntas fechadas, de múltipla escolha e abertas. Os questionários foram entregues acompanhados de um documento no qual explicita-se os objetivos, a importância da informação e a data de devolução.

Utilizando a abordagem qualitativa, recorreremos a fontes primárias, ou seja, os próprios profissionais que atuam no Ensino Médio, na área pedagógica, visando entender o grau de conhecimento destes sobre uso da Informática no processo de ensino e aprendizagem de 12 alunos com deficiências neurológicas.

Na pesquisa aplicada foi utilizado um questionário composto por duas partes, onde na primeira coletamos informações que apresentam o público-alvo, que foram mostradas no item acima, e a segunda com questões específicas sobre o conceito de avaliação, o uso da Informática no processo educativo e sobre os alunos com distúrbios neurológicos do Ensino Médio, do Colégio Dom Bosco de Manaus. Nas informações específicas foram apresentados os seguintes resultados:

Todos os participantes têm conhecimento de que no Ensino Médio do colégio há alunos portadores de distúrbios neurológicos, o que corresponde a 100% dos respondentes da pesquisa.

Desse universo, 95% afirmam ter conhecimento de quais são esses alunos (Gráfico 01).

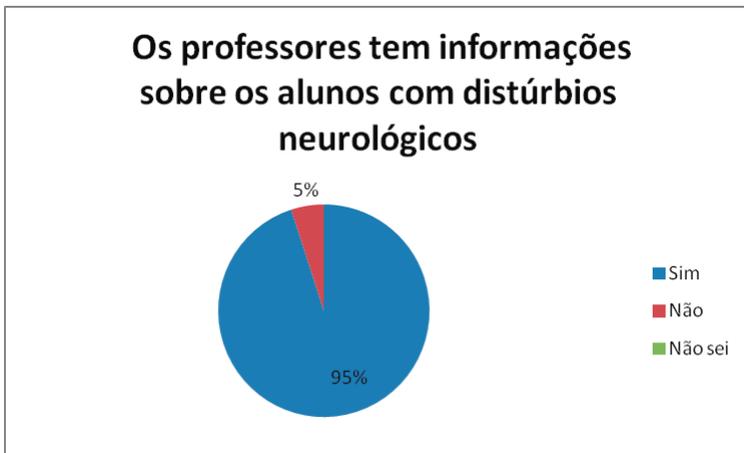


Gráfico 01: Informações sobre alunos com distúrbios neurológicos
Fonte: Própria pesquisa

Cerca de 90% dos professores foram orientados no trabalho com estudantes que apresentam distúrbio neurológico, 5%, afirmam não ter tido qualquer recomendação e os outros 5% não souberam responder.

A orientação feita pela orientadora educacional, no início do ano letivo, referiu-se a apresentação dos alunos em questão e dos conceitos básicos e características dos distúrbios apresentados por cada um deles, além de destacar o sentido de equidade que deveria ser observado tanto no trato pessoal, quanto nos processos avaliativos. Percebe-se que os professores estão informados e orientados pedagogicamente sobre esses estudantes (Gráfico 02).

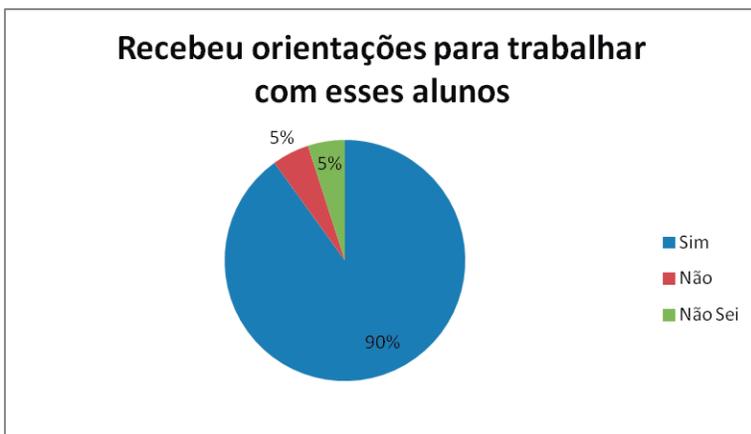


Gráfico 02: Orientações para trabalhar com os alunos
Fonte: Própria pesquisa

Quando questionados se os alunos, em questão, aprendem da mesma forma que os demais, 85% acreditam que não, 10% não souberam responder e 5% afirmaram que aprendem da mesma maneira (Gráfico 03).

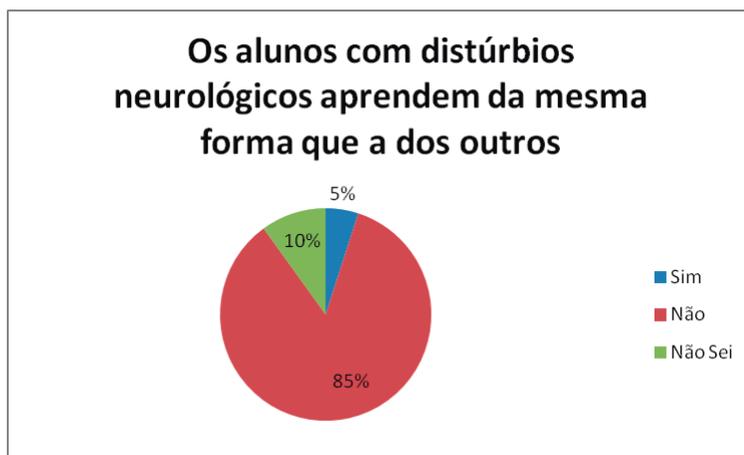


Gráfico 03: Forma de aprendizagem
Fonte: Própria pesquisa

Quanto à avaliação, 15% dizem que esse processo ocorre da mesma forma que acontece com os outros alunos, 80% avaliam esses adolescentes de maneira diferenciada, mas 5% não souberam responder (Gráfico 04). Devido os poucos estudos sobre o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, a avaliação diferenciada é o ponto chave da questão, não há um padrão nos instrumentos avaliativos e nem nos procedimentos de ensino, acontece de maneira intuitiva na busca do bom senso. Para os alunos com hiperatividade é dado maior tempo na realização das avaliações na sala de Orientação Educacional, já para os que tiveram paralisia cerebral e o que tem deficiência mental as avaliações apresentam menor grau de dificuldade e/ou podem ser feitas com consulta, os disléxicos realizam provas orais, ou seja, a intenção é boa, mas não está pautada em conhecimentos científicos.

Mesmo verificando que a maioria dos professores trabalha de forma diferenciada com esses alunos, é importante realizar um novo trabalho de orientação, a fim de que os demais professores procurem perceber a importância deste trabalho diferenciado.



Gráfico 04: Forma de avaliação
Fonte: Própria pesquisa

Mesmo estando em pleno século XXI e a sociedade estar se modificando rapidamente, no âmbito escolar o quadro ainda está longe de ser evolutivo principalmente no quesito metodologia. Muitas aulas ainda carregam o ranço da pedagogia tradicional, onde o professor *ensina* e o aluno *aprende*. Parece que a escola está fora da sociedade. Na pesquisa realizada, foi observado que 35% dos pesquisados não têm conhecimento da informática educacional, mesmo com a escola possuindo ótimos recursos tecnológicos e um Núcleo de Informática Educacional (NIED), com oferta de educação continuada aos seus professores sistematicamente, somente 65% afirmam conhecer esses recursos e o NIED (Gráfico 05).

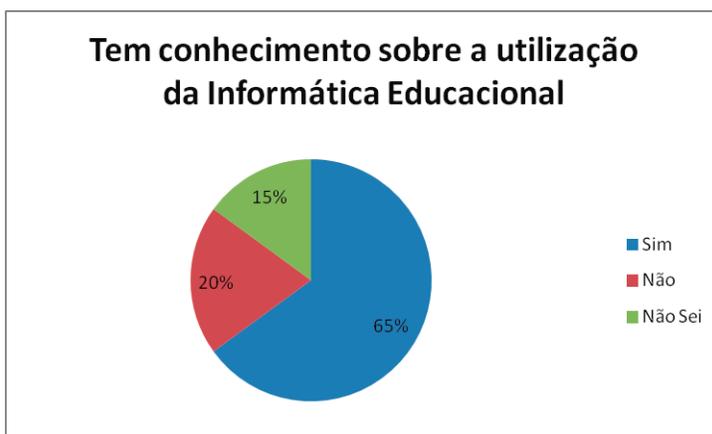


Gráfico 05: Conhecimento sobre a utilização da informática educacional
Fonte: Própria pesquisa

Dos pesquisados, 95% afirmam ser favoráveis ao uso da informática no processo educativo e apenas 5% dizem que não são a favor (Gráfico 06).

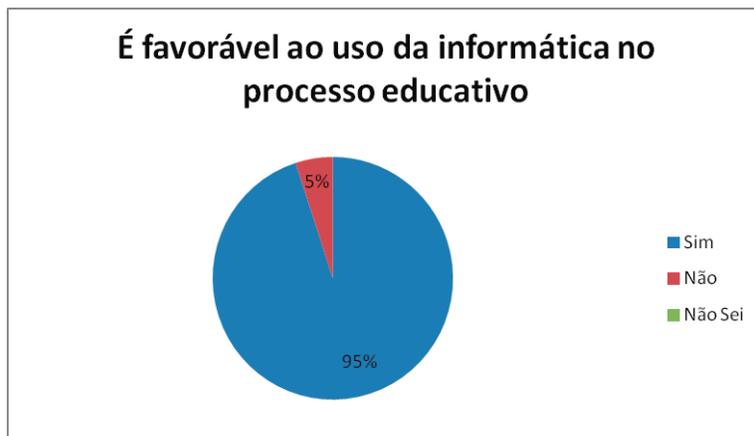


Gráfico 06: Uso da informática no processo educativo
Fonte: Própria pesquisa

Quando perguntados sobre o estímulo e a orientação dados pelo NIED (Núcleo de Informática Educacional) ao uso da informática, 61% afirmam receber, mas 11% dizem que não e vinte e 28% não souberam responder (Gráfico 07).

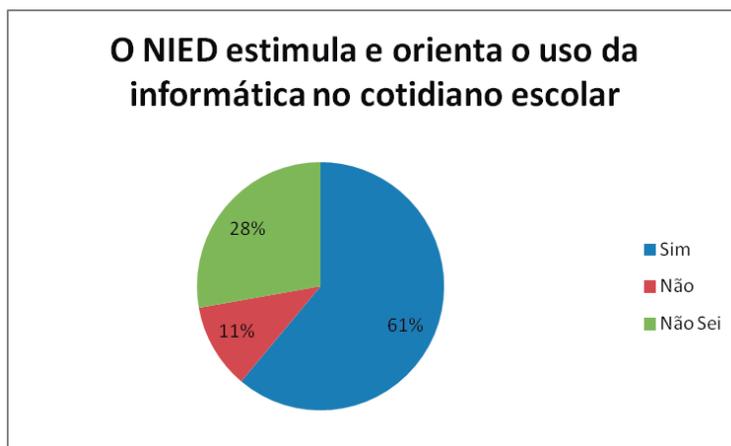


Gráfico 07: Participação do NIED no cotidiano escolar
Fonte: Própria pesquisa

Nota-se que, mesmo sem essas orientações e estímulos 90% afirmam usar a informática como instrumento didático (Gráfico 08).

Utiliza recursos da informática no processo de Ensino e Aprendizagem

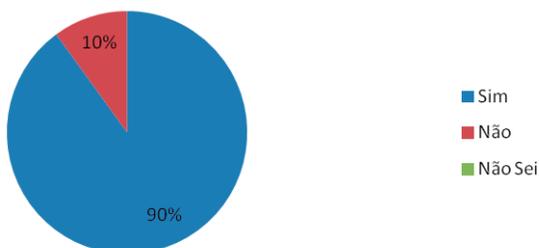


Gráfico 08: Utilização dos recursos da informática
Fonte: Própria pesquisa

Ao serem perguntados se no Laboratório de Informática há programas voltados para alunos com distúrbios neurológicos, 55% disseram não saber, 30% afirmaram que sim e 15% que não (Gráfico 09). A incoerência ocorre pelo fato de ter ou não esses programas, visto que, os alunos com essa deficiência utilizam os mesmos programas que os outros só que com níveis de dificuldade menores, mas ocorre pelo fato de os professores desconhecerem esse procedimento, de não terem sido orientados e de não buscarem esse conhecimento.

O Laboratório de Informática possui programas voltados para os alunos com distúrbios neurológicos

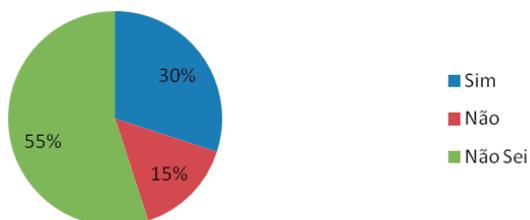


Gráfico 09: Informação sobre o Laboratório de Informática
Fonte: Própria pesquisa

A escola como um todo deve estar atenta a Inclusão Escolar, não apenas os professores e equipes pedagógicas. Em todos os setores faz-se necessário buscar propostas e ações inclusivas. O NIED é genuinamente pedagógico e precisa rever suas ações, a fim de perceber se está cumprindo com sua missão. A coordenação pedagógica tem que intensificar o estudo e a pesquisa e refletir sobre como procurar soluções para essa questão e, assim poder orientar e estimular seus professores.

Neste questionário houve apenas uma pergunta aberta (O que é avaliação para você?), onde se pode analisar as respostas de maneira personalizada. Dos vinte professores, seis destacaram palavra *aprendizagem*, cinco a palavra *processo* e cinco a palavra *verificação*. Como apresentado nos exemplos abaixo:

Professor A – Processo contínuo de verificação da aprendizagem.

Professor B – Um método eficaz para verificar a aprendizagem do aluno, no que se refere à apropriação do conhecimento.

Professor C – Um processo contínuo que constrói conhecimento, tanto no aluno como no educador.

Professor D – Um dos métodos de verificação da aprendizagem.

Professor E – É atribuir valor a um processo contínuo da aprendizagem.

Apresentamos, segundo o dicionário Houaiss de língua portuguesa, o significado dessas palavras:

- *Aprender* é adquirir conhecimento (de) ou habilidade prática (em); ter melhor compreensão (de).
- *Processo* é realização contínua e prolongada de alguma atividade; método; procedimento.
- *Verificar* é examinar a veracidade de; averiguar; confirmar; comprovar.

Portanto, apura-se que a compreensão de avaliação desses professores está relacionada com esses significados, citados acima. Apenas um professor deu uma resposta inesperada, quando perguntado sobre avaliação: “Satisfação burocrática.” Mostrando seu pensamento técnico e tradicional, como se a avaliação fosse apenas um momento e um instrumento de verificação obrigatório que a escola impõe ao professor.

Para esse grupo de professores pesquisados a Avaliação pode ser concebida como verificação processual da aprendizagem, pode ser reconhecida como um meio de estudo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Sacristan & Gómez, 1994, afirma que:

A avaliação é reconhecida atualmente como um dos pontos privilegiados para estudar o processo de ensino-aprendizagem. Abordar o problema da avaliação supõe necessariamente questionar os problemas fundamentais da pedagogia. Quanto mais se penetra no domínio da avaliação, mais consciência se adquire do caráter enciclopédico de nossa ignorância e mais se põe em questão nossas certezas, ou seja, cada interrogação colocada leva a outras. Cada árvore enlaça com outra e a floresta aparece como imensa (1986, *apud* UEA 5, aula 10, p. 2).

A inquietação gerada nos professores pela presente pesquisa nos faz acreditar que a avaliação será mais refletida, discutida e levada a sério.

As práticas de avaliação, segundo Fernandes (2008, p. 23)

Devem ser coerentes com a concepção de aprendizagem; de educação e de escola [...] a avaliação de aprendizagem dos alunos sob a responsabi-

lidade do professor e promotora de princípios de “incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura”.

A compreensão de como se dá a aprendizagem do aluno propicia ao professor criar novas possibilidades para o entendimento do conteúdo, planejando, assim, a superação das dificuldades sentidas pelo mesmo.

E somente tendo essa visão atual que é possível, como educadores, mediar e oportunizar a todos os alunos a capacidade de criação e apropriação do conhecimento sistematizado e do patrimônio cultural da humanidade.

A partir da visão de Demo (2009), pesquisa é **questionamento reconstrutivo**, vis-à-vis que produzir conhecimento é questioná-lo, é desfazer o que já está construído, a fim de iniciar o processo de reconstrução, a partir do que já está posto. Porém, não adianta apenas destruir, mas oferecer alternativas. É a partir desse pressuposto, que se acredita que a pesquisa seja um caminho para construirmos um novo paradigma no processo de ensino e aprendizagem para os alunos com distúrbios neurológicos.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justificativa desse projeto se deu a partir da percepção de que o processo de ensino e aprendizagem, incluindo os momentos avaliativos, dos alunos com distúrbios neurológicos estava sendo negligenciado, fez-se necessário a construção de um novo paradigma sobre o tema. Só através da reflexão, estudo e pesquisa o cenário poderia ser transformado.

O objetivo geral do projeto de empreender a educação continuada de educadores, com o intuito de construir uma nova abordagem no processo de ensino e aprendizagem, com ênfase nos instrumentos avaliativos, para os alunos que apresentam distúrbios neurológicos, no ensino médio, através do uso da informática foi alcançado.

Para se conseguir alcançá-lo partiu-se em busca dos objetivos específicos, onde se utiliza um questionário, a fim de mapear a concepção dos educadores acerca do processo de ensino e aprendizagem desses alunos e da utilização da informática; solicitou-se leituras e pesquisas bibliográficas sobre o mecanismo cognitivo dos mesmos; Foram convidados psicólogos e especialistas em educação especial para explicar e sensibilizar sobre a necessidade de adotar uma nova abordagem educativa e exemplificando-se, através de oficinas, os programas de computador que poderão ser uma ótima alternativa no processo de ensino e aprendizagem e nos momentos avaliativos do aluno com distúrbios neurológicos.

Após a inquietação gerada pela problemática da aprendizagem desses alunos, o estudo, as pesquisas, as palestras e as oficinas foram fonte de aprendizagem, entusiasmo e angústia dos educadores quanto a essa questão.

Neste misto de sentimentos “ensinar é uma profissão atravessada por todos os tipos de estágios da alma: alegria, fadiga, desespero, decepção, sentimento de impotência, entusiasmo, euforia, satisfação do dever cumprido, remorsos, dúvidas” (TARDIF, 1997, p. 177). A dimensão humana dos educadores é predominante na ação educativa e reflete diretamente na aprendizagem de seus alunos.

A escola tem a responsabilidade de promover a inclusão dos jovens no mundo, deve ser um espaço de vivência da cidadania. Escola é vida em construção e, durante esse

processo, onde ocorrem inúmeras intervenções, as mudanças estarão em andamento. E neste contexto dialético a formação dos educadores é fator fundamental para a construção de novas práticas.

Como diz Nóvoa (1997, p. 28):

A formação de professores deve ser concebida como um dos componentes de mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola.

Essa formação deve ser um processo permanente, trazendo em seu bojo, as vivências pessoais, profissionais e sociais, a formação inicial e a formação continuada. E com essa dinâmica de aprendizagem dos educadores a escola e toda a comunidade educativa só têm a ganhar.

Acredita-se que todo o processo de ensino e aprendizagem voltado para os alunos que apresentam distúrbios neurológicos terá uma nova característica:

- Os educadores (professores e coordenadores) terão maior conhecimento científico sobre o esquema mental desses alunos;
- Conhecerão novos instrumentos metodológicos (softwares educativos, jogos, simulações, ambientes virtuais, hipertextos);
- Partilharão dúvidas, preocupações e práticas diferenciadas.

Todo esse envolvimento e aprendizagem despertarão a semente do interesse, onde a inquietação e a preocupação servirão de alimento para a busca contínua de alternativas para incluir, de fato, os alunos com distúrbios neurológicos na escola.

3 REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedo, desafio e descoberta**. Rio de Janeiro: FAE, 2005.

DEMO, Pedro. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa**. ISSN2175–8093. v.1, n.1, Agosto 2009.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: Fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FONSECA, Víctor da. **Manual de observação psicomotora: significação Psiconeurológica dos fatores psicomotores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODIM, L. M. P. **A pesquisa como artefato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- HOFFMAN, Jussara. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial–SENAI. **Avaliação – Entrevista com Jussara Hoffman**. Disponível em: <<http://www.dn.senai.br/competencia/src/contextualizacao/celia0Hoffmam.pdf>>.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PRENSKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais**. 2001. (Trad.) Roberta de Moraes Jesus de Souza. Acesso em: 01 de jun. 2011.
- RISCHBIETER, Luca. **A paciência de Jó dos computadores**. Mídia-tecnologia e educação, 2010.
- SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ, A. I. G. (Trad.) Ernani F. da Fonseca Rosa. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. ArtMed, 1998.
- SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z – Um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SOUZA, Sandra Zákia Lian. Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. In: Souza, Clarilza Prado de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. 12. ed., Campinas: Papirus, 2004.
- TARFID, M.; LESSARD, C.; GAUTHIER, C. **Formação dos professores e contextos sociais**. Porto. Portugal: Ré, 1997.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação de aprendizagem – práticas de mudanças: por uma prática transformadora**, 6. ed. São Paulo: Libertad, 2003.
- UCB Virtual. Curso de pós-graduação *lato sensu* em aprendizagem cooperativa na educação básica em estilo salesiano. **UEA–Didática Geral**. Disponível em: <<http://www.catholicavirtual.br>>. Acesso em: 03 de out. 2011.
- WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- _____. **Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todo?** São Paulo: WVA, 2000.



FAMÍLIA E PARENTALIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL

Natasha Santos¹ Alessandra Sales²

Recebido em: 29/12/2015; Aceito em: 30/05/2016.

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma análise bibliográfica acerca das transformações ocorridas na família brasileira, dando destaque ao pós-rompimento conjugal na vida dos filhos, além de apresentar os fatores que contribuíram para a transformação da família e o surgimento de suas novas configurações, como também, apontar as possíveis causas, que podem resultar no surgimento do rompimento conjugal, dando enfoque ao divórcio na legislação brasileira e a situação dos filhos, no que se refere ao exercício parental após o divórcio dos pais. Quanto ao aporte metodológico, este estudo se pautou nas abordagens qualitativas, a partir de um levantamento bibliográfico, por meio de livros, artigos e periódicos, tendo por categorias: família, rompimento conjugal e parentalidade, pautado em levantamento bibliográfico com revisão de leitura e análise de dados.

Palavras-chave: Família; parentalidade; rompimento conjugal.

ABSTRACT

This article presents results of a literature review about the transformations in the Brazilian family, highlighting the post-marital disruption in the lives of children, besides presenting the factors that contributed to the transformation of the family and the emergence of your new settings, as well as point out the factors that may culminate in the emergence of marital disruption, giving focus to divorce under Brazilian law, and the situation of children with regard to parental exercise after the divorce of their parents. As for the methodological

¹ Natasha Gleyce Oliveira dos Santos. Especialista em Políticas Públicas de Atenção a Família, Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: natashagleyce.santos@gmail.com
² Professora, Mestra dos Cursos de Graduação e Especialização da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade Leste (FSDB – Leste), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: ale_sales.3@hotmail.com. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL. CEP: 69.083-000.

approach this study be founded on the qualitative approaches from a literature through books, articles and periodicals, with the categories: family, marital breakdown and parenting, based on: literature with reading review and analysis data.

Keywords: Family; parenting; marriage breaking up.

I INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a família se apresenta como instituição de grande relevância na vida dos seres humanos, pois esta é a primeira instituição na qual eles estão inseridos e a responsável por seu processo de socialização. No decorrer dos anos esta instituição perpassou e continua a perpassar por constantes transformações, as quais surgiram com maior evidência a partir da Revolução Industrial, que posteriormente desencadeou o crescimento da urbanização e acarretou mudanças na organização da população, modificando as relações sociais e familiares.

O desenvolvimento da tecnologia e as mudanças no mercado de trabalho culminaram em muitas transformações nas relações sociais da família. O crescimento das famílias chefiadas por mulheres, assim como de outras configurações familiares, diferentes do modelo tradicional tem sido vertiginoso nas sociedades ocidentais, cuja organização sociocultural foi tradicionalmente pautada em um modelo patriarcal.

A família sofreu importantes transformações que trouxeram consequências, uma delas é o aumento do número de rompimentos conjugais, como é o caso do divórcio que ocorre, principalmente, porque se transformou a maneira de encarar o casamento.

O processo de globalização e as transformações sociais acarretaram mudanças no sentido e objetividade da família contemporânea, inserção da mulher no mercado de trabalho dada a necessidade de contribuir com a renda da família resultaram em uma importante redefinição de papéis entre homens e mulheres.

Muitas foram as transformações ao longo dos anos no ambiente familiar e na atualidade as famílias formadas pela união de um homem e uma mulher, que resulta no nascimento da prole, não são mais um exclusivo tipo de família, tornando-se ultrapassada no viés do limiar deste século.

Desta forma, o casamento não é mais uma instituição que está sendo preservada a todo custo, existindo apenas em quanto for compensatória. No Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), o número de processos de divórcio encerrados em 1ª instância, totalizou 254.251. Embora tenha havido uma diminuição em comparação a 2011, que totalizou 274.047, o índice de divórcio ainda é alto no país.

Neste sentido, a relevância pessoal na realização desta pesquisa surgiu em razão da experiência como estagiária de Serviço Social Núcleo de Conciliação das Varas de Família – NUCVF, onde foi possível observar a dificuldade após o divórcio em separar papel conjugal do papel parental.

Em razão dos fatos supracitados, este artigo teve por finalidade levantar as seguintes indagações: as transformações da família e a emancipação das mulheres pode ser um dos principais fatores na incidência no número de divórcios e separações no Brasil; as dificuldades no exercício parental podem estar associadas à confusão entre parentalidade

e conjugalidade; os problemas sociais apresentados por crianças e adolescentes podem estar relacionados com a separação dos genitores.

O presente estudo consistiu na compreensão de como surgiram às novas configurações da família, além de como ocorre o rompimento conjugal e suas consequências na vida dos filhos. Para então desenvolver o trabalho de modo a abarcar o que foi proposto, o referido artigo foi estruturado em três tópicos.

O primeiro tópico foi abordado acerca da família seus novos contextos e configurações, elucidando inicialmente sobre as transformações da família no decorrer dos anos e o surgimento das novas configurações, destacando a família brasileira.

No segundo tópico foi discorrido a respeito do rompimento conjugal e as suas consequências, iniciando com uma contextualização sobre o casamento no Brasil, por conseguinte destacando o divórcio.

Por sua vez, no terceiro tópico do presente artigo observa-se a situação dos vínculos parentais após o rompimento conjugal e seus impactos, bem como a análise de dados coletados através da pesquisa bibliográfica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo metodológico desta pesquisa norteou-se em um levantamento bibliográfico pautado em abordagens qualitativas, porém sem excluir os aspectos quantitativos. As categorias conceituais foram: família, parentalidade e rompimento conjugal. Os processos operativos foram pautados em três fases, na primeira fase foram realizadas leituras acerca do assunto a ser abordado, bem como, a realização de fichamentos, na segunda fase foi realizado o levantamento de material bibliográfico e a revisão de leitura para a elaboração do referencial teórico, por sua vez, a terceira fase consistiu na análise dos dados coletados através de livros, artigos e o site do IBGE, bem como, a revisão de literatura e elaboração do artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cabe observar que a família perpassou por muitas mudanças ao longo dos anos em especial pelas transformações de cunho social, econômico e cultural sofridas pela sociedade, as quais contribuíram para mudanças nas relações sociais, e o surgimento de novas configurações familiares.

3.1 A FAMÍLIA: NOVOS CONTEXTOS, NOVAS CONFIGURAÇÕES

O ser humano desde os primórdios começou a se aproximar de seus semelhantes com a finalidade de atender seus interesses pessoais em aspectos como: segurança e qualidade de vida, o que resultou ao longo dos anos na formação de grupos ligados por vários aspectos de afinidade amizade, trabalho, sentimentos, interesses, entre outros.

A família conjugal, neste contexto, foi considerada como um grupo que formava uma parte fundamental na estrutura da sociedade e, em algumas culturas, contribuía com a ordem e garantia da autoridade. A ela também se direcionava a questão política.

Originalmente, o termo família vem do Latim “famulus” que significa conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor, porém ao longo da história sua concepção inicial vai sendo modificada em decorrência das diversas mudanças sofridas pela sociedade. Madaleno (2008, p. 15) afirma que a família “apresenta-se de forma longa ou estreita, de formatação variada de acordo com os costumes, crenças e ideologias de cada tempo”.

Na Grécia a família estava relacionada à organização política da cidade, sendo agrupadas por fraternidades ou *tribos*. A mulher não dispunha de autoridade, sendo esta destinada somente ao cuidado do lar. O que pode ser remetido à visão de Scott (1991, p. 06) na qual esta discorre sobre o patriarcado e sua visão de subordinar as mulheres na explicação do macho dominar a fêmea.

Em Roma, a união entre homem e mulher após o casamento era considerada fator primordial para a formação de uma família, e a instituição do casamento não poderia ser dissolvida, pois ia contra os preceitos da religião.

Nas famílias romanas após o casamento a mulher mudava de religião, pois esta, enquanto filha, seguia a religião do seu genitor, contudo, após o casamento, seguia a doutrina de seu esposo. O sexo só era permitido dentro do casamento.

A família sofreu muitas transformações em decorrência das influências políticas, econômicas, e sociais, que ocasionaram mudanças em seu interior. Em meados do século XX, as relações familiares estavam inseridas em pilares patriarcais, a partir dos quais se erigia uma estrutura eminentemente piramidal, na qual o genitor, então chefe da sociedade conjugal, do alto de seu poder e topo da sua pirâmide, governava os rumos da família. Henry e Lauwer (s/d, p. 477) afirmam que:

A industrialização e o desenvolvimento da vida urbana, nos séculos XIX e XX, modificaram ao mesmo tempo a economia, os grupos locais e os sistemas de parentesco. Em consequência, a família conjugal mudou simultaneamente de posição na sociedade e de estrutura interna. Ao mesmo tempo, novas ideologias modificaram os modelos antigos, aos quais se reportam os membros da família.

Essas transformações decorrentes da Revolução Industrial culminaram em mudanças na imagem da família e na sua representação mental desta, alterando determinados valores no seio da instituição familiar, bem como os papéis desempenhados por seus membros. Porém, apesar das inúmeras mudanças José Filho (1998, p. 12) afirma que a família possui um papel fundamental no desenvolvimento, socialização e afetividade ao longo dos anos.

Na sociedade brasileira ocorreram significativas mudanças. Ela passa de rural, onde havia o predomínio da família patriarcal e, de acordo com Souza (1996), o poder do homem-pater família exercia um forte direto e controle rigoroso dos membros da instituição familiar, e à mulher cabia o papel de cuidadora do lar, para uma sociedade industrial com implicações que iriam refletir social, geográfica e culturalmente na estrutura do modelo familiar convencionalmente instituído.

A nova ordem estabelecida pela globalização e pelas diversas transformações sociais iriam contribuir fundamentalmente para o estabelecimento de uma nova configuração familiar, sendo nesse sentido, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a luta pela propriedade de seu corpo, fatores preponderantes na redefinição de papéis de homens e mulheres na sociedade e, conseqüentemente, dentro da instituição familiar.

Nesta perspectiva o processo de globalização e as transformações sociais acarretaram mudanças no sentido e objetividade da família contemporânea, como, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho em razão da necessidade de contribuir com a renda da família, resultando em uma importante redefinição de papéis entre homens e mulheres.

No Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, devido às grandes transformações na sociedade e no mundo do trabalho decorrentes da industrialização no país, a realidade destas mulheres começa a modificar-se, desta forma aos poucos estas vão saindo da esfera do lar passando a conquistar lugar no mercado de trabalho. Esta conquista começou a tomar forma a partir “década de 1967, com a queda na taxa de natalidade devido à disseminação da pílula anticoncepcional, as mulheres passaram a encarar o trabalho fora de casa de maneira positiva e a empregar-se não só em trabalhos tradicionais” (GUIMARÃES, 2010, p. 25).

De acordo com Guimarães (2010) esta trajetória não foi fácil, culminando em séculos de lutas por igualdade, frente aos anos de opressão por parte do sexo masculino, uma vez que, por muito tempo as mulheres ficaram privadas da atividade remunerada, na década de 1970 frente aos movimentos feministas e o processo de reestruturação produtiva que culminou na introdução de novas tecnologias, levando a mudanças no processo de trabalho, sendo este um dos fatores que mais contribuiu para o aumento das mulheres no mercado de trabalho. Coan (2008, p. 37), salienta que:

A mulher vem escrevendo sua história no mercado de trabalho brasileiro com base em dois fatores: o primeiro diz respeito à queda da taxa de fecundidade, e o segundo está relacionado com o aumento do grau de instrução da população feminina. Isso se deve ao fato de que para conquistar uma boa colocação no mercado de trabalho as mulheres vêm adiando projetos pessoais, entre eles o casamento e a maternidade. Essa queda da fecundidade aconteceu com maior força nas décadas de 70, 80 e 90.

Bruschini (2000) por sua vez, descreve acerca da consolidação das mulheres como agentes sociais, econômicos e políticos no Brasil, além dos fatores que contribuíram para a participação destas no mercado de trabalho:

No que refere à sua participação no mercado de trabalho, a ampliação do contingente feminino foi uma das mais importantes transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas e resultou em vários movimentos, de certa forma contraditórios. Mudanças demográficas—como a diminuição do número de filhos liberou as mulheres para o trabalho. A expansão da escolaridade aumentou suas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. Mudanças culturais em relação ao seu papel nas sociedades ocidentais modernas, ao valorizar o exercício de uma atividade profissional, impulsionaram para o mundo do trabalho até mesmo aquelas que teriam opção (BRUSCHINI, 2000, p. 55).

Desta forma, o homem passa a contribuir mais na criação dos filhos, sendo incentivado a manter maior afetividade com eles, diferente daquele que era apenas o provedor financeiro da família, quebrando assim a figura de genitor distante e genitora afetiva. Neste sentido, o homem passa a perceber que pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento saudável de seus filhos³.

A divisão de tarefas, e a implementação da nova ordem familiar, acarretou efeitos na organização dos papéis de genitor e genitora a serem desenvolvidos pelo casal, de forma a contribuir para a manutenção da nova ordem social. Sendo assim, os indivíduos foram incentivados a exercer seus novos papéis em troca de algumas vantagens afetivas e sexuais como, por exemplo, a possibilidade de escolher seu parceiro conjugal.

Por sua vez, a nova ordem social instituída pelo sistema capitalista, também corrobora com as significativas transformações nas funções da instituição familiar na atualidade. Neste sentido Guimarães (2010) salienta que o cenário matrimonial no Brasil vem se modificando em decorrência do constante acréscimo no número de separações e divórcio.

O Código Civil de 1916, que apresentava grande influência do Código de Napoleão, com raízes burguesas de concepção patrimonialista, não considerava família se não fosse constituída dentro do casamento. Sendo a chefia da casa destinada ao homem.

O Código Civil de 1916 foi substituído pela Carta Magna de 1988, a qual foi um marco, pois acarretou mudanças no que se refere à família patriarcal a qual era reconhecida por meio casamento, contudo, a Carta Magna veio considerar novos aspectos para a formação da família como, por exemplo, o afeto, e o casamento não passam mais a ser um elemento central para a formação da instituição familiar.

O Código Civil de 2002 trouxe várias alterações significativas, entre elas a eliminação de termos discriminatórios, os quais faziam legitimavam apenas as famílias advindas do casamento, além das que introduziam desigualdades entre os cônjuges, como também entre os filhos, regime total, e outras mudanças como: a não obrigatoriedade de exclusão do sobrenome do cônjuge do nome da mulher e assegurou o direito de alimentos ao cônjuge quando demonstrado não possuir meios de sobrevivência, a relação da união estável em título a ela destinado.

Novamente, é importante ressaltar que a família desde os tempos remotos, se apresenta como um grupo social de grande influência na vida das pessoas, de organização complexa, inserida em um contexto social em constante interação e mudanças. Esta é responsável pela constituição dos indivíduos.

A família também se apresenta de suma relevância na determinação e organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual por meio das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar. Desta forma, a instituição familiar é muitas vezes designada como o primeiro grupo social, a qual impulsiona a inserção do indivíduo na sociedade. Sobre as mudanças desta instituição, Pratta e Santos (2007, p. 249) salientam que:

Estas transformações levaram ao surgimento de configurações da organização familiar diferentes do modelo anterior (SINGLY, 2000). Começa, então, a emergir uma nova concepção de família, denominada de “família igualitária” (FIGUEIRA, 1987). Nessa nova estruturação, homens e mulheres estão atuando em condições mais ou menos semelhantes no mercado de trabalho formalmente remunerado, começando a dividir entre si o trabalho doméstico e a educação dos filhos, ainda que a maior parte destas tarefas se mantenha a cargo da mulher, que vem confrontando os desafios do mundo do trabalho procurando conciliar a vida profissional e familiar.

Estas configurações demonstram que no decorrer dos anos, em especial ao longo do processo de evolução da sociedade capitalista no século XX, a família foi se diferenciando

do modelo considerado por muito tempo como um padrão, constituído por pai, mãe e filhos, e foi ganhando novos contornos, ou seja, a família brasileira em meio às transformações da sociedade vem se modificando, e o casamento já não é o considerado o único meio de se formar uma família.

3.2 O ROMPIMENTO CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DO DIVÓRCIO

Ao longo dos anos, o índice de rompimentos conjugais vem crescendo de forma bem considerável, ressaltando que esse fato contribuiu para a incidência de novas configurações familiares. O casamento foi instituído no introduzido no Brasil imperial, regido pela igreja católica, sendo o maior dogma a indissolubilidade, se houvesse algo irregular não haveria rompimento de vínculos, apenas separação de corpos. Conforme Madaleno (2008, p. 31):

No Código Civil de 1916, havia apenas hipótese de desquite que apenas rompia o vínculo conjugal, sem dissolvê-lo com a promulgação da Lei do Divórcio, houve a denominação do desquite, diferenciando-o de separação, constituindo duas formas distintas para o fim do casamento.

Nesta época a igreja católica exercia grande influência na vida privada dos cidadãos. Dias (2006, p. 39) afirma que “quando a edição do Código Civil de 1916 era de tal ordem à sacralização da família, que havia um único modo de se constituir pelo casamento. A família tinha um viés patriarcal, e as regras legais que refletiam esta realidade”, ou seja, só reconhecida à família unida pelo matrimônio, que nesta época por ser sagrada era indissolúvel. Durante esse período a única forma de romper matrimonial era por meio do chamado desquite, contudo isto não dissolvia o casamento, o vínculo conjugal permanecia, impedindo uma nova união matrimonial, contudo, não a criação de novos laços afetivos.

A autora supracitada afirma que as chamadas uniões extraconjugais não tinham reconhecimento, e apresentavam poucas referências legais que se limitavam a repudia-las, bem como a possibilidade de ser concedido qualquer benefício. Essas restrições, porém não impediam as pessoas separadas de fato, ou como eram chamadas na época desquitadas de constituírem vínculos afetivos, os quais foram chamados de concubinato.

A necessidade dessas uniões de serem reconhecidas e obterem direitos contribuíram para o surgimento do divórcio, em decorrência da indissolubilidade do casamento foi criada uma emenda, e em 1977, surge a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/1977), porém com esta, não ocorreu à simples possibilidade de acabar com o desquite, e sim apenas uma pequena modificação na terminologia.

A Constituição de 1988 vem dar maior destaque ao instituto promovendo sucessivas modificações na chamada Lei do Divórcio que ainda tinha uma visão matrimonializada de família, em que os processos percorriam um caminho muito demorado e havia a identificação do culpado pela separação, fato que foi cessado com a reformulação do Código Civil, que disciplinou a matéria em sua inteireza e prazos legais, continuando o procedimento prévio, denominado Separação Judicial.

A Emenda Constitucional nº 66/2010 contribuiu de forma considerável, extinguindo o instituto da separação judicial, apartando as discussões do elemento culpa e apagando

a exigência de lapso temporal, sendo imprescindível analisar as consequências e perspectivas deste, uma vez que, a não revogação expressa dos dispositivos do Código Civil, mantém em destaque a discussão sobre a manutenção ou não da separação judicial.

É importante salientar que na contemporaneidade os rompimentos conjugais vêm sendo mais frequentes, em 2011, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE registraram uma taxa recorde, contudo, em 2012 foram registrados 341.600 divórcios de primeira instância e sem obtenção de recursos ou por meio de escrituras extrajudiciais. Contudo no ano de 2013 houve uma redução de 1,4% em comparação ao ano de 2011, visto que em 2013 o IBGE registrou o total de 254.251 divórcios.

Conforme a análise dos dados do IBGE, foi possível verificar que estes números de divórcios se dividem em especial na modalidade Consensual e Não Consensual. O quadro abaixo que descreve os índices da região Norte.

NÚMERO DE PROCESSOS DE DIVÓRCIOS CONCEDIDOS POR TIPO – REGIÃO NORTE			
	CONSENSUAL	NÃO CONSENSUAL	TOTAL
ACRE	732	322	1054
AMAPÁ	166	124	290
AMAZONAS	3.561	1.946	5.507
PARÁ	3.776	1796	5.572
RORAIMA	645	391	1.036
RONDÔNIA	2007	1338	3.345
TOCANTINS	1132	724	1.856

Quadro I: Números de divórcios concedidos na Região Norte

Fonte: IBGE, 2013. Adaptado pelas autoras

O quadro acima descreve o quantitativo de divórcios na Região Norte do Brasil de acordo com o IBGE (2013), onde podemos verificar que a maior incidência está concentrada no Estado do Pará (5.572), seguido pelo Amazonas (5.507) e pelos demais Estados da região.

Após o requerimento de divórcio, inicia-se, nos casos em que se encontram envolvidos crianças e adolescentes, o processo de Guarda, momento este muito difícil e geralmente conflituoso para ambas as partes, principalmente para o infante, pois este passará a conviver com apenas um dos genitores.

No Brasil, as modalidades de guarda mais conhecidas são: a Guarda Unilateral, na qual apenas um dos genitores é o detentor da guarda e a Guarda Compartilhada em que a responsabilização é conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não convivem mais em uma mesma residência, é exercido *por ambos*, junto aos filhos em comum.

Na guarda unilateral é atribuída a apenas uma das partes a responsabilidade pelos filhos, enquanto cabe a outra parte o direito de visitas. Geralmente a guarda é dada aquele que apresentar melhores condições para exercê-la, levando em consideração a afetividade e os cuidados com a saúde e a educação dos filhos. A modalidade de Guarda Com-

partilhada foi criada pelo Projeto de Lei n. 6.350/02, neste tipo de guarda ambos os pais se fazem presentes na vida dos filhos, prioriza-se a pluralização das responsabilidades e sentimentos, tendo como objetivo diminuir os efeitos decorrentes da separação dos pais.

Silva (2011, p. 22) afirma que “deter a guarda não ocasiona privilégios, nem define que um dos pais é melhor que o outro ou tenha mais amor pelo filho, obter a guarda não se refere a um “troféu””. A guarda existe para que a criança obtenha um domicílio e tenha um adulto como responsável que cuide das tarefas do cotidiano, enquanto isso o não detentor da guarda não pode ser relegado de seu papel, e sim deve observar os cuidados aplicados à criança ou adolescente. Conforme o Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente “a guarda obriga a prestação de assistência moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de se opor a terceiro, inclusive aos pais”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069/1990) veio regular os direitos da criança e do adolescente previstos na Constituição Federal, regularizando a guarda destes, para que seja possível ao guardião prestar à devida assistência material, moral e educacional. Cabe enfatizar que a guarda assim como o poder familiar é exercida pelos pais, seja na constância do casamento ou não com relação à pessoa do filho até este atingir a maior idade.

No que se refere às consequências causadas pelo rompimento conjugal e o processo de guarda, vale salientar o que se trata de um momento difícil para a família principalmente para a criança e adolescente envolvido no processo, em alguns casos pode afetar a vida social e psicológica destes, o que acontece muitas vezes, em razão da dificuldade dos pais em separar as questões conjugais de parentais.

Deste modo, é possível observar que família sofreu importantes transformações que culminaram no aumento da incidência de rompimentos conjugais, assim como contribuíram para o surgimento de novas configurações da família.

Em relação ao divórcio, vale destacar que Direito é uma ciência dinâmica sofrendo alterações de acordo com as necessidades da sociedade. E a lei do divórcio surgiu como um divisor de águas, pois permitiu que o casamento fosse dissolvido.

Brito (2007), em uma pesquisa realizada com filhos de pais separados, muitos deles revelam que ainda eram pequenos no momento da separação, e não apresentam lembranças acerca do rompimento dos pais, pois em sua memória apenas constam lembranças do pós- divórcio.

A autora supracitada afirma ainda, que houve casos em que o momento da separação foi considerado traumático, quando estes ficaram surpresos com a notícia, principalmente por não presenciarem situações conflituosas entre os genitores.

Vale ressaltar que nem sempre as discussões entre os pais durante o rompimento ocorriam na frente dos filhos, motivo pelo qual estes se demonstram surpresos e confusos em relação à separação dos pais.

De acordo com o autor supracitado em alguns casos, a situação de discórdia entre o casal vai se agravando conforme o crescimento dos filhos, mesmo que eles tentem estabelecer o clima familiar, as dificuldades ficam maiores, principalmente quando os filhos estão na adolescência, pois estes passam a entrar em conflito com os pais por verem que um deles se encontra infeliz, passando a se posicionar em favor do outro. Desta forma, o rompimento conjugal deve ser exposto de forma clara para os familiares e amigos.

3.3 A PARENTALIDADE APÓS O ROMPIMENTO CONJUGAL

Mediante as transformações da sociedade nos últimos anos, a família também vai sofrendo várias modificações e este fator vai refletindo diretamente no crescimento do índice de rompimentos conjugais que vem crescendo na atualidade, em alguns casos os mais afetados com este rompimento são os filhos. Singly (2007, p. 76) afirma que,

Nas famílias centradas não mais na transmissão do patrimônio econômico, mas nas satisfações relacionais, esse tipo de lógica pode, igualmente, produzir efeitos nas jovens gerações. Se, no século XVIII, o “desequilíbrio” dos filhos está associado ao patrimônio da linhagem no século XX as dificuldades dos filhos podem ser provenientes do contexto relacional no qual viveram com sua família. Algumas pesquisas internacionais, elaboradas com amostragem controlada, mostram que crianças de famílias monoparentais tendem a apresentar um desempenho inferior ao daqueles cujos pais não se separaram.

O autor destaca que os filhos de famílias monoparentais e recompostas apresentam mais dificuldades que as crianças e adolescentes que não têm pais separados. Contudo, é importante frisar que a realidade é dinâmica e cada família apresenta especificidades que as diferem das outras, por este motivo os rompimentos conjugais tem impactos diferentes em cada família.

A relação conjugal mesmo alicerçada na afetividade vai além da questão emocional, apresentando elementos que vão além do sentimento, sendo de grande relevância para a formação de um lar harmonioso, como por exemplo: respeito, afinidades, nível econômico, nível cultural, sexualidade, e expectativas em relação ao outro, além da aceitação mútua. Contudo, no decorrer do curso da vida, alguns desses fatores podem sumir, ocasionando o enfraquecimento da relação e, por conseguinte o rompimento desta.

O enfraquecimento da relação conjugal é um fato que pode afetar diretamente a sede integral familiar, ocasionando consequências muitas vezes irreparáveis aos envolvidos em especial para os filhos. Principalmente, porque após o rompimento do casal, em alguns casos é muito difícil separar a parentalidade da conjugalidade, o que acarreta conflitos envolvendo os filhos do ex-casal, o que pode causar instabilidade emocional nestes. De acordo com Silva (2011, p. 02) *apud* Sousa (2009):

[...] não é simples, portanto, afirmar que a medida de separação pode afetar a saúde psicológica dos filhos, mas é incontroverso o mal que os conflitos lhes causam. As doutrinas de direito de família são unânimes em apontar os malefícios causados pelos desentendimentos parentais na psique de seus filhos: os conflitos, o estado de tensão que os conflitos, o estado de tensão que o conflito gera a discórdia familiar, a instabilidade que lhe atrela a insegurança que causa, e as incertezas que planta na mente do filho, que vê desabafar diante de seus olhos os referenciais em que até então se ancorava.

Deste modo, a reação psicológica da criança ou do adolescente envolvido em processo de rompimento conjugal dos pais, varia de acordo com cada caso, porém, ressalta-se que a discórdia e o conflito entre o ex-casal, pode ocasionar problemas aos filhos. De acordo com Bottoli, Antoniazzi *et al.* (2012, p. 04):

[...] as repercussões que uma separação conjugal causam são inúmeras, mas cabe ressaltar que uma das grandes dificuldades suscitadas neste momento, quando o ex-casal possui filhos, é o fato de um deles, ou o pai ou a mãe, quererem desvincular-se, desligar-se completamente, sendo que na verdade

isso poderá gerar grande repercussão para todos os envolvidos, pois o termina é a relação conjugal e não a parental. Com isso, é importante que o ex-cônjuge preserve a relação parental e possa ser capaz de estabelecer entendimentos mútuos com relação aos filhos.

O rompimento conjugal acarreta consequências para todo o grupo familiar, principalmente para os filhos, principalmente pela insegurança de um lar desfeito, além da adaptação em conviver sem companhia de um dos genitores diariamente, o que pode ocasionar sentimentos de aborrecido, em alguns casos, rejeição e desamor.

Vale ressaltar que durante o processo de separação a criança ou adolescente envolvido necessita de atenção dos pais, afinal é neste momento em que eles se encontram mais vulneráveis e fragilizados, ou seja, caso o exercício parental não ocorra, pode inclusive acarretar um afastamento de um dos genitores que não detém a guarda. Partilhando da visão de Gottman *apud* Braz, Bottoli e Antoniazzi *et al.* (2012, p. 04) destacam que:

As influências negativas produzidas nas crianças em consequência de relações conjugais insatisfatórias, incluem desde 5 problemas de saúde, depressão, baixa competência social e baixa *performance* acadêmica se o filho é jovem, até vários distúrbios de conduta.

Os referidos autores também salientam acerca de outra situação difícil para os filhos que têm pais que apresentam relação conflituosa, pois alguns genitores tentam de qualquer forma denegrir a imagem do ex-cônjuge, colocando-o um contra o outro. Silva (2011, p. 07) destaca que “a criança sempre precisa dos pais em convívio equilibrado, mesmo quando os pais são separados”. Neste sentido vale destacar o número de divórcios e casais com filhos e casais com filhos menores de idade, dando ênfase a região norte do país. Conforme quadros abaixo:

NÚMERO DE FILHOS POR CASAIS COM DIVÓRCIO HOMOLOGADO – REGIÃO NORTE (2013)			
	1-3 FILHOS	4-6 FILHOS	DE 7 FILHOS OU MAIS
ACRE	559	102	22
AMAPÁ	167	31	11
AMAZONAS	3.463	430	57
PARÁ	3.738	483	99
RORAIMA	627	111	22
RONDÔNIA	1.855	188	29
TOCANTINS	1.307	151	29
Total	11.716	1.496	269

Quadro 2: Número de filhos por casais com divórcio homologado
Fonte: IBGE, 2013. Adaptado pelas autoras

Por meio da análise do referido quadro foi observado que o número de filhos de casais divorciados na Região Norte, em sua maioria varia de 1 a 3 filhos, e que no Estado do Pará

há maior concentração com o total de 3.738, seguido pelo Amazonas com 3.463. Sendo assim, vale destacar que as crianças e adolescentes são os mais afetados em pelo do divórcio, por esta razão o quadro a seguir demonstra a quantidade de divórcio concedida a casais com filhos menores de idade.

NÚMERO DE DIVÓRCIOS CONCEDIDOS A CASAIS COM FILHOS MENORES REGIÃO NORTE (2013)	
ACRE	959
AMAPÁ	258
AMAZONAS	4.880
RORAIMA	902
PARÁ	4.496
RONDÔNIA	2.460
TOCANTINS	1.776

Quadro 3: Números concedidos a casais com filhos menores

Fonte: IBGE, 2013. Adaptado pelas autoras

De acordo com o quadro apresentado acima o total de divórcios concedidos a casais com filhos menores idade, encontra-se concentrado no Estado do Amazonas (4.880), seguido por Pará (4.496), Rondônia (2.460), Tocantins (1.776), Acre (959), Roraima (902), e por fim o Amapá (258).

Novamente é importante frisar que os filhos necessitam da atenção de ambos os pais, após a separação, e cabe a estes distinguir a parentalidade da conjugalidade, pois devido à confusão entre estas relações os filhos são os maiores prejudicados. Wallerstein (2002, p. 31) destaca que:

O impacto principal do divórcio não acontece durante a infância ou Adolescência. Pelo contrário, salienta-se na vida adulta quando os relacionamentos amorosos sérios passam a ocupar o cenário. Quando chega o momento de escolher um parceiro para a vida e constituir uma nova família, avoluma-se os efeitos do divórcio.

Vale ressaltar que é a conjugalidade refere-se à relação entre o casal e a parentalidade conforme Solis Ponton (2004, p. 06) “refere-se à capacidade psicológica de executar as funções parentais, ou seja, exercer com competência a função de ser genitor e genitora, ou seja, relação entre pais e filhos”.

Sierra (2011, p. 99) afirma que “o tema parentalidade não diz respeito apenas às condições de reprodução, mas inclui também as formas como são definidos os laços de parentesco e responsabilidade de cada membro da família”. Ou seja, a autora afirma que a relação parental vai muito além do caráter biológico e de procriação, pois envolve aspectos afetivos e sociais.

Quando o casal separa e possui filhos, começa o desafio em outra ordem, que são os papéis parentais, o genitor e a genitora devem estruturar-se no que se refere à parenta-

lidade, sendo uma mudança principal a ser conquistada pelos ex-casais, no que tange a manutenção da relação parental protegendo a individualidade de cada genitor (BRITO, 2005, p. 15).

Neste sentido, é muito importante que a parentalidade continue após a separação, uma que vez que após o término conjugal podem existir ex-marido e ex-mulher, ex-cunhado, porém nunca ex-pai ou ex-mãe, pois existe um vínculo entre pais e filhos que não pode ser quebrado, sendo de suma importância para o desenvolvimento biopsicossocial no presente e no futuro, pois quando não há exercício parental, o genitor contínuo, ou seja, aquele que detém a guarda, é o que toma importantes decisões sobre os aspectos de: saúde, escola, por exemplo, uma vez que a criança tem muito menos contato com o genitor descontínuo que, apenas, fica com direito a supervisão, bem como as visitas.

Dolto (2011) por sua vez, afirma que há vantagens e desvantagens ao genitor que não detém a guarda das crianças, pois algumas pessoas pensam que o genitor que não detém a guarda não participa diretamente da educação da criança, o que é um equívoco, pois o período de férias é o mais educativo, visto que, segundo o autor este momento não se apresenta como uma rotina ou “adestramento” para a criança.

O período de férias é mais educativo que o período escolar; a tal ponto que o genitor com quem a criança mora a maior parte do tempo é quem menos influência educacional (...) fora do período escolar; o adulto tem mais tempo para conversar e fazer coisas com a criança. Não existe nenhuma obrigação de trabalho nem para os pais, nem para os filhos. Tudo o que é da ordem da cultura, da relação em profundidade, são fins de semana e férias que permitem: esse é o verdadeiro contato com os pais, no que há de gratuito na relação entre seres humanos. Não verdade, portanto, que o genitor contínuo seja favorecido. Cada uma das duas situações apresenta vantagens. (DOLTO, 2011, p. 37).

Sendo assim, mesmo o divórcio sendo um processo difícil para toda a família, em especial para os filhos, que não passarão a residir com ambos os pais, a relação parental em especial com aquele que não for o detentor da guarda apresenta vantagens e desvantagens, contudo mesmo em meio às mudanças, o exercício parental se apresenta de suma importância tanto para os genitores, quanto para o desenvolvimento dos filhos principalmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família em especial a brasileira passou e continua a perpassar por grandes transformações ao longo dos anos, em especial a partir da inserção das novas tecnologias, que culminou em mudanças diversas, dentre elas o declínio do sistema patriarcal, no qual o homem era o senhor e provedor do lar.

Desta forma, mediante o presente estudo desenvolvido mediante a análise bibliográfica e experiência acadêmica na Vara de família, foi possível perceber que a família na atualidade se apresenta multiforme e em constantes transformações, apresentando novas conjunturas, em razão dos novos relacionamentos, principalmente com as mudanças de cunho: social, econômico e cultura, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho, que também contribuiu para as mudanças nos papéis dentro da família.

Outra mudança de grande relevância ocorrida ao longo dos anos foi a de que o casamento deixou de apresentar um caráter de indissolubilidade, como na antiguidade, este foi um dos fatores que contribuiu no surgimento novas configurações familiares, e aumento nos índices de divórcio, em especial a partir da década de 1980, no Brasil, pois cada casal apresenta motivos diferentes para a dissolução da sociedade conjugal seja por: incompatibilidade de genes, por ansiar por novo relacionamento, entre outros.

Vale ressaltar que o processo de divórcio é um momento de grande dificuldade para toda a família principalmente para os filhos, que em alguns casos são prejudicados em razão da confusão dos pais entre a conjugalidade e parentalidade, bem como a disputa da guarda.

No que se refere à relação entre pais e filhos, após o rompimento conjugal, ou seja, o exercício da parentalidade, quando mal desenvolvido, principalmente em razão do pouco tempo destinado aos filhos pode resultar em sérias consequências no desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes. Contudo, não se pode mensurar o tempo nem impor aos genitores que exerçam seus papéis parentais, uma vez que, este é um tema muito complexo e delicado, neste sentido o referido artigo visa além de informar também alertar as famílias, em especial aquelas que passaram, ou estão passando por um processo de divórcio acerca da relevância em manter os vínculos, mesmo após o rompimento conjugal para o desenvolvendo saudável dos filhos, que se encontram em momento de confusão e mudança, em relação à nova configuração de sua família.

5 REFERÊNCIAS

ALECRIM, Edinei Messias. **A instituição familiar do Século XIX aos dias atuais**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfnBwAG/contexto-historico-familia-brasileira>>. Acesso em: 26 de set. 2014.

BOTTOLI, Cristiane; ANTONIAZZI, Maria Peripolli, et al. **Separação Conjugal: suas implicações e os desafios para a Psicologia**. 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/interfacepsicologia/trabalhos/2996.pdf>>. Acesso em: 09 de fev. 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal n. 8.069, de 13 julho de 1990.

BRITO, Leila Maria Torroca de. Impasses na condição da guarda e da visitação: o palco da discórdia. In: PEREIRA, R. da C. (Org.). **Família e cidadania – o novo CCB e vacatio legis**. Belo Horizonte: IBDFAM/DELREY, 2007.

BRUSHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil. Novas Conquistas ou persistência da Discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA Maria Isabel B. da. (Org.). **Trabalho e gênero mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEOPO/Unicamp e CE-DEPLAR/UFMG/São Paulo. 2000.

CARVALHO, Maria Heloisa Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. In: SZYMANSKI. São Paulo: EDU/CORTEZ, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COAN, Edivania. **Processo de expansão da participação feminina no mercado de trabalho catarinense**. 2008. 81p. Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para colação de grau de Bacharelado. Florianópolis, Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292162>> Acesso: 04 de mar. 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 3. ed. São Paulo: ABRD, 2006.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ENGELS, Frederich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2009.

FILHO, José Mario. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP, Franca, 1998.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. Normas da ABNT. Porto Alegre, 2012.

GROENINGA, Giselle Câmara. O fenômeno da alienação pare parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha, MADALENO, Rolf (Coord.). **Direito de família**: processo teoria prática, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GUIMARÃES, Maria da G.V. **Vida familiar e profissional**: desafios e perspectivas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

HENRI, Paulo; LAUWER, Maria José Chombart de. **A evolução contemporânea da família**: estruturas, funções e necessidades. Disponível em: <<http://www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224165225Z5aRR5fx5Sc98EV6.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Processos de separação judicial**, 2011. Disponível em: <http://www.ftp.ibge.gov.br/Registro_civil/2011/pdf/tab_6_1.pdf>. Acesso em: 27 de set. 2015.

_____. **Taxas de Divórcios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default_xls.shtm>. Acesso em: 08 de nov. 2015.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori. et. al. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a03v19n1.pdf>>. Acesso em: 26 de set. 2014.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, jul/dez. 1991.

SIERRA, Vania Morales. **Família teorias e debates**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Denise Maria Peressini da. **Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: o que é isso?** São Paulo: ABDR, 2011.

SINGLY, François de; PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: **Sociologia da família contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SOLIS – PONTON, L; **Ser pai ser mãe parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TORRES, Anália Cardoso. **A família**. (1999) Disponível em: <http://www.analiatorres.com/pdf/Aumento_do_divorcio.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.

WALLERSTEIN, Judith; LEWIS, Julia; BLAKESLEE, Sandra. **Filhos do divórcio**. Tradução Fuchs. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 31.



REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL A LUZ DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN

Talita de Melo Lira¹ Klilton Barbosa da Costa²

Recebido em: 17/02/2016; Aceito em: 28/05/2016.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre a questão ambiental a luz do pensamento de Edgar Morin, esboçadas no livro *Terra-Pátria*, publicado na França, em 1993 e traduzido para o português nos anos 2000, baseado nos princípios da Epistemologia da complexidade, da ética e da transdisciplinaridade. Para tratar da emergência da questão ambiental que se agravou e ganhou maior visibilidade, a partir da década de 70, muitas disciplinas, criaram suas subáreas de conhecimento, batizando-as com o sobrenome Ambiental. Exemplos destas encontram-se nos termos: Educação ambiental, Direito ambiental, Economia ambiental, Sociologia ambiental, Psicologia ambiental, entre outras. As aludidas disciplinas científicas passaram a adotar um objeto de conhecimento estranho, por assim dizer, e a conjugá-lo com todas as outras que se propõem à mesma tarefa. Todavia, apesar do grande esforço analítico das diferentes disciplinas em criar novos “nichos” de reflexões, Morin enfatiza, em seu livro, a necessidade de um pensamento complexo e transdisciplinar para pensar a questão ambiental, uma vez que os pensamentos fracionais, que fragmentam tudo que é global, ignoram por natureza o complexo antropológico e contexto planetário.

Palavras-chave: Questão ambiental; Epistemologia ambiental; identidade humana; pensamento ecologizado.

1 Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Manaus, Amazonas, BRASIL. Avenida General Rodrigo Otávio, Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas (ICHL/UFAM) Japiim, E-mail: talita.mlira@gmail.com

2 Professor - Doutor dos Cursos Licenciatura, Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade-Leste (FSDB-LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: kliltonb@gmail.com 3131-4100. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the debate on environmental issues to light the thought of Edgar Morin, outlined in the Earth-Homeland book, published in France in 1993 and translated into Portuguese in the 2000s, based on the Epistemology of the principles of complexity, ethics and transdisciplinary. To address the emergence of environmental issues which worsened and became visible from the 70s, many disciplines, have set up their sub-areas of knowledge, baptizing them with the Environmental surname. Examples of these are under: Environmental education, environmental law, environmental economics, environmental sociology, environmental psychology, among others. The above-mentioned scientific disciplines have adopted a strange object of knowledge, so to speak, and combine it with all the others that are proposed to the same task. However, despite the large analytical effort of different disciplines to create new “niche” reflections, Morin emphasizes in his book, the need for a complex and transdisciplinary thought to think about the environmental issue, since the fractional thoughts that break all that is global in nature ignore the anthropological complex and planetary context.

Keywords: Environmental Issues; Epistemology environmental; human identity; ecologized thought.

I INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, em seu fluxo dinâmico, apresenta-nos um conjunto muito extenso de incertezas que configuram gigantescos desafios, que trazem consigo, a necessidade de serem interpretados para que se possa vir a entabular ações para enfrentá-los de maneira diligente, coerente e eficaz. Aos trabalhadores que tecem a urdidura da arte da ciência compete, não de modo exclusivo, a construção de aportes teóricos que permitam interpretar, refletir e, de maneira consistente, propor alternativas para superar os limites vigentes, potencializando as possibilidades que, tanto as práticas científicas buscam, quanto os saberes exercitados no cotidiano da sociedade podem oportunizar (LIRA, 2014).

De maneira contínua, os fenômenos da realidade fluem e são, em parte, captados pelo olhar apurado daqueles que atuam no fazer técnico-científico. É importante reconhecer que na composição do conhecimento sistemático da ciência emergem dilemas e nuances do real que põem em cheque instrumentais e práticas consolidadas. Essa complexa dinâmica do fazer científico provoca os artesãos da ciência a desenvolver uma busca incessante de novos horizontes técnicos, de instrumentais que permitam inovar nas práticas e descobertas interpretativas. Neste rico processo, sempre em grande profusão, fomentam-se novos aprendizados, novos saberes, conhecimentos tradicionais são revalorizados, novas teorias vão sendo gestadas e (re)apropriadas.

Nasce, desta dinâmica, a necessidade de enfrentar as inquietações emergentes sobre a questão ambiental, que ganham centralidade na representação dos sujeitos sociais e caem no gosto dos debates contemporâneos, fazendo despontar reflexões e discussões que contribuem com questões fundamentais para a compreensão das diferentes dimensões da vida e dos marcos da temporalidade passada, presente e futura.

Segundo Lira (2014), na contemporaneidade, observa-se que a relação entre sociedade e recursos naturais tem sido construída, a partir de uma racionalidade capitalista com base no mercado, em que os recursos naturais são degradados e transformados em lucro, não havendo preocupação com a questão de sua finitude. Esta razão utilitarista decorre da visão de mundo que concebe a noção de desenvolvimento com base nas relações de dominação do homem pelo homem, e do homem sobre natureza. Tal racionalidade, em sua sede insaciável pelo lucro, revela sua essência, crescentemente destrutiva e perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução, quais sejam: a crescente obsolescência programada de tecnologias e o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais, os quais são condições essenciais para a expansão da produção e do consumo. Nesse sentido, o referido modo de produção confronta-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude de recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, a própria existência humana no planeta. Edgar Morin (2011) nomeia o advento desses tempos moderno de “era planetária”.

1.1 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ERA PLANETÁRIA

Conforme Morin (2011), a era planetária surgiu no final do século XV, na Europa, e tem se espalhado por toda a Terra até os tempos atuais. Para o autor, a era planetária “começa com a descoberta de que Terra não é senão um planeta e com a entrada em comunicação das diversas partes desse planeta” (p. 21).

Ao tratar o processo de mundialização da era planetária o autor afirma que:

A ocidentalização do mundo começa tanto pela imigração de europeus nas Américas e na Austrália, quanto pela implantação da civilização europeia, de suas armas, de suas técnicas, de suas concepções, em todos os escritórios, postos avançados, zonas de penetração. A era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão, da exploração feroz das Américas e da África. É a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda (p. 23).

A era planetária teve como uma grande aliada a ciência moderna. Os teóricos modernos do século XIX introduziram a questão da adequação e do avanço da ciência, mostrando que as sociedades humanas tendem, inevitavelmente, ao progresso. Sendo assim, toda e qualquer atitude em relação aos recursos naturais é justificada pelo progresso, na busca da melhoria do ambiente, naturalmente “hostil” e “acabado”. A partir dessa abordagem de pensamento, o homem seria o dominador da natureza. Nesse sentido, a percepção formulada por tais autores contribuiu para o fortalecimento de uma visão dicotômica da relação homem-natureza, conforme assinala Morin (2011, p. 54): “os modernos fizeram do homem um ser quase sobrenatural que, progressivamente, assume o lugar vazio de Deus, uma vez que Bacon, Descartes, Buffon, Marx lhe dão por missão dominar a natureza e reinar sobre o universo”.

O autor acrescenta que é também no século XIX que o nascimento do homem é atribuído não mais a um Deus criador, mas uma evolução biológica. Admite-se, então, que o homem descende do macaco. Mas, afirma-se igualmente que, ao deixar a árvore

do antepassado, ele se separou para sempre dela, conservando como primata apenas um parentesco anatômico e fisiológico.

Morin (2011) enfatiza que somente a partir de Rousseau, o romantismo irá ligar umbilicalmente o ser humano à Natureza-Mãe. O autor acrescenta que de um lado, os escritores e poetas efetuam a maternização da Terra, e de outro, os técnicos e cientistas efetuam a “coisificação da Terra”, constituídas de objetos a serem manipulados sem piedade.

Nesse sentido, a ciência moderna promoveu uma separação entre o Mundo Sensível e o Mundo das Ideias, nas palavras de Morin (2011), a separação do estado “prosaico” e “poético”. Esse paradigma considera que o subjetivismo compromete a “pureza” científica, dando-se, então, privilégio à objetividade, até porque, o mundo existiria “fora” do ser humano, devendo ser por ele internalizado, ou seja, conhecido/estudado e (por que não?) explorado. Ao criticar a racionalidade moderna, o autor afirma que a Terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, em que a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem uma emergência da história da vida terrestre (p. 63).

Segundo o autor, na era planetária, a própria identidade do homem foi especializada/compartimentada pelas ciências. Os caracteres biológicos do homem foram discutidos nos departamentos da biologia e nos cursos de Medicina; os caracteres psicológicos, culturais e sociais foram divididos e instalados nos diversos departamentos de ciências humanas, de modo que a Sociologia foi incapaz de ver o indivíduo, a Psicologia incapaz de ver a sociedade, a História acomodou-se à parte e a Economia extraiu do *Homo sapiens demens* o resíduo exangue do *Homo economicus*. O autor acrescenta ainda, que a noção de homem se decompôs em fragmentos desarticulados (p. 61). Por outro, o autor afirma que o homem,

[...] não é um pós-primata, mas um super-primata, que desenvolveu aptidões já manifestas, mas esparsas, temporárias, ocasionais entre primatas superiores, como a confecção de instrumentos, a prática da caça, a marcha sobre os membros inferiores. O homem não é um pós-mamífero, mas um supermamífero, que desenvolveu dentro dele calor afetivo da relação mãe-filho, irmãos-irmãs, o conservou na idade adulta, o estendeu às relações amorosas e de amizade. O homem, não é um supervertebrado, mas vertebrado médio, não sabe voar, nadar em profundidade, e corre muito menos que os tigres, cavalos ou gazelas, mas acabou por ultrapassar os vertebrados em suas performances ao criar técnicas que lhe permitem velocidade na terra, navegação sob e sobre o mar, transportes nos ares. O homem é um sobrevivente, pois há bilhões de células que o compõem e se renovam, são todas filhas-irmãs do primeiro ser vivente, cuja descendência produziu, via simbioses, as células eucariontes do mundo vegetal e animal [...] (MORIN, 2011, p. 56).

Nesse sentido, Morin enfatiza a identidade terrestre do ser humano e explicita que enquanto as mitologias das outras civilizações inscreviam o mundo humano na natureza, o *Homo occidentalis* foi, até a metade do século XX, totalmente ignorante e inconsciente da identidade terrestre e cósmica que traz em si. Ainda hoje, a Filosofia e a Antropologia dominante repelem, com força, toda tomada de consciência e toda consequência da identidade animal e viva do homem, denunciando como “vitalismo” irracional ou “biologismo” perverso qualquer reconhecimento de nosso enraizamento terrestre, físico e biológico.

A despeito de todas as regressões e inconsciência, o autor afirma que há um esboço de consciência planetária, na segunda metade do século XX, a partir de diversos elementos, dentre os quais se destaca a *formação de uma consciência ecológica planetária*. Para Morin (2011), o objeto da ciência ecológica é cada vez mais a biosfera em seu conjunto, e isso em função da multiplicação das degradações e poluições em todos os continentes e da detecção, desde os anos 80, de uma ameaça global à vida do planeta, onde uma tomada de consciência progressiva, que encontrou sua manifestação no Rio de Janeiro, em 1992, da necessidade vital, para a humanidade inteira, de salvaguardar a integridade da Terra.

A conferência do Rio adotou uma declaração sobre as florestas, uma convenção sobre o clima e sobre a proteção da biodiversidade; elaborou o plano de ação 21 (século XXI) procurando fazer com que as Nações Unidas trabalhassem para proteger a biosfera. Contudo, o autor adverte que se trata, apenas, do começo. Uma vez que a deterioração da biosfera continua, a desertificação e o desmatamento tropical se aceleraram, a diversidade biológica decresce. A degradação continua avançando, mais rápida que a regeneração.

Nesse cenário, o autor aponta que surgem dois tipos de previsões que se defrontam para os próximos 30 anos: os “pessimistas” que veem um prosseguimento irreversível da degradação generalizada da biosfera, com a modificação dos climas, aumento da temperatura e da evapotranspiração, a elevação do nível do mar (30 a 140 centímetros), a extensão das zonas de secas, tudo isso com uma demografia provável de dez bilhões de seres humanos. Os “otimistas” pensam que a biosfera possui potencialidades de autorregeneração e defesa imunológica que lhe permitirão proteger-se sozinha, e que a demografia se estabilizará em torno de 8,5 bilhões de seres humanos.

De qualquer modo, o autor argumenta que o dever de precaução se impõe; de qualquer modo, temos necessidade de um pensamento ecologizado que, baseando-se na concepção auto-eco-organizadora, considere a ligação de todo sistema vivo, humano ou social a seu ambiente.

Nesse sentido, o autor critica a ciência moderna e organização, por disciplina, a qual nos ensinou “a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos e, portanto, nos faz conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física com que somos constituídos” (MORIN, 2011, p. 48).

Assim, diante desse quadro, Morin adverte que se faz necessária uma reforma de pensamento urgente, um pensamento complexo que aprenda a interligar o homem à natureza, na qual se deve ‘ensinar a identidade terrena’ como um dos saberes necessários à educação do futuro. Nas palavras do autor (2011, p. 47), “Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”.

1.2 IDENTIDADE HUMANA E IDENTIDADE TERRESTRE: RUMO A UMA NOVA EDUCAÇÃO PLANETÁRIA

A identidade humana é um traço característico de cada ser que permite distinguir um indivíduo de outro, um grupo de outros grupos ou ainda uma civilização de outra. Refere-se, de modo específico, às características próprias de cada um, da espécie humana e da sociedade. Ela marca, a cada um de nós, individualmente, e ao mesmo tempo nos

diferencia enquanto espécie humana de outras espécies. Conforme Morin (2011), a identidade é um produto de nossa evolução cosmobioantropológica e cultural e se constrói, gradativamente, por meio das interações sociais. O autor sugere que se busque a compreensão do mundo, do humano e da humanidade, tendo como base os códigos de um conhecimento complexo, pois estes têm a pretensão de conceber, inseparavelmente, a dialógica da unidade e da diversidade humana. Ao escrever sobre a identidade humana, o autor recorre as mais diferentes fontes e áreas do conhecimento humano: Filosofia, Literatura, Religião, História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, enfim, aos grandes tratados que abordam a gênese e a evolução do homem.

Para o autor, construção da identidade ocorre ao entrar em contato com o mundo, a partir do qual transforma a natureza e produz diferentes culturas. Segundo Morin (2012, p. 64), “a cultura constitui a herança social do ser humano: as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras”.

Os traços peculiares da identidade de cada um, portanto, são forjados no seio de cada cultura, compondo, dessa forma, identidades múltiplas e diferenciadas. Na relação com os outros seres humanos e com as outras culturas, nós nos tornamos, concomitantemente, semelhantes e distintos. Nos traços de cada homem genérico estão, também, os traços de sua especificidade.

No pensamento de Morin (2011), a identidade biológica e social liga-se à nossa identidade humana e planetária revelando-se a cultura o capital humano fundamental. Biologicamente o ser humano nasce e se desenvolve como um ser ainda não feito, cabendo à cultura a tarefa de moldar o homem, enquanto indivíduo e membro de uma espécie e de uma sociedade. As culturas alimentam e moldam as identidades individuais e sociais naquilo que elas têm de mais profundo, contraditório e específico. Para Morin (2011, p. 165), “a cultura é a emergência maior da sociedade humana”. O processo de complexificação da evolução individual e social encontra, na cultura, sua fonte geradora/regeneradora.

Morin (2002) observa que a nossa identidade humana é constituída numa relação dialógica da tríade indivíduo/espécie/sociedade. Por natureza e por definição, o ser humano é algo muito complexo e para compreendê-lo na sua profundidade é necessário não apenas inseri-lo numa cultura, numa história, mas, fundamentalmente, incorporá-lo numa trindade humana onde “o indivíduo não é noção primeira nem última, mas uma noção central da trindade humana” (MORIN, 2011, p. 94). Mesmo contendo a multiplicidade, o indivíduo permanece como um sujeito único e, desta forma, continua o autor (p. 95) “os outros moram em nós; nós moramos nos outros [...]”.

Somos únicos em meio à dualidade e à multiplicidade. Comportamos o diferente. Nossa identidade agrega múltiplas dimensões e características. Assim, nossa personalidade revela uma identidade polimorfa, ou seja, cada indivíduo é singular e, contudo, duplo, plural e diverso. Ao buscar explicação sobre nossa identidade humana e cultural, Morin procura responder a seguinte pergunta: Quem somos nós? E responde esclarecendo que (2011, p. 89): “Temos uma natureza biológica, uma natureza social, uma natureza individual”. E prossegue: “A verdadeira complexidade humana só pode ser pensada na simultaneidade da unidade e da multiplicidade” (p. 90). Enfim, somos semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes uns dos outros, por um processo evolutivo biossocial.

As identidades humanas se forjam num mundo marcado pelas diferentes culturas, em distintos tempos e lugares. As sociedades arcaicas, organizadas em bioclasses, produzem as primeiras e grandes diferenciações biológicas de sexo e de idade. A bioclasse masculina e feminina vai sendo constituída pelas diferentes práticas familiares e funções profissionais. De tal forma que, segundo Morin (2011, p. 164), é desde alguns dos seus traços fundamentais comuns que as sociedades arcaicas começam a se diversificar pelo emprego de diferentes línguas, crenças, mitos e formas de organização familiar e social. A partir de uma origem comum e local “as sociedades arcaicas multiplicaram-se, todas parecidas, todas diferentes, e espalharam-se pelo planeta” (p. 164).

Indivíduo e sociedade, desta forma, mantêm uma relação hologramática, recursiva e dialógica entre si. A relação hologramática revela que “o indivíduo está na sociedade que está no indivíduo” (2011, p. 167). Existe, igualmente, uma relação recursiva, no sentido de que os indivíduos produzem a sociedade, que por sua vez produz os indivíduos. Assim, produzimos a sociedade que nos produz; e, por fim, a relação dialógica que confere ao indivíduo a situação de uma relação complementar e, ao mesmo tempo antagônica, entre ele e a sociedade. Indivíduo e sociedade formam polos dicotômicos, porém complementares. A ideia de um ser dialógico é inerente ao homem: uno/múltiplo, singular/plural, imanente/transcendente, sujeito/objeto, sapiens/demens.

A partir desse entendimento hologramático da identidade, o autor explicita a necessidade de se criar uma identidade terrestre do ser humano, a qual só será possível, a partir de uma nova racionalidade, tendo em vista que a racionalidade moderna “o pensamento mutilado e a inteligência é cega se pretendem e jogam racionais”. Na verdade, o modelo racionalista que obedecem é mecanicista, determinista, e exclui como absurda toda contradição. Não é um modelo racional, mas racionalizador (MORIN, 2011, p. 157).

A nova racionalidade proposta por Morin (2011) está aberta e dialoga com o real que resiste. Ela opera uma ligação incessante entre lógica e o empírico; ela é um fruto de um debate, argumentação de ideias, e não a propriedade de um sistema de ideias. Para o autor, a razão que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade, a vida, é irracional. O autor acrescenta ainda que é preciso considerar o mito, o afeto, o amor, a mágoa, que devem ser considerados racionalmente.

Nesse sentido, a racionalidade complexa admite a incerteza na base da investigação científica e da descoberta:

Nossas certezas não são eternas. Nenhuma teoria científica, e aí reside, creio, a importância da contribuição de Karl Popper, está segura de ter certeza absoluta. Aquela que num instante específico conforma-se mais aos dados em questão impõem-se. Mas pode muito bem ser substituída por nova teoria, e a prova é que praticamente todas as teorias científicas do século XIX foram ultrapassadas no século XX ou provincializadas (p. 12).

Para o autor, a imaginação e a efemeridade participam da montagem de um edifício teórico:

Uma teoria é uma construção do espírito e, de resto, sabemos que o conhecimento não é o espelho da realidade, mas tradução e reconstrução de um mundo do qual recebemos mensagens através de nossos sentidos, como os olhos, que são traduzidas e codificadas por nosso sistema nervoso e retrabalhadas pelo cérebro que faz delas uma percepção. Se todo conhecimento é reconstrução e percepção, não pode ter valor de reflexo absoluto do real. Somos, portanto, obrigados a negociar com a incerteza (p. 13).

○ século XX teve de esmagar os determinismos e aceitar o imprevisível:

De outra parte, tivemos de abandonar, felizmente, a ideia de que o universo era uma máquina determinista perfeita, pois quando se tem tal máquina pode-se prever o futuro. Laplace imagina que um demônio poderia conhecer todos os acontecimentos do futuro e do passado. Na realidade, estamos no universo que comporta desde o princípio o imprevisível. Desde o começo, existe calor; e o calor; e o que é o calor? Agitação de partículas ou de moléculas cujos momentos particulares não podemos prever. Somente com sistemas fechados é possível estabelecer leis estatísticas gerais (p. 13).

○ autor acrescenta ainda que é necessário aceitar, sem medo, o risco:

A história de nosso Universo sempre comportou a incerteza: colisões de partículas ou de galáxias, logo com destruições mútuas, bifurcações, riscos, etc. quando se olha a história da Terra, vê-se que ela não foi linear; houve acidentes, cataclismas ecológicos como os que provocaram o desaparecimento dos dinossauros. Penso que vivemos num mundo de misturas de ordem e de desordem – sendo ordem tudo que diz respeito ao determinismo, à estabilidade, à regularidade, e desordem tudo o que é colisão, agitação, destruição, explosão, irregularidade. Devemos desenvolver estratégias de ação face a tal universalismo (p. 13).

Tornar-se consciente disso nos convida a romper com a ilusão, propriamente ocidental, de crer-se proprietária da racionalidade, e com o hábito de julgar toda cultura pela medida de suas *performances* tecnológicas. Segundo Morin (2011), em toda sociedade, mesmo arcaica, juntamente com mitos, magia e religião, há presença de racionalidade na confecção de instrumentos, na tática de caça, nos conhecimentos das plantas, dos animais, do terreno. Em nossas sociedades modernas, há também a presença de mitos, de magia e religião, inclusive um mito providencial que se camufla sob o nome de razão, e inclusive uma religião do progresso. Nesse sentido, Morin (2011, p. 158), enfatiza que “a plena racionalidade rompe com a razão providencialista e com a ideia racionalizadora do progresso garantido. Ela considera, em sua complexidade, a identidade terrestre do ser humano”.

○ autor afirma que a identidade terrestre não poderia ser concebida sem um pensamento capaz de ligar as noções separadas e os saberes compartimentados. “Os conhecimentos novos que fazem descobrir a Terra-Pátria—a Terra-sistema, a Terra-Gaia, a biosfera, o lugar da Terra no Cósmo – não terão nenhum sentido, enquanto estiverem separados uns dos outros” (p. 158). Morin ressalta que as relações do homem com a natureza não podem ser concebida de forma redutora, nem de forma separa.

A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e sobrenatural, tem sua origem na natureza viva e física, mas emerge dela pela cultura, o pensamento e a consciência. Os pensamentos fracionais, que fragmentam tudo o que é global, ignoram por natureza o complexo antropológico e o contexto planetário. Mas, não basta levantar a bandeira do global: é preciso associar os elementos do global numa articulação organizadora complexa, é preciso contextualizar o próprio global. A reforma de pensamento necessária é a que irá gerar o pensamento do contexto e do complexo (MORIN, 2011, p. 159).

○ autor destaca algumas características do pensamento complexo, quais sejam:

- De um pensamento radical (que vá à raiz dos problemas);
- De um pensamento multidimensional;
- De um pensamento organizador ou sistêmico que conceba a relação todo-partes tal como começou a se desenvolver nas ciências ecológicas e nas ciências da Terra;
- De um pensamento ecológico que, em vez de isolar o objeto de estudo, o considere em e por sua relação auto-eco-organizadora com seu ambiente – cultural, social, econômico, político, natural;
- De um pensamento que conceba a ecologia da ação e a dialética da ação e seja capaz de uma estratégia que permita modificar e, até mesmo, anular a ação empreendida;
- De um pensamento que reconheça seu inacabamento e negocie com a incerteza, sobretudo na ação, pois só a ação no incerto.

Morin (2011), enfatiza que para haver uma reforma de pensamento é necessário uma reforma do ensino (primário, secundário, universitário), que por sua vez, requer uma reforma de pensamento. Obviamente, a democratização do direito a pensar, requer uma revolução paradigmática que permitiria a um pensamento complexo reorganizar o saber e ligar os conhecimentos hoje compartimentados nas disciplinas. Isso implicaria uma revolução mental ainda mais considerável que a revolução copernicana.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor no livro Terra-Pátria traz significativas contribuições para pensar as questões ambientais. Pontua acerca dos limites da racionalidade moderna, a qual contribui para o pensamento dicotômico homem-natureza, o qual é visto como um ser superior e dominador da natureza. Tal percepção foi à base para coisificação da Terra e dissocia o natural de sua complexidade ecológica e o transforma em matéria-prima para a produção e maximização do capital o que desencadeou uma série de problemas ambientais, os quais colocam em risco a nossa sobrevivência na Terra.

A partir das reflexões do autor, pode-se inferir que a crise ambiental está ligada, antes mesmo de uma ação, a uma percepção de mundo. Quando essa percepção traz consigo a ideia antropocêntrica e limitada, ignorando as dinâmicas sutis de interação entre homem/ambiente, conduz-se a uma organização político-econômica que vai encontrar na natureza um limite. Deste modo, evidencia-se que a crise ecológica representa, essencialmente, uma crise do pensamento.

Morin (2011), afirma que esse homem deve reaprender a finitude terrestre e renunciar ao falso infinito da onipotência técnica, da onipotência de espírito, de sua própria aspiração à onipotência, para se descobrir diante do verdadeiro infinito que é inomeável e inconcebível. Seus poderes técnicos, seu pensamento, sua consciência devem, doravante, ser destinados, não a dominar, mas arrumar, melhorar e compreender. Nesse sentido, é necessário entender o planeta Terra como a nossa Terra-Pátria.

Em Morin (2011), verifica-se a possibilidade de ressignificação do ser no mundo, bem como, de uma apropriação sustentável da natureza, requer, fundamentalmente, a libertação dos indivíduos (como cidadãos) dos paradigmas condicionados da Ciência Moderna. Essa superação possibilitaria uma visão de mundo sistêmico-complexa, onde não se vis-

lumbra separação entre o ser humano e o ambiente que o cerca. Nesse sentido, além de uma reflexão profunda sobre a nossa identidade terrestre, o autor formula elementos importantes para uma construção da Epistemologia do pensamento complexo.

3 REFERÊNCIAS

LIRA, Talita de Melo. **Política ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia:** análise sociocultural e da organização política. Deutschland. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.



POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Talita de Melo Lira¹ Klilton Barbosa da Costa²

Recebido em: 17/02/2016; Aceito em: 28/05/2016.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa mestrado intitulada *Transformações no modus vivendi de Vila Darcy com a implementação da FLORESTA de Maués/AM*, apresentada ao Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS–UFAM). A pesquisa analisou as transformações socioculturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação da Floresta Estadual de Maués/AM. Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre a apropriação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; unidade de conservação; comunidade tradicional.

ABSTRACT

This paper presents the results of the research master's entitled *Transformations in Vila Darcy modus vivendi with the implementation of FOREST Maués/AM*, presented to (PPGSS-UFAM) Program Graduate Social Work and Sustainability in Amazonia. The research analyzed the socio-cultural and political transformations in the traditional way of life in coastal communities with the creation of the State Forest Maués/AM. In contemporary times has been growing and gaining centrality theoretical debates about the environmen-

1 Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Manaus, Amazonas, BRASIL. Avenida General Rodrigo Otávio, Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas (ICHL/UFAM) Japiim, E-mail: talita.mlira@gmail.com

2 Professor-Doutor dos Cursos de Licenciatura, Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade-Leste (FSDB-LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: kliltonb@gmail.com 3131-4100. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.

tal issue. Thus arose the need to reflect on the model of social and technical transformations and their implications on the appropriation of natural resources.

Keywords: Public Policy; conservation unit; traditional community.

I INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. A relação homem-natureza vem sendo construída, a partir de uma racionalidade capitalista, com base em uma visão economicista, na qual não há uma preocupação efetiva com a questão de sua finitude. Esta razão utilitarista dos recursos concebe a noção de desenvolvimento com base nas relações de dominação do homem pelo homem, e do homem sobre natureza (LIRA, 2014).

A partir da visibilidade e do aprofundamento das questões socioambientais, amplos setores da sociedade vem suscitando, de modo crescente, questionamentos e críticas, exigindo que sejam repensadas as bases da relação homem-natureza, configurada nos paradigmas desse modelo societário. Nesse sentido, o desafio histórico posto para a modernidade é se contrapor às tendências atuais de depredação dos recursos naturais, de modo a gerar formas alternativas de relacionamento entre sociedade-natureza para preservar a vida no planeta. Dentre as diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza, destacam-se a criação pelo Estado de áreas naturais protegidas, espaços estes considerados detentores de atributos ecológicos significativos.

A concepção moderna de áreas protegidas foi construída no século passado nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* (PARNA de *Yellowstone*) (1872). O modelo adotado por este parque foi resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (*wilderness*), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial (LIRA, 2014). Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países, visto que os países pioneiros na criação de unidades de conservação estabeleceram a tradição de que dentro das mesmas não poderia ter a presença da espécie humana. Porém, a situação encontrada nos países de terceiro mundo, como o Brasil, que há pouco mais de 1/4 de século criou suas áreas de preservação e conservação, obrigou a examinar com maior profundidade a relação entre o homem e o meio ambiente em tais áreas.

Estas questões apresentaram características peculiares em realidades como a Amazônia, onde as florestas são povoadas por grupos humanos, como os povos indígenas, extrativistas e ribeirinhos que dependem diretamente da apropriação e do uso da natureza, não só pela sobrevivência física, mas também, para sua identidade cultural e organização social.

I.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA CENA AMAZÔNICA

A Amazônia, desde a gênese do processo de colonização, vem sendo marcada por uma série de ciclos e interciclos históricos que a situam nos processos de prosperidade e crise econômica mundial. Essa região sofreu mudanças acentuadas com o processo de expansão e crise do capitalismo, o que incidiu, diretamente, sobre as populações, espaços e paisagens amazônicas (CHAVES, 2001).

Segundo Chaves (2001), dentre os processos que mais deixaram cicatrizes na paisagem e na vida local estão: a exploração das “drogas do sertão”, no período colonial; o processo de implantação da agricultura capitalista, em 1760, com o Marquês de Pombal; a vigência da economia de exportação da borracha, em 1890, com recrudescimento, em 1910 e o reaquecimento, durante a II Guerra Mundial; a criação da estrutura industrial eletroeletrônica, em 1970, com a Zona Franca de Manaus e a implantação dos grandes projetos.

O período colonial, conforme Souza (1977), foi marcado pela política de exploração das “drogas do sertão” e das populações que habitavam a região pelo sistema colonial. Conforme o autor, a partir deste período, ocorreram drásticas mudanças, tais como: a introdução de doenças exógenas e mortais as quais dizimaram grande parte da população indígena que habitava a região, a expropriação dessa população, bem como, sua escravização. Sob o olhar dos colonizadores, a Amazônia era vista, principalmente, como uma fonte de produtos exóticos que podiam tornar-se mercadoria e capital.

Na mesma linha de raciocínio, Silva (1996, p. 68), afirma que a razão político-administrativa do Estado português, do século XVIII ao século XIX, em terras amazônicas, desencadeou um processo de profundas mudanças, a partir da ocupação do espaço geográfico, da regularização das populações e dos povoamentos, do mapeamento das potencialidades econômicas e da laicização do poder. O trabalho desenvolvido por Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório, marcas do período pombalino na região, foram representativos deste esforço de racionalização administrativa.

Então, compreende-se que, neste período de grandes intervenções políticas na Amazônia, esta foi inventada, segundo o olhar etnocêntrico do português. Tal assertiva é confirmada no documento do Diretório, o qual propõe uma reforma dos costumes entre os indígenas (a base de organização familiar, societária, habitacional, religiosa), inspirada no modelo português. A invenção do outro ocorre conforme o valor de quem inventa (GONDIM, 1994; HOBBSAWM, 2002).

No entanto, tais reformas, segundo Silva (1996, p. 83), não eram apenas “um produto visionário de Pombal. Veio para ficar e, não sendo um plano a mais, prevaleceu”. No século XIX continuou, de modo vertiginoso, o esforço para a conquista do espaço amazônico, entrando, pelo século XX e culminando com a ampliação do Acre ao território brasileiro. Isto aconteceu nos marcos da exploração gomífera e do rápido aumento populacional por esta provocado.

Depois que o astrônomo Charles-Marie de La Condamine divulgou, em 1745, as propriedades da resina extraída da *Hevea brasiliensis* (*cahotchouc*) e possibilidades de uso na confecção de garrafas, botas, bolas e seringas, a borracha amazônica transforma-se em objeto de interesse, mercadoria no comércio internacional. O uso da borracha, em escala internacional, inicia-se com a exportação de sapatos para os Estados Unidos e, posteriormente, Europa. Mas, foi com o processo de vulcanização da borracha, desenvolvido por Charles Goodyear, em 1839, que o leite da seringa, matéria-prima da indústria pneumática, entrou nos processos de desenvolvimento, principalmente com o grande incremento

da velocidade de produção e comunicação no mercado mundial. Com isso, mobilizou o ingresso de técnicas, força de trabalho e processos de posse territorial (BARNES, 2006).

O primeiro período do ouro-negro, a borracha, no mercado internacional, foi de 1850 a 1870, quando houve o “boom” de seus preços e intensificou-se o processo de migração e povoamento não-indígena.

Reis, ao contextualizar esse período sócio-histórico na Amazônia, explicita que foi um processo intenso e “desordenado” (REIS, 1997, p. 42). Cunha (2001, p. 33) também apresentou uma análise semelhante: “Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o princípio, não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os ordinários resguardos administrativos” (grifo meu). O autor explicita, ainda, que o poder público intervinha para liberar-se da população de “famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas”, resultado das secas nordestinas expatriando-os para a Amazônia, para esquecê-la por completo: “Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial ou um médico” (CUNHA, 2001, p. 33-34).

Em consonância com Barnes (2006), os seringais, abertos a partir da década de 80, do século XIX, conformaram um sistema social e econômico baseado no monopólio da produção e distribuição da borracha pelos patrões, com a localização de migrantes nordestinos (que colocaram roças, casas e extraíram seringa nas matas), muitos destes atingidos pela grande seca de 1877, vindos para as terras amazônicas, em busca de utopias. Contudo, a idiosincrasia desse sistema socioeconômico e interétnico era a perpetuação da dívida e da exploração da força de trabalho, uma vez que o seringueiro jamais conseguia saldar as dívidas contraídas junto ao barracão. Tendo em vista os altos preços estipulados para as mercadorias, o pagamento da renda, acrescido dos baixos valores pagos aos seringueiros pela borracha, somando-se a isso, ainda, o fato de que o dono do barracão monopolizava o comércio das mercadorias e da borracha, verifica-se que a produção do trabalhador extrativista era sempre insuficiente para liquidar seus débitos com o patrão, gerando o regime de dependência e escravidão desse personagem da história amazônica.

Em consequência das migrações advindas desse processo, além da expansão demográfica crescente e a abertura para a agricultura, pecuária e mineração, ocorreram muitas tensões de ordem social, tais como: conflitos de terras, disputas de posses, invasões de áreas indígenas, além de problemas ecológicos, como: o desflorestamento. Benchimol (1992, p. 42) enfatiza que “[...] as migrações, muitas vezes, servem mais para transferir problemas de uma região para outra do que ensejar soluções permanentes e duradouras [...]”, como aconteceu na região amazônica.

No período entre 1890 e 1940, com o agravamento da crise no mercado mundial, a borracha entrou em crise. Rocha (1996, *apud* CHAVES, 2001), assevera que, na década de 30, com o início da Revolução Burguesa e enfrentando a crise da borracha, a Amazônia foi excluída dos esforços nacional de industrialização que se concentraram no Sudeste. Assim, no referido período, o setor foi severamente atingido, no entanto, a situação afetou, de maneira mais brutal, os trabalhadores extrativistas da borracha (CHAVES, 2001).

Conforme Barnes (2006), somente a partir da década de 40, a produção gomífera ganhou novo impulso, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, com o fechamento, pelos alemães e aliada, da produção da borracha vinda do sudeste asiático. Os EUA e aliados passaram a importar a borracha Amazônica. Neste contexto, foi criado, pelo Governo Federal, o Banco de Crédito da Amazônia (BCA), também conhecido como Banco

da Borracha, com o objetivo de garantir o financiamento das empresas seringueiras e monopolização da produção da borracha. Os recursos de capital advinham de vultosos recursos do governo dos Estados Unidos, respaldados pelo Acordo de Washington.

Com isso, o referido autor afirma que renasceu uma nova onda migratória de nordestinos, para a região. Desta vez apoiada não mais pelas casas-aviadoras, mas por um órgão governamental, o Serviço Especial de Trabalhadores da Amazônia (Semta), que passou a recrutar nordestinos para serem incorporados como mão-de-obra nos seringais. Nesse tempo, os seringueiros ficaram conhecidos no bordão nacionalista como soldados da borracha (GONÇALVES, 1991, p. 29-30, *apud* BARNES, 2006).

Na década de 50, iniciou-se a premissa desenvolvimentista, vista enquanto saga colonizadora. Segundo Benchimol (1992), nesta década surgiram as seguintes instituições: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM); Companhia de Eletricidade do Pará (CELPA); Banco do Estado do Amazonas (BEA); Banco do Estado do Pará (BEP) e outros Bancos dos Estados e Territórios; Companhia Militar da Amazônia (CMA), a qual teve papel decisivo na construção dos eixos rodoviários de integração nacional da década de 60.

Conforme Lira (2014), a partir de 1964 os militares, dentre um conjunto de atores nacionais e internacionais, implantaram vários programas de apoio ao avanço do capital nacional e internacional nas regiões amazônicas e com diferentes corpus ideológicos e tecno-burocráticos. Mas, dentre todos, se destacava em um *slogan* do desenvolvimento e integração da Amazônia, constituindo-se num mote para o avanço do Estado sobre suas terras e fronteiras. Nessa estratégia, a abertura de estradas e obras de infraestrutura levaram em diferentes momentos, com distintos financiadores e, até mesmo, organizações estaduais, à abertura de estradas como a Transamazônica, Perimetral Norte, BR-364, BR-163. Nesse processo, seguiram-se a constituição dos Projetos de Colonização e Reforma Agrária.

A marcha era para conectar a Região Amazônica e seus mercados ao Nordeste, Sudeste e o Sul do País. Logo em seguida, os militares formulam o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, também com objetivo de desenvolver socioeconomicamente a Região Amazônica, havendo a colonização das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

É importante destacar que é, exatamente neste momento de implementação dos grandes projetos, que se cristaliza uma política de criação de unidades de conservação da natureza/UC e terras indígenas/TI como exigência da contrapartida dos empréstimos internacionais contraídos com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e a *United States Agency for International Development/Usaid*.

Dentro de um amplo contexto de interesses relacionados aos empreendimentos e acordos internacionais, também se acordou a implementação de órgãos de ordenamento territorial (fundiário), de âmbito federal. Surgem, no cenário institucional do Estado brasileiro: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970; e a Secretaria Especial do Meio Ambiente–SEMA, em 1973. Além do Ministério do Interior–Minter e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social/BNDS.

Esses aparelhos administrativos do Estado ficaram encarregados de executar as políticas de desenvolvimento e conservação ambiental e seus reflexos na produção e re-

produção social e espacial dos capitais locais, nacionais e internacionais. E, para tanto, foram configurados com heranças de órgão extintos, como: a Sudhevea e outras agências governamentais.

O Estado brasileiro, após a Revolução de 1964, passou a implementar políticas fundiárias visando à reconquista dos “direitos dominiais” da União sobre o território nacional. Uma forma de retomada de domínio do Estado sobre as terras repassadas, anteriormente ao direito privado, com base na Lei de Terras, de 1850. Exemplo dessas novas estratégias são os atos e ações dirigidos à desapropriação para fins de Reforma Agrária, regularização de terras indígenas e criação de unidades de conservação (BARNES, 2006).

Barnes (2006) explicita que, no contexto dos intensos conflitos fundiários decorrentes das políticas de integração nacional e regional de desenvolvimento para a Amazônia (I PIN), o Incra foi criado, na década de 70, tendo como algumas de suas metas, administrar os conflitos sociais expostos, desde o movimento das ligas camponesas, decorrentes da penetração das frentes de expansão agropastoril sobre áreas da Amazônia. Contudo, os processos de criação de projetos de assentamento quase nunca tiveram resultados ou efeitos positivos, contribuindo para a ampliação do complexo quadro de conflitos sociais e ambientais em toda Região Amazônica.

O plano de desenvolvimento seguinte, POLAMAZÔNIA (de 1975 a 1979), destacou, mais claramente, a função da Amazônia, como fornecedora de matéria-prima. Foi planejada uma série de polos de desenvolvimento, sendo o maior o Programa Grande Carajás, através do qual foi criada, em pouco tempo, a maior área de extração de minério de ferro do Brasil. A matéria-prima serviria à geração de divisas. Em relação com este objetivo, às medidas para o desenvolvimento regional ficaram no segundo plano. Os programas de colonização foram reduzidos e a SUDAM e o BASA dirigiram novamente seus instrumentos de fomento para a pecuária empresarial e para os grandes projetos de extração de minério de ferro e bauxita, como também, para a produção de alumínio e celulose.

Nos anos 80, a SUDAM elaborou vários planos quinquenais para a Amazônia, porém, por causa da crise do endividamento, os recursos para sua implantação foram escassos. Por isso, os efeitos negativos das medidas de integração da política de desenvolvimento não podiam mais ser amenizados. As fazendas de gado no Leste e no Sul do Pará se expandiram, especialmente como investimento seguro na época da hiperinflação.

Contudo, segundo Chaves (2007), apesar de haver continuidade nas políticas de desenvolvimento, na década de 80, focalizou-se, também, nas questões de segurança nacional, por meio de crescente incorporação da questão ambiental ao discurso do governo, devido às pressões regionais e internacionais. Destaca-se, como ações desta década, a criação: Projeto Calha Norte, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Nossa Natureza, Programa Nacional do Meio Ambiente, Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7).

O PPG7 constitui-se como um exemplo das pressões internacionais no que concerne a questão ambiental na Amazônia. Este programa existe, desde 1992, iniciado e implementado por sugestão do G7, junto ao governo brasileiro. O objetivo do PPG7 é aumentar as oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais e reduzir as taxas de desmatamento, tal como afirma o GTZ:

Através deste programa, visa-se diminuir a destruição das florestas pluviais brasileiras e fortalecer o uso, ecologicamente sustentável, destas áreas de

floresta. Outros objetivos são a redução das emissões de CO² da Amazônia, a proteção da biodiversidade e a introdução de um novo modelo para a cooperação internacional a favor da solução de um problema ambiental global urgente. (GTZ, 2002 *apud* LIRA, 2014, p. 76).

Com isso, o PPG7 contribuiu para a implementação da convenção para a proteção do clima e da biodiversidade. Vale destacar que para alcançar os objetivos supracitados, foram criados vários subprogramas como, por exemplo, para a identificação e demarcação de áreas de povos indígenas e para o fortalecimento das instituições ambientais locais, a partir de uma cooperação estreita com as secretarias estaduais de meio ambiente, a procuradoria pública e movimentos sociais (LIRA, 2014).

Nos anos 90, em virtude do Plano Real de 1994, que conseguiu diminuir, de forma drástica, a inflação e melhorar as condições macroeconômicas para o investimento privado e público, os velhos planos da integração da Amazônia foram reativados e integrados nos planos nacionais de desenvolvimento, tais como: Brasil em Ação (1994 a 1998) e Avança Brasil (1998 a 2002).

A partir de 2003, o governo Luís Inácio Lula da Silva apresentou o novo plano de desenvolvimento para os anos 2004 a 2007, denominado Brasil para todos. Este plano representa uma clara continuidade dos planos anteriores e focaliza, nitidamente, os grandes projetos de infraestrutura. Os pontos principais deste plano são a construção de linhas de transmissão e hidrelétricas para assegurar o fornecimento de energia no nível nacional e a amplificação da infraestrutura para o cultivo da soja para gerar divisas.

Dentre os resultados principais dessas políticas de integração da Amazônia destaca-se: 1) o aumento dramático da população amazônica, de 5 milhões, em 1960, para 21 milhões, em 2000, que incidiu, diretamente, no agravamento da Questão Social e todas as dimensões inerentes a esta; 2) o desmatamento da Floresta Amazônica que, somente na década de 80, cerca de 10% da área original da floresta primária foi desmatada, tendo como causa principal as intervenções estatais (incentivos fiscais para fazendas de gado, programas públicos de colonização e amplificação da infraestrutura) (LIRA, 2014).

Diante deste quadro, Chaves (2001), preconiza que no bojo deste processo, o papel do Estado na região, representado pela concretização das políticas públicas, apresenta práticas que variam entre a “ausência”, que implica na negação de direitos, e a “presença” que ordena o processo de ocupação histórica e patrocina o confronto entre a lógica do capital e a das populações locais. Esse processo amplia a pauperização e exclusão das comunidades tradicionais em razão da precariedade ou carência de serviços sociais para atender suas necessidades e interesses.

Segundo a mesma autora, os segmentos sociais que habitam a Região Amazônica e que vivenciaram e vivenciam os determinantes postos pelas políticas públicas, adotam posições diversas mediante o processo de desenvolvimento que variam, desde a adaptação passiva, até a constituição de movimentos de resistência, que expressam a luta de autoproteção e/ou a tentativa de avançar na conquista de direitos sociais e políticos por acesso a bens e serviços sociais.

Vianna (2001), ao analisar os impactos socioambientais da política de integração nacional, explicita que tal política mudou, radicalmente, a cena da Amazônia nas esferas econômica, social, demográfica, cultural e ambiental. Conforme o autor, ao final das ações empreendidas na Amazônia, com intuito de integrar, o que se conseguiu foi colocar, na agenda pública nacional e internacional, o questionamento sobre a sobrevivência do grande bioma amazônico.

As políticas públicas avançaram sobre a Região Amazônica como a última fronteira a ser desbravada, delimitando-a, detalhando-a, conquistando-a. Ainda, é importante frisar que no contexto contemporâneo, no qual a premissa ideológica da sustentabilidade tem ganhado força, principalmente a partir da Eco-92, a Amazônia vem sendo preparada para ocupar um papel de destaque no século XXI no cenário mundial, na área ambiental, e tem-se repensado as políticas de integração para região (LIRA, 2014).

O agravamento da questão ambiental na Amazônia, decorrente da ação antrópica, traz à tona preocupações quanto à relação sociedade e natureza, o que nos remete para necessidade de um questionamento do modelo atual de uso e gestão dos recursos naturais, com vistas ao desenvolvimento econômico. Dentre as alternativas pensadas para amenizar os impactos ambientais decorrentes do processo histórico de ocupação da região, destaca-se a criação de unidades de conservação, uma vez que as preocupações estão voltadas, prioritariamente, para a preservação e conservação das florestas úmidas, com a criação de regulação, instrumentos e estratégias para atender aos interesses e necessidades do capital, sem considerar, contudo, as populações e o meio ambiente em sua totalidade.

A partir da década de 90, a implantação das UC passou a figurar como importantes instrumentos de política de gestão territorial para compensação de usos ambientais industriais, extrativistas e agrícolas. Com isso, novos instrumentos de navegação, identificação e mapeamento, baseados em dados de radar, entre outras técnicas de sensoriamento remoto, passam a ser utilizados em projetos de ocupação territorial do Estado, como o Projeto RadamBrasil, criado para mapear e identificar os recursos naturais e as áreas a serem preservadas. Dentre os Estados que compõem a Amazônia, o Amazonas tem se destacado na implantação de políticas ambientais, principalmente na criação de unidades de conservação.

2 A CONFIGURAÇÃO ATUAL DA POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas é o maior Estado do Brasil, com mais 155 milhões de hectares de território, possui uma tríplice fronteira internacional (Peru, Colômbia e Venezuela) e limita-se também com cinco outros Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima). Possui uma área total de 1.570.745,680 km², o que representa em torno de 24% da área de todo o bioma amazônico, cuja representatividade é maior que a de alguns países como Peru (10%) e Colômbia (7%) (SDS, 2009).

As políticas ambientais no Estado do Amazonas estão sob gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) que, até 2007, atuava em articulação com a SEAGA, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a AFLORAM.

A partir de 2007 a Gestão das Políticas Ambientais, no Estado do Amazonas, passaram por muitas transformações, a AFLORAM foi extinta, e a SDS passou a ter uma melhor articulação com outras secretarias estaduais, bem como, outras autarquias como IPAAM, a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e com os conselhos: Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Conselho

Estadual de Geodiversidade do Amazonas. Em 2007, também foi criado o Centro Estadual de Unidade de Conservação, criado com objetivo de fazer uma melhor gestão das Unidades de Conservação criadas no Estado do Amazonas, uma vez que a grande maioria das UCs, criadas até 2007, ainda não possuíam Plano de Gestão elaborados e aprovados.

Um dos principais avanços da política ambiental no Estado, segundo a gestora de FLORESTA de Maués, foi à criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), instituído pela Lei Complementar 53 de 2007, o qual gerencia, atualmente, 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, sendo nove de proteção integral (3.610.513,13 ha) e 32 de uso sustentável (15.396.519,49 ha). Segundo com Jenkins e Joppa (2009) as unidades de conservação no Amazonas representam 11,6% do total de áreas protegidas criadas no mundo no período 2002-2009 (LIRA, 2014).

Segundo informações dos gestores da Política Ambiental no Amazonas, nos últimos nove anos a criação das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, foi pautada obrigatoriamente, pelos estudos técnicos e de consulta pública, que permitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados e as categorias mais apropriadas para as Unidades, porém esses processos só foram desencadeados, a partir da manifestação expressa pelas populações locais. Contudo, o que se observa, na prática, é a criação de várias unidades de conservação de “cima para baixo”, sem a consulta prévia das comunidades, sendo estas comunicadas depois do decreto já assinado, demonstrando um profundo desrespeito com essas populações. Segundo a própria gestora da política ambiental, “tiveram UCs com 18 anos de criação e nunca foram dados passos para se criar a parte documental que é o Plano de Gestão, o qual dá um norte para as ações executadas dentro das UCs” (Gestora da FLORESTA de Maués, 2011).

A Floresta Estadual é uma das seis categorias de unidades de conservação públicas que integram o grupo das unidades de uso sustentável. O objetivo básico de uma Floresta Estadual é a “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (Lei 9.985/2000 que institui o SNUC e Lei Complementar 53/2007 que institui o SEUC). A criação de UC do tipo Floresta Estadual ocorreu ao longo dos anos de 2003, 2005 e 2009, resumindo oito Florestas no Amazonas (AMAZONAS, 2009), dentre as quais se destaca a FLORESTA de Maués, a primeira UC criada nesta categoria.

A FLORESTA de Maués foi criada pelo Decreto Estadual n. 23.540 de 19 de julho de 2003, com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como, o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes (AMAZONAS, 2003). A FLORESTA de Maués legitima seu nome do próprio município onde está situada. A mesma localiza-se no médio Amazonas, que dista da capital, Manaus, cerca de 270 km, em linha reta, e 356 km, por via fluvial. A partir da sede, é possível acessar a UC, utilizando-se de uma voadeira ou barco regional que navegam pelos principais rios (Parauari, Apocuitaua, Paraná do Urariá e Paraconi) que banham a UC. A Floresta Estadual de Maués possui 32 comunidades ribeirinhas, sendo 23 comunidades residentes e nove comunidades no entorno, divididas em três bacias hidrográficas distintas: Rio Parauari, Rio Apocuitaua (Rio Pacoval, Rio Cicantá, Igarapé do Canela), Rio Paraconi (Paraná Urariá, Lago Grande do Elias). O CEUC (2010) identificou a existência de 952 famílias, entre moradoras e usuárias da Floresta Estadual

de Maués. Destas, 574 famílias residem no interior da Unidade de Conservação e, 378, na área do entorno. Cabe ressaltar, ainda, que 604 famílias de 22 comunidades do interior e do entorno são beneficiadas pelo Programa Bolsa Floresta.

A FLORESTA de Maués foi criada via decreto por decisão do poder público sem uma consulta prévia às comunidades que estão na área delimitada pela UC. As comunidades que estão no interior e no entorno da UC foram informadas somente no momento de elaboração da 1ª versão do Plano de Gestão sendo estas notificadas que, a partir daquele momento, precisavam seguir uma série de regras instituídas pelo órgão gestor da FLORESTA, bem como, receberiam uma série de benefícios compensatórios, como teriam acesso aos benefícios inerentes ao Programa Bolsa Floresta.

2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS: FORMAS DE ADAPTAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Desde o processo de colonização, foi difundida a ideologia que os povos que habitavam a Amazônia eram “selvagens” e “atrasados”. Tal visão levou a cristalização de uma série de estereótipos que, ainda hoje, está presente no imaginário da sociedade moderna. Essa visão distorcida, por sua vez, é responsável pela exclusão das comunidades tradicionais do processo de elaboração de políticas públicas, especialmente daquelas que dizem respeito a sua existência (LIRA, 2014).

Chaves (2001; 2011), explicita que as comunidades tradicionais que habitam a hinterlândia são vistas como inoperantes desprovidos de recursos (conhecimentos técnicos e competência política) para superar as situações adversas que enfrentam, mesmo aquelas que se vinculam às peculiaridades regionais.

Na mesma linha de pensamento, Teixeira (1998), explicita que o conjunto de estereótipos que recaem sobre a região, como o do clima “inóspito”, do “isolamento”, do “vazio”, da ausência de *know-how*, são absorvidos pela população amazônica e conduz a perda da autoestima e do orgulho da identidade. Castro (1997) acrescenta que os preconceitos advindos do processo de colonização fazem com que a sociedade moderna veja as práticas tradicionais como improdutivas, quando na realidade, o seu rico saber é fruto de uma permanente observação e pesquisa dos recursos naturais.

Entende-se que as comunidades tradicionais amazônicas, por habitarem a região, há várias gerações, e estabelecerem uma relação de sinergia com a natureza, devem ter direitos sobre seu uso e, por conseguinte, devem participar diretamente das políticas ambientais (LIRA, 2014).

Contudo, até a década de 80, as comunidades tradicionais foram alijadas do processo de criação das UCs, no Brasil. Conforme explicita Quaresma (2003), essas comunidades foram excluídas de áreas que habitavam ou cercaram-lhes as atividades que, anteriormente, lhes garantiam a reprodução social, impondo-lhes transformações que inviabilizaram a continuidade do modo de vida tradicional e provocaram inúmeros embates entre seus membros e o Poder Público.

A política ambiental brasileira, com a criação de UCs, causou um grande impacto sobre o modo de vida de comunidades tradicionais, uma vez que se importou o modelo de PARNA americanos, nos quais a presença humana era incompatível, o que estabelecia uma dicotomia entre áreas protegidas e os seres humanos (DIEGUES, 2001). A

inadequação da transposição desse modelo para a realidade brasileira fez com que as políticas ambientais passassem a ser questionadas, haja vista a existência de um número significativo de moradores que desempenhavam um papel importante na conservação dos recursos locais.

Além disso, a partir da década de 80, as comunidades tradicionais começaram a se organizar politicamente, questionando sua expulsão de áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como principal fonte de reprodução social. Segundo Diegues (2001), essas resistências são fruto da reorganização da sociedade civil brasileira por meio dos seguintes elementos: 1) os movimentos sociais; 2) o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo e, 3) a emergência e proliferação de ONG, no âmbito nacional e internacional; 4) o reconhecimento, em âmbito internacional, da importância dessas comunidades para a conservação ambiental.

Um exemplo desse reconhecimento internacional é o documento programático da UICN, PNUMA e WWF, no qual “povos indígenas” aparecem no capítulo intitulado *Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente*. Neste, as comunidades são caracterizadas como:

[...] culturalmente diferentes, com direitos à terra e outros direitos baseados no uso e na ocupação histórica. Suas culturas, economias e identidades estão inextricavelmente ligadas às suas terras e recursos tradicionais. [...] Além disso, os índios transmitem, às suas comunidades nativas, uma percepção deles próprios como uma continuidade inegável de seu passado e como uma extensão do mundo da natureza (UICN, PNUMA & WWF, 1991, p. 67).

Esse mesmo documento aponta recomendações para o reconhecimento dessas comunidades: (i) “reconhecer os direitos aborígenes dos povos indígenas às suas terras e recursos”, incluindo a administração dos mesmos e a “participação efetiva na tomada de decisões que afetem seus recursos e terras”; (ii) “assegurar que o prazo, o ritmo e a forma de desenvolvimento minimizem os impactos danosos ao meio ambiente, sociedade ou cultura dos povos indígenas, e que estes tenham uma parcela equitativa dos lucros”; e (iii) assegurar a cooperação da parte de legisladores, planejadores, cientistas e administradores, para com os povos indígenas, “num esforço conjunto para a administração de recursos e desenvolvimento econômico”.

Este documento trouxe vários avanços políticos para o reconhecimento das comunidades indígenas, uma vez que considerou a cultura indígena como um elemento importante para conservação ambiental e participação desses agentes sociais na tomada de decisões. Tal entendimento norteou várias análises e políticas públicas, até a década de 90. Contudo, até a referida década, esse reconhecimento se restringia aos povos indígenas e, somente a partir dos anos 2000, essa discussão se ampliou para as comunidades tradicionais não-indígenas e ganhou legitimidade no Brasil, a partir do Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais a qual, no Art 3, define:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tendo por base essa assertiva, reafirma-se o entendimento que os ribeirinhos constituem comunidades tradicionais, uma vez que o próprio movimento dos ribeirinhos se auto-reconhece desta forma, caracterizando um processo de empoderamento, tendo em vista que possuem uma relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam.

A emergência do movimento deste segmento ocorreu em cocomitância com vários movimentos sociais com a bandeira socioambiental, não por acaso, mas como resultado de uma articulação que resultou em uma aliança de forças, a qual propiciou uma visibilidade nacional e internacional. Dentre os principais movimentos sociais que surgiram nesta década, destacam-se: o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores–MONAPE, Movimento dos Pescadores do Pará–MOPEPA e Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas – MOPEBAM), Movimento de Ribeirinhos e os Movimentos Indígenas.

Dentre os movimentos sociais que surgiram nesse período, destaca-se, como expoente, o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) que, ainda na década de 80, iniciou a luta por reservas extrativistas como forma mais adequada de garantir, para a Amazônia, uma atividade econômica que respeite a floresta e não expulse sua população (seringueiros, coletores de castanhas, indígenas, ribeirinhos).

O CNS tornou-se um agente relevante por meio da liderança de Chico Mendes, um dos primeiros dirigentes a fazer a denúncia sobre a situação de pobreza da população amazônica e a violência dos fazendeiros, propondo soluções alternativas de manejo florestal sustentável. A capacidade de articulação e de resistência cultural e política dos seringueiros na defesa da permanência dos seringais nativos, tornou-se um marco na história dos movimentos sociais, associados ao meio ambiente. Após o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre, as propostas de reservas extrativistas ganham repercussão internacional. Face à repercussão deste ato de barbárie cometido contra os seringueiros, ainda em 1989, o governo elaborou um decreto de criação da primeira reserva extrativista no Acre (ALMEIDA, 2008).

Segundo Almeida (2008), a partir da atuação desses movimentos sociais houve um redirecionamento e, em alguns casos, a ruptura com as formas de pensamentos vigentes sobre a região, até então tratada, apenas, como um quadro natural, depositária de paisagens exuberantes e espécies de animais exóticos.

Esta nova forma de ver a Amazônia, segundo Almeida (2008), trouxe, em seu bojo, a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos, também, por relações sociais e está repleta de antagonismos, como um campo de lutas, em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais, levando a uma politização do saber sobre a natureza e por extensão a uma politização da própria natureza.

Desta forma, de acordo com Almeida (2008), a questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas, como uma construção coletiva vinculada ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras-de-coco-de-babaçu, pescadores, entre outros. À medida que as disputas por territórios e pelo uso dos recursos naturais foram

aguçando-se, a atuação e abrangência desses movimentos sociais foram, paulatinamente, ganhando corpo, redesenhando a sociedade civil na Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder, principalmente no Estado do Amazonas.

Assim, observa-se, empiricamente que, cada vez mais, essas comunidades tradicionais buscam participar das decisões que envolvem seus interesses, bem como, criar canais de comunicação com o Poder Público. A esse respeito à gestora da Floresta de Maués explicita que:

[...] até pouco tempo não existia a participação da população, do ribeirinho. Tudo vinha de cima para baixo. Hoje não! Já existe esse diálogo com a população ribeirinha, deles falarem o que eles querem e de ter esse entendimento do que, realmente, essa política ambiental, qual a diferença que isso vai fazer na vida deles e o que eles têm que fazer para que essa política funcione (LIRA, 2014, p. 85).

É evidenciado, pela gestora, no contexto contemporâneo, a existência de um diálogo entre gestores da política ambiental e comunidades tradicionais ribeirinhas que, até pouco tempo, não existia. Observa-se, também, na referida citação, uma crescente tomada de consciência e participação no processo de elaboração e implementação de políticas ambientais, o que tem aumentado o poder de barganha junto ao Estado.

A utilização do conceito de comunidades tradicionais justifica-se, tendo em vista que o mesmo oferece um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis utilizadas por variados grupos sociais (LIRA, 2014).

A incorporação do conceito em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como: a Constituição de 1988 e diversas leis, refletem essa sua atual dimensão política. Nesse sentido, acredita-se que são razões suficientes para utilizar o conceito dentro das Ciências Sociais Aplicadas.

O conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais o qual, juntamente com o conceito de sociedade, constituem as unidades mais complexas na Sociologia. Elas congregam agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. Weber (1994), ao analisar o conceito de ação social, analisa detidamente os significados de “relação social”. O autor explica como uma relação social denomina-se “relação comunitária” e quando se denomina “relação associativa”.

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social—no caso particular ou em média ou no tipo puro—repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar, especialmente, (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então, a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte (WEBER, 1994, p. 25).

Esta afirmação de Weber endossa a característica inerente a toda relação social que é a tensão entre valores e ideias opostos que se cruzam e dão a base para a constituição do *ethos* e *da visão de mundo* de determinado grupo social.

Tonnies (1947) formulou uma teoria que distinguia dois tipos de relações ou dicotomias sociais, quais sejam: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*—frequentemente traduzidas como comunidade e sociedade. Para Tonnies *Gemeinschaft*, seria a sociedade pré-capitalista, a qual seria homogênea com conformidade social, como norma, e teriam relacionamento local, coeso, duradouro, íntimo e face a face. Por outro lado, *Gesellschaft*, seria a sociedade industrial urbana, a qual se refere à larga escala impessoal e de prudentes relações que tendem a serem fracas e baseadas na não-afinidade. As dicotomias da relação social são tipos ideais e Tonnies sugeriu que ambas podem coexistir nas áreas urbanas e rurais. Entretanto, *Gemeinschaft*, foi mais aceita em relação às áreas rurais.

Para Tonnies (1947), a comunidade é diferente da sociedade. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a “vida real e orgânica” que liga os seres humanos fazendo-os se afirmarem reciprocamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. “Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade” (1947, p. 35). Gusfield (1975), ao analisar o conceito de comunidade, distinguiu dois usos principais, os quais podem ser, assim descritos: a) uso no sentido territorial e b) uso no sentido relacional. O autor focaliza pontos de qualidade ou de caráter dos relacionamentos sociais, sem referência à localização. Estas noções são mais bem compreendidas, segundo Gusfield, quando vistas como elas são, de fato, usadas, por meio de sua história social.

Gusfield (1975) escolhe, para sua ênfase, o uso relacional de comunidade. Para ele trata-se de um instrumento analítico básico para análise das mudanças sociais em sociedades ocidentais e nas “novas nações”. Tendo por base os objetivos do estudo, tomam-se como referência os estudos de Gusfield, por entender que este autor fornece a melhor ferramenta analítica para se analisar uma comunidade tradicional ribeirinha.

Tendo por base os autores supracitados, parte-se do entendimento que as comunidades tradicionais, na Amazônia, possuem “um modelo particular de gestão dos recursos naturais e de organização social” (CHAVES, 2001, p. 77), assim sendo, a comunidade se constitui “num espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade” (CHAVES, 2001, p. 77). Portanto, a comunidade é o espaço aonde se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais o que evidencia o importante papel da cultura.

A discussão sobre cultura possui uma centralidade nos estudos antropológicos. Tal assunto tem se mostrado inesgotável, uma vez que tem sido alvo constante de estudos científicos nos últimos 100 anos, razão esta que justifica as inúmeras bibliografias que visam aprofundar o conceito. Segundo Laraia (1999), o conceito de cultura foi definido, primeiramente, por Tylor, no final do século XVIII, o qual o autor se utilizou do vocábulo germânico *Kultur* (utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade) e a palavra francesa *Civilization* (referia-se às realizações materiais de um povo) para sintetizar o vocábulo inglês *Culture* que, “tomado em um amplo sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1971 *apud* LARAIA, 1999, p. 25). Laraia (1999) explicita, ainda, que

a definição de cultura, formulada por Tylor, abrangeu em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Boas (1896 *apud* LARAIA, 1999) acresceu um elemento importante para a ampliação do conceito de cultura que são as *investigações históricas*. Em conformidade com este autor, cada cultura segue os seus próprios caminhos, em função dos diferentes eventos históricos que enfrenta. Nesse sentido, Laraia (1999, p. 46) explicita que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estas não são, pois, o produto de uma ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Geertz (1989) analisa a cultura como sistemas simbólicos, a qual considera não como um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programas) para governar o comportamento. Assim, para Geertz (1989), todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa e, este programa, é o que chamamos de cultura. Tal afirmativa permitiu ao autor a constatação de que todo ser humano nasce com um equipamento para viver mil vidas, mas termina vivendo apenas uma só.

Para Geertz (1989), o homem pode ser visto e entendido como ser simbólico. Desse modo, o comportamento humano, também, aparece como ação simbólica. Para o autor, os códigos peculiares e específicos que regem as ações de determinados grupos e/ou comunidades, as interpretações e leituras da natureza desenvolvidas por estas populações, podem não ser decifráveis por outros grupos ou pela própria sociedade em geral. Daí, a necessidade da busca do significado, da explicação ou da compreensão, de determinadas expressões sociais, a princípio enigmáticas em sua superfície. Na mesma linha de pensamento, Ruth Benedict (*apud* LARAIA, 1999) contribui com a discussão afirmando que a cultura é comparada a uma lente por meio da qual o homem pode ver o mundo. Para a autora, homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desconstruídas das coisas.

Assim, tendo por base a discussão dos autores, parte-se do entendimento de que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, as diferentes relações sociais e mesmo posturas comportamentais e corporais são produto de um patrimônio cultural, resultado da operação de uma determinada cultura. Entende-se a necessidade de se analisar a cultura das comunidades tradicionais da Amazônia, tendo em vista que estas possuem um sistema cultural que não dissocia o homem da natureza, o que permite o manejo do ambiente sem a degradação dos recursos naturais, possibilitando uma gestão sustentável dos recursos naturais a partir do *etnoconhecimento*.

No que concerne à cultura das comunidades amazônicas, Morán (1990 *apud* CHAVES, 2001), afirma que esta representa a síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediada pela relação dos homens entre si, bem como, por suas inter-relações com a natureza. Neste caso, as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura.

Para compreender as formas de uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais, interessa, não só, conhecer as classificações e as taxonomias que refletem o saber florístico e faunístico, mas todo um sistema de crenças e saberes, de mitos e ritos, que conformam o modo de vida, a partir da percepção e aproveitamento dos recursos, pois estas formas de significação estão, intimamente, relacionadas com a organização cultural. Sobre a importância da cultura dos povos tradicionais para a conservação da biodiversidade, Posey argumenta que:

[...] os povos tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas) possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica que está, atualmente, sendo destruída [...]. Os povos tradicionais, em geral, afirmam que, para eles, a 'natureza' não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ela é (POSEY, 1987, p. 149-150).

Segundo Leff (2000), estas *práticas autóctones* de manejo dos recursos continuam reproduzindo-se em diferentes espaços étnicos e geográficos como verdadeiras estratégias de sobrevivência cultural e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, no ambiente das comunidades tradicionais, pode-se identificar o forte componente cultural, onde os homens constroem suas representações simbólicas, seus mapas cognitivos que orientam suas ações. Tais representações se constituem, enquanto meios pelos quais os homens, no estabelecimento de suas relações, reinventam seu mundo, reforçam ou transformam os mundos de seus antepassados (GEERTZ, 1989).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que no Amazonas, as políticas na área ambiental tiveram grandes avanços, nos últimos anos, contudo, percebe-se que grandes desafios permanecem, como pensar alternativas de construção de uma política de desenvolvimento viável, incorporando as demandas das comunidades tradicionais existentes na região. A Floresta Estadual de Maués, foi criada em 2003, via decreto do Estado, sem uma participação efetiva das comunidades ribeirinhas que estão no interior da referida FLORESTA.

No caso específico da comunidade Vila Darcy, contatou-se que vem passando por várias transformações. Tais transformações não decorrem, tão somente, do processo de implementação da FLORESTA de Maués, mas de um conjunto de fatores, tanto externos, quanto internos a própria comunidade, uma vez que as mudanças são inerentes a cada cultura. Todavia, reafirma-se, que a implementação da referida Unidade de Conservação foi um agente externo que gerou mais impacto sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos, principalmente, no que diz respeito à limitação das áreas de utilização dos recursos naturais, em que os ribeirinhos são restringidos em suas atividades habituais como: caça, a coleta, a pesca e a agricultura, o que gerou impactos na relação tradicional desses povos com a natureza, tanto no plano material, quanto no imaginário e simbólico.

Em relação às mudanças ocorridas no âmbito da organização política, destaca-se a redução considerável do número de associações comunitárias. Analisa-se que a implementação da FLORESTA de Maués foi a responsável pela redução desses grupos, uma vez que o Conselho Gestor só reconhece as organizações que estão formalmente organizadas,

e a comunidade interpretou que não haveria razão para a organização de tantos grupos, sendo que somente um é reconhecido (ASPAFEMP), por isso que todos os produtores rurais entrevistados em Vila Darcy são associados à ASPAFEMP.

No que diz respeito à gestão da Floresta Estadual de Maués, verifica-se, uma ambivalência de atuação, qual seja: de um lado, reconhece-se os direitos das comunidades tradicionais locais à autodeterminação social, econômica, cultural e espiritual, efetuam-se consultas para obter consentimento ou acordo dos mesmos e asseguram-se sua participação no Conselho Gestor; e, de outro, verifica-se que o empenho em conhecer melhor as comunidades é para poder convencê-las, persuadi-las, mudar o seu modo de produzir e viver para que evoluam, subordinando e instrumentalizando seus sistemas de manejo ao interesse prático de administrar a UC, fazendo-os aceitar uma agenda que em boa parte não atendem às necessidades dos comunitários. Esta ambivalência reflete a ambiguidade intrínseca às políticas públicas.

Ao tomar por referência os resultados da pesquisa e, ainda, com o reforço de outros estudos (CHAVES, 2007; 2001), entende-se que o desenvolvimento com sustentabilidade para os povos da região requer a implementação de um conjunto de medidas de cunho político-institucional e de caráter prático, que possam possibilitar uma melhor gestão das UC's, tais como: 1) a democratização do acesso aos fóruns de tomada de decisão para superação do processo de exclusão à participação a que estão relegadas as comunidades ribeirinhas; 2) a criação de alternativas econômicas viáveis e compatíveis com a realidade regional; 3) a constituição de políticas públicas integradas que possam promover a distribuição equitativa de recursos e renda para combater a pobreza e atender às necessidades humanas básicas; 4) o incentivo à participação da população na tarefa de propor e trabalhar na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Tendo por base a concepção de Chaves (2007), entende-se que o desenvolvimento, ecologicamente viável, só é possível, quando, socialmente, justo. No caso das populações tradicionais que vivem na Amazônia, identifica-se a necessidade de ampliar os estudos que privilegiem a busca pelo conhecimento do *modus vivendi* desses povos e que as interpretações possam resultar na implementação de políticas públicas, visando à sustentabilidade socioambiental, respeitando o direito dessas populações de permanecerem em seus territórios com autonomia sociocultural e política no âmbito das UC's.

4 REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). **Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. Manaus:** Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

AMAZONAS (Estado). **Lei Complementar n. 53, de 05 de junho de 2007.** Governo do Estado do Amazonas. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 05 de jun. de 2007.

AMAZONAS (Estado). **Decreto n. 23.540, de 19 de julho de 2003.** Cria e delimita a Floresta Estadual de Maués localizada no município de Maués no Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 21 de julho de 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. v. 1. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BARNES, Eduardo Vieira. **O conselho do parque nacional da serra do divisor: rituais políticos, (sobre)posições e representações territoriais**. 2006. Dissertação de Mestrado, UNB/Programa de Pós-Graduação e Antropologia, Brasília.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BRASIL. **Decreto n. 6040**. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 de fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº. 9.985 de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 de mai. 2014.

CASTRO, Edna (Org). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: _____ **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA-NAEA), 1997.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. **Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca**. In: _____ **O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca**. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP/CIRED), Campinas, São Paulo.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas. Downloads/Shapes/Unidades de Conservação Estaduais. 2009. Disponível em: <<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/downloads/category/2009>>. Acesso em: 10 de fev. 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GUSFIELD, Joseph. **The community: a critical response**. New York: Harper Colophon, 1975.
- IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the Earth: a strategy for sustainable living**, Gland, Switzerland, 1991.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LIRA, Talita de Melo. **Política ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia: análise sociocultural e da organização política**. Deutschland. Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- POSEY, D. **Manejo de floresta secundário: capoeiras, campos e cerrados (Kayapo)**. In: RIBEIRO, B. (Org). Suma etnológica brasileiro. v. I. Petrópolis:Vozes, 1987.
- QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá**. Belém: NAEA, 2003.
- REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Portaria SDS n. 002, de 12 de janeiro de 2010. Aprova a criação do Conselho Consultivo da FLORESTA de Maués. 2010a. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 26 de jan. de 2010.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas (EDUA), 1996.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- UICN. Guidelines Protected Area Management Categories. Gland: UICN, 1991.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XIX. n. 56. Cortez, Março, 1998.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires, Editorial Losada, 1947.

VIANA, Gilney; SILVA, Mariana; DINIZ, Nilo (Org.). Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, Gilney. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.



SEGURANÇA HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

Weener Moreira Firmiano¹ Dorinethe dos Santos Bentes²

Recebido em: 03/01/2016; Aceito em: 30/05/2016.

RESUMO

Um ambiente de trabalho sadio proporciona a manutenção da saúde do trabalhador, por sua vez, um ambiente de trabalho agressivo gera o surgimento de doenças profissionais, acidentes de trabalho e, conseqüentemente, perda da capacidade produtiva deste trabalhador. Este artigo tem por finalidade fazer uma revisão da literatura destacando a importância da higiene e segurança do trabalho, causas e conseqüências dos acidentes de trabalho e a importância da qualidade de vida dos colaboradores nas organizações, descobrindo assim, se programas de segurança higiene e medicina do trabalho são apenas custos para empresas ou podem ser entendidos como benefícios. O método utilizado foi o dedutivo. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva e explicativa, e quanto à natureza, qualitativa. Já quanto aos meios, a pesquisa foi documental. Programas de segurança, higiene e medicina do trabalho apresentam-se irrefutavelmente como benefícios para as empresas. O ônus para as organizações que não dão a devida importância às questões de segurança, higiene e medicina do trabalho podem ser grandes, por acarretar em diminuição de mão-de-obra ativa e produtiva e ter que arcar com custos financeiros durante o afastamento. Além disso, o desgaste para o trabalhador pode ser irreparável. Tratar da saúde do trabalhador, visando a Segurança, a Higiene e a Medicina do Trabalho, é mais que uma obrigação legal ou custo para as empresas, é uma forma inteligente de preservar seus interesses financeiros evitando a queda da produtividade, evidenciando assim, ser um investimento plausível.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho; higiene; segurança.

¹ Graduado em Administração de Empresas e Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas. CRA AM I-10586. E-mail: weener-weener@hotmail.com. Tel.: (92) 99190-2410

² Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas e do Curso de Pós-Graduação da Faculdade Dom Bosco. Mestra em História, Especialista em Direito Ambiental e Especialista em História social da Amazônia. E-mail: dorinethebentes@gmail.com. Tel.: (92) 99126-1534.

ABSTRACT

A healthy work environment provides health maintenance of the workers, on the other hand, an aggressive work environment brings the arising of labor diseases, labor accidents and consequently the loss of productive capacity of the workers. Therefore, the purpose of this article is to make a literature review by highlighting the importance of hygiene and security in labor environment, as well as the causes and consequences of the labor accidents and the importance of life quality of the employees in the organizations, in order to find out if programs such as hygiene security and labor medicine mean only expenses for the companies or if they are considered benefits. The method used was the deductive one. As to the purposes, the search was descriptive and explicative, as to its nature, qualitative. But the means used to make the search, was the documentary one. Security, hygiene and occupational health programs are presented as irrefutable benefits to the companies. The burden for organizations that not give due importance to the matters of safety, hygiene and occupational health can be great, for result in reduction of hand labor active and productive besides having to bear the financial costs during removal. Moreover, the wearing of the workers might be irreparable. Treating the workers' health, aiming for their Safety, Hygiene and Occupational Medicine, is more than a legal obligation or cost to companies, it's a smart way to preserve their financial interests avoiding a drop in productivity, thus showing, to be a plausible investment.

Keywords: Quality of life at work; hygiene; security.

I INTRODUÇÃO

As empresas hodiernas estão, cada vez mais, incorporando, sistematicamente, novos modos de administrar seus recursos humanos, buscando dar nova formulação à maneira como se relacionam com seus colaboradores na pretensão de melhorar continuamente o processo produtivo, estimulando a motivação e a coparticipação nos desafios de competitividade empresarial. Porém, associados a estas questões, está à necessidade da constante redução de custos.

Na busca de melhorias no ambiente e pela determinação da legislação atual no Brasil, as organizações adotam um conjunto de medidas, visando à segurança de seus funcionários. Mas Programas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho proporcionam algum benefício às organizações, podendo ser entendidos como investimentos ou, apenas, incidem em custos?

A intenção da pesquisa foi identificar se programas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho representam apenas custos ou podem ser entendidos como investimentos para benefício da organização. Além disso, o objetivo foi definir Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho; Conhecer a Legislação de Segurança no Trabalho; Pesquisar normas de segurança e prevenção de acidentes e doenças do trabalho; Investigar os benefícios dos procedimentos de segurança, higiene e medicina no trabalho para os funcionários e para as empresas.

Além da relevância ou não na produtividade e na incidência de custos, a segurança, higiene e medicina do trabalho é um tema bem abordado na legislação brasileira, com leis específicas e regulamentadoras, havendo ainda, normas internacionais de proteção à relação de trabalho, reguladas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social, com representação no Brasil, desde 1950.

Esta pesquisa tem sua importância irrefutável uma vez que analisou e afirmou a validade para as organizações em investir em Programas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho para seus colaboradores e para si, e, também, a obrigação legal para tal implantação.

A metodologia utilizada para elaboração desta pesquisa foi baseada na de Vergara (2009), e em conformidade com as regras definidas na ABNT, NBR 6023/2002, NBR 10520/2002, NBR 6028/2003, NBR 14724/2011.

O método utilizado foi o dedutivo. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva e explicativa. Quanto aos meios, a pesquisa foi documental, pesquisando-se teses, publicações em revistas, livros e publicações sobre o assunto em sites da internet.

A pesquisa, a fim de alcançar a resposta para a proposição lançada, analisou temas como Gestão de Pessoas, Estresse Laboral, Acidentes de Trabalho, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Ginástica Laboral e assuntos correlatos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A interação entre os participantes do processo de gestão e tomada de decisões nas empresas deve ser observada para eficiência e eficácia dos projetos e programas implantados.

Barbosa (2005) propõe uma perspectiva de integração de papéis entre profissionais de Recursos Humanos (RH), gestores e cúpula empresarial, ou seja, atores envolvidos no processo de gerir o ser humano no interior das organizações. Gestão de Pessoas é vital para qualquer processo em uma organização, daí a importância da abordagem executada deste tema para a pesquisa.

Atividades laborais implicam a realização de trabalho humano, que podem dar lugar a problemas mecânicos (por exemplo, a tendinite em digitadores). Dessa forma, ao utilizar qualquer tipo de tecnologia, é produzida, nesta interação, uma perturbação do meio ambiente, que irá gerar problemas físicos, químicos, mecânicos, biológicos ou psicológicos (MIGUEL, 2004). Tais problemas causados pela execução do trabalho foram enfocados, trabalhando-se a questão da segurança, higiene e medicina do trabalho, analisando-se, também, o papel da Gestão de Pessoas na organização com relação a este tema.

A segurança do trabalho estuda técnicas apropriadas das possíveis causas de acidentes de trabalho, buscando, em si, a prevenção e proteção do trabalhador em seu local de trabalho, no que se refere à questão da segurança e da higiene do trabalho. Estuda técnicas próprias sobre as causas das doenças ocupacionais, incluindo, também, as doenças profissionais e do trabalho, com o objetivo fundamental de prevenção das mesmas (MIGUEL, 2004). Programa de Saúde do Trabalhador, dentre outros, cuida do aspecto da segurança do trabalho, levando a perceber sua conectividade com os demais temas abordados e coerência com a proposta da pesquisa.

2.1 GESTÃO DE PESSOAS

Em um cenário de extrema competitividade e de mudanças tão rápidas, as empresas se veem obrigadas a adaptar-se e reconhecer a necessidade de que o setor de Recursos

Humanos assumam uma posição estratégica. Em todas as perspectivas empresariais, este tem sido o discurso que prevalece, como compreendido no trabalho de Barbosa (2005).

Sob a luz de Barbosa (2005), observamos que as organizações têm buscado estratégias cada vez mais sofisticadas para administrar individualidades e conflitos, no intuito de reter profissionais considerados essenciais ao seu negócio. Porém, se as empresas almejam atuar com sucesso em um mercado com nível de complexidade cada vez maior, será preciso considerar a importância da gestão das pessoas e dos gestores, de forma mais específica, no interior das organizações.

Entendendo a função Recursos Humanos como diferenciadora de outros segmentos e responsável por compreender o ser humano, Barbosa (2005) propõe uma perspectiva de integração de papéis entre profissionais de recursos humanos, gestores e cúpula empresarial, ou seja, os atores envolvidos no processo de gerir o ser humano no interior das organizações.

Segundo esta perspectiva, as políticas e práticas de gestão de pessoas devem possuir as seguintes propriedades:

- a) Integração mútua: permite ao gestor avaliar os desdobramentos de uma decisão relativa à remuneração de uma pessoa no conjunto das remunerações da organização, na massa salarial, no sistema de carreira, no sistema de desenvolvimento.
- b) Integração com a estratégia organizacional: o conjunto de políticas e práticas deve estar alinhado com os objetivos da organização, seus valores e missão.
- c) Integração com as expectativas das pessoas: as políticas e práticas devem estar vinculadas às expectativas das pessoas para sua legítima efetividade.

Há, também, outros processos fundamentais para que a gestão de pessoas seja mais efetiva, tais como: Informação, comunicação, relações sindicais, relações com a comunidade.

Destaca-se, aqui, que as relações sindicais são processos compreendidos como de natureza mais administrativo-financeira e legal. Já as relações com a comunidade compreendem as ações da responsabilidade social da organização (BARBOSA, 2005).

Dentre os aspectos relativos à importância dada às pessoas para o êxito das estratégias do negócio, destacam-se como indicadores:

- a) A posição da primeira pessoa responsável pelo setor de Recursos Humanos, sendo que quanto mais alta a posição na estrutura hierárquica, maior a probabilidade das pessoas serem consideradas recursos estratégicos;
- b) O nível educacional dos funcionários nas várias posições, o nível educacional em funções-chave e o investimento em treinamento e desenvolvimento.

Desta forma, evidencia-se uma estruturação na organização por competência, e este conceito não é um modismo, ao contrário, tem-se mostrado muito adequado para explicar a realidade vivida pelas empresas na gestão de pessoas. Ao mesmo tempo, entretanto, é um conceito em construção.

Para ilustrar os caminhos percorridos em sua experiência relacionada com sua atuação em programas sobre esse conteúdo, o autor divide o desenvolvimento do conceito nos seguintes momentos: competência como base para a seleção e o desenvolvimento de pessoas: uso do conceito centrado na concepção de McClelland (1973) e Boyatzis (1982), as competências orientam os processos de seleção, escolha, avaliação para desenvolvimento e capacitação (RODRIGUES, 2004).

A mesma caracterização de competência geralmente é aplicada, indistintamente, a todas as pessoas, o que se tornou uma crítica ao procedimento. A competência deve ser

diferenciada por nível de complexidade: introdução de diferentes níveis de entrega da competência, com escalas de diferenciação por níveis de complexidade.

Para Bitencourt (2004) é necessário um sistema de gestão de pessoas que esteja em sintonia fina com as competências que deve ser desmembrado em processos quanto à natureza de seus objetivos:

- a) Movimentação: com práticas referentes à captação, internalização, transferências, promoções, expatriação, recolocação;
- b) Desenvolvimento: com práticas relacionadas à capacitação, carreira, desempenho;
- c) Valorização: com práticas de remuneração, premiação, serviços e facilidades.

A ausência desses procedimentos pode vir a levar a situações em que haja instabilidade no que se refere às pessoas, culminando na dificuldade do profissional em se localizar na empresa, avaliar com clareza suas perspectivas e estabelecer um projeto profissional alinhado com as necessidades da organização. As distorções podem ser agravadas, segundo ressalta o autor, quando a organização busca sistemas fechados de gestão, os chamados pacotes, e tenta implementá-los a todo custo. É como construir um modelo e tentar colocar a realidade dentro dele.

Os desconfortos destas distorções estão ligados à ausência do atrelamento das competências para com os objetivos estratégicos da empresa e à necessidade de que seja estendido este conceito às outras políticas e práticas de gestão de pessoas.

Barbosa (2005), também identifica, em uma das variáveis pesquisadas quanto à gestão por competências, o motivo que levou as empresas a virem a adotar este padrão de gestão. Dessa forma, os resultados principais apontam para uma necessidade de fazer frente ao aumento da competitividade e desenvolvimento do negócio, geralmente inserido em mercado caracterizado pela turbulência, como o que vivemos atualmente.

Organizações que têm implementada a gestão por competências, têm seu Setor de Recursos Humanos em posição mais alta e com força ativa para aplicação de programas estratégicos, voltados ao desenvolvimento, aprimoramento, prevenção de riscos e melhorias no meio ambiente, tendo por objetivo a garantia da produtividade organizacional e da observância de normas e leis vigentes.

2.2 SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

À luz da literatura de Miguel (2004), compreendemos as patologias que podem surgir advindas do trabalho e pela perturbação do meio ambiente gerado pela interação das novas tecnologias, sendo tais problemas físicos, químicos, mecânicos, biológicos ou psicológicos.

Problemas físicos do trabalho podem causar alterações biofísicas no indivíduo. Os químicos podem causar contaminações, como por radiações ionizantes. No caso dos mecânicos, traumatismos. Os biológicos, alterações bioquímicas e doenças infecciosas; e os psicológicos, insatisfação, monotonia ou depressão (MIGUEL, 2004).

A evolução temporal para cada problema não é a mesma, ou seja, o agente estabelece a variação, ao longo do tempo. Enquanto um traumatismo tem caráter agudo, uma intoxicação pode ser considerada crônica.

Como consequência do tempo, os agentes mecânicos terão uma evolução aguda e, os agentes físicos, químicos, biológicos e psicológicos terão uma evolução crônica. Miguel

(2004) aponta que, no caso dos problemas psíquicos, a patologia produzida será inespecífica, enquanto que no restante, será considerada específica.

Por força de lei, as empresas são obrigadas a adotar uma série de medidas para garantir a segurança e saúde do trabalhador, prevenindo, tratando e indenizando os problemas que podem advir do trabalho. Porém, na década de 90, não apenas pela questão legal, mas pela competitividade, esta questão passou a ter outro entendimento.

Com o estabelecimento e incorporação do conceito de Qualidade Total na década de 90, as organizações comprometidas com tal doutrina não puderam deixar à parte a qualidade de vida de seus colaboradores e, portanto, a sua segurança e saúde. Seria impossível implementar um programa de Qualidade Total sem cogitar Qualidade de Vida no Trabalho que, a seu turno, é gerada a partir das circunstâncias do meio. Começa, então, uma verdadeira obsessão em busca do bem-estar e higiene, ergonomia e prevenção contra acidentes (MIGUEL, 2004).

Ainda existem divergências de opinião à respeito do tema Segurança do Trabalho, pois alguns a confundem com Segurança Patrimonial. No entanto, enquanto a última zela pelos recursos materiais, a primeira se encarrega da segurança e saúde do colaborador apenas, um elemento que, por muito tempo, ficou relegado ao esquecimento, seja pela complacência da legislação ou pela falta de determinação política dos responsáveis por este campo de atuação.

A aplicação de recursos, tempo e esforços no aprimoramento das condições de segurança do funcionário, permite gerar efeitos em muitos objetos de discussão, como prestação dos adicionais de periculosidade e insalubridade, atos jurídicos civis e trabalhistas, tributos do seguro de acidente trabalhista, assim como, proveitos indiretos como qualidade de vida no ambiente profissional, elevação do rendimento produtivo e, especialmente, satisfação das necessidades básicas de segurança (MIGUEL, 2004).

2.2.1 O estresse laboral

Desde a organização do trabalho e de sua industrialização, é possível observar que o estresse é um dos grandes problemas que se apresentam na sociedade, bem como, nas empresas, desde a descoberta do mesmo e do início dos estudos sobre o assunto. É alarmante ver os resultados negativos que este problema causa, suas consequências e efeitos gerados e o quanto podem influenciar os indivíduos, principalmente no âmbito trabalhista, ao estudarmos França (2005).

O estresse é suposto como sendo uma reação complexa que abrange os níveis biológico, psicológico e social (ALMEIDA, 2004).

A maior parte das mudanças biológicas que se produzem no organismo quando está submetido a uma reação de estresse, não são perceptíveis para o ser humano e são necessários procedimentos de diagnóstico clínico para determinar o nível da reação. Já se tratando do psicológico, muitos sintomas produzidos pelo estresse podem ser facilmente identificados pelo funcionário que está passando por mudanças.

No plano cognitivo-subjetivo ocorre preocupação, temor, insegurança, dificuldade para decidir, medo, pensamentos negativos sobre si mesmo, pensamentos negativos sobre seu desempenho diante dos outros, temor de que percebam suas limitações, medo de perder o controle, dificuldades para raciocinar, estudar ou concentrar-se (FRANÇA, 2005).

No plano fisiológico, o estresse causa sudorese excessiva, tensão muscular, palpitações, taquicardia, tremor, moléstias no estômago e outras moléstias gástricas; Dificuldades respiratórias, secura de boca, dificuldades para engolir, dores de cabeça, enjoo, náuseas, ficar trêmulo (FRANÇA, 2005).

Outra influência do estresse é no plano motor ou observável, onde há a tendência a fugir das situações que se teme; fumar, comer ou beber em excesso, agitação motora, andar de um lado para outro sem uma finalidade concreta, gaguejar, chorar, ficar paralisado (FRANÇA, 2005).

O estresse, além de produzir ansiedade, pode produzir tédio ou cólera, depressão, mau humor, que também podem ser reconhecidas (FRANÇA, 2005).

Mas, antes das reações emocionais, França (2005) ainda alerta que são percebidos outros sintomas produzidos pelo estresse, tais como: o esgotamento físico e a falta de rendimento.

Finalmente, França (2005) esclarece que se o estresse é muito intenso e se prolonga no tempo, pode chegar a produzir doenças físicas e desordens mentais, e indo além, problemas de saúde definitivos.

O estresse também pode dinamizar a atividade do indivíduo provocando um processo de incremento de recursos (presteza, memória, ativação fisiológica, rendimento) que faz aumentar a produtividade. No entanto, quando este processo de ativação é muito intenso, ou muito prolongado, os recursos se esgotam e chega o cansaço e a perda de rendimento (FRANÇA, 2005).

França (2005) ainda afirma que para realizar tarefas complexas ou para aumentar a velocidade em tarefas simples, é preciso um verdadeiro grau de ativação.

As consequências negativas do estresse são múltiplas, porém, a mais importante a assinalar é sua influência negativa sobre a saúde, bem como, sobre a deterioração cognitiva e do rendimento (BITENCOURT, 2004).

O estresse pode influir, negativamente, sobre a saúde por várias vias, como pelas mudanças de hábitos relacionados à saúde, pelas alterações produzidas nos sistemas fisiológicos (como o sistema nervoso autônomo e o sistema imune) e pelas mudanças cognitivas (pensamentos) que podem afetar a conduta, as emoções e a saúde (BITENCOURT, 2004).

O estresse modifica os hábitos relacionados com a saúde, de maneira que com a pressa, a falta de tempo, a tensão, aumentam as condutas não saudáveis. Estas mudanças de hábitos podem afetar negativamente à saúde e, portanto, podem desenvolver-se uma série de vícios, com consequências muito negativas para o indivíduo nas principais áreas de sua vida, como a família, as relações sociais, o próprio trabalho e a saúde. Por sua vez, com o desenvolvimento de hábitos perniciosos para saúde, aumenta o estresse e fecha-se um círculo doentio (BITENCOURT, 2004).

Mas também, o estresse pode produzir uma alta ativação fisiológica que, mantida por muito tempo, pode ocasionar disfunções psicofisiológicas ou psicossomáticas, tais como: dores de cabeça, problemas cardiovasculares, problemas digestivos, problemas sexuais.

O estresse pode produzir mudanças em outros sistemas, em especial pode produzir uma imunodepressão que faz aumentar o risco de infecções (como a gripe) e pode aumentar a probabilidade de desenvolver doenças imunológicas, como o câncer (BITENCOURT, 2004).

Segundo França (2005), pessoas que sofrem arritmias, cefaleias, asma, transtornos de pele, disfunções sexuais, transtornos digestivos, contraturas musculares, apresentam altos níveis de ansiedade.

Os programas de treinamento em redução de ansiedade melhoram o bem-estar psicológico em todos estes casos, pois também diminuem a ativação fisiológica e melhoram os sintomas físicos destas doenças (redução da pressão arterial, diminuição da taquicardia nas arritmias, eliminação da dor nas cefaleias, e assim por diante).

O estresse pode extravasar de maneira que o indivíduo comece a desenvolver uma série de erros cognitivos, de conduta ou de pensamentos, que por sua vez desenvolvem temores irracionais, fobias que por si só já são um problema de saúde – os chamados transtornos de ansiedade. Tais perturbações podem seguir deteriorando a saúde de outras formas, por exemplo: uma pessoa submetida a estresse prolongado pode chegar a desenvolver ataques de pânico, ou crises de ansiedade, que são fortes reações de angústia que o indivíduo não pode controlar, apresentando fortes descargas no corpo físico, de temor a um ataque do coração (FRANÇA, 2005).

França (2005) ainda aponta que durante esta crise de estresse, o indivíduo interpreta, erroneamente, sua ativação fisiológica e pensa que lhe faltará o ar (quando na verdade está hiperventilando), que morrerá de um ataque ao coração, que sentirá enjoo e desmaiará ou que ficará louco.

Posteriormente, estes ataques de pânico costumam complicar-se com uma agorafobia (medo de se achar só num espaço livre), com uma dependência dos ansiolíticos, às vezes, com reações de depressão por não poder resolver seu problema (FRANÇA, 2005).

Esses transtornos de ansiedade são muito mais frequentes em mulheres que em homens, contudo, uma crise de ansiedade coincide com um período de muito estresse que durou um longo tempo. Entre 1,5% e 3,5% da população sofre transtornos de pânico com ou sem agorafobia. A idade de aparição se encontra entre os 17 e os 35 anos, justo em sua idade mais produtiva (FRANÇA, 2005).

O estresse, também, pode ocasionar uma série de perturbações na memória, tomada de decisões, julgamento e uma deterioração do rendimento em contextos acadêmicos, trabalhistas, e assim por diante. Desta forma, por exemplo, os estudantes com alta ansiedade de avaliação apresentam uma diminuição do rendimento, e quando submetidos a programas de treinamento em redução de ansiedade aos exames não só reduzem esta, mas também, melhoram o rendimento acadêmico, aumentando a nota média (ALMEIDA, 2004).

O estudo de como o estresse provoca interferências sobre os chamados processos cognitivos superiores e sobre o rendimento, se levou a cabo, fundamentalmente, a partir de uma perspectiva cognitivo-emocional e, sem dúvida, a emoção com a qual mais se trabalhou para pesquisar esta influência negativa sobre os processos cognitivos foi a ansiedade (ALMEIDA, 2004).

Se as demandas da situação superam aos recursos do indivíduo, segundo França (2005) tenderá a produzir-se uma situação de estresse na qual o indivíduo tentará gerar mais recursos para atender as demandas da situação.

Os fatores psicossociais que incidem no estresse trabalhista têm a ver com as demandas da situação (ou contexto trabalhista) e com as características do indivíduo (FRANÇA, 2005).

As características contextuais (meio de trabalho) determinam a resposta do colaborador em função do grau de precisão ou ambiguidade que dito contexto apresente. Isto

é, quando uma situação tem muita “força”, as variáveis pessoais são pouco importantes, porque o comportamento está muito pautado. Pelo contrário, se a situação não é clara, presta-se à interpretação do sujeito. Neste caso, as características do indivíduo são mais determinantes de sua conduta (FRANÇA, 2005).

Existem profissões mais estressantes do que outras. A natureza de cada trabalho exige uma maior ou menor quantidade de recursos aos trabalhadores, independentemente de suas diferenças individuais. Ainda assim, além de levar em conta a profissão e o contexto trabalhista, devemos considerar as características individuais. Assim, duas pessoas em um mesmo posto de trabalho podem responder de maneira muito diferente (ALMEIDA, 2004).

Qualquer situação ou condição que pressione o indivíduo em sua atividade trabalhista pode provocar a reação de estresse, inclusive, em ocasiões ainda que a situação objetivamente não seja muito estressante. Se um indivíduo interpreta dita situação como um perigo ou como uma ameaça potencial, surgirá a reação de estresse (ALMEIDA, 2004).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) relaciona alguns fatores do estresse trabalhista:

Excesso ou falta de trabalho; tempo inadequado para completar o trabalho de modo satisfatório para si e para os demais; a ausência de uma descrição clara do trabalho ou da corrente da chefia; falta de reconhecimento ou recompensa por um bom rendimento; não ter oportunidade de expor as queixas; responsabilidades múltiplas, mas pouca autoridade ou capacidade de tomar decisões; superiores, colegas ou subordinados que não cooperam nem apoiam; falta de controle ou de satisfação do trabalhador pelo produto findo, fruto de seu trabalho; insegurança no emprego, pouca estabilidade da posição; ver-se exposto a preconceitos em função da idade, sexo, raça, origem étnica ou religião; exposição à violência, a ameaças ou a intimidações; condições de trabalho desagradáveis ou perigosas; não ter oportunidade de utilizar, eficazmente, o talento ou as capacidades pessoais; possibilidade de que um pequeno erro ou uma desatenção momentânea tenham consequências sérias ou inclusive desastrosas; qualquer combinação dos fatores anteriores (FRANÇA, 2005).

Ainda que se faça uma listagem exaustiva de fatores que podem desencadear estresse, esta será sempre incompleta (FRANÇA, 2005).

O trabalho de França (2005) demonstra que existe uma influência de certas características pessoais na produção de estresse. Isto não quer dizer que só fato de possuir uma série de determinadas características pessoais desencadeiem, por si sós, o estresse, porém, que a vulnerabilidade desses sujeitos aumenta para que quando se deem determinadas situações ou demandas, haja mais probabilidades de ocorrer uma situação de estresse.

O modo de atuação destas características na geração do estresse vem da descompensação, desequilíbrio ou incongruência entre o que exteriormente é demandado ou oferecido e o que os indivíduos precisam, desejam ou são capazes de fazer (FRANÇA, 2005).

É considerável que essas características são afetadas por uma grande variabilidade interpessoal e, inclusive, também são variáveis num mesmo indivíduo ao longo de sua história pessoal. As características pessoais são aquelas que se constatou terem algum tipo de relação com a geração do estresse (FRANÇA, 2005).

França (2005) relata que entre estas características pessoais, existem certos aspectos da personalidade que fazem as pessoas mais vulneráveis ao estresse, como:

- a) Hiperatividade (Personalidade *Workaholic*): faz referência a uma tipologia de personalidade característica que se manifesta em certos sujeitos como um interesse desmesurado pela perfeição e pelo lucro de metas elevadas, um envolvimento muito profundo com sua profissão (até o ponto de considerar o trabalho como o centro de sua vida), que leva ao desenvolvimento de grandes esforços, a uma tensão constante, a uma incapacidade de relaxar-se e a uma preocupação constante pelo tempo (nunca encontra tempo suficiente para fazer tudo o que querem). Estes sujeitos são ativos, enérgicos, competitivos, ambiciosos, agressivos, impacientes e diligentes. Este tipo de personalidade não é um traço estático de personalidade, mas um estilo de comportamento com o qual as pessoas respondem habitualmente, ante as situações e circunstâncias que lhes rodeiam. Atua como um condicionante que faz ao sujeito mais sensível ao estresse;
- b) Dependência: as pessoas pouco autônomas toleram melhor um estilo de comando autoritário (supervisão estrita) e um ambiente trabalhista muito normatizado e burocratizado. No entanto, têm mais problemas em situações que implicam tomar decisões ou qualquer tipo de incerteza e ambiguidade do que as pessoas mais independentes. Têm mais facilidade para delimitar o âmbito trabalhista do extra laboral e, portanto, permitem-se abstrair melhor da possível problemática em seu âmbito trabalhista;
- c) Ansiedade: as pessoas ansiosas experimentam maior nível de conflito do que as não ansiosas;
- d) Introversão: ante qualquer problema, os introvertidos reagem mais intensamente do que os extrovertidos, já que são menos receptivos ao apoio social;
- e) Rigidez: as pessoas rígidas apresentam um maior nível de conflito e de reações de inadaptação, especialmente, em situações que implicam uma mudança e que requerem um esforço para se ajustar maior do que nas pessoas flexíveis;
- f) Cargo ocupado: a formação, as destrezas e conhecimentos adquiridos, a experiência e a capacidade (intelectual e física): Têm capital importância como fonte de estresse, pela possível incongruência que se pode dar entre a posição ocupada (ou o trabalho desempenhado) e a capacidade ou capacitação do trabalhador. Assim, a posição ocupada pode requerer capacidades e conhecimentos superiores ao nível de preparação da pessoa, ou ao contrário, a capacidade da pessoa pode estar acima do que se requer, e ser isto uma fonte de frustração e insatisfação;
- g) Necessidades do indivíduo: necessidade de contato social, de intimidade, de reconhecimento pessoal, de autorrealização;
- h) Aspirações: desejos de lucro pessoal, de atingir um determinado *status*, de dominar e controlar o trabalho;
- i) As expectativas: esperanças que o indivíduo tem de obter de seu trabalho certos benefícios pessoais, sociais;
- j) Os valores: a adesão ao princípio de autoridade, importância do trabalho ou do *status*;
- k) A saúde: a má condição física e os maus hábitos de saúde também podem diminuir, de alguma maneira, a capacidade de enfrentar-se aos problemas de trabalho;
- l) Fatores diversos: existem outros aspectos que se consideram como possíveis estressores, com um caráter mais ativo, já que atuam como demandas da pessoa,

na medida em que modulam as intenções e as condutas do indivíduo, o grau de autoexigência ou o que o indivíduo exige ao meio.

O estresse é produzido de maneira primordial por estas características pessoais, devido a uma descompensação ou a uma deficiente correspondência entre a capacidade ou a habilidade do indivíduo e as expectativas ou aspirações deste (FRANÇA, 2005). No entanto, deve-se analisar a dinâmica em que se dá o estresse, a partir da inter-relação e a comparação entre as demandas do trabalho, as características pessoais e ambiente organizacional.

2.2.1.1 Síndrome de burnout

Registrado no Grupo V da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), a síndrome de *burnout*, ou síndrome do esgotamento profissional, é um distúrbio psíquico descrito, em 1974, pelo médico americano Herbert Freudenberger (TRIGO, 2007).

A principal característica desta doença é o estado de tensão emocional e estresse crônico provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. Esta síndrome se manifesta, especialmente, em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso (TRIGO, 2007).

O sintoma típico da síndrome de *burnout* é a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas, como ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima (TRIGO, 2007).

Segundo Trigo (2007), associadas à síndrome estão manifestações físicas que podem ocorrer no trabalhador; tais como: dores musculares, dor de cabeça, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, pressão alta, insônia, crises de asma, distúrbios gastrintestinais.

O trabalho de Trigo (2007) ainda ressalta que indivíduo em estado tão intenso de estresse, pelos diversos fatores apontados, com sua atenção diminuída, pode possibilitar a ocorrência de acidentes em seu local de trabalho, podendo gerar afastamento, indenizações e consequentes custos para a empresa.

2.2.2 Acidentes de trabalho

De acordo com o Art. 19 da Lei nº 8.213/91, acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do Art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (MTE, 2005).

São equiparadas a acidentes de trabalho as doenças profissionais e/ou ocupacionais, conforme trata os incisos do artigo 20 da Lei nº 8.213/91:

- a) Doença profissional: é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício de determinada atividade constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- b) Doença do trabalho: é a doença derivada das condições especiais em que o trabalho é realizado e que com ele se relacione diretamente.

Os acidentes de trabalho são caracterizados em três tipos:

1. Acidente típico – é aquele decorrente da característica da atividade profissional que o indivíduo exerce;
2. Acidente de trajeto – é o que ocorre no trajeto entre a residência do trabalhador e o local de trabalho, ou vice-versa;
3. Doença profissional ou do trabalho – patologia desencadeada pelo exercício de determinada função, característica de um emprego específico, conforme disposto no Anexo II do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e as doenças do trabalho, aquelas adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Bindes e Stefano (2011) salientam que a prevenção de acidentes de trabalho é regulamentada por legislações, programas preventivos, Normas Regulamentadoras e Consolidação das Leis Trabalhistas, onde as mesmas regem a segurança do trabalho e fiscalizam o seu cumprimento.

Legalmente, no caso de acidente de trabalho, a Empresa deve fazer uma comunicação ao INSS mediante a emissão de um documento especial, chamado de “Comunicação de Acidentes de Trabalho”, mais conhecido pela sigla CAT, até o primeiro dia útil após o acontecimento, independentemente se o trabalhador foi ou não afastado do trabalho. Em caso de morte, essa comunicação deve ser imediata.

O descumprimento dessas determinações pode acarretar o pagamento de multa.

Havendo afastamento do trabalhador por acidente ou doença, o mesmo tem direito a receber auxílio-doença e os custos dos primeiros quinze dias são pagos pelo empregador, (com exceção do doméstico). Somente a partir do décimo sexto dia de afastamento do trabalho, o auxílio fica a cargo da Previdência Social.

2.2.2.1 Causas de acidentes de trabalho

Cada vez que em um determinado local ocorre um acidente, deve-se ter ciência que há presente um problema que deu origem a este fato. Esse problema pode existir por diversos motivos, entre eles:

Desconhece-se a forma correta de fazer as coisas; não são corrigidas as deficiências; não se inspecionam nem avaliam as condições de trabalho subestimando-se os riscos; alguém sem autorização ou sem experiência decidiu seguir adiante com um serviço, apesar da imperícia; alguém com autoridade não quis arcar com custos de correções e/ou não deu atenção ao funcionário quando este notificou problemas, dentre outros (MENDES, 2004).

A fonte do acidente é a tarefa que a pessoa executava no momento da ocorrência e, o agente, é o elemento físico do ambiente que tem participação direta em sua geração (MENDES, 2005).

Há duas causas de acidentes: As pessoas e o meio ambiente de trabalho. É comum que em um acidente encontremos vários fatores atuando ao mesmo tempo.

As causas humanas dos acidentes estão relacionadas a atos inseguros. Em geral, os atos inseguros definem-se como qualquer ação (coisas que se fazem) ou falta de ação

(coisas que não se fazem) que podem levar a um acidente. É a ação pessoal indevida que se desvia dos procedimentos ou metodologias de trabalho que são aceitos como corretos, sejam escritos ou repassados em forma de instrução verbal pela supervisão. São atos comuns, muitas vezes realizados sem pensar, que podem ocasionar um acidente. Alguns exemplos são: Não respeitar procedimentos de trabalho, trabalhar sem autorização ou não estar capacitado, não usar os equipamentos de proteção pessoal, fazer brincadeiras durante procedimentos arriscados, conduzir veículos com excesso de velocidade e fumar em presença de combustíveis ou inflamáveis (MENDES, 2005).

Miguel (2004) explica que a ação de cometer atos inseguros está relacionada à fatores pessoais do trabalhador; sendo eles:

- a) Falta de conhecimento ou de habilidade: apresenta-se quando o funcionário foi mal selecionado para o cargo a executar, não é o trabalhador adequado, não lhe foi ensinado ou não praticou o suficiente;
- b) Falta de motivação: as atitudes indevidas se produzem quando a pessoa tenta poupar tempo, evitar esforços, evitar incômodos ou ganhar prestígio. Em resumo, quando sua atitude para sua própria segurança e a dos demais não é positiva;
- c) Incapacidade física ou mental: ocorre quando o funcionário foi mal selecionado para o cargo a executar, não é o trabalhador adequado, ou quando a pessoa tem diminuída sua capacidade física ou mental de forma temporária ou permanente.

Às causas ambientais dos acidentes denominamos condições inseguras, que são qualquer condição do ambiente de trabalho que pode contribuir para um acidente (MIGUEL, 2004).

Estas condições do ambiente de trabalho estão circunscritas pelo espaço físico, ferramentas, estruturas, equipes e materiais em geral, que não cumprem com os requisitos mínimos para garantir a proteção das pessoas e os recursos físicos do trabalho. Alguns exemplos são: Linhas elétricas sem fio-terra, piso escorregadio ou com poças de óleo, passagens com sinalização em mau estado ou incorreta, equipamentos em mau estado, correias transportadoras sem proteção e engrenagens ou roldanas em movimento sem proteção (MIGUEL, 2004).

2.2.2.2 Lesões por esforço repetitivo (LER)

O trabalho repetitivo é uma causa habitual de lesões e doenças do sistema ósseo muscular (e relacionadas com a tensão). As lesões provocadas pelo trabalho repetitivo denominam-se lesões por esforço repetitivo (LER) (MIGUEL, 2004).

As lesões por esforço repetitivo são muito dolorosas e podem incapacitar permanentemente. Nas primeiras fases de uma LER o trabalhador pode sentir, unicamente, dores e cansaço ao final do turno de trabalho. Esta situação pode voltar-se permanente e avançar até um ponto tal que o trabalhador não possa desempenhar já suas tarefas (MIGUEL, 2004).

Os transtornos de trauma acumulativo não são fadiga. A fadiga é classificada como o cansaço, o esforço físico e desconforto que desaparecem poucos minutos ou horas depois de cessar a atividade. Atividades repetidas e prolongadas que poderiam causar problemas, em longo prazo, quase sempre também causam fadiga (MENDES, 2004).

Ainda que o trabalhador esteja cansado, depois de realizar certas tarefas no trabalho, o que, certamente, afetará seu desempenho e viver cotidiano, podendo inclusive, causar-lhe alguma dor; a fadiga não é considerado um problema médico sério.

Já que a repetição é um dos fatores finque que causam a LER, atividades não relacionadas com o trabalho, por exemplo, a costura, a jardinagem e o boliche também podem afetar no avanço da doença e na recuperação. Estas atividades podem agravar a LER, e às vezes dificultam a identificação da causa principal da doença de uma pessoa (POLETTTO, 2002).

2.2.2.3 A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Em 10 de novembro de 1944, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), foi criada sem um título exatamente delimitado. O encargo para que se instalassem as comissões nas empresas só passou a vigorar em 19 de junho de 1945. Sua origem foi fruto de uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aos governos e às empresas para que adotassem esses comitês de segurança (OIT, 2004).

Citando a Norma Reguladora NR-5, sobre a CIPA:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador (Portaria 3214/78-NR5).

De acordo com a NR 5, toda empresa, organização ou instituição regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com mais de 20 empregados, devem constituir a CIPA (MENDES, 2005).

A CIPA é formada por membros da organização e dos funcionários. Os membros da empresa são indicados por ela, tanto titulares como suplentes, e os representantes dos funcionários são eleitos em votação secreta (MENDES, 2005).

O mandato da CIPA tem a duração de um ano e permite-se uma reeleição. Todos os seus participantes, titulares ou substitutos, até mesmo o secretário e seu suplente, precisam fazer parte do Curso de Prevenção de Acidentes que é posto em execução pela organização.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho objetiva resguardar a saúde dos empregados dentro das organizações (MENDES, 2005).

A composição de entidades de natureza como da CIPA, dentro das organizações, foi causada pela expressiva e crescente ocorrência de doenças e acidentes característicos da atividade profissional em todos os países que sofreram o processo de industrialização. O grau de participação dos empregados nesses órgãos varia de acordo com o nível de democracia e da empresa, além da influência e de representação da classe trabalhista em cada país onde se constitui (MTE, 2005). Em nosso país, esta participação se restringe a CIPA, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, onde os empregados ocupam, oficialmente, metade da composição da comissão (MTE, 2005).

As prerrogativas da CIPA são: fazer diligências e avaliar os acidentes que ocorrem na organização; propor as medidas preventivas de acidentes consideradas necessárias por iniciativa própria ou sugestão de outros funcionários e direcioná-las ao presidente e ao setor de segurança da organização; e velar pelo cumprimento das regras de segurança ou de normativas e instrumentos de serviço expedidos pela organização; por em execução, todos os anos a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT); propor a execução

de treinamentos, cursos e palestras relativos à engenharia de segurança do trabalho, quando considerar necessário melhorar o rendimento dos funcionários; anotar, em livros próprios, as atas de reuniões ordinárias ou extraordinárias e remeter cópia ao setor de segurança da organização; registrar em fichas, dados sobre a situação da segurança na organização e ações da CIPA e remeter ao Ministério do Trabalho; registrar em fichas, as avaliações de acidentes, com cópias para o setor de segurança da organização; preparar, todos os anos, o Mapa de Riscos Ambientais da organização (MTE, 2005).

2.2.2.4 Semana interna de prevenção de acidentes do trabalho

Uma das mais importantes responsabilidades da CIPA é realizar, anualmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT). Grande parte das organizações prefere realizar a SIPAT no segundo semestre, pois já existirão dados mais atualizados sobre as condições de segurança, de forma que se elabore a programação do evento direcionado às deficiências que precisem ser supridas (MENDES, 2005).

As empresas promovem a SIPAT com o intuito de ter uma força de trabalho mais saudável, reduzir o índice de absenteísmo/rotatividade (falta dos colaboradores e demissões), reduzir o número de acidentes de trabalho, ter menor custo com saúde assistencial, e melhorar a imagem da empresa perante seus clientes e colaboradores (MENDES, 2005).

O objetivo da SIPAT, segundo Mendes (2005) é possibilitar aos trabalhadores a vivência de situações que gerem, de alguma maneira, comprometimento com o trabalho, conseqüentemente, com a saúde da organização.

As palestras são feitas por empresas contratadas da área de assistência médica e que cuidam, também, dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que envolvem toda parte de saúde no trabalho, ou pela própria empresa (MENDES, 2005). Nestas palestras diversos temas são abordados e os principais são os de como se ter qualidade de vida no ambiente, pois tal realidade não depende só da empresa, depende também dos funcionários, pois, a partir do momento que se tem tais programas, os mesmos devem ser seguidos, devendo existir colaboração de todos os envolvidos.

Exposições, competições esportivas e peças de teatro, são algumas das ações que vem sendo usadas nas organizações para tornar a SIPAT criativa e atrair a atenção dos empregados para que dela participem (MENDES, 2005).

2.2.2.5 Outras atribuições da CIPA

Outros elementos extremamente importantes que são de responsabilidade da CIPA, dentro da organização, são a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), além da distribuição adequada e uso de Equipamentos de Proteção Individual, denominados EPI's (MENDES, 2005).

2.2.3 Ginástica Laboral

No Brasil, a Escola da Educação de FEEVALE, em 1973, elaborou o Projeto de Educação Física Compensatória e Recreativa, onde os primeiros exercícios de ginástica laboral foram introduzidos no Brasil (OLIVEIRA, 2006).

Mediante abordagem de Oliveira (2006), a ginástica laboral praticada no ambiente de trabalho visa valorizar a prática da atividade física como meio para promover a saúde, assim como, permitir o alívio do *stress*, reeducando o indivíduo em sua postura, prevenindo lesões e, especialmente, elevando a autoestima do trabalhador, pois se considera que um indivíduo motivado venha a oferecer maior resistência aos problemas que possam vir a ocorrer com ele, durante seu trabalho e, assim, alcançar um rendimento maior.

Nos locais de trabalho que adotaram exercícios orientados é possível perceber o aumento da produtividade dos colaboradores, que ao final do expediente sentiram-se menos cansados do que antes (MENDES, 2004).

A ginástica laboral proporciona uma série de benefícios para a organização, bem como, para o trabalhador. As vantagens da adoção da ginástica laboral estão na redução dos custos por absenteísmo, menos despesas médicas, maior produtividade com menos acidentes laborais, maior integração entre os colaboradores e menos casos de LER (OLIVEIRA, 2006).

Evidenciou-se que houve benefícios para os colaboradores, alguns destes: redução dos fatores de riscos de problemas cardíacos e cardiorrespiratórios; redução do nível de *stress*; melhoria da concentração, maior produtividade no trabalho; maior disposição; diminuição das ocorrências de acidentes laborais; correção de vícios em relação à postura; prevenção de doenças por acúmulo de traumas, estímulo à socialização, redução do absenteísmo; diminuição de procura ambulatorial; melhor qualidade de sono, diminuição de tensão; compensação física das estruturas mais usadas para a jornada de trabalho e intensificação dos menos requeridos; melhoria da autoimagem; diminuição da tensão nervosa, melhor relacionamento com os colegas de trabalho e família (POLETTO, 2002).

Compreende-se, então, a ginástica laboral como uma série de atividades diárias executadas no local de trabalho com a finalidade de normalizar as funções do corpo e promover a descontração entre os colaboradores participantes (OLIVEIRA, 2006).

Poletto (2002) comenta que os programas de ginástica laboral são adequados a qualquer tipo de empresa, desde que seja conhecido o sistema de trabalho, atividades e demandas físicas e haja conhecimento do grupo para que os exercícios adotados sejam os mais adequados à realidade da empresa.

A ginástica laboral, neste contexto, possibilita, além da melhoria da saúde dos trabalhadores, ganhos em produtividade (OLIVEIRA, 2006).

Polleto e Amaral (2004) ratificam que o princípio de prevenir é sempre mais barato do que curar, e que os programas de higiene e saúde do trabalhador serão sempre um investimento.

2.2.3.1 Aplicações da ginástica laboral

Segundo Mendes (2004), para aplicação dos métodos de ginástica laboral, são empregados três grupos de profissionais, que são os multiplicadores, os profissionais de educação física e os fisioterapeutas.

Multiplicadores são colaboradores da própria organização que são incumbidos de transmitir os exercícios para os colegas de trabalho. Não é uma opção viável, pois estes multiplicadores não possuem conhecimento necessário para orientar a execução das atividades e pode gerar desconforto entre os participantes (MENDES, 2004).

Para Mendes (2004), neste contexto, os profissionais de educação física têm o melhor preparo para ensinar a Ginástica Laboral. Além da necessidade do domínio do assunto, há também a precisão de técnicas de motivação.

Os fisioterapeutas têm participação importante quando em união com o Educador Físico na elaboração de exercícios e no diagnóstico para com o esforço físico requerido. Atuam também na reabilitação de funcionários com lesões graves (Tendinite, LER ou DORT–Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho) (MENDES, 2004).

Há empresas que trabalham com a Ginástica Laboral que montam equipes com: Médico, Fisioterapeuta, Educador Físico, Nutricionista e, até mesmo, Psicólogo (OLIVEIRA, 2006).

É fato que as pessoas que realizam exercício físico de forma regular têm a sensação de se sentirem bem melhor; se comparado com momentos antes de começar a se exercitar, tanto desde o ponto de vista físico como mental, isto é, têm melhor qualidade de vida. Parece evidente, portanto, que a prática de exercício físico tem efeito positivo e prolongado sobre a saúde (OLIVEIRA, 2006).

Oliveira (2006) afirma que corpo humano foi desenhado para mover-se e precisa, portanto, realizar exercício de forma regular para manter-se funcional e evitar adoecer.

São muitos problemas encontrados pelos profissionais da Ginástica laboral. Um dos principais é convencer as empresas de que a atividade não atrapalhará a produtividade (pelo contrário). Um segundo problema pode vir a ser o desconhecimento da importância do programa pelos participantes e como resultado a não adesão às aulas. Para a quebra de tal resistência, é importante que o Setor de Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas, tenha forte influência na organização e papel estratégico.

Segundo Mendes (2004), a ginástica laboral possui variadas classificações e aplicações: ginástica de compensação, ginástica corretiva e ginástica preparatória.

Tratando-se de ginástica de compensação, esta tem como finalidade a prevenção de posturas corporais que possam no futuro causarem danos à saúde do colaborador (MENDES, 2004).

A ginástica laboral compensatória tem duração geralmente de 10 minutos, sendo realizada durante a jornada de trabalho, com o intuito de reanimar os funcionários a dar continuidade ao seu trabalho, bem como, permitir a compensação das estruturas corporais mais utilizadas, corrigindo também, as posturas inadequadas (MENDES, 2004).

Ratificando tais afirmações, Figueiredo e Mont'Alvão (2005) evidenciaram que a ginástica de pausa traz melhoras à saúde do trabalhador, compensando os efeitos negativos sofridos no trabalho, uma vez que a atividade física oxigena as fibras musculares, e evita o acúmulo de ácido lático nas mesmas e, com isso, a possibilidade de ocorrer uma lesão diminui.

Como ginástica preparatória, a ginástica laboral faz parte de um conjunto de exercícios que preparam o empregado de acordo com a atividade laboral exercida pela função que ocupa (FIGUEIREDO e MONT'ALVÃO, 2005).

A ginástica corretiva busca auxiliar aos colaboradores, portadores de deficiência morfológica, por meio de exercícios específicos a alongar músculos encurtados ou encurtar músculos alongados, sendo que as sessões são realizadas, individualmente, ou em grupo de no máximo 10 pessoas, todos com a mesma característica postural (LIMA, 2004).

A ginástica laboral deve ser realizada quinze minutos antes do início da jornada de trabalho, e durante este tempo de atividade, são aquecidos os grupos musculares e articulações que serão mais utilizadas ao longo da jornada de trabalho, o que contribui para o aumento da circulação sanguínea a nível muscular melhorando a oxigenação dos músculos (LIMA, 2004).

Para melhor entendimento sobre a Ginástica Laboral preparatória pode-se citar Figueiredo e Mont'Alvão (2005) onde relatam que esta atividade tem como objetivo promover a melhoria da saúde e do bem-estar do trabalhador, sendo também uma medida de prevenção contra acidentes de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasados na pesquisa realizada e no referencial teórico, podemos concluir que tratar da saúde do trabalhador, visando a Segurança, a Higiene e a Medicina do Trabalho, é mais que uma obrigação legal ou custo para as empresas, é uma forma inteligente de preservar seus interesses financeiros evitando a queda da produtividade, confirmando-se assim, ser um investimento razoável e plausível.

A utilização de novas tecnologias nos processos de trabalho, embora contribuam para a produção, acabam introduzindo novos riscos à saúde, quase sempre decorrentes da organização do trabalho, podendo gerar doenças e acidentes de trabalho.

Os acidentes geram prejuízos, tais como: morte, incapacidade total e permanente, incapacidade parcial e permanente e incapacidade temporária, variando a intensidade das consequências.

De acordo com os autores estudados, os acidentes de trabalho constituem a principal causa de mortes para os trabalhadores, sendo superadas somente pelas doenças do coração, acidentes automobilísticos e câncer.

O ônus para as empresas que não dão a devida importância às questões de segurança, higiene e medicina do trabalho podem ser grandes, por acarretar em diminuição de mão-de-obra ativa e produtiva e ter que arcar com custos financeiros durante o afastamento.

Acredita-se que, somente o trabalho integrado dos programas de higiene no trabalho elaborados pelas comissões e as adequações dos operários, a eles proporcione a redução dos índices de acidentes e doenças ocupacionais, registrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) nos setores industriais.

O acidente de trabalho é uma ocorrência anormal e indesejada decorrente do exercício do trabalho que atua, negativamente, agredindo o trabalhador com pequenas ou grandes lesões ou, ainda, até mesmo a morte, acarretando em danos à empresa, ao operário e à sociedade economicamente ativa.

Pode-se observar que a segurança se traduz em reconhecer, avaliar e controlar as condições, atos e fatores humanos de insegurança nos ambientes de trabalho, com o intuito de evitar acidentes com danos materiais, e principalmente, à saúde do trabalhador.

O acidente deve ser tido como uma ocorrência violenta, com consequências imprevisíveis e catastróficas, onde empresa e colaborador acidentado saem perdendo, e pode gerar problemas sociais ou até mesmo sofrimento físico e mental, além de perdas materiais.

A Segurança do Trabalho é multidisciplinar e empenha-se em proteger tanto as condições físicas, quanto as mentais e sociais do empregado. A meta final é fazer do trabalho

um ato de prazer e de expressão de saúde, para que, além de ser um meio de sustento, seja encarado pelo colaborador como algo indispensável à sua própria sensação de satisfação pessoal.

A qualidade e a eficiência do labor que se realiza podem sempre melhorar. Podem diminuir os custos de atendimento de saúde e melhorar a moral do trabalhador. Quanto aos trabalhadores, os benefícios são evidentes.

As consequências negativas do estresse, das lesões biomecânicas e outras são múltiplas e, como demonstrado nesta pesquisa, sua influência negativa não só afeta a saúde do funcionário, mas também, a saúde da produção e finanças da empresa.

Prevenir é sempre mais barato do que curar.

O Setor de Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas precisa ter um posicionamento estratégico na empresa para que o mesmo possa implementar programas que visam a saúde do trabalhador, quebrar resistências quanto aos mesmos e garantir os diversos benefícios para os colaboradores e para a organização que estes oferecem, bem como, o resguardo legal.

Programas de segurança, higiene e medicina do trabalho não são e não devem ser considerados como, apenas, custos para as empresas, mas, sim, como investimentos que trarão retorno em produtividade e economia com indenizações, pagamento de multas, manutenção de assistência à funcionários afastados e necessidade de novas contratações.

4 REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação: elaboração referências. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

ABNT. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ABNT. **NBR 6028**: informação e documentação: resumos: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2p.

ABNT. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 11p.

ALMEIDA, Walnice. **Captação e seleção de talentos**: repensando a teoria e a prática. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Art. 19 Lei n. 8213/91.

BRASIL. Art. 20 Lei n. 8213/91.

BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (Coord.). **Competências no Brasil**: um olhar sobre os modelos organizacionais de grandes empresas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Belo Horizonte: Nig-One/UFMG, 2005.

BINDES, Gisele; STEFANO, Silvio Roberto. **Papéis e práticas de gestão de pessoas**. In: STEFANO, S. R. (Org.). **Gestão de pessoas: fundamentos e aplicações**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

BITENCOURT, Cláudia Cristina (Coord.). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BOYATZIS, Richard Esade. **The competent management: a model for effective performance**. Nova York: Wiley & Sons, 1982.

FIGUEIREDO, Fabiana; MONT'ALVÃO, Claudia. **Ginástica laboral e ergonomia**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

FRANÇA, Ana Cristina Limonge. **Stress ocupacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Deise Guadalupe de. **Ginástica laboral: metodologia de implantação de programas com abordagem ergonômica**. São Paulo: Fontoura, 2004.

MARTINS, Caroline de Oliveira. **Repercussão de um programa de ginástica laboral na qualidade de vida de trabalhadores de escritório**. 2005. 188p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

MCCLELLAND, David. **Testing for competence rather than for intelligence**. American Psychologist. January, 1973.

MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. **Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas**. São Paulo: Manole, 2004.

MENDES, Rene. **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

MIGUEL, Alberto Sérgio de Sá Rodrigues. **Manual de higiene e segurança do trabalho**. 7. ed. Porto Editora, jul., 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 06 de ago. 2015.

OLIVEIRA, João Ricardo Gabriel de Oliveira. **A prática da ginástica laboral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

POLETTI, Sandra Salete. **Avaliação e implantação de programas de ginástica laboral**. 2002. 148p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

POLETTI, Sandra Salete; AMARAL, Fernando Gonçalves. **Avaliação e implantação de programas de ginástica laboral**. Revista CIPA, São Paulo, n. 297, p. 50-59, 2004.

RODRIGUES, Marco Aurélio. **Gestão de competências em organizações**: diferencial produtivo ou retórica gerencial? Um estudo de caso em empresa de manufatura contratada. 2004. 96p. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TRIGO, Telma Ramos *et al.* Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 5, p. 223-233, 2007. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol34/n5/223.html>>. Acesso em: 04 de out. 2015.

RESUMOS



CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE FUGA DO LAR: ANÁLISE DO ATENDIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB MEDIDA PROTETIVA (SAI) NO MUNICÍPIO DE MANAUS (AM)

Alzirene Silva de Oliveira¹
Fernanda Mendes Ferrugem²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

Diante de um cenário de desafios, desrespeito aos direitos, desigualdades sociais, pobreza, violências e riscos, proteger crianças e adolescentes se torna uma tarefa complexa. Neste sentido, o presente estudo propôs-se a analisar o trabalho do Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) para crianças e adolescentes sob medida protetiva, desenvolvido com crianças e adolescentes em situação de fuga voluntária do lar, tendo como objetivos específicos identificar o perfil socioeconômico de crianças e adolescentes em situação de fuga do lar; conhecer os principais motivos que levam crianças e adolescentes a fugirem de casa e conhecer os procedimentos utilizados pela equipe multiprofissional e as estratégias usadas para com os acolhidos em situação de fuga do lar no SAI. Esta pesquisa caracteriza-se como quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas, destinado à equipe multiprofissional, sendo dois assistentes sociais, dois psicólogos e um gestor, e concomitante houve a pesquisa documental tendo como referência os prontuários das crianças e adolescentes em situação de fuga do lar no SAI. Portanto, foi possível perceber que a violência física, psicológica, maus-tratos e o uso de substâncias psicoativas estão entre os motivos que levam crianças e adolescentes a deixarem seus lares. Verificamos, ainda, que a equipe profissional do SAI desempenha um papel fundamental no acolhimento desse segmento, onde adotam diversas estratégias de atendimento no enfrentamento dessa expressão da questão social.

Palavras-chave: Criança e adolescente; fuga do lar; família; medida protetiva.

¹ Assistente Social. BRASIL. E-mail: alzoliveira@hotmail.com

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). BRASIL. E-mail: nandaferrugem@hotmail.com

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE, A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM O GRUPO MEMÓRIA ATIVA NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM

Ana Luiza Cavalcante Barbosa¹
Jane de Souza Nagaoka²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

O tema qualidade de vida na velhice tem ganhado grande relevância nas últimas décadas. Estima-se que em 2025, no Brasil, existirão, aproximadamente, 30 milhões de idosos que representarão 15% da população total. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a qualidade de vida na terceira idade, a partir das atividades desenvolvidas com o grupo de convivência da terceira idade “Memória Ativa”, no município de Manaus (AM). Buscou-se como objetivos específicos identificar o perfil socioeconômico dos idosos do grupo “Memória Ativa”; verificar a percepção dos idosos sobre qualidade de vida e as atividades desenvolvidas no Centro de Convivência; analisar a contribuição das atividades desenvolvidas com o grupo para qualidade de vida dos idosos. A análise desta pesquisa pautou-se numa abordagem de natureza quali-quantitativa. Os dados da análise foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, realizadas com 10 idosos em abril/14. Os participantes do grupo “Memória Ativa” têm alcançado viver a vida de forma satisfatória e com um bom nível de qualidade de vida. Além disso, o convívio social com os demais integrantes do grupo foi apontado como o principal fator de promoção da qualidade de vida na terceira idade. O convívio social adquire um significado importante na vida destes idosos, bem como, o cuidado à saúde, e a prática de atividades físicas e de lazer. Embora o envelhecimento traga consigo perdas significativas, ao longo dos anos, é possível vivenciar de maneira positiva essa nova etapa da vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; políticas públicas; qualidade de vida.

-
- 1 Assistente Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), Discente do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Atenção à Família (PGPPAF), Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB-Centro), BRASIL. E-mail: analuizacavalcante8@gmail.com
2 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), BRASIL. E-mail: janenagaoka@hotmail.com

AS FILAS COMO ENTRAVE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS: ESTUDO DE CASO NO BANCO DO BRASIL

Bruno Roberto Crispim Barroso¹
Mônica Maria de Souza Lima²

Recebido em: 01/06/2016; Aceito em: 07/06/2016.

Este artigo pretendeu analisar o nível de insatisfação dos clientes referentes à demora do atendimento nas filas de espera associados ao Banco do Brasil da agência Guilherme Moreira, situada no centro de Manaus. O objetivo desse artigo foi identificar as origens do desperdício do tempo dos clientes nas filas, mostrar os meios alternativos de usar canais de atendimento eficazes com o uso dos terminais de autoatendimentos e analisar o nível de capacitação técnica profissional para um excelente assessoramento aos clientes. A metodologia utilizada neste trabalho foi à pesquisa quantitativa exploratória, onde se utilizou a técnica de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Com a pesquisa de campo, foi possível identificar que a insatisfação da maioria dos clientes se dá pelo número reduzido de atendentes e pela falta de orientação e informação sobre o manuseio dos equipamentos de autoatendimento. A relevância dessa pesquisa científica se deu em função do orientar na busca de ferramentas técnicas e operacionais que poderão se tornar apoio para gestão de relações humanas entre funcionários e clientes, podendo, talvez, reduzir o tempo de espera nas filas.

Palavras-chave: atendimento; satisfação; filas.

1 Bacharel em Administração na Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade Leste (FSDB – LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: bruno-beto@hotmail.com. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000

2 Professora, Mestre e Orientadora dos Cursos de Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade Leste (FSDB – LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: monica.lima_08@hotmail.com. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.

SOCIABILIDADE E ENVELHECIMENTO HUMANO: O DESAFIO DA INCLUSÃO DO GÊNERO MASCULINO NO PROJETO VIDATIVA, MANAUS/AM

Cíntia Maria Silva da Costa¹
Isabel Cristina Escócio Santiago²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

Apesar de existirem programas e projetos direcionados ao atendimento à terceira idade, estudos apontam muitos fatores que interferem na questão da participação do gênero masculino nos grupos sociais, fato que dificulta a sociabilidade e impossibilita os homens idosos de desfrutarem de melhor qualidade de vida. Diante disso, esta pesquisa analisou a percepção das idosas sobre a ausência de parceiros nas atividades socioeducativas do Grupo Amizade e União do Projeto VIDATIVA. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo, com fins exploratórios. Caracterizou-se, em pesquisa quali-quantitativa, com aplicação de formulários a 10 idosas do Grupo Amizade e União, representando a 30,5% do total de idosos ativos, em 2014. Os resultados desvelaram, de acordo com a visão das idosas, que os homens encontram dificuldade para participar dos grupos pelos seguintes aspectos: não se reconhecem como velhos; apresentam preconceito para se relacionar com mulheres mais velhas e, também, com o tipo de atividades desenvolvidas no grupo; preferem atividades mais competitivas; além do fato de que muitos, ainda, trabalham e, por esse motivo, não tem tempo para participar do grupo. Finalmente, foi possível compreender que existe todo um contexto histórico e social que influenciou os homens idosos e, que de certa forma, dificulta sua sociabilidade. Destaca-se que o processo de envelhecimento é diferenciado entre o gênero masculino e feminino. As mulheres têm maior precaução com a saúde, qualidade de vida e bem-estar social; os homens, por sua vez, se mantêm mais distantes dessa realidade.

Palavras-chave: sociabilidade; envelhecimento; inclusão social; gênero.

1 Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am. E-mail: mariapeqna@hotmail.com; Avenida Epaminondas, 57, Centro, CEP: 69010-970.
2 Mestra em Administração, Área de Concentração Recursos Humanos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduação em Serviço Social (UFAM), Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus – Am. E-mail: isaescocio@gmail.com; Avenida Epaminondas, 57, Centro, CEP: 69010-970.

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO SERVIÇO SOS FUNERAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, NO MUNICÍPIO DE MANAUS

Dulce Cláudia Rodrigues de Melo Araujo¹
Fernanda Mendes Ferrugem²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

O presente trabalho aborda a oferta do benefício eventual por morte, da assistência social para a população manauara, por meio do serviço SOS Funeral. Este serviço garante a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica e que não têm como arcar com as despesas fúnebres de seus entes falecidos, a doação de urnas fúnebres, a remoção e o traslado do corpo para o velório e enterro, bem com, a isenção das taxas de sepultamento. Teve como objetivo geral analisar a prática profissional do Assistente Social no Serviço SOS Funeral na cidade de Manaus e como objetivos específicos identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo serviço SOS Funeral; conhecer de que forma este benefício eventual é concedido às famílias manauaras; e, analisar a atuação do Assistente Social neste serviço. Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza explicativa. Os instrumentais construídos foram formulários com perguntas abertas e fechadas, que foram aplicados com três Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), que atuam no serviço SOS Funeral, em Manaus. Assim, a pesquisa possibilitou conhecer que este benefício eventual é concedido à população visando custear as despesas fúnebres de seus familiares falecidos e que o assistente social desempenha um papel fundamental neste processo ao garantir que a população tenha acesso a esse serviço.

Palavras-chave: Assistência Social; benefícios eventuais; atuação profissional.

¹ Assistente Social. BRASIL. E-mail: dulceclaudia@ig.com.br

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). BRASIL. E-mail: nandaferrugem@hotmail.com

ESPIRITUALIDADE E SAÚDE DOS IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À MELHOR IDADE (CAIMI) ADA RODRIGUES VIANA, MANAUS/AM

Elisete Rogéria Paulus¹
Hildelene Assis das Neves Simões²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o bem-estar dos idosos atendidos no Centro de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI) Ada Rodrigues Viana, localizado na Zona Oeste da cidade de Manaus e como objetivos específicos entender a questão saúde/doença e a influência da espiritualidade dos mesmos e como estes fatores influenciam na sua qualidade de vida; compreender como estes enfrentam as dificuldades que se apresentam no cotidiano e elencar as diversas problemáticas que estes enfrentam através da sua crença. A natureza do estudo foi quanti-qualitativo, com uma amostra de 25%, num universo de 73 idosos. Os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa fundamentam-se no método dialético. As técnicas adotadas na pesquisa foram: levantamento bibliográfico e uso da observação simples, formulário aberto e fechado. A Organização Mundial da Saúde, em 1999, definiu a espiritualidade como condição de bem-estar para a humanidade. Para os idosos que participaram desta pesquisa, a espiritualidade não é, apenas, uma utilidade ou algo importante, ela é, de fato, um caminho para enfrentamento das diversas problemáticas que se apresentam no dia-a-dia, um meio que permite acreditar que para tudo há uma solução. Pode-se compreender que os idosos, por meio de sua vivência espiritual, conseguem elaborar mais facilmente as perdas e ganhos inerentes à vida e à idade, suas aflições parecem ter solução satisfatória, exercendo assim sua espiritualidade e mantendo uma excelente qualidade de vida.

Palavras-chave: idoso; bem-estar; saúde; espiritualidade.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am. E-mail: elisetepaulus@yahoo.com.br. Avenida Epaminondas, 57, Centro. CEP: 69010-970.

² Orientadora, Assistente Social, Especialista em Administração de Recursos Humanos, Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB – Centro).

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES ATENDIDAS NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM

Eurlene Alves de Souza¹
Jane de Souza Nagaoka²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

A violência contra mulher chama atenção, devido o número considerável de mulheres vítimas, ao longo da história, desde a sociedade patriarcal à sociedade contemporânea, sem distinção de cor, raça, classe ou religião. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a violência contra a mulher no ambiente intrafamiliar em uma das instituições que atende e acolhe mulheres vítimas de violência no município de Manaus/AM. Para tanto, buscou-se, por meio dos objetivos específicos, verificar o processo de atendimento e encaminhamento às mulheres vítimas de violência; levantar o perfil socioeconômico das mulheres e verificar os tipos de violência contra a mulher. O estudo consistiu em abordagem quanti-qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram coletados dados quantitativos dos relatórios extraídos da instituição e entrevistadas duas Assistentes Sociais que atuam, diretamente, com as mulheres vítimas de violência. A pesquisa revelou que a acolhida é realizada de forma humanizada e, no atendimento social, há uma escuta qualificada que atende ao Código de Ética da profissão de Assistente Social. Os tipos de violência mais frequentes são: física, moral e psicológica. O medo do parceiro, esperança de mudança do comportamento do agressor, filhos, falta de qualificação profissional, dependência econômica, são alguns dos fatores presentes no ciclo de violência, porém, este último, foi o fator mais recorrente. Conclui-se que a violência contra a mulher é um fenômeno histórico e cultural, sendo urgente a criação de estratégias que visem à emancipação financeira da mulher por meio da Rede de Proteção Social.

Palavras-chave: patriarcado; relações de gênero; violência contra a mulher.

¹ Assistente Social. BRASIL.

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), BRASIL. E-mail: janenagaoka@hotmail.com

REDESCOBRINDO A SOCIABILIDADE DO IDOSO NO GRUPO TERCEIRA IDADE ATIVA DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), MANAUS/AM

Francisca Sterff de Freitas Macedo¹
Isabel Cristina Escócio Santiago²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

O aumento da população idosa tem despertado a atenção de diversos pesquisadores e agentes sociais. Neste aspecto, foram criadas uma série de iniciativas públicas e privadas na tentativa de atender esse contingente populacional. Uma das mais destacadas tem sido a criação dos Grupos de Convivência voltados aos idosos. Através destes grupos, o idoso passa a assumir um papel muito mais ativo e participativo na sociedade, redescobrando sua sociabilidade. Este estudo teve como objetivo analisar como o lazer, proveniente das atividades socioeducativas do Serviço Social da Indústria (SESI), influencia na sociabilidade entre idosos. Realizou-se pesquisa de campo, cuja abordagem foi de natureza quali-quantitativa, com fins exploratórios. Para tanto, foi aplicado formulário com questões abertas e fechadas a 15 idosos, de ambos os sexos, que participam do grupo de dança do Projeto Terceira Idade Ativa e, também, foi entrevistada a Assistente Social do SESI. Os resultados desta pesquisa revelaram que 60% dos idosos procuraram o SESI por motivo de doença; 60% afirmaram que a principal mudança que experimentaram no grupo foi à melhoria em seu relacionamento social e, 93% do total de entrevistados, reforçaram o fato de que o serviço social é necessário nesse processo, pois, segundo eles, é este profissional que possibilita o processo de valorização da autoestima, fortalece entre eles laços de amizade, além de se constituir no principal sujeito que viabiliza a garantia dos seus direitos que favorecem sua sociabilidade.

Palavras-chave: idoso; sociabilidade; serviço social.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am. E-mail: franciscasterff@gmail.com. Avenida Epaminondas, 57, Centro, CEP: 69010-970.
² Mestra em Administração, Área de Concentração Recursos Humanos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduação em Serviço Social (UFAM), Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus – Am. E-mail: isaescocio@gmail.com. Avenida Epaminondas, 57, Centro, CEP: 69010-970.

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO DIFERENCIAL NO SUCESSO DO MICROEMPREENDEDOR DO RAMO DE CONFECÇÃO DE ROUPAS DA AVENIDA COSME FERREIRA–ZONA LESTE DE MANAUS

Gisele Andrade de Souza¹
Mônica Maria de Souza Lima²

Recebido em: 01/06/2016; Aceito em: 07/06/2016.

O presente artigo teve como objetivo apresentar a importância de ter um planejamento financeiro que auxilie o microempreendedor de confecção de roupas na otimização do sucesso do seu negócio, por meio de métodos que visem estabelecer o controle financeiro pelo qual deve ser seguido. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com alguns microempresários de confecção de roupas na Avenida Cosme Ferreira, Zona Leste de Manaus. Foi observada a ausência do planejamento financeiro junto às ferramentas utilizadas, pois os microempresários não sabem gerenciar e controlar as suas finanças, corretamente. Notou-se que o planejamento financeiro é fundamental para qualquer ramo de atividade, a fim de que continue resistindo no mercado. Para isso, os microempresários precisam ser motivados a conhecerem os meios mais eficazes e eficientes de gerir a sua empresa para se manter, competitivamente, no mercado do varejo de Manaus.

Palavras-chave: Planejamento financeiro; microempreendedor; gerenciamento; controle.

1 Bacharel em Administração na Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade Leste (FSDB – LESTE). Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: gisa_manauas@hotmail.com. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.
2 Professora, Mestre e Orientadora dos Cursos de Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade Leste (FSDB – LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: monica.lima_08@hotmail.com. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CACHOEIRINHA (CRAS)

Rosana Alves Sena¹
Fernanda Mendes Ferrugem²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

No Brasil, hoje, existem inúmeros programas de transferência de renda que buscam reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social que, ainda, atingem um grande número de famílias no país. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a visão das famílias atendidas no CRAS Cachoeirinha acerca do Programa Bolsa Família e como objetivos específicos, identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo PBF no CRAS Cachoeirinha, conhecer as contribuições do PBF na saúde das famílias beneficiadas e apontar a expectativa das Famílias sobre o Programa. A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos foi de natureza exploratória, em que fomos a campo para conhecer a realidade dos sujeitos pesquisados. A abordagem utilizada foi quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo por meio de formulário com perguntas abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram aplicados formulários junto a 10 responsáveis familiares. Assim, com a pesquisa realizada, foi possível identificar que o Programa Bolsa Família tem conseguido contribuir com a realidade social das famílias beneficiadas em relação à redução da pobreza, da vulnerabilidade social e na melhoria das condições de saúde, educação e garantia da segurança alimentar para seus membros. Este fato não pode ser desvinculado da necessidade de cumprimento das condicionalidades estabelecidas por este programa.

Palavras-chave: Políticas Sociais; transferência de renda; bolsa família.

¹ Assistente Social. BRASIL. E-mail: s3rosana@gmail.com

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). BRASIL. E-mail: nandaferrugem@hotmail.com

ENTRE ABAFOS E DESABAFOS DAS VOZES FEMININAS: UM ESTUDO NO II JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Valéria Barbosa Soares¹
Hidelene Assis das Neves Simões²

Recebido em: 29/02/2016; Aceito em: 24/04/2016.

A priori, o fenômeno da violência contra a mulher está relacionado com a desigualdade social entre os gêneros, onde no modelo de família patriarcal, o sexo feminino se encontrava em posição inferior ao masculino e, culturalmente, até hoje, a sociedade, por vezes, se comporta dessa maneira. Neste sentido, a realização da pesquisa no II Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Manaus, possibilitou ao pesquisador analisar criticamente, o fenômeno da violência, vivenciado pelas vítimas em seu cotidiano familiar. A metodologia utilizada foi a quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A partir dessa premissa, se buscou responder o objetivo geral da pesquisa, observar como as mulheres atendidas pelo II Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher se sentem socialmente, diante da violência que infligem às mesmas no âmbito familiar, levando-se em consideração que as mulheres têm sofrido violência dentro de sua própria casa, (retirar, redundância) sendo vítima do próprio parceiro, onde a mesma, além de sofrer várias tipificações de violência, depara-se frente à frente com a dor e a humilhação despertando, no pesquisador, dúvidas relevantes que necessitavam de respostas. Assim, tais questionamentos se mostraram relevantes, para a construção do estudo acerca da violência contra a mulher na cidade de Manaus.

Palavras-chave: violência contra a mulher; âmbito familiar; violência doméstica/familiar; II juizado; Manaus.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus-Am. E-mail: valeria.ss_soares@hotmail.com. Avenida Epaminondas, 57, Centro. CEP: 69010-970.

² Orientadora, Assistente Social, Especialista em Administração de Recursos Humanos, Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB – Centro).

NORMAS DE PUBLICAÇÕES

ETHOS & EPISTEME (Revista de Ciências Humanas e Sociais da Faculdade Salesiana Dom Bosco/FSDB ISSN n. 1809-0400) aceita trabalhos inéditos sobre assuntos atuais e relevantes para a discussão de questões relacionadas às Ciências Humanas e Sociais (Administração, Antropologia, Ciências Sociais Aplicadas, Filosofia, Pedagogia, Serviço Social).

NORMAS PARA ENVIO DE MATERIAL PARA AS SEÇÕES DA REVISTA ETHOS & EPISTEME:

ETHOS & EPISTEME recebe textos para publicações em três modalidades : Artigos, resenhas e resumos (Tendências, relatos de experiências, reflexões pedagógicas) cada uma com sua especificidade.

1) Artigos

A apresentação de artigos, com, no máximo 25 laudas, deverá obedecer a seguinte seqüência (não devendo ser inferior a 12 laudas):

- Título do artigo (o título será em letra maiúscula, centralizado e negrito, tamanho 14. Abaixo, um espaço de linha, centralizado, tamanho 12, com fonte Times New Roman, o nome completo do(s) autor(es) identificados por exponencial numérica. Os trabalhos deverão conter no máximo quatro autores);
- Na próxima linha em espaço, justificado deverá conter nome(s) completo(s) do(s) autor(es), suas credenciais e local de atividade, instituição do(s) autor(es) segundo a numeração exponencial numérica, separados por ponto e vírgula (caso tenha mais de um autor), incluindo o endereço, telefone, e-mail, fax (do trabalho e residencial) também tamanho 10;
- Na página seguinte resumo indicativo em português, inglês ou espanhol, com 200 a 250 e espaço interlinear simples;
- De três a cinco palavras-chave em português, inglês ou espanhol, conforme o resumo escolhido, pelo autor do trabalho, para a língua estrangeira a ser traduzida para o resumo;
- O texto será justificado, tamanho 12, espaçamento 1,5, com exceção dos subtítulos da estrutura textual, em maiúsculo e negrito. O parágrafo é um espaço simples com recuo de 1cm;
- Quando ocorrer à necessidade da inserção de ilustrações (tabelas, quadros, imagens-fotos, desenhos, esquemas), os mesmos devem ser citados no final do texto desenvolvido pelo autor do trabalho. Exemplo: As abelhas são importantes insetos presentes na Amazônia [...] sendo representantes da biodiversidade brasileira. (Foto 4).
- Referências em ordem alfabética, conforme ABNT 6023 (2002).

Exemplos:

a) Livros:

HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética:** dilemas e perspectivas educacionais. Curitiba: UFPR, 1993.

b) Capítulo de livro:

RUSSOMANO JR, Victor. Direitos e deveres do empregado e do empregador. In: MAGANO, Otávio Bueno (Coord). **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1985, p. 235-291.

c) Artigos de periódicos:

GODIM, Maria Augusta Drumond Ramos. Teorias de aprendizagem: uma iniciação ao estudo, **Educação e Compromisso**, Terezina, v. I, n. 1-2, p. 23-25, jan./dez. 1989.

d) Tese/dissertação/TCC:

LAKATOS, Eva Maria. **O trabalho temporário: nova forma de relações sociais**. São Paulo, 1979, 2 v. Tese (Livre-docência em Sociologia). Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

FERNANDEZ, Setúbal Onório. **Inclinações da atividade fabril no oeste de Manacapuru**. Benjamin Constant, 2014, 94 p. Mestrado (Dissertação apresentada no Curso Ciências Ambientais da Faculdade de Biodiversidade, Bioprospecção e Indústria, UFAM – Campus Benjamin Constant, para obtenção do título de Assistente Social). Campus Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas. **(Exemplo fictício)**.

e) Artigo de jornal:

FROTA-PESSOA, Osvaldo. **Sociologia: o fator genético**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 de mar. Caderno 5, p. 27.

f) Em meio eletrônico:

ALVES, Rogério Marques de Oliveira; CARVALHO, Carlos Alfredo Lopes de; SOUZA, Bruno Almeida. 2003. **Arquitetura do ninho e aspectos bioecológicos de *Trigona fulviventris fulviventris* Guerin, 1853** (Hymenoptera: Apidae). Comunicação científica, *Magistra*, Cruz das Almas, Bahia, v.15, n.1, especial. Disponível em <http://www.magistra.ufrb.edu.br/publica/magist15_1_ento/03-15_1_ent-06c.html>. Acesso em: 17 de nov. 2004.

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da UFPE, 4 ed., 1996. Recife. **Anais eletrônicos**, Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. Acesso em: 21 de jan. 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa 11, de 20 de outubro de 2000. Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel. Disponível na internet: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/ser/et/visualizar_anexo?ld=1690>. Acesso em: 16 de jun. 2000.

Anexos ao texto:

Recomendamos evitar os anexos e propô-los, somente quando estritamente necessários à compreensão dos textos apresentados.

Notas:

Pede-se que as notas não ultrapassem a média de 3,5 linhas por página, onde sua

numeração obedeça, rigorosamente, as indicações do texto e que sejam digitadas ao pé da página, pelo recurso de inserir notas do word. As ilustrações, quando existirem, devem ser produzidas, obedecendo as seguintes orientações:

- a) **MATERIAIS GRÁFICOS:** Fotografias nítidas e gráficos (estritamente dispensáveis a compreensão do texto) poderão ser aceitos e deverão ser assinalados, no texto, os locais onde devem ser intercalados pelo seu número de ordem. Caso as ilustrações tenham sido publicadas, mencionar a fonte e a permissão para publicação, tamanho 11, em negrito;
- b) **QUADROS:** Os quadros deverão ser acompanhados de cabeçalho (na parte inferior do quadro) que permita compreender o significado dos dados reunidos, sem a necessidade de referência ao texto. Os mesmos devem ser citados, com numeração específica, no local que devem ser inseridos, ao final das correções do artigo, tamanho 11, em negrito.
- c) **Tabelas:** As tabelas, assim como os quadros, deverão vir acompanhadas de cabeçalho (na parte superior da tabela), tamanho 11, em negrito.

Citação de autores:

Conforme NBR 10520 de julho de 2001. Devem ser feitas no corpo do texto (autor-data). As entradas pelo sobrenome do autor/vírgula/data ou autor/vírgula/data/vírgula/página podendo ser na forma direta ou indireta, por exemplo:

Silveira (1999, p. 20) descreve: “o estudo das [...] ciências” ou “Artigos são os trabalhos aprovados [...] revista” (FRANÇA, 2000, p. 51).

As citações diretas no texto de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas (“”). As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

As citações diretas, com mais de três linhas, devem ter um recuo de 4 cm de margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.

Exemplo:

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão. (NICHOLS, 1993, p. 181).

Devem ser indicadas as supressões, interpolações, comentários, ênfase ou destaques, do seguinte modo:

- a) supressões: [...]
- b) interpolações, acréscimos ou comentários: []
- c) ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico.

2) Tendências

Serão aceitos textos sobre temas inovadores com o objetivo de promover discussões interdisciplinares. Os originais deverão ter, no máximo, 3 laudas.

3) Relato de Experiências

Curtos relatos de experiências vivenciadas por pessoas em situações de convivência em instituições educativas. Os originais deverão ter, no mínimo, 3 laudas.

4) Reflexão Pedagógica

Textos originados de trabalhos desenvolvidos por acadêmicos de cursos de Filosofia, Normal Superior, Pedagogia, Serviço Social, Sociologia, etc, nas diversas disciplinas (monografias, relatórios de estágio, ensaios, etc.). Os originais deverão ter, no mínimo, 3 laudas.

5) Resenhas

- Serão aceitos resenhas críticas de livros, com informação completa da fonte resenhada;
- Os originais deverão ter, no máximo, 12 laudas;
- ETHOS & EPISTEME está aberta para colaborações, mas reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores;
- O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor ou ao primeiro, quando forem mais de um, não se obrigando a ETHOS & EPISTEME a devolver os originais a ela enviados;
- Todo o trabalho aceito será submetido a uma revisão, caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.

ETHOS & EPISTEME disponibilizará os artigos publicados no site da FSDB (www.fsdb.edu.br/revistaethos&episteme).

Dr. Klilton Barbosa da Costa
Editor-Chefe da Revista Ethos & Episteme



FACULDADE SALESIANA
DOM BOSCO
MANAUS - AM

A correspondência e o material para publicação deverão ser encaminhados à:

REVISTA ETHOS & EPISTEME

Endereço – Faculdade Salesiana Dom Bosco
Rua Epaminondas, 57 – Centro – CEP: 69.010-090

Manaus – AM

Telefones: (92) 2125-4690 / Fax: (92) 2125-4647

E-mail: ethosfsdb@gmail.com

A revista Ethos e Episteme abre novas possibilidades alternativas e inovadoras do registro científico e acadêmico do processo de produção do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais.

O horizonte hermenêutico que ela propõe possibilita um distanciamento tal que lhe permite ousar na reflexão que pode ser estabelecida entre Ética e Conhecimento.

Sendo o Ethos uma ação e atitude de compromisso responsável para com o ser do outro, é orientador do sentido que deve ter o conhecimento produzido pela ciência. Isto quer dizer que o conhecer só faz sentido na direção de tornar a humanidade melhor.

Ethos e Episteme assume esse compromisso de permitir que o conhecimento seja disseminado e que a Ética possa ser balizadora dos saberes que devem ser construídos e divulgados a partir do compromisso com o BEM COMUM.

A Revista colocá-se à disposição de todos e todas que, produzindo conhecimento, possam divulgá-lo porque nos torna a todos melhores cidadãos e seres humanos mais comprometidos e completos.

